



revista
movimento
crítica, teoria e ação

ano 4. n.11-12. out. 2018/mar. 2019.



Editora
Movimento



Editores Etevaldo Teixeira e Roberto Robaina
Diretor Thiago Aguiar
Responsável Movimento Esquerda Socialista

Organização do volume Giovanna Marcelino, Giulia Tadini
e Paula Kaufmann

Capa Adria Meira
sobre ilustração de RawPixel
Diagramação Adria Meira

Transcrições, traduções e revisões Charles Rosa, Giovanna Marcelino,
Gustavo Rego, Paula Kaufmann,
Pedro Micussi e Thiago Aguiar

Periodicidade Trimestral | 11ª e 12ª edição
Ano 2019

Autores que contribuem nesta edição: Caroline Coelho Vilar, Cinzia Arruzza, Fernanda Melchionna, Giovanna Marcelino, Giulia Tadini, Julia Cámara, Lélia Gonzalez, Linna Ramos, Luciana Genro, Mônica Seixas, Nancy Fraser, Nathalie Drummond, Paula Kaufmann, Rosa Luxemburgo, Rosana Pinheiro-Machado, Sâmia Bomfim, Sharon Smith, Silvia Federici, Sue Ferguson, Tatiane Ribeiro, Tithi Bhattacharya, Vanderleia Aguiar, Zeneide Lima.

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda
Socialista. ano 4, v.1, n.11-12 (out.2018 -mar.2019) –
Porto Alegre : Movimento, 2019.

Trimestral.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo – Brasil. 2. Marxismo – Mundo.
3. Socialismo. 4. Política – Brasil. 5. Política –
Internacional.

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva
CRB10/1813

Editora Movimento
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil
2019



Índice

Apresentação	5
<i>Giovanna Marcelino, Giulia Tadini e Paula Kaufmann</i>	
Cem anos do assassinato de Rosa Luxemburgo	
A proletária	11
<i>Rosa Luxemburgo</i>	
O que quer a Liga Spartacus	15
<i>Rosa Luxemburgo</i>	
A luta das mulheres no Brasil e no mundo	
A extrema-direita venceu. Feministas, antirracistas e LGBTs também	33
<i>Rosana Pinheiro-Machado</i>	
Nova onda feminista: o papel estratégico da luta das mulheres	39
<i>Nathalie Drummond</i>	
Um ano depois, “chegou a vez, de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês”	63
<i>Caroline Coelho Vilar, Linna Ramos, Tatiane Ribeiro, Vanderleia Aguiar e Zeneide Lima</i>	
O feminismo nas ruas e nos palácios do poder – Entrevista com Luciana Genro, Fernanda Melchionna, Sâmia Bomfim e Mônica Seixas	95
<i>Paula Kaufmann</i>	
Por um feminismo para os 99%	
Notas para um manifesto feminista	111
<i>Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser</i>	
Sujeito político e estratégia no movimento de mulheres	141
<i>Julia Câmara</i>	



Teoria

Libertação das mulheres: a tradição marxista 153
Sharon Smith

Notas sobre gênero em *O Capital* de Marx 189
Silvia Federici

Feminismos interseccional e da reprodução social:
rumo a uma ontologia integrativa 217
Susan Ferguson

Por um feminismo afro-latino-americano 243
Lélia Gonzalez

Documento

Organizar a resistência feminista para enfrentar
o Bolsonaro, o fascismo e o autoritarismo em todo
o mundo 261
Coordenação Nacional do Juntas





Apresentação

Giovanna Henrique Marcelino¹, Giulia Tadini², Paula Kaufmann³

Neste mês de março, preparamos uma nova edição da *Revista Movimento*, dedicada especialmente para a reflexão e elaboração política sobre a luta das mulheres. Com isso, esperamos aprofundar o esforço consciente demonstrado por nossa organização nos últimos anos em avançar na compreensão sobre o tipo de feminismo que defendemos, bem como sobre o papel essencial e a importância estratégica que a luta feminista tem para a construção de um projeto anticapitalista.

Trata-se de um desafio que tornou-se ainda mais imperativo na atual conjuntura, marcada pela ascensão de governos de extrema-direita no mundo, na qual o movimento feminista tem se apresentado como contraponto e trincheira de resistência fundamental. Por isso, esta edição pretende, antes de mais nada, auxiliar e fortalecer nossas intervenções feministas nesse momento, a começar por duas datas muito significativas que inauguram este mês: o 8 de março – que nos últimos anos tem reinventado o internacionalismo e colocado as mulheres na vanguarda dos processos de luta social em diversos países do mundo – e o 14 de março, data em que se completará um ano do brutal assassinato de nossa companheira Marielle Franco. As duas primeiras demonstrações de força nas ruas deste ano contra o governo Bolsonaro serão, portanto, novamente protagonizadas pelas mulheres, a exemplo das manifestações contra o Trump nos Estados Unidos em 2017 e contra o Temer no Brasil – mobi-

1 Doutoranda em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP), integrante do corpo editorial da *Revista Movimento* e da Executiva de Mulheres do MES SP.

2 Secretária Geral do PSOL/DF e dirigente nacional de mulheres do MES.

3 Cientista social, coordenadora do Mandato da Deputada Federal Sâmia Bomfim e dirigente nacional de mulheres do MES.



lizações iniciadas pelo movimento feminista e que serviram de exemplo, incendiando a disposição de luta de outros movimentos sociais.

Seguindo este espírito, abrimos este volume com uma seção em homenagem a Rosa Luxemburgo, importante dirigente socialista, líder da Liga Spartakus, ex-militante do Partido Socialdemocrata da Alemanha (SPD) e fundadora do Partido Comunista alemão, que, assim como Marielle, foi covardemente assassinada há cem anos atrás. Reproduzimos dois de seus textos: *A proletária* (1818) e *O que quer a Liga Spartakus* (1919), que aludem suas perspectivas feministas e políticas, calcadas na ótica revolucionária. Esperamos que sirvam para vigorar a clareza ideológica a respeito da nossa tradição. Pois, como diz Clara Zetkin: “Em Rosa Luxemburgo, a ideia socialista foi uma paixão dominante e poderosa do coração e do cérebro; uma paixão verdadeiramente criativa que ardia incessantemente. (...) Rosa foi a espada afiada, a chama vivente da revolução”.

Na seção seguinte, apresentamos alguns textos a respeito do atual estágio da luta feminista no Brasil e no mundo. O primeiro é assinado pela antropóloga Rosana Pinheiro-Machado, que evidencia a força, latência e efeito duradouro adquirido pelo movimento feminista nos últimos anos (no sentido da transformação social e da constituição de uma nova subjetividade política, sobretudo entre as novas gerações), deslocando e contrabalanceando, assim, o olhar exclusivamente derrotista que tomou parcela da esquerda devido ao ascenso do conservadorismo e autoritarismo após a vitória de Bolsonaro e outros governos de extrema-direita pelo mundo. Em seguida, a dirigente do MES Nathalie Drummond faz um panorama sobre a atual onda feminista, narrando seus aspectos, seu contexto de desenvolvimento e o impacto por ela gerado nas diferentes esferas da vida cotidiana (seja nos lares e nos palácios de poder), apontando por fim quais seriam os principais desafios das feministas no período atual. Para fechar a seção, Caroline Coelho Vilar, Linna Ramos, Tatiane Ribeiro,



Vanderleia Aguiar e Zeneide Lima se debruçam sobre a história do feminismo negro e o legado de Marielle, atestando a centralidade que a vidas negras tem na reprodução do capitalismo e na luta contra ele, sobretudo diante de uma estrutura social patriarcal e racista como a da sociedade brasileira.

Somada a essa seção, apresentamos entrevista inédita com as nossas quatro parlamentares do PSOL que acabaram de assumir seus mandatos na Câmara Federal e nas Câmeras Legislativas: as deputadas federais Sâmia Bomfim (SP) e Fernanda Melchionna (RS) e as deputadas estaduais Luciana Genro (RS) e Mônica Seixas (SP). Elas falam um pouco sobre a ascensão de governos de extrema-direita no mundo, a força da luta das mulheres, a luta por Justiça para Marielle, o desafios das feministas no Brasil e no mundo, e como seus mandatos estarão a serviço do feminismo e da luta dos trabalhadores.

Em seguida, apresentamos uma seção composta por dois textos alinhados na discussão sobre a necessidade de ser construir um feminismo aliado à luta de classes: a defesa de um “feminismo para os 99%”, feita por Nancy Fraser, Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya (expoentes do feminismo internacional e signatárias da últimas convocatórias de mobilização para o 8 de março), e o diagnóstico de Júlia Câmara, dirigente dos Anticapitalistas da Espanha, que expõe como as mulheres se constituem como um setor estratégico na luta contra o capitalismo, sobretudo num período de crise em que a contradição entre capital/vida ganha fortes contornos. Tratam-se de concepções fundamentais, pois enfatizam como a luta contra os problemas trazidos pelo capitalismo hoje - a precarização do trabalho (tanto pago como não remunerado), a feminização da pobreza, os desastres ambientais, a violência contra a mulher, o racismo, a xenofobia, as desigualdades cada vez maiores - é proporcional ao protagonismo das mulheres trabalhadoras, negras, migrantes, etc., em resposta a crise que vivemos. Nunca foi tão atual um feminismo amplo e plural, para os 99%, que consiga aliar a luta das mulheres com a



luta contra o sistema.

Por fim, encerramos esta edição com uma seção teórica para fomentar a formação e o debate permanente de ideias, com textos sobre a relações entre feminismo e a tradição marxista (Sharon Smith e Silvia Federici), o problema da interseccionalidade e das relações entre raça, classe e gênero visto de uma perspectiva dialética (Susan Ferguson), a centralidade de um feminismo negro e latino-americano (Lélia Gonzalez), bem como um seção de documentos, que abarca texto em que a Coordenação Nacional do Juntas! destaca como podemos organizar a resistência ao Bolsonaro e ao autoritarismo e conservadorismo no mundo.

Esperamos que seja proveitoso e sirva de instrumento para as nossas batalhas. Boa leitura!





Cem anos
do assassinato de
Rosa Luxemburgo







A proletária¹

Rosa Luxemburgo

O dia da proletária inaugura a semana da Socialdemocracia.² O partido dos deserdados coloca a sua coluna feminina no front ao partir para a dura luta pela jornada de oito horas, a fim de espalhar a semente do socialismo sobre novas terras. E a igualdade de direitos políticos das mulheres é o primeiro mote que ela levanta, ao se prestar a recrutar novas seguidoras em prol das reivindicações de toda a classe trabalhadora.

Hoje, a proletária assalariada moderna pisa no palco público tanto como a protagonista da classe trabalhadora quanto, ao mesmo tempo, de todo o gênero feminino, a primeira protagonista em milhares de anos.

A mulher do povo teve de trabalhar pesado desde sempre. Na horda bárbara ela carrega o peso, coleta alimentos; no povoado primitivo, planta e mói o cereal, faz panelas; na Antiguidade, como escrava, serve os senhores e amamenta os rebentos; na Idade Média, fiava para o senhor feudal. Mas, desde que existe a propriedade privada, na maioria das vezes a mulher do povo trabalha separada da grande oficina na produção social, ou seja, separada também da cultura, encurralada na estreiteza doméstica de uma pobre existência familiar. Foi apenas o capitalismo que a arrancou da sua família e a colocou sob o fardo da produção social, empurrou-a para as lavouras de outrem, para as oficinas, construções, escritórios e lojas. Como mulher burguesa, a mulher é uma parasita da sociedade, sua função consiste apenas em auxiliar no

¹ Publicado originalmente em 1914. Extraído e adaptado de: <<https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1914/03/05.htm>>

² No ano de 1914 o Dia Internacional da Mulher, 8 de março esteve sob o signo da luta pelo direito de voto e pela igualdade de direitos da mulher. Com esse dia da mulher socialdemocrata, foi inaugurada a “Semana Vermelha” do partido de 8 a 15 de março de 1914, que serviu à agitação da socialdemocracia e da sua imprensa. Como resultado, pôde ser registrado um crescimento significativo de membros e de um aumento do número de assinantes da imprensa.



consumo dos frutos da exploração; como pequeno-burguesa, ela é o animal de carga da família. E apenas na proletária moderna que a mulher se toma um ser humano, pois é apenas a luta que produz o ser humano, a participação no trabalho cultural, na história da humanidade.

Para a mulher burguesa proprietária, sua casa e o mundo. Para proletária, todo o mundo é a sua casa, o mundo com o seu sofrimento e sua alegria, com sua atrocidade fria e seu tamanho. A proletária vaga com o trabalhador do túnel que liga a Itália à Suíça, acampa em barracas e seca, enquanto cantarola, a roupa dos bebês ao lado de rochas explodindo. Como trabalhadora sazonal do campo, no início do ano, ela encontra-se no barulho das estações de trem, sentada sobre os seus humildes pertences, um lencinho cobrindo o penteado simples, aguarda pacientemente para ser transportada do leste para o oeste. No deque do navio a vapor, ela se desloca com as ondas que levam a miséria da crise da Europa para a América, em um amontoado de idiomas de proletários famintos, para, quando a onda de refluxo uma crise americana se fizer presente, retomar para a miséria familiar da Europa, para novas esperanças e decepções, para uma nova caça por trabalho e pão.

A mulher burguesa não tem nenhum interesse real em direitos políticos, pois não exerce uma função econômica na sociedade, pois usufrui dos frutos acabados da dominação de classe. A reivindicação, por igualdade de direitos femininos é, onde ela se manifesta nas mulheres burguesas, mera ideologia de alguns grupos fracos, sem raízes materiais, um fantasma da oposição entre a mulher e o homem, uma esquisitice. Por isso, o caráter anedótico do movimento das *sufrajetes*³.

A proletária precisa de direitos políticos, pois exerce a mesma função econômica que o proletário masculino na so-

3 Como *sufrajetes* ficaram conhecidas, na Grã-Bretanha, em primeiro lugar, as lutadoras pela igualdade política de direitos das mulheres e, também, as seguidoras do movimento de direito de voto das mulheres.



cidade, se sacrifica igualmente para o capital, mantém igualmente o Estado, e igualmente é sugada e subjugada por ele. Ela tem os mesmos interesses e, precisa, para sua defesa, das mesmas armas. Suas reivindicações políticas estão profundamente enraizadas no abismo social que separa a classe dos explorados da classe dos exploradores; não na oposição entre o homem e a mulher, mas na oposição entre o capital e o trabalho.

Formalmente, o direito político da mulher insere-se harmonicamente no Estado burguês. O exemplo da Finlândia, dos Estados americanos, de comunidades isoladas, prova que a igualdade de direitos das mulheres ainda não derruba o Estado, não toca na dominação do capital. Mas como o direito político da mulher e, hoje, uma reivindicação de classe puramente proletária, então, para a atual Alemanha capitalista, ele é como o sopro do juízo final. Como a república, como a milícia, como a jornada de oito horas, o direito de voto das mulheres apenas pode vencer ou sucumbir junto com toda a luta de classes do proletariado, apenas pode ser defendido com os métodos proletários de luta e os seus meios de poder.

Defensoras burguesas dos direitos das mulheres querem adquirir direitos políticos para então tomarem parte na vida política. A mulher proletária apenas pode seguir o caminho da luta trabalhadora, que, inversamente, conquista cada palmo de poder efetivo para, apenas assim, adquirir os direitos escritos. No princípio de toda ascensão social era a ação. As mulheres proletárias precisam fincar pé na vida política por meio de sua participação em todos os domínios, apenas assim é que elas criam um fundamento para os seus direitos. A sociedade dominante lhes recusa o acesso aos templos de seus fóruns deliberativos, outra potência dessa época lhes escancara as portas — o Partido Socialdemocrata. Aqui, em fileiras e membros da organização, estende-se diante da mulher proletária um campo incalculável de trabalho político e poder político. Apenas aqui a mulher é um fator no que se refere a igualdade de direitos. Ela é introduzida na oficina



da história por meio da socialdemocracia, e aqui, onde agem forças ciclópicas, ela alcança a igualdade de direitos efetiva, ainda que o direito escrito de uma constituição burguesa lhe seja negado. Aqui, ao lado do homem, a mulher trabalhadora sacode as colunas da ordem social vigente e, antes que esta lhe conceda um direito aparente, ela irá ajudar a pôr em ruínas essa ordem social.

A oficina do futuro necessita de muitas mãos e de bastante fôlego. Um mundo de lamúria feminina aguarda libertação. A mulher do pequeno camponês suspira a beira do colapso sob o fardo da vida. Ali, na África alemã, no deserto do Kalahari, permanecem os ossos de mulheres Hereros indefesas, que foram levadas pelos soldados alemães a pavorosa morte de fome e sede. Do outro lado do oceano, nos altos rochedos de Putumayo, perdem-se, inaudíveis para o mundo, gritos de morte de mulheres indígenas torturadas nas plantações de borracha de capitalistas internacionais.

Proletária, a mais pobre dos pobres, a mais injustiçada dos injustiçados, vá a luta pela libertação do gênero das mulheres e do gênero humano do horror da dominação do capital. A socialdemocracia concedeu a você um lugar de honra. Corra para o *front*, para a trincheira!



O que quer a Liga Spartakus?¹

Rosa Luxemburgo

I

A 9 de novembro, na Alemanha, os operários e soldados destruíram o antigo regime. Nos campos de batalha da França, dissipara-se a ilusão sangrenta de que o sabre prussiano dominava o mundo. O bando de criminosos que havia começado o incêndio mundial e precipitado a Alemanha num mar de sangue, gastara todo o seu latim. Enganado durante quatro anos o povo que, a serviço do Moloch², esquecerá os deveres impostos pela civilização, o sentimento da honra e a humanidade, que se deixara usar para qualquer infâmia, esse povo despertou do sono de quatro anos – à beira do abismo.

A 9 de novembro, o proletariado alemão levantou-se para sacudir o jugo vergonhoso que o oprimia. Os Hohenzollern³ foram escorraçados, conselhos de trabalhadores e soldados eleitos.

Mas os Hohenzollern eram apenas os gerentes da burguesia imperialista e dos Junker⁴. A burguesia com sua dominação de classe, essa é a verdadeira culpada pela guerra mundial – tanto na Alemanha quanto na França, na Rússia quanto na Inglaterra, na Europa quanto na América. Os capitalistas de

1 Este texto, publicado pela primeira vez no jornal spartakista *Die Rote Fahne* (A Bandeira Vermelha), a 14 de dezembro de 1918, foi redigido por Rosa Luxemburgo quando os spartakistas ainda faziam parte do Partido Social Democrata Independente. Entretanto, as divergências entre spartakistas e independentes, tornadas insuperáveis, levaram à criação, no final de dezembro, do Partido Comunista Alemão (KPD). No Congresso de fundação do KPD, a 31 de dezembro, o programa da Liga Spartakus foi adotado por unanimidade, com apenas algumas modificações de detalhe. [Retirado e adaptado de: <<https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1918/12/14.html>>].

2 *Moloch* (Velho Testamento): divindade semítica à qual os pais sacrificavam os filhos.

3 *Hohenzollern*: dinastia prussiana de onde saíram os imperadores da Alemanha a partir de 1871

4 *Junkers*: membros da aristocracia prussiana proprietária de terras, conservadores, militaristas, defendendo seus interesses agrários contra qualquer forma de liberalismo.



todos os países são os verdadeiros instigadores da matança dos povos. O capital internacional é esse Baal⁵ insaciável em cujas fauces sangrentas foram atiradas milhões e milhões de exaustas vítimas humanas.

A guerra mundial pôs a humanidade perante a seguinte alternativa: ou manutenção do capitalismo, novas guerras e rápida queda no caos e na anarquia, ou abolição da exploração capitalista.

Com o fim da guerra mundial, a dominação de classe da burguesia perdeu o direito à existência. Ela já não é capaz de retirar a sociedade do terrível caos econômico que a orgia imperialista deixou atrás de si.

Meios de produção foram aniquilados em proporções enormes. Milhões de trabalhadores, a melhor e mais competente geração da classe operária, massacrada. Aos que ficaram vivos, ao voltarem para casa, espera-os a escarnecedora miséria do desemprego. A fome e as doenças ameaçam aniquilar até à raiz a força do povo. A bancarrota financeira do Estado, consequência do enorme fardo das dívidas de guerra, é inevitável.

Para escapar a essa confusão sangrenta e a esse abismo escancarado não há outro recurso, outra salvação, outra saída senão o socialismo. Só a revolução mundial do proletariado pode pôr ordem nesse caos, dar a todos pão e trabalho, pôr fim ao dilaceramento recíproco entre os povos, dar à humanidade maltratada paz, liberdade e uma verdadeira cultura. Abaixo o salariado! Este é o lema do momento. O trabalho assalariado e a dominação de classe devem ser substituídos pelo trabalho cooperativo. Os meios de trabalho não devem mais ser o monopólio de uma classe, mas tornar-se bem comum. Chega de exploradores e explorados! Regulamentação da produção e repartição dos produtos no interesse da coletividade (*Allgemeinheit*). Abolição, tanto do modo de pro-

⁵ Baal: falso deus.



dução atual, da exploração e da pilhagem, quanto do atual comércio, que não passa de fraude.

No lugar dos patrões e de seus escravos assalariados, trabalhadores que cooperam livremente! O trabalho deixa de ser um tormento, porque dever de todos! Uma existência digna e humana para todos os que cumprem seus deveres para com a sociedade! Doravante, a fome não é mais a maldição que pesa sobre o trabalho, mas a punição da ociosidade!

Só numa sociedade assim serão extirpados a servidão e o ódio entre os povos. Só quando essa sociedade se concretizar, a terra deixará de ser profanada pela matança entre os homens. Só então poderemos dizer:

Esta guerra foi a última.

O socialismo é, nesta hora, a única tábua de salvação da humanidade. Sobre as muralhas da sociedade capitalista, desmoronando, ardem, como uma advertência, as palavras do *Manifesto Comunista*:

Socialismo ou queda na barbárie!

II

A realização da sociedade socialista é a mais grandiosa tarefa que, na história do mundo, já coube a uma classe e a uma revolução. Esta tarefa exige uma completa transformação do Estado e uma completa mudança dos fundamentos econômicos e sociais da sociedade.

Esta transformação e esta mudança não podem ser decretadas por nenhuma autoridade, comissão ou Parlamento: só a própria massa popular pode empreendê-las e realizá-las.

Em todas as revoluções anteriores, era uma pequena minoria do povo que conduzia a luta revolucionária, que lhe dava os objetivos e a orientação, utilizando a massa apenas como instrumento para fazer triunfar seus próprios interesses, os interesses da minoria. A revolução socialista é a pri-



meira que só pode triunfar no interesse da grande maioria e graças à grande maioria dos trabalhadores.

A massa do proletariado é chamada não só a fixar claramente o objetivo e a orientação da revolução, mas é preciso que ela mesma, passo a passo, através da sua própria atividade, dê vida ao socialismo.

A essência da sociedade socialista consiste no seguinte: a grande massa trabalhadora deixa de ser uma massa governada, para viver ela mesma a vida política e econômica na sua totalidade, e para orientá-la por uma autodeterminação consciente e livre.

Assim, da cúpula do Estado à menor comunidade, a massa proletária precisa substituir os órgãos herdados da dominação burguesa: *Bundesrat* (Conselho federal), parlamentos, conselhos municipais, pelos seus próprios órgãos de classe, os conselhos de operários e de soldados. Precisa ocupar todos os postos, controlar todas as funções, aferir todas as necessidades do Estado pelos seus próprios interesses de classe e pelas tarefas socialistas. E só por uma influência recíproca constante, viva, entre as massas populares e seus organismos, os conselhos de trabalhadores e de soldados, é que a atividade das massas pode insuflar ao Estado um espírito socialista.

Por sua vez, a transformação econômica só pode realizar-se sob a forma de um processo levado a cabo pela ação das massas proletárias. No que se refere à socialização, secos decretos emitidos pelas autoridades revolucionárias supremas não passam de palavras ocas. Só o operariado (*Arbeiterchaft*), pela sua própria ação, pode transformar o verbo em carne.⁶ Numa luta tenaz contra o capital, num corpo a corpo em cada empresa, graças à pressão direta das massas, às greves, graças

⁶ Encontramos aqui uma referência explícita ao Evangelho de São João, que aparece frequentemente em Rosa Luxemburgo. No final deste texto, aliás, há mais referências bíblicas.



à criação dos seus organismos representativos permanentes, os operários podem alcançar o controle e, finalmente, a direção efetiva da produção.

As massas proletárias devem aprender, de máquinas mortas que o capitalista instala no processo de produção, a tornar-se dirigentes autônomas desse processo, livres, que pensam. Devem adquirir o senso das responsabilidades, próprio de membros atuantes da coletividade (*Allgemeinheit*), única proprietária da totalidade da riqueza social. Precisam mostrar zelo sem o chicote do patrão, máximo rendimento sem o contramestre capitalista, disciplina sem sujeição e ordem sem dominação. O mais elevado idealismo no interesse da coletividade (*Allgemeinheit*), a mais estrita autodisciplina, verdadeiro senso cívico das massas constituem o fundamento moral da sociedade socialista, assim como estupidez, egoísmo e corrupção são os fundamentos morais da sociedade capitalista.

Só pela sua própria atividade, pela sua própria experiência, pode a massa operária adquirir todas essas virtudes cívicas socialistas, assim como os conhecimentos e as capacidades necessárias à direção das empresas socialistas.

A socialização da sociedade não pode ser realizada em toda a sua amplitude senão por uma luta tenaz, infatigável da massa operária em todos os pontos onde o trabalho enfrenta o capital, onde o povo e a dominação de classe da burguesia se encaram, olhos nos olhos. A libertação da classe operária deve ser obra da própria classe operária.

III

Nas revoluções burguesas, o derramamento de sangue, o terror, o assassinato político eram as armas indispensáveis nas mãos das classes ascendentes.

A revolução proletária não precisa do terror para realizar seus fins, ela odeia e abomina o assassinato. Ela não pre-



cisa desses meios de luta porque não combate indivíduos, mas instituições, porque não entra na arena cheia de ilusões ingênuas que, perdidas, levariam a uma vingança sangrenta. Não é a tentativa desesperada de uma minoria de moldar o mundo à força, de acordo com o seu ideal, mas a ação da grande massa dos milhões de homens do povo, chamada a cumprir sua missão histórica e a fazer da necessidade histórica uma realidade.

Mas a revolução proletária é, ao mesmo tempo, o dobre de finados de toda servidão e de toda opressão. Eis por que, contra ela, numa luta de vida ou morte, como se fossem um único homem, se erguem todos os capitalistas, os *Junker*, os pequeno-burgueses, os oficiais, todos os aproveitadores e parasitas da exploração e da dominação de classe.

Não passa de delírio extravagante acreditar que os capitalistas se renderiam de bom grado ao veredicto socialista de um Parlamento, de uma Assembleia Nacional, que renunciariam tranquilamente à propriedade, ao lucro, aos privilégios da exploração. Todas as classes dominantes, com a mais tenaz energia, lutaram até ao fim por seus privilégios. Os patrícios de Roma, assim como os barões feudais da Idade Média, os *gentlemen* ingleses, assim como os mercadores de escravos americanos, os boiardos da Valáquia, assim como os fabricantes de seda de Lyon – todos derramaram rios de sangue, caminharam sobre cadáveres, em meio a incêndios e crimes, provocaram a guerra civil e traíram seus países para defender privilégios e poder.

Último rebento da classe dos exploradores, a classe capitalista imperialista ultrapassa em brutalidade, em cinismo nu e cru, em abjeção todas as suas antecessoras. Ela defenderá com unhas e dentes o que tem de mais sagrado: o lucro e o privilégio da exploração. Utilizará os métodos sádicos revelados em toda a história da política colonial e no decorrer da última guerra. Moverá céus e terra contra o proletariado.



Mobilizará o campesinato contra as cidades, açulará camadas operárias retrógradas contra a vanguarda socialista, utilizará oficiais para organizar massacres⁷, tentará paralisar toda medida socialista pelos milhares de meios da resistência passiva, lançará contra a revolução vinte *Vendeias*⁸, pedirá socorro ao inimigo externo, às armas dos Clemenceau, Lloyd George⁹ e Wilson, preferindo transformar a Alemanha num monte de escombros a renunciar de bom grado à escravidão do salariado.

Será preciso quebrar todas estas resistências passo a passo, com mão de ferro e uma brutal energia. À violência da contrarrevolução burguesa é preciso opor o poder revolucionário do proletariado. Aos atentados e às intrigas urdidas pela burguesia, a lucidez inquebrantável, a vigilância e a constante atividade da massa proletária. Às ameaças da contrarrevolução, o armamento do povo e o desarmamento das classes dominantes. Às manobras de obstrução parlamentar da burguesia, a organização ativa da massa dos operários e dos soldados. À onipresença e aos mil meios de que dispõe a sociedade burguesa, é preciso opor o poder concentrado da classe operária, elevado ao máximo. Só a frente única do conjunto do proletariado alemão, unindo o proletariado do Sul e o do Norte da Alemanha, o proletariado urbano e o rural, os operários e os soldados, a liderança intelectual viva da revolução alemã e a Internacional, só o alargamento da revolução proletária alemã, permitirão criar a base de granito sobre a qual o edifício do futuro pode ser construído.

7 Rosa Luxemburgo está sendo profética. Foi assassinada um mês depois, justamente por soldados e oficiais.

8 *Vendeia*: região costeira ocidental, na França, centro da resistência camponesa contra a República, durante a Revolução Francesa.

9 *Georges Clemenceau* (1841-1929): primeiro-ministro da França de 1906-1909 e de 1917-1919.

David Lloyd George (1863-1945): primeiro-ministro da Inglaterra de 1916-1922.



A luta pelo socialismo é a mais prodigiosa guerra civil conhecida até hoje pela história do mundo, e a revolução proletária deve-se preparar para ela com os instrumentos necessários, precisa aprender a utilizá-los – para lutar e vencer.

Munir assim a massa compacta do povo trabalhador da totalidade do poder político, para que realize as tarefas da revolução, eis a ditadura do proletariado e, portanto, a verdadeira democracia. Não há democracia quando o escravo assalariado se senta ao lado do capitalista, o proletário agrícola ao lado do *Junker*, numa igualdade falaciosa, para debater seus problemas vitais de forma parlamentar. Mas quando a massa dos milhões de proletários empunha com sua mão calosa a totalidade do poder do Estado, tal o deus Thor¹⁰ com seu martelo, para arremessá-lo à cabeça das classes dominantes, só então haverá uma democracia que não sirva para lograr o povo.

Para permitir ao proletariado realizar essas tarefas, a Liga Spartakus exige:

I. Medidas imediatas para assegurar o triunfo da revolução

1. Desarmamento de toda a polícia, de todos os oficiais, assim como dos soldados de origem não proletária, de desarmamento de todos os que pertencem às classes dominantes.
2. Requisição de todos os estoques de armas e de munições, assim como das fábricas de armas, pelos conselhos de operários e de soldados.
3. Armamento do conjunto do proletariado masculino adulto que constituirá uma *milícia operária*. Formação de uma *guarda vermelha* proletária, que será a parte ativa da

¹⁰ *Thor*: deus do trovão na mitologia nórdica, representado empunhando um martelo.



milícia e proteção permanente da revolução contra ataques e intrigas contrarrevolucionárias.

4. Supressão do poder de comando dos oficiais e suboficiais; substituição da obediência militar de cadáver (*militärischen Kadaverg ehorsams*) pela disciplina livremente consentida pelos soldados; eleição de todos os superiores pela tropa, com o direito permanente de revogar os mandatos; abolição da jurisdição militar.

5. Exclusão dos oficiais e dos *Kapitulanten*¹¹ de todos os conselhos de soldados.

6. Substituição de todos os órgãos políticos e de todas as autoridades do antigo regime por homens de confiança dos conselhos de operários e de soldados.

7. Instituição de um tribunal- revolucionário que julgará os principais culpados pela guerra e pelo seu prolongamento: os Hohenzollern, Ludendorff, Hindenburg, Tirpitz¹² e seus cúmplices, assim como todos os conjurados da contra-revolução.

11 *Kapitulant*: soldado que, através de um contrato (*Kapitulation*), se obrigava a um longo período de serviço, obtendo assim o direito à aposentadoria.

12 *Erich Ludendor* (1865-1937): general alemão e principal colaborador de Hindenburg durante a Primeira Guerra Mundial.

Paul von Hindenburg (1847-1934): marechal e estadista alemão. Comandante dos Exércitos alemão e austríaco durante a Primeira Guerra Mundial. A política civil e militar na Alemanha, de julho de 1917 até o armistício, estava sob o controle de Ludendorff e Hindenburg. Eleito presidente do Reich em 1925 e 1932. Nomeou Hitler chanceler.

Alfred von Tirpitz (1849-1930): almirante alemão, ministro da Marinha de 1897 a 1916. Em 1917, formou o partido alemão da Pátria, nacionalista e pangermanista. Deputado nacionalista no Reichstag de 1924 a 1928.

8. Requisição imediata de todos os estoques de víveres com o fim de assegurar o abastecimento do povo.

II. Medidas políticas e sociais

1. Abolição de todos os Estados particulares; criação de uma República socialista alemã unificada.

2. Supressão de todos os parlamentos e conselhos municipais, cujas funções serão preenchidas pelos conselhos de operários e de soldados, assim como pelos comitês e órgãos por eles designados.

3. Eleição de conselhos de operários em toda a Alemanha pelo conjunto do operariado adulto dos dois sexos, na cidade e no campo, por empresa; eleição de conselhos de soldados pela tropa, exceto os oficiais e os *Kapitulanten*; direito dos operários e soldados de, a todo momento, revogarem os mandatos dos seus representantes.

4. Eleição de delegados dos conselhos de operários e de soldados em todo o Reich para o Conselho Central (*Zentralrat*) dos conselhos de operários e de soldados que, por sua vez, elegerá um Comitê Executivo (*Vollzugsrat*); este será o organismo supremo dos Poderes Legislativo e Executivo.

5. O Conselho Central reunir-se-á, no mínimo, uma vez a cada três meses – sempre com reeleição dos delegados –, a fim de exercer um controle permanente sobre a atividade do Comitê Executivo e de estabelecer um contato vivo entre a massa dos conselhos de operários e de soldados de todo o Reich, e o organismo governamental supremo que os representa. Os conselhos de operários e de soldados



locais têm o direito, a todo momento, de revogar os mandatos e de substituir seus delegados no Conselho Central, no caso destes não agirem de acordo com o mandato que lhes foi dado. O Comitê Executivo tem o direito de nomear e depor os Comissários do povo (*Volksbeauftragten*), assim como as autoridades centrais do Reich e os funcionários.

6. Supressão de todas as diferenças de casta, de todas as ordens e de todos os títulos; total igualdade entre os sexos, no plano jurídico e social.

7. Medidas sociais importantes: redução do tempo de trabalho para lutar contra o desemprego e levar em consideração a fraqueza física do operariado, conseqüência da guerra mundial; fixação da jornada de trabalho em 6 horas, no máximo.

8. Imediata reorganização dos sistemas de abastecimento, habitação, saúde e educação, no sentido e no espírito da revolução proletária.

III. Medidas econômicas imediatas

1. Confisco de todos os bens e rendas dinásticas em proveito da coletividade (*Allgemeinheit*).

2. Anulação das dívidas do Estado e de outras dívidas públicas, assim como dos empréstimos de guerra, exceto subscrições de um determinado valor, a ser fixado pelo Conselho Central dos conselhos de operários e de soldados.

3. Expropriação de todas as explorações agrícolas grandes e médias, constituição de cooperativas agrícolas socialistas dependendo de uma direção central à escala do Reich;

as pequenas explorações camponesas continuarão de posse dos seus proprietários até que estes adiram livremente às cooperativas socialistas.

4. A República dos Conselhos expropriará todos os bancos, minas, usinas metalúrgicas, assim como todas as grandes empresas industriais e comerciais.

5. Confisco de todas as fortunas acima de um certo valor, a ser fixado pelo Conselho Central.

6. Apropriação do conjunto dos transportes públicos pela República dos Conselhos.

7. Eleições, em todas as fábricas, de conselhos de fábrica que, de acordo com os conselhos operários, deverão administrar todos os assuntos internos da empresa, as condições de trabalho, controlar a produção e, finalmente, assumir a direção da empresa.

8. Instituição de uma Comissão Central de Greve que, em colaboração permanente com os conselhos de fábrica, deverá coordenar o movimento de greve que começa em todo o Reich, assegurando-lhe a orientação socialista e o apoio vigoroso do poder político dos conselhos de trabalhadores e de soldados.

IV. Tarefas internacionais

Restabelecimento imediato das relações com os partidos irmãos dos outros países para dar à revolução socialista uma base internacional, estabelecer e garantir a paz pela confraternização internacional e pelo levante revolucionário do proletariado do mundo inteiro.



V. Eis o que quer a Liga Spartakus!

E porque a Liga Spartakus quer isto, porque exorta e impele a agir, porque é a consciência socialista da revolução, é odiada, perseguida, caluniada por todos os inimigos secretos ou declarados da revolução e do proletariado.

- Crucifiquem-na! – gritam os capitalistas, tremendo por seus cofres-fortes.

- Crucifiquem-na! – gritam os pequeno-burgueses, os oficiais, os antissemitas, os lacaios da imprensa burguesa, tremendo pelos bons petiscos que lhes permite a dominação de classe da burguesia.

- Crucifiquem-na! – gritam os Scheidemann (*Scheidemänner*) que, como Judas Iscariotes, venderam os operários à burguesia e tremem pelos trinta dinheiros da sua dominação política.

- Crucifiquem-na! – repetem ainda, como um eco, camadas do operariado, iludidas, enganadas, mistificadas, e soldados que não sabem que acusam sua própria carne e seu próprio sangue, quando acusam a Liga Spartakus!

No ódio, na calúnia contra a Liga Spartakus une-se tudo o que é contrarrevolucionário, inimigo do povo, antissocialista, equívoco, turvo, lucífugo. Isso confirma que na Liga Spartakus bate o coração da revolução e que o futuro lhe pertence.

A Liga Spartakus não é um partido que queira chegar ao poder passando por cima da massa operária ou servindo-se da massa operária. A Liga Spartakus é apenas a parte mais consciente do proletariado que indica a cada passo às grandes massas do operariado suas tarefas históricas, que, a cada estágio particular da revolução, representa o objetivo final socialista e que, em todas as questões nacionais, defende os interesses da revolução proletária mundial.

A Liga Spartakus recusa-se a compartilhar o poder com



os Scheidemann-Ebert¹³, esses criados da burguesia, porque considera que colaborar com eles significa trair os princípios fundamentais do socialismo, reforçar a contrarrevolução e paralisar a revolução.

A Liga Spartakus recusará igualmente chegar ao poder unicamente porque os Scheidemann-Ebert se desgastaram e os independentes¹⁴ caíram num impasse ao colaborar com eles.¹⁵

A Liga Spartakus nunca tomará o poder a não ser pela vontade clara e inequívoca da grande maioria da massa proletária em toda a Alemanha. Ela só tomará o poder se essa massa aprovar conscientemente os projetos, objetivos e métodos de luta da Liga Spartakus.

A revolução proletária não pode chegar a uma total lucidez e maturidade senão subindo, passo a passo, o amargo Gólgota de suas próprias experiências, passando por vitórias e derrotas.

A vitória da Liga Spartakus não se situa no começo, mas no fim da revolução: ela identifica-se à vitória dos milhões de homens que constituem a massa do proletariado socialista.

De pé, proletários! À luta! Trata-se de conquistar um mundo e de lutar contra um mundo. Nesta última luta de classes

13 *Friedrich Ebert* (1871-1925): presidente do SPD desde o pré-guerra. A partir de 10 de novembro de 1918, um dos seis membros do Conselho dos Comissários do Povo. Primeiro presidente da República de Weimar, eleito a 11 de fevereiro de 1919.

Scheidemann-Ebert: Ebert procura a todo custo preservar a monarquia. Porém, a revolução alastra-se pelo país, o imperador renuncia a 9 de novembro, assumindo Ebert a chefia do governo. Scheidemann fez parte do gabinete Max de Bade, último chanceler do império, para logo em seguida ser membro, junto com Ebert, do Conselho dos Comissários do Povo, nas mãos de quem estava o governo. Donde a crítica a ambos, constante em Rosa Luxemburgo.

14 Independentes: membros do USPD.

15 Com a renúncia do imperador, a República é proclamada e o poder passa a ser exercido por uma coalizão dos partidos operários SPD e USPD. Rosa conta com a desmoralização dos socialistas, tanto majoritários quanto independentes, perante as massas. Entretanto, os independentes, por discordarem de certas medidas políticas dos majoritários, deixam o governo a 29 de dezembro. E Ebert não só não se desmoraliza, como é eleito presidente da República.



da história mundial pelos mais sublimes objetivos da humanidade, lançamos aos inimigos este grito: – Dedos nos olhos, joelhos no peito! (*Daumen aufs Auge und Knie auf die Brust!*).

A Liga Spartacus







A luta das mulheres no Brasil e no mundo







A extrema-direita venceu. Feministas, antirracistas e LGBTQs também ¹

Rosana Pinheiro-Machado²

Em 2016, em uma escola secundarista de uma favela de Porto Alegre, Lucia Scalco e eu nos deparamos com dezenas de meninos fãs do “mito”. Por muito tempo, só conseguíamos enxergar esse fato, que dominava nossa análise.

Isso, em grande medida, prejudicava dar a devida atenção a meninas como Maria Rita, de 17 anos, única filha mulher de um soldado bolsonarista. Ela discutia cotidianamente com seu pai e irmão e, em 2018, já havia conseguido convencer a mãe que “eles não tinham argumentos, apenas raiva de tudo”.

A antropóloga Claudia Fonseca, nos anos 1980, chamava as mulheres de periferia de “mulheres valentes”: líderes comunitárias, mães e trabalhadoras – mas não necessariamente feministas. O que nós encontramos em 2016, quando nos permitimos olhar as coisas sob lentes diferentes, foi que as filhas das valentes agora se denominavam feministas, enfrentavam o poder patriarcal com argumentos sólidos, dados e conhecimento aprofundado de política. E melhor: elas eram em maior número do que os “minions”.

Talvez o que nos esteja faltando para começar 2019 é conseguir deslocar o foco exclusivo no círculo vicioso das manchetes trágicas e no aumento do autoritarismo para valorizar as grandes conquistas que mudaram uma geração inteira, e que produzirá impactos sociais e institucionais profundos daqui a alguns anos.

A crise de 2007/2008 propiciou a explosão de uma primavera de ocupações e protestos em massa no mundo todo.

¹ Extraído de: <<https://theintercept.com/2019/01/08/extrema-direita-feministas-antirracistas-lgbts/>>.

² Antropóloga e professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).



Muito é dito sobre o quanto essas manifestações causaram a ascensão da extrema direita. Menos atenção tem sido dada, entretanto, ao fato de que existiram outros desdobramentos possíveis dessas manifestações. Tanto o *Occupy* nos Estados Unidos quanto as Jornadas de Junho de 2013, por exemplo, também foram marcos do fortalecimento de uma nova subjetividade política que busca, na ação microscópica da ação direta, o afeto radical, a imaginação e a horizontalidade.

Quem sabe invertemos as lentes de análise? O reacionarismo emergente também pode ser entendido, entre muitos outros fatores, como uma reação à explosão do feminismo, do antirracismo e da luta dos grupos LGBTs, que sempre se organizaram no Brasil, mas que, nos últimos anos, atingiram uma capilaridade inédita — e perturbadora, para muitos.

Impulsionada pelo contágio das novas mídias digitais, emergiu a quarta onda feminista no mundo todo — especialmente no Sul global (veja abaixo alguns exemplos) —, que é orgânica, emergiu de baixo para cima e cada vez mais reinventa localmente os sentidos do movimento global *#MeToo*. A onda internacional perpassa todas as gerações, mas é entre as adolescentes que desponta seu caráter mais profundo no sentido de ruptura da estrutura social: há uma nova geração de mulheres que não tem nada a perder e a temer.

Diz o cântico das marchas feministas que a “América Latina vai ser toda feminista”. Neste ano, as universidades chilenas, por exemplo, foram ocupadas contra o assédio sexual. Na Argentina, filhas do movimento *#NiUnaMenos*, as *pibas* (ativistas jovens) comandaram as vigílias durante a votação do aborto no Senado. Atualmente, meninas de 12, 13 anos já vão para a escola com o lenço verde, que simboliza a luta pelo aborto legal.

A cena feminista asiática está em plena ebulição. Na Coreia do Sul, as “irmãs de Seul” marcharam contra o abuso



sexual e a misoginia. Na China, depois da prisão de cinco ativistas, o feminismo tem explodido em todo o país, e as jovens fazem performances criativas, como ocupar os banheiros masculinos, contra o machismo e o autoritarismo.

O mesmo ocorre em diversos países africanos. A juventude secundarista e universitária de Moçambique fundou o Movfemme, o Movimento das Jovens Feministas. Sob forte repressão, elas organizam eventos menores, como rodas de conversa em torno de uma fogueira para falar de sexualidade e direitos das mulheres.

Furando a bolha institucional

Lúcia Scalco e eu percebemos o rastro da primavera feminista de 2015 e das ocupações secundaristas de 2016 na periferia de Porto Alegre. Nós fazemos pesquisa lá há dez anos e percebemos que a intensidade e a capilaridade do feminismo entre as adolescentes era inédita. Existe toda uma nova geração de feministas, e elas foram fundamentais na contenção do crescimento de Bolsonaro no bairro em que moram. Muito antes de existir o movimento #elenão, elas já enfrentavam seus pais, irmãos e companheiros e, assim, mudavam o voto de suas mães e avós, que tradicionalmente seguiam o voto dos maridos.

O grupo Mulheres Unidas contra Bolsonaro reuniu em poucos dias 4 milhões de mulheres no *Facebook* e o movimento #elenão foi a explosão disso tudo, constituindo-se também um grande momento de politização de mulheres. O *backlash* (contra-ataque) não veio apenas dos bolsonaristas, mas também de alguns intelectuais de esquerda que, direta ou indiretamente, responsabilizaram as mulheres pelo crescimento de Bolsonaro na última semana no primeiro turno, desprezando as muitas variáveis políticas que levaram àquele cenário – argumento já refutado em artigo acadêmico de Daniela Mussi e Alvaro Bianchi.



Essa onda feminista relativamente espontânea já começa a furar e renovar a bolha institucional, elegendo mulheres no Brasil e nos Estados Unidos.

Enquanto a direita tradicional derreteu nessas eleições, e o PSL cresceu de forma fenomenal na extrema direita, o PSOL também elegeu Aurea Carolina, Sâmia Bomfim, Fernanda Melchionna, Talíria Petrone como deputadas federais; e a Rede elegeu Joênia Wapichana, a primeira indígena eleita no país. Além, é claro, das vitórias da Bancada Ativista, de Monica Francisco, Erica Malunguinho, Luciana Genro, entre outras, em nível estadual.

Primeiros frutos das sementes de Marielle Franco, essas mulheres jovens possuem com forte vínculo com o ativismo e com a realidade popular. Essa nova bancada feminista não procurou surfar na onda de Junho de 2013 ou da Primavera Feminista de 2015 simplesmente – elas vêm organicamente das ruas e das lutas.

Nos Estados Unidos, as eleições do chamado “midterm” surpreendeu e derrotou Trump no Congresso, tendo significativo número de recorde de mulheres eleitas, como as democratas Rashida Tlaib e Iham Omar (as primeiras islâmicas da eleitas), Deb Haaland e Sharice Davids (as primeiras indígenas eleitas), Ayanna Pressley (a primeira negra eleita por Massachussets) e Alexandria Ocasio-Cortez, a mais jovem deputada já eleita.

Ocasio-Cortez tem sido um caso exemplar da renovação política. Mulher, mãe e latina do Bronx, ela encarna as lutas das minorias ao mesmo tempo em que resgata uma linguagem dos laços de amor da família e comunidade. Ela também produz um discurso mais universalista que dialoga diretamente com os anseios da classe trabalhadora constantemente usurpada: emprego, segurança, sistema de saúde e educação. Em suma, ao falar do amor e das dificuldades da vida cotidiana, ela atinge temas básicos que tocam no âmago dos anseios



populares – temas que, apesar de básicos, têm sido deixados de lado pela grande narrativa da esquerda brasileira.

As diferenças de contexto norte-americano e brasileiro são enormes, evidentemente. Mas, em comum, essas mulheres encarnam um radicalismo necessário, conectado a uma ética e estética do século 21. Fazendo forte uso das redes sociais, por meio de stories do Instagram, essas mulheres transformam a política outrora hostil, inacessível e corrupta em algo atraente, palpável e transparente. São mulheres de carne e osso que fazem política olho no olho não apenas em época de eleição. Afinal, não basta apenas ocupar a política como também mudar o jeito de fazê-la.

Podemos, então, dizer que a configuração política de hoje extrapola as análises convencionais da polarização entre esquerda e direita, mas aponta para a existência de dupla divisão de ideologia e posicionalidade, ou seja, de um lado situa-se o tipo ideal do homem branco de direita e, de outro lado, a mulher negra/lésbica/trans/pobre.

Quando o desespero bater sob o governo autoritário e misógino de Jair Bolsonaro, é importante olhar adiante e lembrar que muita energia está vindo de baixo, a qual, aos poucos, vai atingindo os andares de cima. É uma questão de tempo: as adolescentes feministas irão crescer, e o mundo institucional terá que mudar para recebê-las.

Nossas conquistas em nível global são extraordinárias, mas muitos não irão te contar isso. A onda feminista dará força para resistir. Tenho confiança que muitas e renovadas versões do #elenão serão reeditadas, e miram não apenas derrubar os projetos de Bolsonaro, mas principalmente servir de espaço para a politização de mulheres. Mesmo derrotadas, somos vencedoras. Feliz 2019.





Nova onda feminista: o papel estratégico da luta das mulheres

Nathalie Drummond¹

*Não aceito mais as coisas que não posso mudar,
estou mudando as coisas que não posso aceitar*
(Angela Davis)

*Nós que acreditamos na Liberdade
não podemos descansar
até que ela seja alcançada!*
(Ella Baker)

#ElesNão

Na noite do dia 5 de fevereiro deste ano, Donald Trump cumpriu um rito comum a todos os presidentes dos Estados Unidos: fez seu discurso sobre o “estado da União”² em uma sessão conjunta que reuniu deputados e senadores. Trump usou este encontro anual para, principalmente, pressionar os congressistas a aprovarem a construção de um muro na fronteira com o México, a fim de impedir a entrada de imigrantes - polêmica que praticamente paralisou o governo norte-americano nos últimos meses. O teor anti-imigrante de seu discurso já era algo esperado. Mas a cobertura da imprensa deu destaque para outro fato importante: a presença de dezenas de congressistas mulheres vestidas de branco assistindo ao pronunciamento do presidente. Enquanto as câmeras da imprensa cobriam o discurso de Trump, o que mais saltava aos

¹ Dirigente do MES/PSOL.

² Relatório na forma de discurso apresentado anualmente pelo Presidente dos Estados Unidos na presença do Congresso. Através dele o presidente reporta as condições em que o país se encontra e apresenta sua proposta legislativa (que geralmente necessita da cooperação do Congresso) e as prioridades nacionais.



olhos era o aglomerado de mulheres na plateia praticamente brilhando - resultado do contraste de suas roupas.

A escolha da cor branca tinha como objetivo homenagear as sufragistas, movimento emblemático da luta das mulheres em sua primeira onda, mais de um século depois. Além da homenagem a um dos movimentos precursores do feminismo, as mulheres queriam dar um recado a Trump: contra a barbárie, as mulheres defenderão a vida. Em 6 de fevereiro de 1918, as mulheres conquistaram o direito ao voto no Reino Unido. Um ano depois, o mesmo direito foi conquistado nos EUA. Cem anos e muitas lutas mais tarde, o Congresso americano reúne um número recorde de mulheres eleitas (negras, muçulmanas, latinas). Uma parte significativa dessas congressistas - especialmente oriundas da sua ala democrata - decidiu comparecer ao discurso vestindo branco: uma forma de homenagear a luta das mulheres, mas também de contrastar com o discurso mórbido de Donald Trump. Uma dessas congressistas que mais têm se destacado é Alexandria Ocasio-Cortez, oriunda do Bronx, de origem porto-riquenha, ativista da ala radical do Partido Democrata e parceira de nossa organização-irmã, o DSA (*Democratic Socialists of America*).

Já no Brasil, temos um presidente que em muitos aspectos se assemelha com o comandante-em-chefe americano. Digamos que ambos poderiam ser denominados como populistas ultraconservadores, ainda que o regime político destes países guarde diferenças relevantes. No Brasil, temos hoje um governo com traços autoritários, tutelado por militares. Um novo tipo de regime, ainda em transição, mas cuja fisionomia fundamental já podemos anunciar: maiores restrições às liberdades democráticas e melhores condições para aplicar um ajuste econômico ainda mais severo contra a maioria do povo, o que coloca na defensiva as mulheres e o conjunto da classe trabalhadora.



Por isso, vislumbramos uma mudança na correlação de forças políticas em nosso país (mudança possivelmente preconizada com o bárbaro assassinato de Marielle Franco). E aqui vale extrapolar este parêntese. Marielle era o absoluto oposto desse projeto político que ascendeu ao poder no país. Mulher negra, LBT, oriunda de uma das maiores favelas do Rio de Janeiro - a Maré. Diferente da maioria das mulheres com mesmo perfil, conseguiu chegar à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, logrando ser a mulher mais votada desta eleição. Marielle era símbolo da Primavera Feminista, da necessidade de democratização da política, eco das vozes de 2013, força da revolta das mulheres e da juventude negra. Ela levou para os palácios o grito contra as chacinas e as injustiças sociais que impõem sofrimento a inúmeras mães e famílias brasileiras. Tudo indica que foi assassinada por milícias do Rio de Janeiro. Organizações criminosas cujos membros foram abrigados e ostensivamente agraciados pelo mandato de Flávio Bolsonaro, o filho do ex-capitão hoje presidente.

Portanto, derrotar esse clã passa por fazer justiça à Marielle. Em primeiro lugar, revelando quais foram seus algozes, a mando de quem e por qual motivo. É preciso trazer à tona os responsáveis por sua morte, inclusive para que possamos saber com quem eles mantinham relação. Revelar as entranhas dos esquemas mafiosos do Rio que assassinaram nossa companheira é, portanto, combater a casta que hoje governa o país. Ao mesmo tempo, fazemos jus ao legado de Marielle é sermos consequentes com tudo que ela representava. Parte importante de seu legado cabe ao movimento feminista defender e concretizar.

Que as mulheres derrotem Trump nos EUA e Bolsonaro no Brasil. Neste artigo vamos perseguir essa ideia.



A extrema direita venceu, mas as feministas também³

Apesar da eleição de Bolsonaro e seus asseclas, o número de mulheres eleitas para as Câmaras Legislativas mais que dobrou em relação à legislatura anterior. Num cenário tão preocupante, é extraordinário que a luta das mulheres tenha se fortalecido. O PSOL, por exemplo, elegeu uma bancada federal paritária, que conta hoje com Sâmia Bomfim (SP), Luiza Erundina (SP), Fernanda Melchionna (RS), Talíria Petrone (RJ) e Áurea Carolina (MG). E nos estados, inúmeras mulheres ocuparam as Câmaras Legislativas, com destaque para Luciana Genro (RS), Mônica Seixas da Bancada Ativistas (SP) e para as três mulheres negras eleitas para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro: Renata Souza, Mônica Francisco e Dani Monteiro, ambas colaboradoras do mandato de Marielle Franco. Por isso, em nossa opinião, a possibilidade de derrotar a extrema-direita passa necessariamente pelo fortalecimento da luta das mulheres. Felizmente, podemos afirmar que existirá resistência se depender do movimento feminista no Brasil, ancorado na experiência vigorosa que se espalha pelo mundo.

Rosana Pinheiro-Machado chegou a afirmar que no Brasil “a extrema direita venceu, mas as feministas também”. Segundo seu raciocínio, se o reacionarismo ascendeu ao poder, é necessário destacar que o feminismo também se fortaleceu. A autora feminista nos faz uma provocação correta. Não podemos menosprezar a força de nosso adversário, mas só será possível construir uma resistência à altura se conseguirmos identificar e catalisar a enorme energia transformadora já reunida pela luta das mulheres até aqui.

Para justificar seu ponto de vista, Rosana menciona, por exemplo, a luta das mulheres na Argentina, as impulsionadoras do movimento *#NiUnaAMenos*, que comandaram

³ Ver artigo de Rosana Pinheiro-Machado publicado nesta edição da *Revista Movimento*.



uma fantástica campanha em defesa da legalização do aborto. Tal iniciativa foi capaz de reunir milhões nas ruas em 2018. Também logrou aprovar a proposta na Câmara dos Deputados, mas que em seguida foi derrotada no Senado argentino. Mesmo assim, meninas adolescentes (de 12, 13 ou mais anos) passaram a ter o feminismo como uma bandeira sua, presente em sua vida cotidiana. Ainda hoje, pelas ruas de Buenos Aires, é possível se deparar frequentemente com meninas que ostentam seus lenços verdes, símbolo desta luta, com muito orgulho. Também é possível encontrar importantes feitos da luta feminista em países de toda Europa, Ásia e África. A mais forte mobilização convocada pela esquerda no Brasil desde as Jornadas de Junho de 2013 foi impulsionada pelas mulheres. Por nossa iniciativa - através do grupo de *Facebook* “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”, que em poucos dias tinha mais de 4 milhões de mulheres - o primeiro turno também foi disputado nas ruas a partir da campanha #EleNão.

Observamos um processo crescente de tomada de consciência, engajamento e politização entre as diferentes camadas de mulheres brasileiras. Por um lado, uma maior adesão às ideias feministas, por outro, uma feminização dos protestos e do debate político. A igualdade entre os gêneros, o rechaço à condição subjugada das mulheres ou temas diversos da política nacional ou local passaram a ser assuntos que preocupam a todas. São mães e filhas que debatem estas questões diante da postura inapropriada de um marido, um pai, um namorado, um irmão, um governante. São desconhecidas que se apoiam e se defendem diante do comportamento ostensivo, agressivo e opressor de um diretor de filme, de um cantor, de um guru, de um médico ou de um presidente. Essa *onda feminista* tem atingido todas as esferas da vida cotidiana e semeou frutos também nas casas e palácios de poder. Já mencionamos aqui a importância da eleição de muitas mulheres no Brasil e nos Estados Unidos diretamente vinculadas



a esse processo novo, relativamente espontâneo, que começa a virar de cabeça para baixo a política institucional.

A crise do capitalismo e a luta das mulheres

Anos atrás, nós do movimento Juntas! já nos antecipávamos a este cenário. Afirmávamos que a crise que emergiu à superfície em 2008 significou não apenas a quebra de um modelo econômico, mas também de um modo de vida e de um padrão de dominação política. O pacto hegemônico que regia a sociedade capitalista de nossos tempos ruiu. Como resultado, a sociedade se polarizou, a luta entre classes se acirrou e explodiram mobilizações pelo mundo.

A contradição entre reprodução do capital⁴ e a reprodução social da vida⁵ tornou-se ainda mais intensa, especificamente desde a crise econômica de 2008. Nessa etapa, intensificou-se a acumulação capitalista pela via da espoliação dos bens e direitos da classe trabalhadora e dos recursos naturais. A lógica do capital, de forma cada vez mais acelerada, buscou se apropriar de tudo aquilo que era público, comum ou coletivo (de direitos adquiridos a bens comuns assegurados) a serviço de sua reprodução. A manutenção e reprodução da vida, no sentido definido por Cinzia Arruzza, passa a ser colocada cada vez mais em xeque.

Júlia Cámara, dirigente dos Anticapitalistas da Espanha,

4 Para maior profundidade do conceito segundo uma autora feminista, consultar "Para uma crítica das crises do capitalismo", de Nancy Fraser. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/10986>

5 "Em poucas palavras, refere-se às atividades e o trabalho que implica a reprodução biológica, cotidiana e geracional, da força de trabalho. Mas sejamos claros: reproduzir a força de trabalho significa reproduzir as pessoas e a vida. Isto não se limita à mera subsistência ou às necessidades de sobrevivência, mas também à satisfação de necessidades mais complexas e à reprodução de capacidades que contribuem para converter a força de trabalho nessa mercadoria especial que se pode vender no mercado capitalista. Estamos, portanto, falando da socialização das crianças, da educação, mas também da saúde e dos serviços sociais". (Cinzia Arruzza - <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/-O-feminismo-dos-99-e-a-alternativa-anticapitalista-ao-feminismo-liberal-/52/41466>).



em um texto originalmente publicado pelo portal *Viento Sur*⁶, também busca explicar este processo, defendendo que as mulheres são direta e especialmente atingidas por esta lógica e, portanto, têm neste processo um papel chave para confrontar o capitalismo. Neste texto, ela busca justificar que no atual período as mulheres são um setor estratégico para a luta de classes. E esta condição não é fruto de uma condição essencial da mulher na sociedade capitalista, mas que ganha especial importância política por uma combinação de fatores que, em determinadas conjunturas, colocam as mulheres no centro desta contradição capital/vida. Para justificar sua posição, ela trabalha o conceito de “consciência feminina”.

Como resultado da divisão sexual do trabalho, a consciência feminina se expressa em uma série de direitos e deveres pelos quais as mulheres se sentem primordial e diretamente comprometidas. Desde cedo, as meninas são educadas a se preocuparem com os cuidados do lar, dos mais novos, de sua família. Ao longo dos anos, as mulheres naturalmente assumem as responsabilidades com os cuidados e manutenção da vida familiar e até mesmo de sua comunidade. Da alimentação à manutenção dos espaços físicos.

Vale ressaltar que essa atividade do cuidado e responsabilidade sobre a vida, como afirma a pesquisadora Marjorie Chaves⁷, são comuns às mulheres, mas incidem muito mais sobre as mulheres da classe trabalhadora e, especialmente, sobre as mulheres negras. O trabalho doméstico remunerado, por exemplo, tem um caráter de classe e racial. Ao longo da história brasileira, foi uma das principais formas de inserção das mulheres negras no mercado de trabalho. Para o contexto brasileiro, Núbia Moreira também comenta que ao longo da trajetória social das mulheres negras é recor-

6 E reproduzido nesta edição da *Revista Movimento*.

7 <http://blogueirasnegras.org/2014/09/30/de-ama-a-baba-mulheres-negras-e-a-racializacao-do-cuidado/>



rente que elas cumpram o papel de agregar em torno de si a sua comunidade ou o seus pares, diante da violência que são submetidos historicamente⁸, não à toa são essas mulheres que lideram os movimentos contra a violência do Estado.

Portanto, a consciência feminina se expressa, em tempos de estabilidade política-econômica, de menor contradição aparente entre a reprodução do capital e da vida, muitas vezes como um dado de conservação do modo de vida vigente. Porém, neste impulso de buscar a preservação da vida, em determinados contextos, essa consciência pode ativar e acelerar um processo de politização dessas mulheres, à medida que se deparam com as dificuldades e contradições para sua reprodução na sociedade capitalista. Ou seja, para Júlia Câmara, quando estas mulheres sentem que pode estar em jogo a vida de seus entes ou de sua comunidade, elas acionam suas redes e relações para combater os responsáveis por tal ameaça. Neste momento, a consciência feminina pode servir como um impulso para a luta coletiva. E, então, retoma uma ideia importante desenvolvida por Cinzia Arruzza e Lidia Cirilo: “as mulheres não existem como sujeito político permanente, este sujeito se constitui pontualmente em aqueles momentos em que a condição social mulher é percebida por quem a exerce como condição principal de opressão e discriminação” (Arruzza e Cirilo *apud* Câmara⁹). Ou seja, há etapas onde a consciência feminina pode assumir um sentido transformador, naqueles momentos onde as mulheres assumem papel político estratégico na luta entre explorados e exploradores, oprimidos e opressores, dominados e dominadores.

Desde o ano de 2008, podemos reunir uma série de episódios que reforçam a tese do papel político decisivo que as

8 http://tvcultura.com.br/videos/59091_movimento-feminista-negro-no-brasil-nubia-moreira.html

9 <https://vientosur.info/spip.php?article14343>



mulheres assumiram nessa quadra histórica - as mulheres em geral e as mulheres negras em particular, como nos casos de Brasil e Estados Unidos. Nos últimos anos, tivemos inúmeros acontecimentos em que as mulheres cumpriram papel preponderante, seja na defesa de seus interesses, seja assumindo a defesa de seus semelhantes. No importante ano de 2013, por exemplo, tivemos uma forte greve das servidoras e servidores da educação do Rio de Janeiro na qual se reforçou o papel das mulheres como liderança desses processos de contestação. A campanha de Luciana Genro à Presidência da República em 2014 pelo PSOL levou para a disputa dos palácios as reivindicações desta nova onda feminista, contestando também um regime democrático capturado pelas castas políticas e econômicas. A frase “não levante o dedo para mim” dirigida a Aécio Neves megafonou o sentimento anti-patriarcal, e anti-casta, já bastante latente em inúmeras mulheres jovens. Depois as meninas também estiveram na linha de frente das ocupações das escolas em SP. Em 2015, a Primavera Feminista finalmente se afirmou no Brasil através da luta contra Eduardo Cunha, combinando a defesa da *pílula do dia seguinte* com o enfrentamento a um dos maiores corruptos do país. E através da grandiosa Marcha das Mulheres Negras que ocupou com muitas milhares a Esplanada dos Ministérios. Vale registrar que o fechamento de tal marcha foi recebido a tiros por homens que faziam um acampamento a favor da intervenção militar no gramado do Congresso Nacional.

Em 2016, tivemos uma primeira forte demonstração dos impactos eleitorais do ascenso do feminismo por aqui, elegemos Sâmia Bomfim em São Paulo, Fernanda Melchionna como a vereadora mais votada em Porto Alegre. No Rio, foi eleita Marielle Franco dentre as mais votadas da cidade. E os desdobramentos deste enredo já são bastante conhecidos por nós. De todo modo, nunca é demasiado retomar que anos atrás fizemos uma aposta: a luta das mulheres vocali-



zaria o sentimento de transformação destes novos tempos. Apostamos que uma nova geração de ativistas feministas contribuiria para renovar a fisionomia, a amplitude e a política da esquerda mundial. Definimos em um documento de novembro de 2015 que

as manifestações internacionais que se iniciaram em 2011 em reação aos planos de austeridade dos governos e por mais democracia real mostram como o feminismo pode ser uma força que trabalha em concerto com outros movimentos anticapitalistas, na luta pelo fim das desigualdades e por uma economia sob o controle democrático, por meio do desdobramento do potencial das ondas anteriores de libertação das mulheres. Além disso, é manifesto como o processamento dessa onda feminista está relacionada a uma nova geração de ativistas. A geração das redes sociais, da informação, das identidades, dos novos comportamentos, com novas concepções de família; a geração de jovens que despertou seu potencial transformador nas ruas em Junho de 2013 no Brasil. Por isso, a criação de um novo feminismo, que contribui para a renovação da esquerda, está diretamente relacionada a uma nova geração.¹⁰

Felizmente, anos atrás já nos antecipávamos à onda de rebeldia que marcaria um novo período da luta feminista no Brasil. Hoje é incontestável que há uma maior organização e maior ativismo sob a ideia de um novo feminismo. Um ascenso entre as mulheres em geral, entre as mulheres negras em especial, mas sobretudo entre as mulheres jovens. Há um componente geracional nesta nova onda que não deve ser desprezado. Ainda que não seja possível desenvolver este aspecto nesta análise, é importante capturar que são as mulheres jovens as que mais têm protagonizado o feminismo desta nova etapa. Alexandria Ocasio-Cortez, a já mencionada deputada norte-americana, além de referenciada congressista é também quase uma ícone *teen*, período que ela deixou para

10 <https://esquerdasocialista.com.br/juntas-a-primavera-feminista/>



trás há pouco menos de uma década. Por isso que Rosana Pinheiro-Machado chega a afirmar, em tom quase premonitório, que “as adolescentes feministas irão crescer e o mundo terá que mudar para recebê-las”¹¹. Sendo assim, é importante levar em conta que o aspecto geracional reforça a longevidade dos impactos da atual onda feminista.

Mas retornando ao argumento de que as mulheres têm papel político estratégico na atual conjuntura, afirmamos que apesar da aposta acertada nesta tese não prevíamos que a extrema-direita ocuparia o espaço deixado após a quebra do pacto hegemônico que regou o Brasil sob a Nova República. A força acumulada pelo movimento feminista nestes últimos anos se multiplicou e segue ainda latente, possivelmente porque as contradições mais agudas entre a reprodução do capital e da vida não foram ainda acomodadas. E porque apesar da derrota para a extrema-direita, as mulheres puderem arrancar conquistas. Mas hoje as responsabilidades, oportunidades e desafios do movimento feminista são de outra ordem.

A nova onda feminista e os nossos desafios

Definitivamente acertamos em apostar que essa onda viraria um tsunami. Mas agora quais os próximos passos do movimento feminista? Se o feminismo segue como energia latente, as mulheres têm ainda uma oportunidade e uma grande responsabilidade diante do novo contexto político.

Rosana Pinheiro-Machado, no mesmo texto já citado anteriormente, afirma que o reacionarismo surge igualmente como resposta à explosão da onda feminista que tomou conta do Brasil e do mundo na última década. Luciana Genro¹², em seu artigo sobre o livro de Silvia Frederici, “O Calibã e a

¹¹ <https://theintercept.com/2019/01/08/extrema-direita-feministas-antirracistas-lgbts/>

¹² <https://movimentorevista.com.br/2018/06/caliba-e-a-bruxa-e-uma-otica-marxista-e-interseccional-do-feminismo/>



Bruxa”, descreve como repetidas vezes ao longo da história do capitalismo foi preciso degradar as mulheres para ser possível conter os processos de resistência.

Degradar as mulheres, quebrar sua força na comunidade e submetê-las aos interesses do novo modelo econômico era, portanto, um imperativo. A caça às bruxas cumpriu este papel. Não casualmente a caça às bruxas coincidiu com revoltas urbanas e rurais (...) muitas delas iniciadas e dirigidas por mulheres. Também na América a ideia da bruxaria foi utilizada para quebrar a resistência dos povos originários. Muito tempo depois, em 1871 durante a Comuna de Paris, a burguesia parisiense retomou o mito da bruxaria para demonizar as mulheres *communards*, acusando-as de querer incendiar Paris.¹³

Especificamente sobre o período de caça às bruxas, a autora Bell Hooks destaca que as mulheres negras eram o principal alvo entre aquelas assassinadas como bruxas na sociedade colonial norte-americana.¹⁴ Tais mulheres eram taxadas como aberrações primitivas descontroladas, a perfeita encarnação de um erotismo desenfreado. A demonização das mulheres, portanto, servia como justificativa para perseguir, controlar e, quando não fosse possível subjugar, dizimar aquelas que resistiam à implementação do padrão de dominação vigente. Como destaca Luciana, “os homens que haviam sido expropriados, empobrecidos e criminalizados culpavam as bruxas pela sua desgraça e viam no poder que as mulheres tinham ganhado contra as autoridades uma ameaça que poderia se voltar contra eles”.¹⁵ Dessa forma, a reação contra as mulheres parte das autoridades políticas, religiosas ou militares, mas como ideologia pode se disseminar entre as camadas médias empobrecidas em tempos de crise, majoritariamente entre os homens.

¹³ Idem.

¹⁴ <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>

¹⁵ Idem



Dessa forma, se em tempos de crise as mulheres podem assumir papel estratégico como sujeitos políticos, a demonização das mulheres é igualmente necessária para que as classes dominantes assegurem seus interesses. Essa estratégia de demonização das mulheres facilmente pode ser identificada nos tempos atuais. No Brasil de Bolsonaro perseguir as mulheres significa emitir um recado a todos que ousam se revoltar. Por aqui, identificamos especialmente uma cruzada do fundamentalismo neopentecostal que visa debilitar as mulheres como sujeito político ativo desses nossos tempos. É preciso que uma parte da sociedade acredite que as mulheres são as responsáveis pelos distúrbios causados, na verdade, pela própria lógica capitalista e por seus gerentes. À medida que esta ideologia se dissemina - a de que as mulheres (feministas!) são loucas e más, pervertidas e egoístas - também se legitima a ação de todos aqueles que busquem combater a nossa rebeldia. Portanto, também em tempos de reação conservadora, a defesa dos direitos das mulheres, extrapola o campo da luta por reconhecimento de direitos democráticos e ganha contornos de luta entre classes. Segundo a própria Silvia Federici, a caça às bruxas foi uma guerra de classes levada à cabo por outras vias.¹⁶

Diante disso, no Brasil, onde impera o reacionarismo dos tempos atuais, o movimento feminista tem um duplo desafio. Primeiramente, seguir fortalecendo a mobilização das mulheres em torno de seus próprios direitos, como contra a violência sexista - no primeiro mês deste ano foram registrados mais de 100 casos de feminicídio em todo o país. Ao mesmo tempo, as mulheres têm uma enorme responsabilidade, pois a chave para derrotar Bolsonaro e suas ideias passa também pela capacidade das mulheres convocarem e liderarem um amplo movimen-

¹⁶ <https://movimentorevista.com.br/2018/06/caliba-e-a-bruxa-e-uma-otica-marxista-e-interseccional-do-feminismo/>



to democrático de resistência, a exemplo do #EleNão.

Lutamos pela vida¹⁷

Nos últimos dias, Damares Regina Alves (atualmente à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) afirmou categoricamente que o Brasil é o pior país da América do Sul para se criar meninas. Se podemos concordar com o diagnóstico da ministra de Bolsonaro, com o antídoto sugerido por ela, jamais. Em primeiro lugar, porque Damares sugere aos pais de meninas que fujam do Brasil à procura de lugar melhor para suas famílias. Fora a confissão de incompetência proferida pela ministra de Estado, ou certa dose de psicodelia que permeiam quase todas as suas declarações, os restante da receita proposta pela por Damares é bastante preocupante. Segundo ela, o país precisa passar por verdadeira revolução cultural, através da qual precisam ser repostos os valores da família e restabelecido um sistema de proteção às meninas e mulheres. Ou seja, a ministra propõe uma verdadeira cruzada contra a mulheres (e contra as LBGs, o movimento negro, o movimento indígena e todos aqueles que atuam em defesa dos direitos humanos) em nome de uma Restauração conservadora à la brasileira. De fato, o papel de Damares - e de ministros de sua estirpe - é confrontar ideológica e materialmente os avanços da luta das mulheres com o intuito de debilitar essas conquistas. Atuam para ideologicamente recriminar esses avanços e materialmente enfraquecê-los e, dessa forma, poderem melhor dominar e controlar não somente as mulheres, mas todos aqueles que ousam confrontar o projeto político e econômico de Bolsonaro e aliados. Neste terreno, nosso dever é colocar o movimento feminista em formação. Resistir aos ataques e exigir verdadeiras respostas aos graves problemas que tocam as mulheres.

¹⁷ <https://vientosur.info/spip.php?article14558>



De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o país tem a quinta maior taxa de homicídios de mulheres entre 84 países pesquisados. A cada duas horas, uma mulher é morta por aqui. Essas taxas são ainda mais altas entre mulheres negras, em idade reprodutiva e de baixa renda. Durante o mês de janeiro, mais de 100 casos de feminicídio foram registrados em todo território nacional. Um número bastante superior ao registrado no mesmo período em anos anteriores. Na maioria das vezes, como já é de conhecimento, os principais autores destes crimes são maridos, namorados ou pessoas muito próximas das vítimas. As motivações giram em torno, normalmente, de ciúmes, do sentimento de posse, da não aceitação de um término, da discordância com alguma atitude tomada pela mulher. Ou seja, estão assentadas na ideia de que a mulher deve ser protegida e controlada pelo homem.

Ao passo que a ministra propõe uma cruzada contra os direitos conquistados pelas mulheres, a primeira proposta apresentada pelo governo, através de seu Ministro da Justiça (Sérgio Moro), foi flexibilizar a legislação para posse de armas. No entanto, dados do Ministério da Saúde de 2017 revelaram que “dos 4.787 óbitos de mulheres por agressão, 2.577 ocorreram por meio de armas de fogo e outros 1.101, por objetos perfurantes”¹⁸. Ou seja, as mulheres estão sob risco de retroceder em seus direitos pelas mãos do Ministério da Mulher, e sob pena de serem uma das maiores vítimas (ao lado de jovens negros) do aumento da letalidade entre brasileiros - provável principal consequência das medidas anunciadas pelo Ministério da Justiça. Frente às crescentes ameaças à vidas mulheres, é imperativo resistir.

A expressão *Ni una a menos* sintetiza atualmente a luta das mulheres contra o feminicídio. A primeira vez que ganhou

18 <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-02-04/femicidio-brasil-janeiro.html>



as ruas foi em 2015, na Argentina, diante da morte da adolescente Chiara Páez por seu namorado. Logo a expressão virou movimento e extrapolou os limites do ativismo feminista em 2016, numa campanha por justiça para Lucía Perez. O crime chocou os argentinos e o mundo. Diante da comoção, inúmeras marchas por Lucía e nem uma a menos se espalharam pelo continente. No Chile, meninas e mulheres ocuparam escolas e universidades por meses contra o feminicídio. No Brasil, o movimento feminista adotou a expressão “nem uma a menos” como uma das suas principais bandeiras.

Tomando como exemplo a experiência das irmãs latinas, e mediante as crescentes taxas de homicídios de mulheres, é preciso ativar uma enorme rede de ação, que conecte ativistas de todo tipo e de várias localidades do país, para se desenvolver uma ampla campanha contra o feminicídios no Brasil.

Por isso, desde o 8 de março devemos lutar pela vida das mulheres com grande centralidade. Pela vida das LBTs, das mulheres negras e mulheres indígenas. Além disso, é imprescindível que nesta campanha seja reforçada a reivindicação por justiça para Marielle Franco, cujo assassinato completará um ano sem resposta no dia 14 de março. Sem que esse crime seja elucidado, a vida das ativistas de Direitos Humanos, mulheres, negras, LBTs, faveladas estarão mais ameaçadas.

A luta das mulheres ainda pode mudar o Brasil e o mundo

Esta é uma Marcha das Mulheres e ela representa a promessa de um feminismo contra o pernicioso poder da violência do Estado. E um feminismo inclusivo e interseccional que convoca todos nós a lutar contra o racismo, a islamofobia, o anti-semitismo, a misoginia e a exploração capitalista.¹⁹
(Angela Davis)

¹⁹ Angela Davis em seu discurso na Women's March, em 21 de janeiro de 2017.



Damares tem razão, o Brasil é um dos países mais inseguros para mulheres. Mas as medidas anunciadas pelo governo de Bolsonaro acarretarão no estrondoso aumento dessa insegurança, por tudo que já foi apresentado nesta análise. Portanto, o desafio do movimento feminista é resistir aos ataques e defender o direito das mulheres. Mas também construir condições para se derrotar o projeto da extrema-direita no Brasil. Ao mesmo tempo, não haverá derrota definitiva deste projeto se não conseguirmos afirmar uma alternativa pela esquerda-democrática e anticapitalista.

Retomemos uma definição já trabalhada neste artigo. À medida que as mulheres buscam dar cabo do papel social designado a elas (qual seja, assegurar a manutenção da vida dos seus entes e quando possível de sua comunidade) muitas delas acabam se chocando frontalmente com um sistema que nega essas condições. Deparam-se com uma lógica, a capitalista, que é fragorosamente contrária à vida. Isso não acontece de uma mesma forma a todas as mulheres. Segundo definiu, Júlia Câmara, em texto já bastante debatido aqui, são as mulheres das classes subalternas, as trabalhadoras, as negras, as imigrantes ou migrantes que mais encontram dificuldades para garantir mínimas condições de vida. Consequentemente, o choque entre necessidade e possibilidades, conflito que na maioria das vezes acaba se resolvendo no âmbito individual e privado, pode transbordar para o espaço público. E essas mulheres se transformam em sujeito político coletivo. Como aponta Cinzia Arruzza, em defesa do “Feminismo para os 99%”, esse processo faz com que haja uma radicalização e politização das mulheres, “no qual a subjetividade das trabalhadoras — muitas vezes jovens, precárias, mal pagas, não remuneradas, exploradas e assediadas sexualmente no seu lugar de trabalho — emerge como uma subjetividade



combativa e *potencialmente anticapitalista*".²⁰

Nesse sentido, Nancy Fraser advoga por um feminismo que não separe a luta por reconhecimento da luta por redistribuição e justiça econômica²¹. Para Nathalie Bressiani, referindo-se aos estudos de Nancy, após o fim do "socialismo real" e do advento da globalização, houve uma intensa politização das diferenças étnicas e culturais, ao passo que ocorreu uma acelerada despolitização da economia, cada vez menos contestada pelos movimentos sociais. Como destaca, o feminismo da penúltima onda se insere num período onde "a busca pela igualdade social, que teria pautado as lutas políticas por quase 150 anos, estaria, assim, sendo substituída pela luta pelo reconhecimento das diferenças, central para os chamados 'novos' movimentos sociais"²². A autora marxista chega a apontar a responsabilidade desse tipo de feminismo para com a eleição de Trump nos Estados Unidos ao abandonar a luta por justiça econômica. Em seu artigo "Do neoliberalismo progressista a Trump - e além"²³, Nancy adverte que não podemos entender a ascensão de Trump, e quiçá da direita e da extrema-direita em tantos outros países, sem compreender a visão de mundo que o trumpismo deslocou.

20 <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/-O-feminismo-dos-99-e-a-alternativa-anticapitalista-ao-feminismo-liberal-/52/41466> (grifo nosso).

21 Segundo Fraser, "o aspecto distributivo transmite uma visão sobre como a sociedade deve alocar bens divisíveis, especialmente a renda. Este aspecto fala sobre a estrutura econômica da sociedade e, ainda que obliquamente, para suas divisões de classe. O aspecto do reconhecimento expressa a sensação de como a sociedade deve consagrar o respeito e a estima, as marcas morais de associação e pertencimento. Focada na ordem de status da sociedade, este aspecto se refere às suas hierarquias de status". (Nancy Fraser - <https://movimentorevista.com.br/2018/02/do-neoliberalismo-progressista-a-trump-e-alem-nancy-fraser/>).

22 http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000200007

23 <https://movimentorevista.com.br/2018/02/do-neoliberalismo-progressista-a-trump-e-alem-nancy-fraser/>



Antes de Trump, o bloco hegemônico que dominava a política norte-americana era o neoliberalismo progressista. (...) era uma aliança real e poderosa (...) por um lado, as correntes liberais *mainstream* dos novos movimentos sociais (feminismo, anti-racismo, multiculturalismo, ambientalismo e direitos LGB-TQ); por outro lado, os setores “simbólicos” e financeiros mais dinâmicos da economia dos EUA (*Wall Street, Silicon Valley e Hollywood*). O que manteve esse estranho casal junto foi uma combinação distinta de pontos de vista sobre a distribuição e o reconhecimento. O bloco progressista-neoliberal combinou um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política de reconhecimento liberal-meritocrática. O componente distributivo desta amálgama era neoliberal. (...) O que isso significava, na realidade, era a financeirização: o desmantelamento de barreiras e proteções da livre circulação de capitais; a desregulamentação bancária e a expansão da dívida predatória; a desindustrialização, o enfraquecimento dos sindicatos e a disseminação do trabalho precário e mal remunerado. Popularmente associado a Ronald Reagan, mas substancialmente implementado e consolidado por Bill Clinton.²⁴

Porém, a crise econômica de 2008 colocou em xeque o neoliberalismo e a globalização como modelos de desenvolvimento econômico. Barack Obama, o primeiro presidente negro dos Estados Unidos, esteve à frente da Casa Branca de 2009 a 2017. Diante da crise que afligia a maioria da população norte-americana, Nancy Fraser argumenta que o presidente democrata poderia ter utilizado sua enorme popularidade para mobilizar apoio para promover uma mudança estrutural no rumo da economia de seu país. Porém, ao invés disso, ele optou por continuar aplicando a receita de *Wall Street*. Sendo assim, “Obama esbanjou enormes resgates de caixa nos bancos que eram ‘muito grandes para falir’, mas não fez nada remotamente comparável para suas vítimas: os dez milhões de americanos que perderam suas casas

24 Idem.



durante a crise”²⁵. Fraser ainda salienta que a única opção diferente da tradicional receita neoliberal foi a expansão do *Medicaid*, mas essa foi a exceção que serviu para provar a regra. Portanto, o crescente descontentamento com a perda no padrão de vida do cidadão médio norte-americano logo se transformou em uma crise de autoridade política. E Trump emerge como alternativa ao modelo até então hegemônico. E está aí a gravidade da aliança entre as ideias liberais e democráticas de muitos movimentos sociais contemporâneos com a política econômica capitalista. Pois à medida que a população americana rejeitou o que Nancy denomina de neoliberalismo progressista é colocado sob contestação não somente seu esquema econômico, mas o pacote como um todo. Neste caso, aos olhos da população, as lutas democráticas das mulheres, da negritude, entre outros movimentos, foram colaboradoras da política econômica que quebrou o país. Portanto, são igualmente responsáveis pela crise total em que o país submergiu. E, em certa medida, o são.

Guardadas as proporções e devidas diferenças, no Brasil boa parte das correntes feministas que ascenderam na penúltima onda também se tornaram sócias minoritárias de um projeto econômico neoliberal, só que em nosso caso implementado pelo PT. As consequências não são tão distintas. E a ascensão de Bolsonaro por aqui responde em certa medida ao mesmo fenômeno.

Bom, mas o que podemos concluir é que o movimento feminista só será capaz de desdobrar seu papel como sujeito político, realizando sua condição estratégica atual, se puder responder também às necessidades coletivas de reprodução social da vida, para além da defesa dos direitos individuais das mulheres. Ou seja, o movimento feminista - sem jamais

25 <https://movimentorevista.com.br/2018/02/do-neoliberalismo-progressista-a-trump-e-alem-nancy-fraser/>



abandonar a luta por igualdade de gênero - também precisa responder, por exemplo, à luta contra a política anti-imigrantes de Trump; contra a Reforma da Previdência e a corrupção no governo Bolsonaro; sair em defesa das reivindicações dos “coletes amarelos” na França ou contra o aquecimento global na Alemanha. Mais do que isso, o movimento feminista precisa responder ao problema econômico que volta a ser o centro da disputa política atual. Não à toa, Alexandria Ocasio-Cortez sustenta como uma das suas principais bandeiras maior taxaço sobre as grandes fortunas americanas. Dessa forma, ela visa dar uma resposta ao tema da justiça econômica, uma das maiores preocupações para aqueles que elegeram Trump²⁶. Precisamos de um feminismo, portanto, que não separe a luta por igualdade de gênero e pela emancipação da mulher da necessidade de superar o racismo, a devastação da natureza e a exploração do trabalho. E, por consequência, um feminismo que reconheça que a exploração de classe e as opressões formam uma totalidade denominada capitalismo.

Nancy Fraser e Cinzia Arruzza defendem que na esteira da crise de 2007/08 surge novamente uma necessidade e uma nova possibilidade para se constituir uma teoria e uma prática política feminista que articulem a luta contra a desigualdade entre os gêneros com uma perspectiva anticapitalista. Diante disso, há um ano, na ocasião da comemoração do Dia Internacional de Luta em Defesa dos Direitos das Mulheres, Angela Davis, as duas autoras, entre outras intelectuais e ativistas, subscreveram um manifesto em defesa de um “Feminismo para os 99%”. Um feminismo que articule todas as frentes de luta para fazer frente à guerra aberta contra nós mulheres. Um feminismo que coloque em xeque todo

26 Ideia semelhante foi defendida por Luciana Genro em sua campanha à presidência de 2014. Por isso, sugerimos como referência o programa apresentado por ela nesta ocasião: <https://lucianagenro.com.br/eleicoes-2014/programa/>



o sistema capitalista e se proponha a derrotá-lo, portanto, um feminismo que coloque em marcha os 99% da população.

Neste mesmo manifesto, as autoras reconhecem também que a violência contra as mulheres é internacional. Afirmam categoricamente que

o imperialismo norte-americano, o militarismo e o colonialismo fomentam misoginia em todo o mundo. Não é uma coincidência que Harvey Weinstein, nos seus longos anos em que tentava silenciar e aterrorizar mulheres, usou a empresa de segurança *Black Cube*, feita de ex-agentes do Mossad e de outras agências de inteligência de Israel. Sabemos que o mesmo Estado que envia dinheiro a Israel para brutalizar a palestina Ahed Tamimi e a sua família também financia as prisões em que mulheres afro-americanas, como Sandra Bland e outras, morreram.²⁷

Dessa forma sinalizam já neste documento a necessidade de se articular em âmbito mundial a luta das mulheres, tendo como base de debate o “Feminismo para os 99%”.

Sendo assim, uma forma de materializar e amadurecer um programa anticapitalista a ser encabeçado pelas mulheres seria a partir da construção de uma Internacional Feminista. Essa é uma ideia importante para ser debatida pelo movimento, porque há uma necessidade de construir em âmbito mundial uma coalizão de movimentos, redes, coletivos, pessoas e organizações para impulsionar campanhas e fortalecer ações da luta feminista no mundo. Atualmente, o movimento de mulheres é vanguarda na luta contra a extrema direita, mas faltam espaços onde se possa trocar experiências e pensar de forma mais aprofundada nossas estratégias em nível internacional. Além disso, com a popularização do feminismo, há mais disputa sobre qual é a concepção de feminismo que devemos seguir. O neoliberalismo ainda busca dialogar

27 <https://movimentorevista.com.br/2018/02/um-feminismo-para-os-99-as-mulheres-entrarao-em-greve-em-2018/>



com esse avanço, através do empoderamento individual. O “Feminismo para os 99%” busca fazer essa disputa, mostrando que o feminismo deve ser anticapitalista. A partir da necessidade da solidariedade mundial entre as mulheres, uma frente internacional feminista poderia dar este combate em melhores condições. Se a lógica que subjugou e explora as mulheres é internacional, a luta contra ela também deve ser.

Como buscamos apresentar neste artigo, nos últimos anos as mulheres passaram a cumprir um papel estratégico na confrontação ao atual modelo econômico e na luta contra as classes dominantes. Protagonizaram as mais importantes lutas sociais recentes em todo o mundo. A Primavera Árabe, os Indignados da Espanha, o *Occupy Wall Street*, as Jornadas de Junho são exemplos de processos políticos fundamentais dos nossos tempos que tiveram nas suas primeiras fileiras as mulheres. O descontentamento de mulheres, especialmente jovens, com a casta política que rege nosso país ainda é flagrante. A retomada do feminismo e de suas pautas por uma nova geração de mulheres modula o cotidiano das famílias, impacta os debates políticos, se dissemina pelas redes sociais, ocupa os palácios de poder. A solidariedade entre as mulheres e sua rejeição ao padrão de vida dominante passa a ser um denominador comum e em escala mundial. Uma articulação internacional das mulheres surge como uma possibilidade. As mulheres têm se levantado contra Trump nos Estados Unidos. No Brasil, no dia 29 de setembro de 2018, as mulheres lideraram uma gigantesca manifestação contra a eleição de Bolsonaro, a mobilização do #Elenão. As mulheres já demonstraram ter força e disposição para confrontar a extrema-direita. Portanto, as mulheres podem e devem assumir a linha de frente contra Bolsonaro. Contra as ameaças à vida das mulheres, no Brasil e no mundo, é imperativo se organizar e resistir - por Marielle e por todas nós!





Um ano depois, “chegou a vez, de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês”

Caroline Coelho Vilar¹, Linna Ramos², Tatiane Ribeiro³, Vanderleia Aguiar⁴ e Zeneide Lima⁵

No dia 14 de março de 2018, o Brasil viu atordoado a execução de uma vereadora do Rio de Janeiro. Negra, favelada, cria de cursinho popular, LGBT. Socialista. Uma vereadora do PSOL que sabia qual era o lado certo para se estar, que não se vendeu, que não deu um passo para trás daquilo que acreditava. Uma lutadora que sabia que era preciso virar a história do avesso. Seu nome era Marielle Franco. Após um ano de seu assassinato, floresce pelo Brasil a força de sua história e a continuidade de sua luta.

Marielle Franco não é produto isolado da história. Para compreender melhor o significado de sua morte é preciso levar em consideração a história do movimento negro no Brasil, e em especial, a luta das mulheres negras. Mesmo depois de passados 130 anos da abolição da escravatura, as mulheres negras no Brasil ainda são vistas como corpo objeto, estão no topo dos índices de vítimas por violência, são maioria das trabalhadoras informais e mais precarizadas, carecem de direitos trabalhistas e recebem baixos salários (como costureiras, operadoras de telemarketing, trabalhadoras da limpeza e empregadas domésticas, por exemplo), sendo naturalizada sua condição social de pobre e prestadora de serviços. Ademais, seus filhos e maridos sofrem com o alto

1 Militante do coletivo Juntas!.

2 Integrante da Coordenação do Emancipa RJ e da Equipe do Mandato do David Miranda.

3 Integrante da Coordenação Nacional da Rede Emancipa.

4 Integrante da Coordenação do Emancipa RJ e diretora do SEPE RJ.

5 Integrante da Executiva Nacional do PSOL e dirigente da plataforma sindical MOVER.



índice de desemprego, violência policial e encarceramento em massa.

As histórias de mulheres – como Laudelina de Campos na década de 1930 e sua insistente luta para organizar o sindicato das trabalhadoras domésticas – devem ser recordadas como nossa história de luta por uma sociedade democrática, pois a regulamentação da profissão de trabalhadora doméstica só foi conquistada em 2015. Lei muito criticada pela classe média que não queria gastar com 13º, férias remuneradas e hora extra contabilizada, mas desejava os serviços aos domingos e feriados, o dia inteiro, quando não faziam a exigência da trabalhadora dormir nos “apostos adequados”. Resquícios da escravidão a serem superados com luta, pois todo quarto de empregada tem um quê de senzala.

Após a abolição, as estruturas da sociedade continuaram a espoliar a população negra, que, por sua vez, constituiu espaços de resistência diante do avanço de uma política de urbanização excludente e segregadora. As favelas, territórios de Marielles em potencial, são produtos de uma massa de trabalhadores excluídos das condições sociais de moradia, educação, saúde e transporte. Territórios onde os direitos sociais não chegaram e, por conseguinte, os direitos políticos demoram mais para serem alcançados. O centenário da abolição foi marcado pela denúncia radical do mito da democracia racial no Brasil e pela reivindicação de uma segunda abolição que efetivasse as reparações históricas necessárias para promover acesso a direitos sociais básicos como moradia, trabalho, saúde, e educação à negritude do Brasil. Uma reparação histórica pelos 400 anos de escravidão de seus ancestrais. Nesse marco histórico, a condição do negro na sociedade brasileira segue sendo a de produtor de cultura e riqueza patrimonial, mas destituído de direitos.

Trinta anos após a abertura democrática e o fim da Ditadura Militar, Marielle era uma vereadora que questionava



a criminalização da pobreza e cobrança do poder público a distribuição de renda e direitos para a população. Questionamentos e reivindicações sobre serviços básicos que não chegam em sua maioria nas favelas, lugar da população que sustenta a cidade com sua força de trabalho.

Em 2016, elegemos uma vereadora negra que enfrentou a máfia miliciana que se instaurou no Rio de Janeiro em função da corrupção do Estado, assistida e legitimada pela maioria dos políticos que gozam dos privilégios herdados da escravidão. A expressão de uma democracia que não foi feita para todos.

Um dos importantes temas que Marielle se especializou política e academicamente foi a questão da segurança pública. Em sua dissertação, intitulada “UPP. A redução da Favela a três letras”, Marielle expõe tanto seu ponto de vista quanto sua atuação política, haja visto que, ao mesmo tempo em que escrevia seu trabalho, atuava na Comissão de Direitos Humanos da ALERJ. Segundo ela, na disputa de projetos, existe

De um lado, a ‘cidade - mercadoria’, sustentada no lucro, nos grandes empreendimentos, e em uma espécie de limpeza da população que não pode ser absorvida, empurrando uma grande quantidade de pessoas para o sistema penal ou para a periferia. De outro lado, um projeto de cidade de direitos, que busca superar os problema de segurança pública, fundamentais para o Rio de Janeiro há décadas, construindo uma administração e políticas públicas que alterem o caminho hegemônico até então (FRANCO, 2018, p. 26).

As rosas da resistência brotam do asfalto

Marielle foi a utopia das nossas ancestrais. Seu assassinato foi um recado à história da nossa luta que atravessa séculos. Denunciava o modelo de segurança pública, em que a polícia “figura como força reguladora e responsável pela manutenção da ‘ordem’ na favela”, bem como a forma como a ausência



de efetivação dos direitos sociais atinge toda a sociedade e é responsabilidade do Estado, pois

Decididamente [...] cumpre um papel de agente para o mercado e não para a cidadania. Existe negligência e abandono desses territórios, de modo que grupos criminosos armados - o tráfico ou as milícias - acabam por impor a sua própria ordem [...]” (Ibdem, p 46).

O gasto em segurança pública sob o viés mercadológico do Estado não contribui em nada para a resolução do problema. Atinge com balas de metralhadoras vidas negras e faveladas, como a do ajudante de pedreiro e pai de família, Amarildo Costa, a de Cláudia Ferreira, mulher negra, mãe, arrastada pelo camburão, e mais de 10 jovens mortos na chacina da comunidade do Fallet por uma operação do BOPE da Polícia Militar. Não existe segurança onde nossas vidas são o alvo.

Em seu último discurso proferido no dia 8 de março de 2018, Marielle criticou fortemente a Intervenção Militar no Rio de Janeiro, que seguia a mesma lógica das UPPs: a de criminalizar a favela como território declaradamente inimigo, enquanto na verdade deveria ser assegurada por políticas públicas de acesso a direitos.

O embate pra quem vem da favela, e minha fala tava falando da violência contra as mulheres nesses 20 minutos, nós somos violentadas há muito tempo em muitos momentos. Nesse momento, por exemplo, onde a intervenção federal se concretiza na intervenção militar, eu quero saber como ficam as mães e as crianças revistadas, como que ficam as médicas que não podem trabalhar nos postos de saúde, como é que ficam as mulheres que não tem acesso à cidade?

Marielle compreendia que a solução para os problemas das periferias não poderia ser mais armamento. Em tempos de crise, mais armas significa mais cortes de direitos para essa população; mais violência contra as mulheres;



menos acesso à creche por parte das mães; menos acesso à escola por parte das crianças (que inúmeras vezes têm a aula interrompida por tiroteios, tendo que deitar no chão por horas como medida de proteção); mais dificuldade para os trabalhadores e trabalhadoras chegarem aos postos de trabalho, devido as ruas sitiadas, e mesmo assim ainda ter seus pontos cobrados. A Intervenção Militar no Rio de Janeiro foi uma vitrine para as classes dominantes. Enquanto nas favelas os batalhões invadiam casas e coagiam moradores, em bairros como Copacabana e Ipanema era comum ver os caminhões do exército passando como em desfiles.

Marielle foi filha de pais trabalhadores como tantas outras Brasil a fora. Foi mãe jovem, como a maioria das mulheres. Foi guerreira em superar as adversidades da vida e alçou voos longínquos que o racismo à moda brasileira não permite alcançar com facilidade. Marielle ocupou a política para representar o desejo de mudança e a construção efetiva de outra sociabilidade para os grupos sociais mais prejudicados pelo modelo de cidade-mercado: a negritude e as mulheres. Sua atuação enquanto parlamentar foi marcada também pela homenagem à Conceição Evaristo, escritora que viria a ser, no ano seguinte da homenagem que lotou a câmara de negritude em 2017, a primeira mulher negra a ser indicada para ocupar a Academia Brasileira de Letras.

Seus Projetos de Lei demonstravam de que lado ela estava. Do lado dos trabalhadores, das mulheres e da negritude. A começar pela questão da maternidade e da gestação. Como presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, elaborou uma série de políticas que combatiam as múltiplas violências sofridas pelas mulheres, como a violência obstétrica. Defendia a promoção da humanidade desde o nascimento, com o Projeto de Lei 0265/17 Casa do Parto, que prevê o modelo de parto humanizado e respeito à decisão da mulher. Devido a carência desses estabelecimentos em

áreas faveladas, seriam essas as prioridades da Casa do Parto.

Outra iniciativa muito importante para as famílias trabalhadoras foi o Espaço Coruja (PL 17/17), que defende creches noturnas para que mães e pais tenham com quem deixar seus filhos menores e possam trabalhar com a segurança de preservação da vida do filho. Além desses dois PLs aprovados, a Mandata da Marielle conseguiu aprovar mais Leis, como o Dia Teresa de Benguela, dia da Mulher Negra no calendário oficial do Rio de Janeiro, o dia municipal de luta contra o encarceramento da juventude negra e a efetivação das medidas socioeducativas em regime semi-aberto (PL 515/17), assim como o PL 417/17 Assédio não é passageiro, visando o enfrentamento ao assédio e a violência policial.

Marielle não foi a primeira entre as mulheres negras a entender a importância da luta coletiva como única saída possível para o fim do racismo e do machismo que estruturam a sociedade brasileira. Ela é fruto dessas lutas e seguirá semeando novas sementes.

O feminismo e a luta das mulheres negras: nasce o feminismo negro

Historicamente, a sociedade capitalista se configurou a partir de divisões sociais e políticas que colocaram as mulheres numa relação de submissão e desigualdade. O patriarcado impôs a divisão social do trabalho, colocando para as mulheres o papel do trabalho doméstico e de reprodução dos filhos – forma de dominação capitalista em que é fundamental o controle do corpo, dando bases para a acumulação primitiva de capitais (pois a domesticação sobre os corpos das mulheres sempre foi fundamental para o controle da produção de mão-de-obra). Foi dessa forma que a estrutura de domínio machista se desenvolveu, a qual ideologicamente impõem relações de exploração e subjugação dos homens sobre os corpos das mulheres.



Há um elemento importante ainda em relação às mulheres negras. Estas, durante e após a abolição, trazem à tona o significado do trabalho escravo para o feminismo, visibilizando as condições similares no pós-abolição, abordando a divisão racial e sexual, o racismo e o sexismo. Angela Davis, em *Mulher, Raça e Classe*, de um lado, reflete que a abolição não significou de fato o fim da escravidão e, de outro, mostra a mulher negra como a primeira a trabalhar fora de casa.

Tais condições nunca foram aceitas pelas mulheres, e durante vários momentos históricos muitas lutas foram travadas por emancipação e igualdade de direitos. Podemos, por exemplo, destacar as conquistas feministas durante as diferentes “ondas do feminismo”.

Cada momento histórico tem suas particularidades — e as mulheres de cada época tinham demandas diferentes. Assim, uma das formas de agrupar mulheres numa determinada “onda” do feminismo é de acordo com suas demandas. Outra forma de identificar as “ondas” é cruzando as ideias defendidas pelas mulheres denominadas feministas com seus momentos históricos. As primeiras reivindicações reconhecidamente feministas foram pelos direitos que, no final do século XIX e início do século XX, eram considerados “básicos”: o voto, a participação política e na vida pública—porque, vale lembrar, o lugar da mulher sempre foi dentro de casa. As feministas da primeira onda questionavam a imposição de papéis submissos e passivos às mulheres.

Há um feminismo de primeira onda, portanto, que além de lutar por esses direitos políticos, lutou por algo ainda mais básico — a abolição da escravatura (e aqui ressaltamos o papel de Sojourner Truth). Mulheres negras feministas sempre existiram, desde a primeira onda; e, justamente por serem negras, sempre analisaram sua condição enquanto mulheres também sob o prisma do racismo. Porém, devido as contradições dentro do feminismo e suas divergências internas,



a pauta da abolição não era consensual dentro da primeira onda. As mulheres brancas estadunidenses, por exemplo, reagiram contra o movimento abolicionista, alegando, basicamente, que o ganho da liberdade por parte dos homens negros resultaria em perda de direitos para elas. Então, ao mesmo tempo que lutavam por direitos para si mesmas, algumas participavam de grupos como o KKK, por exemplo.

As feministas da segunda onda e as mulheres socialistas e marxistas se uniam em diversas pautas: a crítica à dupla/tripla jornada de trabalho das mulheres, à diferença de ganhos econômicos entre homens e mulheres, e à divisão sexual do sistema educacional e do mercado de trabalho. Autoras como Sheila Rowbotham e Angela Davis exploraram essas questões, sendo que esta última expandiu a discussão para incluir também na discussão de gênero as variáveis de raça e de classe.

Apesar disso, a maioria das autoras e das militantes feministas ainda eram brancas (e, muitas vezes, inseridas na academia—ou seja, de classes mais altas), o que gerava análises consideradas insatisfatórias ou incompletas para outros grupos de mulheres, que reivindicavam que suas identidades específicas para além da mulheridade também fossem contempladas. Assim, mulheres lésbicas, da classe trabalhadora, e, principalmente, negras, deram início ao que podemos chamar de um feminismo identitário. Essas feministas entendiam que as diferenças existentes entre mulheres (de classe, raça/etnia e sexualidade, principalmente), apesar de contingenciais, são decisivas e constitutivas de suas identidades, de suas experiências e de sua opressão.

É nesse cenário que o feminismo negro cresce enquanto vertente independente; pois, ao mesmo tempo em que as feministas negras se apoiavam em análises materiais, empíricas e históricas para explicar sua opressão, também fortalecem a busca pela ancestralidade—para fins, justamente,



de fortalecimento da própria identidade negra, e, mais especificamente, de mulher negra. O processo de exclusão e opressão que incide sobre as mulheres negras combina elementos do racismo, do machismo e dos preconceitos de classe, o que as coloca em condição de exploradas tanto no mundo do trabalho como na esfera da sexualidade. São elementos que foram secundarizados e invisibilizados por um longo período da luta feminista.

O processo de exclusão e opressão que incide sobre as mulheres negras combina elementos de racismo, machismo e preconceitos de classe, o que as coloca em condição de exploradas tanto no mundo do trabalho, como na esfera da sexualidade. Como bem lembra Silva (2013, p. 109), as discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivência da pobreza, a influenciar seus preditores e, conseqüentemente, suas estratégias de superação. Nesse sentido, são as mulheres negras que vivenciam estas duas experiências, aquelas sempre identificadas como ocupantes permanentes da base da hierarquia social.

Apesar disso, e a despeito de que a história do sistema escravagista continua a reafirmar o lugar das mulheres negras na base da pirâmide social, desde o período colonial estas mulheres buscaram formas de resistir e de se organizar. Isso porque, com o crescimento do capitalismo (questão que forçou a abolição) no pós-abolição, criou-se uma política de imigração para a mão-de-obra assalariada, não incluindo a população negra, o que gerou a institucionalização da desigualdade racial na estrutura política de vários países, inclusive no Brasil. Essa questão é vista, conforme nota Kabengele Munanga (2006), por meio de mecanismos legislativos, como as políticas segregacionistas, nos genocídios e na tentativa de extermínio da população negra, naturalizando tais práticas.

No trabalho escravo, as mulheres negras experimentaram a igualdade com os homens, na produção, na força, nas surras, muitas das quais seguidas de morte, predominando múltiplas violências às mulheres, pelo sexo, estupro, reprodução e lactação. Contudo, esse estudo aponta algo que se opõe a diversos trabalhos sobre a temática – a insubmissão dos/as escravizados/as, durante e no pós-abolição, e aponta como marco o movimento antiescravagista, o qual originou o feminismo negro, apesar da inclusão de mulheres brancas (DAVIS, 2016, p. 47). Por não terem experiências, as feministas brancas, no século XIX (por volta de 1840), aderiram ao movimento antiescravagista feminino (com a fundação, em 1833, da Sociedade Antiescravagista Feminina da Filadélfia), apresentando outros objetivos em suas pautas: a igualdade com os homens/brancos. Porém, tal adesão deu visibilidade ao feminismo, motivo pelo qual é considerado o marco feminista nos Estados Unidos. Nessas diferenças de objetivos entre as mulheres, as causas das feministas negras ficaram subsumidas, enfraquecendo o feminismo negro, até o alcance dos desígnios das brancas.

Aconteceram vários encontros e convenções para os direitos de todas as mulheres (DAVIS, 2016, p. 61-63), porém neles prevaleciam os direitos para as mulheres brancas, requerendo principalmente o voto, com a proposta do sufrágio, sendo derrotadas na primeira Convenção. Nesta, ficou evidente a ausência das mulheres negras devido ao racismo e supremacia racial branca. É considerável muitas contribuições das feministas brancas, como, por exemplo, a tentativa de incluir pessoas negras na educação, até mesmo de criar escolas exclusivas para a raça e universidade para formar professoras negras, cujas ações foram corriqueiramente combatidas. Do outro lado, há descrições de alianças de feministas brancas à estrutura racista, em defesa irrefutável pela supremacia e superioridade de sua raça e dos racismos.



O significado da emancipação para as mulheres negras é resultado de toda uma história de exploração e opressão sobre os corpos pretos, em que consta que a escravidão e o racismo continuam fortes no pós-abolição. As mulheres negras, ficaram restritas aos serviços domésticos das casas dos brancos, nos serviços pesados nas lavouras, nos trabalhos mais precarizados, seguindo a violência e estupro no trabalho, com a conivência muita das vezes das mulheres brancas. Entretanto, compreende-se que, o feminismo negro se impõe na sociedade de forma mais concreta nos anos 1980, aliando militância e academia. Nesse contexto, ganha força ao introduzir a questão da interseccionalidade.

O feminismo negro norte-americano surgiu, nessa perspectiva de resistência e organização, quando teóricas e militantes afrodescendentes como Patricia Hill Collins, Bell Hooks, Kimberle Crenshaw e Audre Lorde pontuaram que o feminismo tradicional não conseguia responder aos anseios das mulheres negras porque reduzia a categoria mulher a uma identidade única e fixa.

Na direção contrária, as mulheres negras apontavam a interseccionalidade como uma estratégia analítica necessária para uma melhor compreensão do entrelaçamento entre as múltiplas identidades - de gênero, racial, de classe, de orientação sexual etc. - passíveis de serem assumidas por um indivíduo ou grupo.

No Brasil, o feminismo negro nasce na década de 1970, dentro do movimento negro, no qual várias mulheres questionam a falta de protagonismo político, colocando a necessidade de debater desvios machista dentro do movimento e também a secundarização de suas pautas. Muitos grupos de mulheres sentiam necessidade de se organizar para fortalecer sua militância, porém encontravam contradições dentro do movimento negro, como a dificuldade de pautar as opressões machistas que sofriam. E no movimento feminista encontra-



vam empecilhos para pautar a luta antirracista. Essa combinação de entraves políticos fez com que boa parte da militância de grupos de mulheres negras se desenvolvessem de forma independente e criassem referência na produção política de muitas intelectuais negras norte-americanas. O que diminuiu, nesse período, a potência política que esse movimento poderia ter dentro da história do feminismo no Brasil, haja visto o índice de mulheres negras na população brasileira. Um desses exemplos podem ser verificados principalmente no que diz respeito aos Encontros Nacionais de mulheres no Brasil e a participação das mulheres negras.

Em 1985, a relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertioga. A partir daí, cresce o número de Coletivos de Mulheres Negras, época em que aconteceram alguns Encontros Estaduais e Nacionais de Mulheres Negras. A organização atual de mulheres negras com expressão coletiva emerge no sentido de adquirir visibilidade política no campo feminista, especificamente no referido encontro em Bertioga. O fato marcante tocado no relato de todas as participantes é a cena que se estabelece uma tensão quando chega um ônibus do Rio de Janeiro lotado de mulheres negras que não estavam inscritas no Encontro e queriam dele participar. Do total de 850 participantes, 116 mulheres inscritas se declararam como negras e/ou mestiças. Em momentos anteriores, porém, há vestígios de participação de mulheres negras no Encontro Nacional de Mulheres.

A apresentação do Manifesto das Mulheres Negras durante o Congresso de Mulheres Brasileiras em junho de 1975 marcou o primeiro reconhecimento formal de divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro. Porém, como o Manifesto de Mulheres Negras sugeriu, qualquer suposta unidade entre mulheres brasileiras de raças diferentes já era alvo de debate. O manifesto chamou atenção para as



especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras e sublinhou o impacto da dominação racial em suas vidas. Além disso, ao desmascarar o quanto a dominação racial é marcada pelo gênero e o quanto à dominação de gênero é marcada pela raça, o manifesto destacou que as mulheres negras foram vítimas de antigas práticas de exploração sexual (CALDWELL, 2000, p. 97-98).

Nubia Moreira afirma que, a partir do encontro ocorrido em Bertioga, se consolida entre as mulheres negras um discurso feminista, uma vez que em décadas anteriores havia uma rejeição por parte de algumas em aceitar a identidade feminista. Essa negação, embora persista após Bertioga, tende a ganhar menos força, pois, uma das reivindicações do movimento de mulheres negras durante o período de 1985 a 1995 era a construção de uma identidade feminina negra. E dois anos após o Encontro de Bertioga, já em 1987, no IX Encontro Nacional Feminista em Garanhuns/PE, a participação de mulheres negras foi quantificada em 200 que, além de denunciarem a ausência de debates sobre a questão racial, ainda promoveram reuniões no interior daquele encontro para discutir suas questões específicas.

As bandeiras do feminismo negro buscavam enegrecer as pautas feministas e debater as demandas cotidianas das mulheres negras. Isso está ligado com pautas que dizem respeito a moradia, educação, creches, desemprego, violência, etc. Em contrapartida, boa parte do movimento feminista não enxergava nessas pautas uma prioridade para o debate de mulheres. O que de certa forma negava a necessidade de sobrevivência das mulheres negras. Para as feministas negras, o debate de direitos ao corpo e direitos civilizatórios eram insuficientes pois, para elas, havia um debate anterior que a sociedade brasileira ainda não havia superado: o reconhecido das mulheres negras na condição social de mulheres com



acesso a direitos e visibilidade política. Conquistas que, para as mulheres brancas, atualmente não são negadas.

A proximidade do movimento de mulheres negras com o movimento feminista apresenta alguns conflitos no que diz respeito a condução das demandas prioritárias; contudo é o feminismo que vai dar sustentação político-prático para as organizações das mulheres negras, “pois a mulher negra, ao perceber a especificidade de sua questão, se volta para o movimento feminista como uma forma de armar de toda uma teoria que o feminismo vem construindo e da qual estávamos distanciadas” (BAIRROS, 1988, s/p).

A tensão entre o movimento de mulheres negras e o feminismo “que faz uma leitura do cotidiano e do imaginário das mulheres de classe média” é contemporâneo à crítica ao modelo de identidade feminina universal abstrata que se instaura no interior do feminismo através das vozes de outras mulheres que não se sentiam representadas por essa identidade.

O avanço da luta das mulheres negras na década de 1980 representou um marco no avanço da luta do feminismo negro no Brasil, pois, os grupos organizados por mulheres negras passaram a ter uma intervenção mais ampla no cenário político nacional. No Rio de Janeiro, o grupo conhecido como Nizinga, que se formara em 1983, apresentava em sua composição mulheres de classe média, embora tivesse entre seus quadros mulheres pobres.

Segundo uma das suas militantes, esse grupo tinha como objetivo articular a discussão de gênero e raça. Sua duração encerra-se com a participação no II Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (LEMOS 1997). Outro grupo que vai ter uma atuação forte também na cidade carioca é o Coletivo de Mulheres de Favela e Periferia (CEMUFPP), que é marcado fortemente por um conteúdo classista. Já em São Paulo, a organização das mulheres negras é marcada com uma aproximação com as instâncias do Estado.



Ainda há registro de outros grupos autônomos e institucionais no Estado de São Paulo tais como: Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista; o grupo de Mulheres Negras do Movimento Negro Unificado (MNU); a Comissão de Mulheres Negras do Conselho Estadual da Comissão Feminina de São Paulo; o Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Todas essas organizações estiveram presentes nos encontros e seminários nacionais de mulheres negras que foram realizados entre a segunda metade da década de 1980 e a primeira metade década de 1990. Porém, os encaminhamentos dos diversos questionamentos levantados por cada uma dessas organizações convergiram para a construção e realização do I e II Encontro Nacional de Mulheres Negras, respectivamente em 1988 no Rio de Janeiro e 1991 em Salvador.

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988) foi realizado no interior do estado do Rio de Janeiro na cidade de Valença, contando com a participação de 450 militantes de 17 estados da federação. Teve como principal eixo o debate dos 100 anos da falsa abolição da escravidão no Brasil. Esse encontro aponta para a construção da visibilidade e da representação da organização das mulheres negras frente à sociedade, ao movimento negro e ao feminismo; sendo esses dois considerados como os espaços de aprendizagem política da maioria das militantes. Contudo, do ponto de vista da organização das mulheres negras, o entendimento e a inter-relação de raça, classe e gênero tem sido objeto de um debate cheio de obstáculos.

O II Encontro Nacional de Mulheres Negras, com o tema “Organização, Estratégias e Perspectivas”, reuniu em Salvador 430 mulheres de 17 estados do país e teve como principal objetivo a definição de um Projeto Político Nacional que respondesse a situação da mulher negra, levando em consi-



deração a diversidade social, cultural e política da sociedade brasileira.

É a partir desse Encontro, 1991, que a questão da unicidade de mulher negra é apresentada. Seguindo as concepções políticas presentes no relatório, transcrevemos:

A nossa sociedade é plural, racista e machista. Todas nós somos frutos desta estrutura social e educacional que nos conduz a práticas e ações às vezes determinadas pela nossa formação. A organização de mulheres negras não está isenta destas interferências. Por isso, não constituímos um grupo unitário tanto em nível de concepção política, quanto de metodologias de trabalho (RELATÓRIO DO II ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, p. 4).

Nubia Moreira, relata que o movimento de mulheres negras demarcava sua identidade (abstraindo outros marcadores) através do contato e experiência de vida com o racismo. Para efeitos de comprovação, a pele negra (isto é, a condição de negras inscrita no corpo) era o elemento identificador dessa mesma condição, que em contraste com as feministas brancas, determinavam a diferença, ao mesmo tempo em que legitimava a representação no campo político.

A pauta das mulheres negras se fortaleceu dentro do que chamamos de *terceira onda*. Em 1989, Kimberlé Creenshaw introduziu à luta feminista a ideia de interseccionalidade enquanto uma ferramenta para que mulheres atingidas por vários tipos diferentes de opressão (raça, classe, sexualidade) pudessem analisar sua condição de forma a evitar a universalização do conceito de mulher e reconhecer as variedades de identidades e experiências de mulheres, rejeitando, de forma geral, quaisquer tentativas de identificação de objetivos comuns, padronizados, porque sequer se reconhece enquanto um movimento coletivo. A partir dos anos dois mil, até os dias atuais, as pautas feministas invadiram as



redes sociais e todas os feminismos vieram a tona de uma só vez.

É atual o debate sobre gênero, sexualidade, direito ao corpo e, principalmente, quem são as mulheres do mundo contemporâneo e que acesso aos direitos essas mulheres têm. Nesse debate, o corpo de mulher preta e o reconhecimento das mulheres trans engrandeceram as pautas da terceira onda.

No nosso caso, o feminismo negro brasileiro tem adquirido inserção nas redes sociais, alcance e multiplicação de informação através do compartilhamento de textos políticos. Desprovidos de grandes análises intelectuais, os textos das redes buscam encontros de histórias e contextos de vidas próximos. Demandas que se encontravam e ecoavam para os diversos encontros. O local de fala da geração que se chamou de tombamento buscou um novo olhar de dentro para fora do reconhecimento do corpo preto como corpo feminino que se deve respeito, mas ligado a autoimagem de satisfação e orgulho das raízes e ancestralidade.

Nas redes sociais, muitas histórias pautaram o encontro das demandas feministas e racistas de forma muitas vezes combinada. Milhares de mulheres negras, principalmente jovens, têm utilizado as plataformas digitais para narrar histórias sobre a presença do racismo e do machismo em suas vidas: são blogs, sites, Twitter, canais de Youtube e páginas de *Facebook* que têm ganhado um alcance imensurável e formado uma rede de informações e compartilhamentos sobre tais histórias (MALTA, 2016). Através das redes sociais, os discursos e narrativas desse segmento têm saído da invisibilidade, ganhado notoriedade entre os mais diversos públicos e, com isso, tornado visíveis as suas demandas relacionadas ao combate ao racismo e ao machismo cotidiano.

Com as novas plataformas midiáticas e o aceleração do surgimento de novas tecnologias da informação, as formas



de sociabilidade também foram modificadas e ampliadas. O que estamos acompanhando nesse século XXI, mais especificamente desde o final do século passado, é a consolidação de uma sociedade em redes sociais onde inúmeras e variadas discussões sociais estão sendo pautadas e travadas. Relacionando-as aos processos de mudança, Sônia Aguiar (2008, p. 15) define as redes sociais da seguinte forma:

São métodos de interação que sempre visam algum tipo de mudança concreta na vida das pessoas e/ou organizações envolvidas, seja na busca de soluções para problemas comuns, na atuação em defesa de outros em situações desfavoráveis, ou na colaboração em algum propósito coletivo. As interações de indivíduos em suas relações cotidianas – familiares, comunitárias, em círculos de amizades, trabalho, estudo, militância etc. – caracterizam as redes sociais informais, que surgem sob as demandas das subjetividades, das necessidades e das intensidades. Concordando com esta autora, entendemos que as redes sociais são uma ferramenta importante para que indivíduos e grupos possam atuar como agentes de transformação.

Nesse contexto, diversas pautas do movimento negro se encontraram nas redes sociais através do que chamamos de ciberativismo (como, por exemplo, os grupos de conversa no *Facebook* sobre cabelos crespos e cacheados que tem surgido nos mais diversos estados e cidades). A iniciativa partiu de um pequeno número de pessoas que, após fomentar um primeiro encontro, conseguiu congregiar um número maior de pessoas atraídas pela discussão sobre cuidados capilares. Esse tema, por sua vez, fez emergir reflexões sobre raça e gênero, posto que não é possível dissociar essas questões quando se aborda a estética da mulher negra, que é historicamente rechaçada como modelo de beleza em uma sociedade racista. Além disso, a interação nos grupos deu origem a encontros presenciais, responsáveis por criar as conexões entre as participantes em momentos como as oficinas de turbante, a cons-



tatação de histórias africanas, a troca de produtos capilares e tantas outras atividades que contribuem para o empoderamento dessas mulheres e para o conhecimento da história da população afro-brasileira.

A Marcha do Empoderamento Crespo coloca em evidência outro perfil de militância antirracista. Formada em sua maioria pela juventude, a marcha reacende a estética como forma de enfrentamento e de reconhecimento social. No Brasil, onde sabemos que vigora o racismo denominado por Oracy Nogueira (2006) como racismo de marca - quanto mais características negróides a pessoa tiver, mais racismo ela sofre -, uma Marcha que se propõe a enaltecer as características da população negra e denunciar as diversas formas de racismo subverte a lógica hegemônica e coloca as pautas e anseios das mulheres negras na ordem do dia.

É importante evidenciar que o uso das redes sociais pelos diversos movimentos negros retomou demandas e campanhas que surgiram no início dos anos 1980, no âmbito do MNU, como a “Reaja ou Será Morto”, que denunciava a violência policial e o extermínio da população negra. Apesar de se tratar de um mote do movimento negro como um todo, sabemos que o extermínio atinge sensivelmente as mulheres negras, pois quando estas não são vítimas diretas desse extermínio, são vítimas indiretamente, quando vêm seus filhos, maridos, irmãos e outros homens de sua família serem exterminados.

Os anos de 2014 e 2015 foram marcados por marchas que aconteceram em todo país, exigindo o fim do extermínio da juventude negra. Foi nesse contexto que a campanha “Reaja ou Será Morto” e “Reaja ou Será Morta” ressurgiu. Ela vem sendo organizada através das redes sociais, impulsionada principalmente pelos movimentos de mulheres negras. A 1ª Marcha Nacional de Mulheres Negras, realizada em novembro de 2015, em Brasília, foi organizada e plane-



jada em reunião presencial com diversas organizações e movimentos sociais. Contudo, foi através das redes sociais que ela conseguiu arregimentar militantes dos mais diversos estados. Além disso, as informações eram difundidas por meio das páginas do *Facebook*, o que facilitou a comunicação entre a comissão organizadora e as militantes.

Nossos passos vem de longe: o que é ser mulher negra no Brasil

Embora as cicatrizes provenientes das correntes e chicotes não marquem mais fisicamente o povo negro, atrofiam sua liberdade a partir das consequências do sangrento e vexatório período escravista brasileiro. O papel delegado à negritude na história do Brasil foi o da servidão compulsória, independente das histórias, culturas e desejos desses povos. Em decorrência da estruturação racial hierárquica, suas angústias foram suprimidas e, desde então, situados na base da pirâmide social, estão vulneráveis às senzalas modernas e a novas formas de segregação, marginalização e genocídio.

As feridas, que seguem abertas e latentes, hoje sangram pelo descaso. As heranças patriarcais e racistas limitaram a existência da negritude à luta por sobrevivência, ao ceifarem vidas direta ou indiretamente, seja com o encarceramento, com o assassinato naturalizado nas periferias ou com a retirada de direitos. Os vestígios dos 358 anos de desumanização ganham novos contornos e, a casa grande, novos senhores.

A eleição de Bolsonaro, o mesmo que afirma não ter havido escravidão no Brasil após relativizar o tráfico humano durante esse período, é a prova de que ainda há, no imaginário coletivo de grande parcela da sociedade, uma hierarquização racial legitimada pelas consequências da condição social da negritude. Essa inversão lógica, a qual distorce a realidade a fim de encaixá-la nas análises conservadoras, vem sendo cara para negras e negros: o país que elegeu Bolsonaro é o mesmo



que revela desigualdades raciais gritantes tanto no âmbito trabalhista, quanto no econômico e social.

Nesse contexto, as mulheres negras se tornam alvo principal. Adoecidas, pois todos os ataques à classe trabalhadora e a juventude as atingem substancialmente. Morrem, pois sentem o sangue escorrer de tais feridas abertas ao confronto cotidiano com racismo, machismo e sexismo em todas suas relações – sejam estas pessoais ou profissionais. De acordo com o balanço sobre os 10 anos da Central de Atendimento à Mulher (180), elaborado pelo então Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, as mulheres negras representam a maioria das vítimas que utilizaram o serviço em 2015 (58,55%). Além disso, segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ) de 2017 pontua que jovens negras têm 2,19 vezes mais risco de serem assassinadas no Brasil do que jovens brancas.

A suscetibilidade à violência e à feminicídios é mais uma consequência do descaso histórico com o desenvolvimento socioeconômico dessas mulheres. As políticas econômicas prioritárias, em contrapartida, tanto de Temer quanto de Bolsonaro, como a reforma trabalhista e a lei das terceirizações, revelam-se enquanto estratégias cruéis de aprisionamento a novas correntes e, no âmbito familiar, as mulheres negras são condicionadas à relações abusivas, nas quais há não somente a dependência financeira, mas também emocional.

Por isso, a emancipação das mulheres negras passa não somente pela luta antirracista e feminista, é preciso que seja também anticapitalista. Simone de Beauvoir, filósofa feminista branca, reiterou que as mulheres deveriam se manter vigilantes pois, em toda crise política, econômica ou religiosa, os seus direitos, não permanentes, entravam em situação de risco. Expandindo essa análise para a realidade de mulheres negras brasileiras, há como afirmar que não é sequer necessária uma crise para direitos estejam em risco no capitalismo:

o mais interessante para os de cima, inclusive, é que meninas e mulheres negras se mantenham sem direitos, para que eles sejam permanentemente usurpados enquanto moeda de troca.

Entre 2014 e 2017, no período de recessão econômica, as mulheres negras foram as mais demitidas, por exemplo. A taxa de desocupação desse grupo passou de 9,2% para 15,9% segundo o IBGE, 80% maior do que no período anterior à crise econômica, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Essa última pesquisa ainda sinaliza que as mulheres negras são 50% mais suscetíveis ao desemprego do que outros grupos. Em outras palavras, esses dados atestam não somente sua localização na pirâmide social, mas revelam que as mulheres negras correm sério perigo frente à reestruturação do capitalismo a partir do processo das terceirizações. Quando as empresas terceirizam e transferem os riscos e os custos com a contratação da força de trabalho para outra empresa, transferem a responsabilidade também em relação aos direitos dos trabalhadores. E para as mulheres negras essa realidade é ainda mais dura, uma vez que aproximadamente 70% dessas mulheres, localizadas nas maiores capitais do Brasil, ocupam os setores de serviços terceirizados, de acordo com a Pesquisa e Emprego e Desemprego (PED).

Tais dados se agravam quando relacionados com a relação estabelecida no ambiente de trabalho entre homens e mulheres. De acordo com o estudo “Violência e Racismo” do instituto Patrícia Galvão, nós constituímos a maioria das vítimas de assédio moral e sexual no trabalho. Essa estatística é mais um agravante quando inserida na realidade das terceirizações, uma vez que o vínculo empregatício empresa versus trabalhador é substituído por empresa versus empresa, retirando dessas mulheres qualquer possibilidade de denunciar casos de assédio, racismo, violência e abusos.



Assim como a reforma trabalhista, que abriu espaço para as terceirizações, a Reforma da Previdência – prioridade total do governo Bolsonaro em 2019 – é inimiga número 1 das mulheres negras. Ao retirar a diferença entre o tempo de contribuição e aumentar a idade mínima, tal reforma ignora como um todo que, na divisão sexual do trabalho, as mulheres negras ocupam uma posição de maior desgaste físico e mental, com a dupla e às vezes tripla jornada de trabalho, cuidando do lar e dos filhos, além de ocuparem, em grande maioria, os subempregos.

A reforma da previdência coloca nas costas das mulheres negras uma responsabilidade que não é sua: reduzir o déficit público, retirando um direito histórico dos trabalhadores. E em um país em que a expectativa de vida das mulheres negras não chega aos 70 anos (IPEA), essa reforma as sentencia à morte trabalhando. Em manutenção nesse processo encontra-se, então, os privilégios da Casa Grande, políticos, militares, juízes, e a localização da negritude nas senzalas modernas.

Famílias pretas: da maternidade à luta por justiça

O cenário de retirada de direitos trabalhistas, pouca abertura de oportunidades e falta de perspectiva de futuro para a juventude retira, também das mulheres negras, o direito à família. Além da exaustiva jornada de trabalho, em sua maioria precarizado, o acesso à saúde pública é também deficitário, especialmente durante a maternidade. Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) indicam que 62,8% das mortes maternas são negras, em decorrência de situações que poderiam ser evitadas com maior atenção no pré-natal e durante o parto.

Esses índices atestam o quanto o racismo institucional está enraizado na sociedade brasileira. O atendimento à saúde, deficitário em diversas perspectivas, é aflorado pelas desi-

gualdades raciais e afastam, assim, as mulheres negras de sua procura. A limitação do cuidado se dá, por exemplo, após a violência. E também nesse quesito são as mulheres negras as principais vítimas: de acordo com a mesma pesquisa do SIM/MS, 65% dos casos de violência obstétrica foram relatados por mulheres negras.

O governo Bolsonaro colocou, no entanto, como um dos pilares de sua campanha e agora de seu mandato, a defesa da família. O ministério que outrora se chamava Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos agora adquiriu um novo nome: Mulher, Família e Direitos Humanos. Além de retirar de seu nome a igualdade racial (o que é muito simbólico para um presidente que acredita que a população quilombola que resiste bravamente há séculos é inútil), reduziu todas as mulheres a um singular, uma classificação única do que é ser mulher.

Hoje essa pasta está nas mãos de Damares Alves, uma mulher vítima de violência sexual na infância que, ao não receber o apoio psicológico e jurídico adequado, internalizou a violência, criou uma narrativa cruel em relação a tudo o que lhe é estranho e externalizou suas dores culpabilizando as vítimas e quem luta por justiça. Damares, embora defenda exatamente o contrário, é o exemplo de quão danosa pode ser uma violência curada com doutrinação.

Entretanto, como bem demarcado pelo filósofo Vladimir Safatle, o modelo de sofrimento psíquico da população é também um modelo de gestão econômico da sociedade. Damares, enquanto ministra de direitos humanos e família, agirá como uma trava para as lutas pelas famílias reais, as famílias brasileiras, especialmente as famílias negras e indígenas. Sua defesa de família perpassa por colocar enquanto prioridade determinar papéis de gênero e atacar diretamente quem não se enquadrar em suas análises fundamentalistas, ignorando que na maioria das famílias hoje as princi-



pais demandas são, na verdade, de cunho socioeconômico e psicológico.

É sabido, por exemplo, que 77% dos jovens vítimas de homicídio por ano são negros, segundo a Anistia Internacional. Com todo esse contexto de violência, surge uma incansável luta pelo direito à vida e por justiça: a luta das mães das favelas e periferias. E essas mães são em maioria mulheres negras, que são as “chefes” da casa e que sustentam seus filhos/os sozinhas.

Outra questão em cerne para essas mães é a falsa guerra às drogas, que tem endereço e também tem cor. Como um ciclo vicioso recorrente nas periferias, jovens e crianças entre 10 e 16 anos acabam abandonando a escola por falta de incentivo público, uma vez que estas são precarizadas. Há falta de investimentos em suas infraestruturas, carência de materiais e professora/es, além de pouca (ou nenhuma) perspectiva de inserção no mercado de trabalho – o que ajudaria também nas despesas de casa. Enquanto poucos buscam cursos profissionalizantes, os quais o acesso também é restrito, outros são iludidos pelo tráfico de drogas por vislumbrarem uma vida melhor enquanto se está vivo.

Porém, esses jovens não estão sozinhos: com eles, adoecem as mães pretas, especialmente por possuírem a certeza de que essa batalha teria solução, se não houvesse tantas pessoas ganhando com isso. A cada corpo que tomba, chora uma mãe, pois o medo aterrorizador de que a próxima vítima da “bala perdida” seja o seu filho é constante, uma vez que essas balas só acham os corpos pretos das favelas. Enquanto isso, ainda na distorção da realidade para que ela caiba nas análises rasas do conservadorismo, o atual governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, afirma que é preciso dar tiro na “cabecinha” de quem estiver com fuzil na mão – condenando a morte não somente jovens (que podem, na realidade, estar portando guarda-chuvas, como o jovem trabalhador morto no Rio de Janeiro)



mas também famílias inteiras, em especial as mães.

O genocídio desses jovens e, conseqüentemente, a morte simbólica das mães e da família, reflete em suma o racismo estrutural que corrói o sistema punitivo brasileiro. A seletividade racial que enclausura jovens no Brasil é constante na história de um país que enjaulou, por séculos, a população negra, a vendeu como mercadoria e hoje parece não estar satisfeitos com sua liberdade. As escolhas são simples: drones com metralhadoras ao invés de educação e cultura, extermínio em massa ao invés de cuidado e acolhimento, milícias ao invés de desmilitarização da polícia.

A naturalização da violência condiciona a sociedade ao não questionamento do encarceramento e assassinato em massa da juventude negra periférica, especialmente pois quem mais sofre de forma substancial essas perdas são mulheres negras. E a possibilidade de defesa radical dos direitos humanos, a fim de tornar inaceitáveis tais práticas, não encontrou espaço nos últimos anos e definitivamente não encontrará no governo Bolsonaro.

Marielle não morreu: virou semente

A morte de Marielle Franco acontece em um momento de muitos levantes pelo mundo. *Ocuppy Wall Street*, Primavera Árabe, Indignados da Espanha e as Jornadas de Junho são exemplos de batalhas contemporâneas que incendiaram a segunda década do novo milênio em todo o mundo. Movidos por indignações semelhantes, o que essa juventude tinha em comum era a certeza de que em suas mãos havia força e capacidade de mover as estruturas de poder. Assim como em todos esses processos, a Primavera Feminista ditou uma nova página do feminismo em todo o mundo. Todos os continentes entraram em sincronia no questionamento ao patriarcado, cada um de sua maneira, reservadas suas devidas demandas e marcos históricos.



No entanto, a Primavera Feminista, que tomou conta do Brasil em 2015, não somente foi vitoriosa em suas reivindicações, como também deixou sementes. A Marcha das Mulheres Negras, que reuniu 50 mil pessoas em Brasília de gerações distintas, demarcou que o movimento negro havia assumido novas formas e faces distintas: tinha o rosto de mulher preta. Em marcha, reivindicaram o direito à vida e à luta contra a violência, por respeito, direitos e valorização. A luta contra a retirada de direitos impulsionou o mote “Pílula Fica, Cunha Sai”, acelerando o desgaste de Eduardo Cunha (presidente da Câmara Federal nesse momento) e seus aliados políticos, e fortaleceu jovens meninas que se tornaram lideranças em outros processos de luta, como nas ocupações de escolas e universidades. Essas lideranças políticas também tinham novas formas: tinham, também, o rosto de mulher preta.

A movimentação do feminismo em direção a disputa de poder, na micro e na macro política, elegeu, no ano seguinte, rostos desconhecidos para ocuparem a política nas maiores cidades do país. A esperança na nova política, fruto das mobilizações e rua e em contraposição ao abandono das grandes cidades chegou à câmara dos vereadores. Em São Paulo, Sâmia Bomfim entrou na última vaga. Reeleita, Fernanda Melchionna no Rio Grande do Sul já havia provado de que lado estava, sendo a mais votada em Porto Alegre. Em Belo Horizonte, Áurea Carolina enegrecia a política, assim como em Niterói, com Talíria Petrone. E no Rio de Janeiro, Marielle Franco representava o que havia de mais efervescente da Primavera Feminista: jovens negras movendo as estruturas – como se chamou a última atividade a qual ela participou, em 14 de março de 2018.

Passado quase um ano de seu assassinato, os mandantes e os executores do caso Marielle ainda não foram presos. O que a justiça conseguiu identificar até agora é que dois milicianos envolvidos no Escritório do Crime suspeito no caso,



foram homenageados pelo então Deputado Flávio Bolsonaro, que segue acusado de corrupção sem nenhuma indicação de investigação mais profunda por parte do poder público.

A luta por Justiça por Marielle assume o antagonismo ao projeto de poder do governo Bolsonaro. Ela agrega a luta por justiça dos setores mais oprimidos da sociedade brasileira desde quando nos entendemos por Brasil. A luta das mulheres trabalhadoras, filhas de mulheres indígenas e negras, alvo da misoginia, que estupra uma mulher a cada 13 minutos no Rio de Janeiro. A luta pela vida das mulheres negras que são guerreiras do nosso país, que sustentam suas famílias mesmo com toda precariedade, que burlam a morte e o descaso com a vida de seus filhos e maridos para fazer do luto, luta. Exigir justiça por Marielle é enfrentar e exigir a prestação de contas com a história de uma país profundamente racista, misógino e escravocrata que quer esquecer a escravidão para continuar a sugar o suor e sangue negro para seus lucros.

O movimento feminista negro brasileiro tem uma tarefa gigante nesse momento: o legado de Marielle não é apenas o de pedido de justiça, mas de uma nova forma de ocupar todos os fronts da política. As mulheres negras que estão nos piores postos de trabalho são, ao mesmo tempo, a maioria da população. Para Angela Davis, mulheres negras são, em si, resistência ao capitalismo. É preciso fazer sair dos cafés e universidades o debate sobre o feminismo, que já agita o país e o mundo cada vez mais, e chegar cada vez mais longe. O feminismo classista e revolucionário é a arma para que seja possível mudar as estruturas misóginas e racistas do capitalismo. Hoje, o racismo é central para a perpetuação do capitalismo como sistema de exploração da classe trabalhadora. Sem ele, não é possível justificar postos de trabalho precarizados, super exploração, educação de qualidade para poucos.

As mulheres negras podem e devem ser a chave para uma nova sociedade. Justiça para Marielle Franco e Anderson não



se trata apenas de descobrir quem matou e quem mandou matar, mas também lutar para uma sociedade em que Marielles não sejam mais executadas. E é dentro dessa perspectiva também que é preciso lutar pela mudança estrutural do sistema. As mulheres negras não são apenas a chave de sua própria libertação, mas sim de uma nova sociedade.

Referências bibliográficas

CARNEIRO, S. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CARVALHO, Salo . O Encarceramento Seletivo da Juventude Negra Brasileira: a decisiva contribuição do Poder Judiciário. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 67, p. 623-652, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

DUTRA, Israel ; CORRÊA, Bernardo. “Novo congresso toma posse: a luta recém começa”. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2019/02/novo-congresso-toma-posse-a-luta-recem-comeca/>> Acesso em 09 de fevereiro de 2019.

FRANCO, Marielle. UPP. A redução da Favela a três letras. Uma análise da segurança pública do estado do Rio de Janeiro. São Paulo: N-1 edições, 2018.

GENRO, Luciana. “Da caça as Bruxas ao maio de 68: o corpo da mulher como terreno de luta”. Disponível em <<https://movimentorevista.com.br/2018/06/da-caca-as-bruxas-ao-maio-de-68-o-corpo-da-mulher-como-terreno-de-luta/>> Acesso em 11 de fevereiro de 2019.



GONZALEZ, Lelia. *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, 1980.

MALTA, Renata. “Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual”. Disponível em <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/811>. Acesso em 06 de fevereiro de 2019.

MARCONDER, Mariana M.; PINHEIRO, L. S. (Org.); QUEIROZ, C. M. (Org.); A. C. Querino (Org.); VALVERDE, D. (Org.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. 1a. ed. Brasília: IPEA, 2013.

MOREIRA, Núbia Regina. “Representação e identidade no feminismo negro brasileiro. Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Agosto de 2006 na UFSC. 2006.

_____. *O Feminismo Negro Brasileiro. Um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de 179 Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2007.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. “A extrema direita venceu, as feministas, antirracistas e LGBT também”. Disponível em <<https://theintercept.com/2019/01/08/extrema-direita-feministas-antirracistas-lgbts/>> Acesso em 09 de fevereiro de 2019

RODRIGUES, Petrônio. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf> Acesso em de fevereiro de 2019.

VIANA, Cleia. “Feminismo cresce entre as mulheres negras e indígenas e diminui entre brancas aponta pesquisadora”. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/>



noticias/DIREITOS-HUMANOS/565155-FEMINICIDIO-
-CRESCE-ENTRE-MULHERES-NEGRAS-E-INDIGENAS-
-E-DIMINUI-ENTRE-BRANCAS,-APONTA-PESQUISADO-
RA.html Acesso em 09 de fevereiro de 2019.







O feminismo nas ruas e nos palácios do poder – Entrevista com Luciana Genro, Fernanda Melchionna, Sâmia Bomfim e Mônica Seixas

Paula Kaufmann¹

O levante feminista, que tem se desenvolvido nesta década ao redor do mundo, teve no Brasil sua principal expressão de luta em 29 de setembro de 2018 com as multitudinárias marchas do *Ele Não*, nas quais milhões de mulheres se colocaram nas ruas contra as saídas autoritárias e reacionárias representadas nas eleições por Jair Bolsonaro. Ele se tornou presidente, mas o avanço de consciência conquistado pelas mulheres não retrocederá facilmente. Prova disso são as conquistas de diversas cadeiras nos parlamentos brasileiros por mulheres de esquerda e feministas. Comprovando a tendência que já apontavam as eleições de 2016, o PSOL cresceu sua bancada e elegeu expressões legítimas da latente luta feminista brasileira. Nesta entrevista conversamos com quatro dessas mulheres que iniciaram em 2019 seus mandatos como trincheiras das lutas das mulheres e dos trabalhadores. As parlamentares falaram sobre a ascensão de governos de extrema-direita em diversos países, a força do feminismo, os exemplos internacionais, as principais pautas das mulheres trabalhadoras, a luta por Justiça para Marielle e a necessidade de conectar as feministas internacionalmente. Sâmia Bomfim, Fernanda Melchionna, Luciana Genro e Mônica Seixas são a expressão mais genuína de que o feminismo é mais do que a defesa dos direitos das

¹ Cientista social, coordenadora do mandato da deputada federal Sâmia Bomfim e dirigente nacional de mulheres do MES.



mulheres. É uma nova maneira radicalmente democrática e transformadora de fazer política.

Nos últimos anos vemos ao redor do mundo diversos governos de extrema-direita com características autoritárias subindo ao poder. Trump nos Estados Unidos, Órban na Hungria, Duterte nas Filipinas e Bolsonaro no Brasil são alguns destes exemplos. No entanto, a ascensão de governos reacionários se dá no mesmo momento em que as feministas ganham força nas ruas e nos parlamentos. No Brasil a eleição de feministas para assembleias estaduais e Congresso Nacional se soma a anos de crescimento da luta feminista. Nos EUA, depois de marchas multitudinárias das mulheres, vemos exemplos de mulheres de esquerda ocupando o parlamento de um país que é centro do capitalismo. Como você explicaria este fenômeno?

Luciana Genro – Eu acho que esse reacionarismo emergente que se expressou na eleição do Bolsonaro é também uma reação à explosão do feminismo, ao crescimento da consciência feminista, assim como da consciência LGBT (pois os LGBTs saíram do armário e se recusam a voltar) e da luta anti-racista (pois a negritude se recusa a voltar para a senzala). No que diz respeito às mulheres, há um fenômeno que é mundial que se expressou no movimento *Me Too*, que teve muita repercussão em todo o mundo, assim como também teve aqui na América Latina, a exemplo das universidades chilenas, que foram ocupadas contra o assédio sexual, e na Argentina com o *Ni una a menos*, que foi também a luta contra o feminicídio e pelo direito ao aborto legal. Esses movimentos acabaram demonstrando a existência de uma efervescência feminista que atingiu as mulheres, principalmente as mais jovens, e que aqui no Brasil se expressou na campanha



eleitoral no movimento *Ele Não*. Mas, antes disso, já havia também o desenvolvimento dessa consciência feminista. Eu senti isso, por exemplo, na campanha de 2014, quando botei o dedo na cara do Aécio dizendo que ele não podia botar o dedo na minha cara. Eu recebi ali uma onda de manifestações de mulheres que se sentiram identificadas com essa necessidade de não deixar os homens colocarem o dedo na nossa cara. Então, na eleição do Bolsonaro o *Ele Não* acabou concentrando esse sentimento feminista. O próprio grupo das mulheres unidas contra Bolsonaro tinha 4 milhões de mulheres. Mas é evidente que essa consciência feminista provoca uma reação dos setores mais conservadores e reacionários. Porque enquanto as mulheres estavam apanhando caladas, as LGBTs estavam no escuro do armário e a negritude seguia silenciada pelo racismo, estava tudo bem para eles. No momento em que a gente começa a erguer nossa voz e a exigir visibilidade e direitos, eles se sentem na obrigação de reagir e de tentar impedir a nossa ascensão enquanto agentes políticos desse momento. Então, há um confronto de ideologias, mas também um confronto de visões de mundo. Uma visão de mundo atrasada e reacionária contra uma visão de mundo que exige direitos iguais, condições dignas de vida para todas e todos. E as mulheres são protagonistas fundamentais nesse processo.

Nesse contexto, a eleição das parlamentares feministas foi resultado dessa emergência do movimento feminista, da luta feminista, da consciência maior de uma nova geração de mulheres, que tem um elemento de idade (já que as meninas mais jovens já estão se formando enquanto feministas desde cedo), mas também as mulheres de mais idade, que estão se sentindo mais fortes para reivindicar seus direitos e para se identificar enquanto feministas. Então, se a gente foi derrotada, em certo sentido, com a eleição do Bolsonaro, nós também somos vitoriosas, no sentido que também estamos mais fortes, mais conscientes e mais dispostas a lutar pelos nossos direitos.



Diante do fortalecimento das alternativas conservadoras e reacionárias nas instituições, quais principais tarefas você apontaria para as feministas neste cenário político internacional?

Luciana Genro – A primeira questão é a necessidade de nós estreitarmos os laços internacionais entre as mulheres e o movimento feminista. Eu chamo atenção para um fenômeno muito expressivo que é o da Alexandra Ocasio-Cortez nos EUA, que é uma mulher latina, do Bronx e que expressa uma luta muito concreta das mulheres, com um discurso que dialoga com os problemas da classe trabalhadora, do emprego da segurança da saúde, ao mesmo tempo em que ela fala das dificuldades da vida cotidiana – ou seja, ela toca em temas que são básicos da luta das mulheres. Essa pauta é fundamental para que a gente possa unificar o movimento de mulheres a nível internacional. Além disso, devemos buscar com intelectuais que são ativistas, como a própria Angela Davis, essa unidade sem esquecer que o movimento feminista precisa ser também um movimento antirracista. Aqui no Rio Grande do Sul, nós tivemos a experiência da Emancipa Mulher, que é uma escola de formação feminista e antirracista e o *feedback* que nós temos recebido é muito positivo, porque sempre houve um certo distanciamento do movimento feminista com o movimento de mulheres negras. Nós precisamos amalgamar esses dois movimentos, porque não há feminismo consistente se ele não for também antirracista. Alexandra Ocasio-Cortez é uma expressão disso, porque ela define bem essa luta como uma luta antirracista e anti-xenofóbica. Essa unidade internacional que nós precisamos construir deve partir, portanto, da constatação de que o que nos une é a luta feminista, a partir das reivindicações concretas das mulheres trabalhadoras, das mulheres que enfrentam o sistema patriarcal e o sistema capitalista de forma muito intensa a



partir de unidades que serão fundamentais numa construção coletiva que precisa ser internacional.

Temos visto no Brasil o esforço dos setores conservadores de avançar sobre os direitos das mulheres. Vimos isso em 2015, quando Eduardo Cunha tentou dificultar a distribuição das pílulas contraceptivas e, mais recentemente, há a tentativa de eliminar o debate sobre gênero nas escolas com o projeto Escola Sem Partido. Agora, o governo Bolsonaro colocou nas mãos da fundamentalista Damares Alves o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Na sua opinião, por que os governos conservadores priorizam os ataques aos direitos das mulheres? Para você, como deve se dar a resistência à retirada destes direitos?

Fernanda Melchionna – Eu acredito que os setores conservadores priorizam tanto os ataques aos direitos das mulheres justamente porque o patriarcado é um dos pilares de sustentação da sociedade capitalista, da lógica da exploração de classes e da perpetuação das opressões como forma de nos superexplorar. E, ao mesmo tempo em que o patriarcado tem esse papel fundamental na sociedade capitalista atual, também esses setores reacionários condensam uma reação à latência da luta das mulheres potencializada pelas jornadas de junho em 2013, que abriu uma fissura no regime e colocou no centro da política sujeitos de luta por liberdades democráticas e em defesa de mais direitos. No caso das mulheres, junho abriu espaço para a Primavera Feminista com as lutas contra o PL do Eduardo Cunha, bem como o fortalecimento da Marcha das Vadias. Enfim, uma série de mobilizações feministas que há muito tempo não víamos e que compõe uma nova onda do feminismo, expressa no Brasil e no mundo. Isso formou um sujeito reativo que conseguiu condensar as



vozes da indignação popular, potencializado pela crise econômica profunda e uma crise de representatividade em que a população não se via representada pelo sistema político atual.

É importante destacar que o processo de eleição do Bolsonaro abarcou mais gente do que este setor reacionário. Muita gente comprou gato por lebre achando que estava votando em um sujeito que é contra a corrupção quando, na verdade, votou na expressão do mais baixo nível do sistema apodrecido brasileiro. No entanto, é verdade que Bolsonaro condensou as vozes da reação conservadora, dos machistas, dos LGBTfóbicos, dos racistas e, por isso, partem para ofensiva na tentativa de retirada de direitos, colocando figuras com pensamento absolutamente reacionário nos costumes, nos direitos das minorias sociais e na educação para retroceder os direitos já conquistados.

É verdade que tivemos uma derrota política com a eleição do Bolsonaro, mas também é verdade que a maior manifestação feminista da história do Brasil foi o *Ele Não*, foram as mulheres em reação ao Bolsonaro. As mulheres têm sido a pedra no sapato contra os planos da extrema-direita no mundo inteiro. O Brasil entrou em uma rota internacional. Trump é a expressão de um fenômeno mundial de auto-promoção enquanto “renovação” por parte do que há de mais velho na política: a representação das elites e dos interesses dos ricos. E, ao mesmo tempo, a primeira grande derrota do Trump foi protagonizada em 2018 pela vitória das mulheres na Câmara dos Deputados e pela expressão da Women’s March. Então, acredito que, antevendo a força que as feministas podem ter diante de um governo reacionário, Damares e os fundamentalistas no Congresso jogam suas forças para aglutinar os sujeitos reativos e tentar conter algo que é imparável.

Imparável, porque é evidente que as mulheres não vão voltar pra casa, é evidente que as LGBTs não vão voltar para o armário, é evidente que os negros e negras não vão aceitar



o racismo estrutural que marca a história do Brasil. Mas, ao mesmo tempo, a medida que as vozes do ódio foram referendadas pela urna, a possibilidade de aumento de feminicídio, de crimes LGBTfóbicos e de crimes de racismo se potencializa. Esses primeiros dias de 2019 já mostram isso. Cada vez se faz mais necessária a máxima “Ninguém solta a mão de ninguém”. É preciso ter unidade na diversidade sem perder a peculiaridade de cada movimento ou setor que luta contra a opressão. É hora de potencializar a luta de cada setor oprimido de maneira unificada em ações conjuntas para que vençamos o mais rápido possível essa situação política lamentável do nosso país. Por isso, o 8 de março, Dia Internacional de luta das mulheres, tem uma importância fundamental. Mas também tem grande importância o 14 de março, dia que lamentavelmente completamos um ano da morte da Marielle e que, infelizmente, ainda não alcançamos justiça. Justiça para Marielle não significa apenas justiça para os seus familiares e seus companheiros de partido, mas também significa não dar carta branca para que crimes políticos sigam acontecendo em um país como o nosso, que tem estruturas criminosas como as milícias no Rio de Janeiro aterrorizando as comunidades e ao mesmo tempo com peso político, com representação e com contatos inclusive no Senado Federal.

No governo Bolsonaro, as pautas conservadoras têm um espaço importante. No entanto, elas vêm acompanhadas de um programa ultra neoliberal que tem como carro-chefe a proposta da Reforma da Previdência, que representa um ataque profundo aos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Qual é o papel das feministas no parlamento e nas ruas diante deste cenário preocupante de retirada de direitos?



Fernanda Melchionna – O papel das feministas é central. Nós acreditamos na ideia de que o feminismo deve ter classe. Um feminismo da classe trabalhadora, que tem raça e que sabe, portanto, que a opressão das mulheres negras é muito maior que a das mulheres brancas, que são as que menos recebem no mercado de trabalho e sofrem com a violência doméstica. É um feminismo que é trans e que tem dentro de si a liberdade, o respeito e o apoio à identidade de gênero e à liberdade de orientação sexual. Um feminismo que sabe a importância da luta das indígenas num país como o nosso, que viveu um verdadeiro genocídio dos povos originários. Nesse sentido, o feminismo dos 99% contra 1%, esse feminismo que tem lado, enfrenta um cenário com o fortalecimento de uma agenda burguesa unificada na ideia da Reforma da Previdência, que quer tirar direitos. Diante da proposta de aumentar a idade mínima pra 65 anos pra homens e 62 para mulheres, precarizando ainda mais a vida dos trabalhadores e, sobretudo, das mulheres trabalhadoras – que são as que menos recebem e as que mais sofrem com a informalidade, com a precariedade das condições de trabalho e com a dupla ou tripla jornada de trabalho – esse feminismo tem que estar conectado com a luta dos trabalhadores contra a reforma da previdência. Nós, feministas, devemos lutar contra as tentativas dos bancos de ganhar mais um filão das previdências complementares com um regime de capitalização que já levou, no Chile, vários aposentados a perder sua aposentadoria ou receber menos de um salário mínimo.

Portanto, o 8 de março, que é a nossa data, tem que pautar o combate à violência contra a mulher, a desigualdade salarial, a participação das mulheres na política, mas também precisa estar vinculado com as pautas do momento. Temos que construir um forte 8 de março contra a Reforma da Previdência. As mulheres devem ser a linha de frente na construção desta pauta nos locais de trabalho, no debate com a



população trabalhadora, na luta de resistência à retirada de direitos, mostrando a perversidade dessa reforma e mostrando que ela só atende aos interesses dos ricos. Precisamos de uma verdadeira revolução tributária no Brasil que taxe os ricos, que taxe os lucros e dividendos, que ataque aqueles que construíram essa crise econômica e política e que, ao mesmo tempo, seguem enriquecendo às custas das mulheres e dos homens trabalhadores.

O Brasil é um dos países com o maior índice de feminicídios no mundo. Até o momento, já foram registrados em 2019 mais de 20 casos de assassinatos de mulheres por motivo de gênero. O movimento *Ni una a menos* na Argentina trouxe este debate com força para a América Latina nos últimos anos. Na sua opinião, qual é o motivo dos altos índices de assassinatos de mulheres no Brasil? Qual deve ser a exigência para o poder público no que diz respeito à proteção da vida das mulheres?

Mônica Seixas – Os grandes números de violência contra a mulher no Brasil não aparecem à toa. A construção de gênero, que nos países ocidentais sempre colocou a mulher em lugar desprivilegiado, toma proporções maiores no Brasil por conta da nossa formação social. Diante do processo da colonização e do processo da nossa formação histórico-religiosa colocamos a mulher em lugar de ainda maior subordinação. Além disso, o Brasil tem uma formação social de violência exacerbada sobre corpos e vidas minoritárias. Nesse momento, este é um elemento ainda mais perigoso. Estamos assistindo o Brasil dar passos para trás. Poderíamos estar avançando. A Lei Maria da Penha, por exemplo, é uma formulação riquíssima que trata do combate da violência não apenas sob o ponto de vista da punição, mas também da assistência social as mulheres vítimas de violência. Poderíamos

estar caminhando mais ao discutir a ampliação das delegacias da mulher, que não funcionam plenamente em todos os lugares. Poderíamos estar avançando na proposta de abrir as delegacias 24h por dia, para que estivessem funcionando nos horários em que há mais ocorrências de violência doméstica. Poderíamos, também, estar dando passos no sentido da melhoria da assistência a essas mulheres e seus filhos, que não tem como sair de casa.

No entanto, estamos vendo retrocessos sem precedentes, quando falamos da flexibilização do armamento da população, como proposto pelo governo Bolsonaro. Os números em todo o mundo demonstram que os países que têm mais fácil acesso às armas possuem dois principais perfis de vítimas: mulheres, vítimas de seus parceiros; e crianças, vítimas de acidentes domésticos, de brincadeiras ou de violências imaturas. Estamos tornando ainda mais vulneráveis esses dois perfis. Então, o Brasil nesse momento avança contra pautas estratégicas para assegurar a vida das populações minoritárias como LGBTs, negros e negras e, sobretudo, mulheres.

Estamos prestes a completar um ano da execução de Marielle Franco, vereadora eleita pelo PSOL. Até o momento, não há respostas claras sobre quem a assassinou e nem quais são os mandatários do crime. Marielle tinha como centro de sua luta a defesa dos direitos humanos, da vida das mulheres e o combate ao genocídio da juventude negra. Como você, enquanto deputada eleita pelo PSOL, encara a luta por justiça para Marielle e Anderson?

Mônica Seixas – A luta por Justiça para Marielle e Anderson é prioritária para todos que defendem a democracia no país. Porque sem conquistar justiça para Marielle, nós estamos chancelando e naturalizando que alguns perfis de luta continuem a ser assassinados e dizimados no Brasil.



Vivemos no país que mais mata defensores de Direitos Humanos, ambientalistas, jornalistas, advogados ativistas. Temos um verdadeiro apartheid que afasta os negros dos espaços decisão, dos círculos sociais, mulheres de espaços de liderança. Quando lentamente e aos poucos conseguimos espaços quebrando estes obstáculos, nós pagamos com o nosso sangue. Então, a morte de Marielle nos fala de muitas coisas. Nos fala de um apartheid real do Brasil, de lutas que poucos ousavam encarar, de uma democracia que é uma lenda e que não chegou a todos os lugares desse país, e outras estruturas de forças e de poder sobre as quais muitos preferem não falar. Nos desdobramentos das investigações de Marielle, estamos vendo a ligação de agentes da segurança pública, ou seja, de braços do Estado (que também é muito violento com os seus agentes) com a morte de uma mulher negra que era um símbolo da ocupação dos espaços de poder pelo povo. Além disso, fica cada dia mais clara a ligação dos poderosos e dos políticos com essas milícias.

Se nós não conquistarmos justiça para Marielle, iremos naturalizar que mortes como essa continuem a acontecer. Não é a toa que muitas pessoas me abordam na rua preocupadas com a minha segurança. Estamos todos admitindo que eu corro um risco por ser fisicamente parecida com a Marielle, por defender as mesmas causas que ela, por atuar no mesmo partido, por ter idéias parecidas. Então, a morte de Marielle manda um recado: ou conseguimos justiça e deixamos de naturalizar crimes políticos ou os espaços de poder se tornam cada vez mais inalcançáveis para nós. Para continuar lutando por democracia nesse país, precisamos conquistar justiça para o caso de Marielle.

Algumas feministas ao redor do mundo cunharam o conceito de “Feminismo dos 99%” para definir uma maneira de enxergar e construir a luta das mulheres. Este mote



tem afinidade com slogans dos jovens indignados que tomaram as praças e as ruas da Europa e das Américas no início desta década e questionavam a democracia representativa e a relação da política institucional com os grandes capitalistas. O que você pensa sobre o “Feminismo dos 99%”? Como se dá a sua construção na prática?

Sâmia Bomfim – Há muitos feminismos em cena hoje. Me identifico com aquelas que afirmam a ideia de um feminismo dos 99%, pois ela aponta a luta contra o capitalismo como estratégia indispensável para a superação da opressão e da exploração das mulheres. Também porque se conecta com a insurgência de lutas ao redor do mundo contra os pacotes de austeridade, com protagonismo das mulheres. No mundo estão surgindo governos de extrema-direita, que congregam a perseguição a direitos fundamentais e a liberdades democráticas com medidas draconianas de exploração dos trabalhadores. O feminismo dos 99% é a antítese desse programa. Ele se expressou, por exemplo, na luta contra o trabalho escravo de Orbán na Hungria e nas marchas do *Ele Não* no Brasil, que são as maiores manifestações feministas da história do país.

A partir da compreensão de que 1% da população controla e detém a riqueza produzida pelos 99%, nosso feminismo precisa se conectar às lutas contra as diferentes formas de dominação e violência. Nosso feminismo é contra a xenofobia e está ao lado dos refugiados; é antirracista; é anti-LGBTfóbico; é dos povos tradicionais, dos sem teto, dos sem terra. É de todas e todos que são a maioria da população – os 99% que podem se colocar em movimento para vencer os que nos impõem uma vida com violência e sem direitos.

Diante do preocupante cenário político internacional e também da força do movimento feminista, você e outras parlamentares do PSOL tem construído uma iniciativa



de articulação internacional feminista. Você poderia falar um pouco mais sobre esta iniciativa?

Sâmia Bomfim – Em janeiro, fui para os EUA junto às deputadas Fernanda Melchionna, Talíria Petrone e Jô Cavalcante a convite da Universidade de Berkeley para falarmos do movimento feminista brasileiro como motor da resistência ao governo de Bolsonaro. Aproveitamos a viagem para dialogar com Nancy Fraser e Cinzia Arruzza, importantes intelectuais e militantes feministas, que compartilham da visão de um feminismo das 99% e que, inclusive, lançarão livro homônimo no Brasil em breve. Debates com elas sobre a ideia de, a partir de um manifesto internacional de convocação do oito de março, indicar a construção de uma Internacional Feminista, para reunir e articular mulheres que lutam ao redor do mundo contra o machismo e os governos de extrema-direita. Há uma nova vanguarda mundial que expressa a luta anticapitalista, é uma vanguarda feminista, jovem, dinâmica e radical. Muito importante que estejamos conectadas para avançarmos num programa e num calendário em comum para enfrentar os retrocessos que querem nos impor.





Por um
feminismo
para os 99%







Notas para um manifesto feminista¹

Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser

Na primavera de 2018, a bilionária do *Facebook* Sheryl Sandberg aconselhava as mulheres de que tenacidade e sucesso no mundo dos negócios eram a estrada real para a igualdade de gênero. Se apenas “metade de todos os países e empresas fossem dirigidos por mulheres e metade de todos os lares fossem liderados por homens” o mundo seria um lugar melhor e nós não deveríamos nos dar por satisfeitos até atingir essa meta. Uma notória expoente do feminismo corporativo, Sandberg construiu o seu nome pedindo às gerentes para “se apoiarem”² na sala de reuniões das empresas no ápice de uma carreira que a levou de Harvard, através do escritório da Secretaria do Tesouro, à coleta de dados e à segmentação de anúncios no *Google* e no *Facebook*, com a ajuda do mentor Lawrence Summers, o chefe das desregulações de *Wall Street*.

Nesta mesma primavera, em 8 de março de 2018, uma greve nacional de mulheres parou a Espanha. Com o apoio de 5 milhões de manifestantes, as organizadoras da *huelga* feminista clamaram por “uma sociedade livre da opressão sexual, exploração e violência” – “por rebelião e luta contra a aliança entre patriarcado e capitalismo que deseja nos manter obedientes, submissas e quietas. Enquanto o sol se punha sobre Madri e Barcelona e multidões de mulheres enchiam as ruas, grevistas feministas anunciavam: “No 8 de março nós cruzamos nossos braços e interrompemos todas as atividades produtivas e reprodutivas.” Elas se recusaram a aceitar con-

¹ Publicado originalmente em inglês como: *Notes for a feminist manifesto*. *New Left Review*, 114, nov./dez. 2018. Tradução: Charles Rosa, Gustavo Rego, Pedro Micussi e Thiago Aguiar.

² N.T.: No original em inglês, *lean in*, uma referência ao livro de Sandberg que leva esse nome.



dições de trabalho piores do que as dos homens ou salário menor por trabalho igual.

Esses dois chamados representam caminhos opostos para o movimento feminista. Sandberg e sua turma veem o feminismo como um servo do capitalismo. Elas querem um mundo em que os benefícios da exploração do trabalho e da opressão na ordem social sejam igualmente divididos entre homens e mulheres da classe dominante – uma forma de “oportunidades iguais de dominação.” Em agudo contraste, as organizadoras da greve feminista clamam pelo fim da dominação capitalista e patriarcal.

Bifurcação na estrada

Diante dessas duas visões de feminismo, nós nos encontramos diante de uma bifurcação na estrada. Um caminho leva a um planeta inóspito onde a vida humana é miserável, se é que é possível. O outro leva ao tipo de mundo que sempre figurou nos sonhos da humanidade: em que a riqueza e os recursos naturais são compartilhados entre todos, em que liberdade e igualdade são premissas e não aspirações. O que torna a decisão tão urgente é que não existe um caminho intermediário devido à forma predatória do capitalismo financeirizado que prevaleceu nos últimos 40 anos – aumentando as dificuldades para qualquer luta social e transformando tentativas de conquistar modestas reformas em batalhas campais pela sobrevivência. Nessas condições, as feministas, como todo mundo, devem tomar uma posição. Nós continuaremos buscando “oportunidades iguais de dominação” enquanto o planeta está em chamas? Ou reimaginaremos a justiça de gênero numa forma anticapitalista, que vai além da atual carnificina e nos leva para uma nova sociedade?

Nosso Manifesto é uma declaração para o segundo caminho. O que torna um feminismo anticapitalista possível hoje em dia é a dimensão política da atual crise: a erosão



da credibilidade da elite pelo mundo, afetando não apenas os partidos neoliberais de centro mas também seus aliados do feminismo corporativo ao estilo Sandberg. Esse foi o feminismo que naufragou nas eleições presidenciais de 2016, quando a candidatura “histórica” de Hillary Clinton falhou em atrair o entusiasmo das eleitoras mulheres. Por uma boa razão: Clinton personificou a desconexão entre a ascensão das mulheres de elite aos altos cargos e melhorias nas vidas da vasta maioria.

A derrota de Clinton é o nosso sinal de alerta. Expondo a falência do feminismo liberal, ele representa a abertura para um desafio histórico para a esquerda. No atual vácuo da hegemonia neoliberal, nós temos a chance de redefinir o que podemos considerar como um tema feminista, desenvolvendo outra orientação de classe e um caráter radical. Nós escrevemos não para esboçar uma utopia imaginária, mas para esclarecer a estrada que deve ser percorrida para alcançar uma sociedade justa. Nosso objetivo é explicar por que as feministas deveriam escolher o caminho das greves feministas, unindo-se a outros movimentos anticapitalistas e antissistema e tornando-se um “feminismo dos 99%”. O que nos dá esperança para esse projeto nesse momento é o despertar de uma nova onda global, com as greves feministas internacionais de 2017 e 2018 e com e os movimentos cada vez mais coordenados que estão se desenvolvendo em torno deles. Como um primeiro passo, nós estabelecemos 11 teses sobre a presente conjuntura e as bases de um novo, radical e anticapitalista movimento feminista.

Tese I

Uma nova onda feminista está reinventando a greve

O movimento de greves feministas começou na Polônia em outubro de 2016, quando mais de cem mil mulheres realizaram greves e marchas para se opor à proibição ao aborto

no país. Mais tarde neste mesmo mês, ele cruzou o oceano e chegou até a Argentina, onde mulheres grevistas protestaram contra o assassinato de Lucía Pérez sob o bordão de *Ni Una Menos*. Logo isso se espalhou para a Itália, Espanha, Brasil, Turquia, Peru, EUA, México e Chile. Tendo começado nas ruas, o movimento se espalhou por locais de trabalho e estudo e eventualmente tomando a mídia, a política e etc. Nos últimos dois anos, seu lema tem ressoado pelo mundo: *Nosotras Paramos*, *We Strike*, *Vivas Nos Queremos*, *Ni Una Menos*, *Feminism for the 99 per cent*. Primeiro como uma marola, depois como uma onda, o movimento se tornou um fenômeno global.

O que tornou uma série de ações nacionalmente localizadas em um movimento internacional foi a decisão de entrar em greve conjuntamente em 8 de março de 2017. Com este golpe ousado, essa nova forma de ativismo deu novo caráter político ao Dia Internacional da Mulher, reconectando-o às suas inegáveis, mas esquecidas, raízes na classe trabalhadora e no feminismo socialista. Suas ações evocam o espírito das mobilizações das mulheres trabalhadoras do início do século XX: as greves e mobilizações de massas nos EUA, lideradas principalmente por mulheres judias e imigrantes, inspiraram as socialistas norte-americanas a criar o Primeiro Dia Nacional da Mulher, enquanto na Alemanha Luise Zietz e Clara Zetkin faziam o chamado para o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora. Incorporando esse espírito militante, as greves feministas de hoje estão unindo mulheres separadas não apenas por fronteiras e muros, mas como por oceanos, montanhas e continentes. Derrubando o isolamento dos muros reais e simbólicos, elas demonstraram o potencial político dos trabalhadores pagos e não pagos que sustentam o mundo.

O movimento inventou novas formas de fazer greve, ao mesmo tempo que infundiu na própria forma da greve um novo tipo de política. Combinando a paralisação do trabalho com passeatas, fechamentos de pequenas empresas, blo-



queios e boicotes, ele enriqueceu o repertório da greve geral como uma forma de protesto - outrora grande, mas encolhido por décadas de agressão neoliberal. Ao mesmo tempo, democratizou a greve e ampliou seu escopo ao redefinir o que pode ser considerado “trabalho”. Além do trabalho assalariado, a greve de mulheres também paralisou o trabalho doméstico, sexo e “sorrisos” – tornando visível o indispensável papel desempenhado pelo trabalho não pago e de gênero na sociedade capitalista valorizando atividades das quais o capita se beneficia, mas não remunera. Em relação ao trabalho remunerado, a greve feminista redefiniu o que pode ser considerada uma questão trabalhista – tendo como alvo não apenas os salários e jornada de trabalho, mas também assédio e violência sexual, barreiras à justiça reprodutiva e restrições ao direito de greve.

Dessa forma, essa nova militância feminista tem o potencial de superar a persistente divisão entre “política identitária” e “política de classe”. Revelando a unidade do local de trabalho e da vida social, se recusa a limitar sua luta a apenas um desses espaços. Redefinindo o que pode ser considerado “trabalho” e quem pode ser considerado “trabalhador”, ela rejeita a subestimação estrutural que o capitalismo faz do trabalho das mulheres, tanto o pago quanto o não pago. Ela antecipa a possibilidade de uma nova fase da luta de classes: feminista, internacionalista, ambientalista e antirracista.

O feminismo das greves de mulheres surgiu num momento em que os sindicatos industriais têm sido severamente enfraquecidos. A resistência contra o neoliberalismo se deslocou para outros terrenos: saúde pública, educação, previdência, moradia – trabalho e serviços necessários para a reprodução dos seres humanos e comunidades. Da onda de greves dos professores americanos à luta contra a privatização da água na Irlanda e os protestos dos trabalhadores do saneamento em Dalit, na Índia: é nesses locais que podemos



encontrar os combatentes mais militantes - impulsionados e liderados por mulheres. Ainda que não fossem formalmente filiados ao movimento internacional de greves das mulheres, essas lutas têm muito em comum com ele. Elas também querem valorizar o trabalho necessário para reproduzir nossas vidas se opondo à sua exploração. Elas combinam demandas por salário e condições de trabalho a exigências por aumento no investimento público em serviços sociais.

Na Argentina, Espanha e Itália, o feminismo grevista atraiu amplo apoio de forças que se opõem à austeridade e protestam contra o sucateamento da educação, saúde pública, moradia, transporte e proteção ambiental. Opondo-se aos ataques dos governos aos “bens públicos” impostos pelo capital financeiro, as greves de mulheres estão se tornando as catalisadoras e exemplo para os esforços internacionais de defesa das comunidades – exigindo pão, mas rosas também.

Tese II

O feminismo liberal falhou. É hora de se livrar dele

Esta nova onda militante está muito longe do feminismo corporativo que predominou nas últimas décadas. Entretanto, a grande mídia continua igualando o feminismo ao modelo liberal. O efeito é semear confusão pois o feminismo liberal é parte do problema. Tendo como base social as mulheres do estrato gerencial, o feminismo liberal tem como foco o “faça acontecer” e “quebrar o teto de vidro”. Voltada para permitir que algumas poucas privilegiadas subam na hierarquia corporativa ou na carreira militar, ela adere a uma visão de igualdade centrada no mercado que se encaixa com o entusiasmo corporativo pela “diversidade”. Antidiscriminação e pró-escolha, o feminismo liberal se recusa a apontar as restrições socioeconômicas à igualdade e à escolha. Como um aliado do neoliberalismo, ele falha em beneficiar a maioria das mulheres; se faz alguma coisa, na verdade as prejudica.



O objetivo do feminismo liberal é a meritocracia, não a igualdade. Ao invés de abolir a hierarquia social, ele almeja feminilizá-la, garantindo que as mulheres no topo podem alcançar paridade com os homens de sua própria classe. Por definição, suas beneficiárias serão aquelas que já possuem vantagens sociais, culturais e econômicas consideráveis. Compatível com o inchaço na desigualdade de riqueza e renda, o feminismo liberal fornece um brilho progressista para o neoliberalismo, disfarçando suas políticas regressivas numa quimera de emancipação. Um aliado da islamofobia na Europa e da finança global nos Estados Unidos, o feminismo liberal permite às mulheres profissionais-gerentes ascender apenas porque elas podem apoiar-se sobre mulheres trabalhadores e migrantes mal pagas, às quais elas subcontratam o trabalho doméstico e de cuidado.

Insensível a classe e raça, tal feminismo liga nossa causa ao elitismo e ao individualismo. Projetando o feminismo como um movimento de isolamento, ele associa-nos a políticas que ameaçam a maioria e nos retira de lutas que se opõem a tais políticas. Em poucas palavras, o feminismo liberal confere ao feminismo um nome ruim. Nossa resposta é um retorno ao feminismo – nós não temos interesse em quebrar o teto de vidro enquanto deixamos a maioria das mulheres para limpar os cacos.

Tese III

Nós precisamos de um feminismo anticapitalista – um feminismo para os 99 por cento

O feminismo militante da greve internacional de mulheres confronta uma crise de proporções de época: padrões de vida declinantes e crise ecológica iminente; guerras e despossessão; migrações em massa encontram arame farpado; racismo e xenofobia encorajados; a reversão de direitos duramente conquistados. O feminismo que vislumbramos com-



preende a extensão destes desafios e pretende lidar com eles. Evitando meias medidas, ele defende as necessidades e direitos de muitos: da classe trabalhadora, das mulheres migrantes e racializadas, de mulheres *queer*, trans, pobres e deficientes; de mulheres encorajadas a ver a si mesmas como de “classe média”, mesmo enquanto o capital explora-as. Ele não se limita aos “assuntos de mulher”, como tradicionalmente definidos. Levantando-se por todos aqueles que são explorados, dominados e oprimidos, ele pode ser uma fonte de esperança para a maioria da humanidade – um feminismo para os 99 por cento.

O novo feminismo está emergindo da forja da experiência vivida, informado pela reflexão teórica. Está tornando-se claro que a única forma de mulheres e de pessoas de gênero não conforme ganharem acesso a direitos fundamentais é pela transformação do sistema social subjacente que esvazia estes direitos. Apenas a legalização do aborto não é suficiente para mulheres que não tem os meios de pagá-lo nem tampouco o acesso a clínicas; a justiça reprodutiva universal requer também um sistema de saúde livre e universal e o fim das práticas eugenistas na medicina profissional. Igualmente, a igualdade salarial pode significar apenas igualdade na miséria das mulheres pobres e da classe trabalhadora, salvo se vier acompanhada de direitos trabalhistas substantivos, empregos que paguem salários generosos e uma nova organização do lar e do trabalho de cuidado. Leis criminalizando a violência de gênero são uma farsa se estas ignoram a brutalidade policial, o encarceramento de massa, ameaças de deportação, intervenções militares e o assédio e abuso no local de trabalho.

A emancipação legal é uma concha vazia se não inclui serviços públicos, habitação social e fundos assegurando que as mulheres possam deixar a violência doméstica e no local de trabalho.

Por essas razões, o feminismo “para os 99 por cento” não pode ser um movimento separatista. Ele une-se a cada mo-



vimento que luta pela maioria, nos domínios da justiça ambiental, da educação, da moradia, dos direitos trabalhistas e por saúde ou em oposição à guerra e ao racismo. Nós não estamos em competição com a luta de classes – pelo contrário, nós estamos bem no meio disto, mesmo quando nós estamos ajudando a redefini-la de uma maneira nova e mais ampla.

Tese IV

Nós estamos vivendo uma crise da sociedade como um todo – e sua causa fundamental é o capitalismo

A crise financeira de 2008 é amplamente percebida como a pior desde os anos 1930, mas este entendimento é ainda muito estreito. O que nós estamos vivendo é uma crise da sociedade como um todo – da economia, ecologia, política e do “cuidado”. Uma crise geral de uma forma integral de organização social, no fundo é uma crise do capitalismo – e, em particular, da forma de capitalismo em que vivemos hoje: globalizado, financeirizado, neoliberal. Que o capitalismo periodicamente gere tais crises não é acidental. Tampouco o é que este sistema viva da exploração do trabalho assalariado e se aproveite do excedente, além de utilizar a natureza, os bens públicos e o trabalho não remunerado que reproduz os seres humanos e as comunidades. Conduzido pela busca do lucro, o capital expande-se utilizando tais elementos sem pagar por sua substituição a não ser que seja forçado a fazê-lo. Preparado para degradar a natureza, instrumentalizar os bens públicos e comandar o trabalho de cuidado não remunerado, ele periodicamente desestabiliza as condições de sua – e da nossa – sobrevivência.

A crise atual é especialmente aguda, após décadas de declínio dos salários enfraquecimento dos direitos trabalhistas, dano ao meio-ambiente e usurpação das energias disponíveis para sustentar as famílias e comunidades – enquanto os tentáculos da finança espalharam-se por todo o tecido social.



Não surpreende que tantos estejam agora rejeitando os partidos do *establishment* e experimentando novas perspectivas e projetos políticos. O resultado é o crescimento de uma crise de hegemonia, um vácuo de liderança e organização e um sentido de que algo deve dar.

O feminismo da greve de mulheres está entre as forças que se lançaram nesta direção. Mas nós não comandamos o terreno. Movimentos emergentes de direita prometem melhorar a situação de famílias comuns (de uma dada etnia) terminando com o livre comércio, reduzindo a imigração e restringindo os direitos das mulheres, das pessoas não brancas e de pessoas LGBTQ+. Enquanto isso, as correntes dominantes do centro liberal têm uma agenda igualmente desagradável: elas querem que feministas, antirracistas e ambientalistas cerrem fileiras com seus “protetores” liberais e renunciem a projetos igualitários de transformação social. Nós declinamos esta proposta. Rejeitando não apenas o populismo reacionário, mas também seus oponentes progressistas-neoliberais, nós pretendemos identificar e confrontar de frente a fonte real da crise e da miséria: nomeadamente, o próprio sistema capitalista.

A crise não é “apenas” um tempo de sofrimento. É também um momento de despertar e uma oportunidade para a transformação social, quando massas de pessoas críticas retiram seu apoio dos poderes estabelecidos e procuram novas ideias e alianças. O processo pelo qual uma crise geral leva à reorganização social apareceu repetidamente na história moderna, com o capitalismo reinventando-se de novo e de novo. Em sua tentativa de restaurar a lucratividade, seus campeões políticos reconfiguraram não apenas a economia oficial, como também a política, a reprodução social e nossas relações com a natureza não humana. Eles reestruturaram as formas anteriores de exploração de classe e de opressão de gênero e de raça. Reinventando aquelas hierarquias, eles frequentemente



punderam canalizar as energias de rebelião, incluindo as energias feministas em apoio ao novo *status quo*.

Este processo repetir-se-á? As elites dominantes atuais aparentam ser especialmente perigosas. Focadas em lucros de curto prazo, elas parecem dispostas a não avaliar não apenas a profundidade da crise, mas a ameaça que apresentam para a saúde de longo prazo do próprio sistema. Elas preferem perfurar em busca de óleo para o aqui e o agora em vez de garantir as precondições ecológicas para seus próprios lucros futuros. Como resultado, a crise que confrontamos hoje é uma crise da vida tal como a conhecemos. A luta para resolvê-la apresenta as questões mais fundamentais da organização social. Onde desenhar a linha que delimita a economia da sociedade, a sociedade da natureza, a produção da reprodução e o trabalho da família? Como utilizar o excedente social que nós produzimos coletivamente? E como deveríamos decidir estas questões? Resta saber se os geradores de lucros conseguirão transformar as contradições sociais do capitalismo em novas oportunidades de acumulação de riqueza privada, cooptando vertentes do feminismo, mesmo quando reorganizam a hierarquia de gênero – ou se a revolta de massas, com as feministas na linha de frente, irá, como posto por Walter Benjamin, “acionar o freio de emergência”.

Tese V

A opressão de gênero em sociedades capitalistas esta enraizada na subordinação da reprodução social para a produção de lucro. Nós queremos colocar as coisas no lado certo

Muitas pessoas sabem que as sociedades capitalistas são por definição sociedades de classe, que permitem uma pequena minoria acumular lucros privados através da exploração do maior grupo de pessoas que precisa trabalhar em troca de salários. O que é muito menos entendido é que elas também são fontes de opressão de gênero, tendo o sexismo



fortemente arraigado em suas estruturas. O capitalismo não inventou a subordinação das mulheres, que existia em modos diferentes em todas as sociedades de classes anteriores. Mas o capitalismo estabeleceu novas e distintivas formas de sexismo, apoiadas por novas estruturas institucionais. A inovação chave foi separar a produção das pessoas da produção de lucro, dando o primeiro trabalho às mulheres, e o subordinando ao segundo.

A perversão fica clara quando nós lembramos quão vital e complexo o trabalho de produzir pessoas é atualmente. Essa atividade não apenas cria e sustenta a vida humana no sentido biológico; ela também cria e sustenta nossa capacidade de trabalho – o que Marx chamou de “força de trabalho”. E isso significa moldar pessoas com atitudes, disposições, valores, habilidades, competências e destrezas “certas”. Tudo dito, o trabalho de produzir pessoas fornece algumas condições fundamentais – material, cultura, social – para a sociedade humana em geral e para a produção capitalista em particular. Sem isso, nem a vida nem a força de trabalho podem ser incorporadas nos seres humanos. Nós chamamos esse vasto corpo de atividade vital de reprodução social.

Nas sociedades capitalistas, a importância crucial da reprodução social está disfarçada e desautorizada. A produção de pessoas é tratada como um mero meio para a produção de lucro. Porque o capital evita pagar por esse trabalho o tanto quanto ele pode, enquanto trata o dinheiro como o fim de tudo, ele relega àqueles que o executam a uma posição subordinada relativa não apenas aos donos do capital, mas também àqueles trabalhadores assalariados mais privilegiados que podem descarregar a responsabilidade para os outros. Esses “outros” são normalmente mulheres. Nas sociedades contemporâneas, a reprodução social tem gênero – atribuída ou associada às mulheres. Sua organização depende dos papéis de gênero e engendra a opressão de gênero.



A reprodução social é, portanto, uma questão feminista. Mas é também atingida por questões de classe, raça, sexualidade e nação. Um feminismo disposto a resolver a atual crise deve entender a reprodução social através de uma perspectiva que compreende, e conecta, esses diferentes eixos de dominação. As sociedades capitalistas por muito tempo instituíram divisões raciais do trabalho reprodutivo. Seja através do colonialismo escravista, apartheid ou do neoimperialismo, esse sistema coagiu mulheres racializadas para prover esse trabalho gratuitamente ou a preços baixos para as etnias majoritárias ou suas “irmãs” brancas. Forçadas a cuidar das crianças e das casas de senhoras ou de empregadores, elas tiveram que lutar o máximo possível para cuidar de suas próprias.

O caráter de classe da reprodução social é fundamental. A acumulação do capital depende tanto quanto das relações sociais que produz e reabastece o trabalho quanto daquelas que diretamente o exploram. A classe, em outras palavras, não é “meramente econômica”. Ela é feita de pessoas concretas, de suas comunidades, habitats e condições de vida, suas experiências, laços sociais e história. Todos produzidos e reproduzidos por atividades que transcendem em muito o econômico – não apenas relações de produção, mas também relações de reprodução social. A classe trabalhadora global não compreende apenas aqueles que trabalham em troca de salário nas fábricas ou nas minas; ela também inclui aqueles que trabalham nos campos e nas casas particulares; nos escritórios, hotéis, restaurantes, hospitais, enfermarias e escolas; o precariado, os desempregados e aqueles que não recebem pagamentos em troca de seu trabalho. Da mesma forma, a luta de classes não é apenas sobre ganhos econômicos no local de trabalho, ela inclui lutas a respeito da reprodução social. Enquanto essas sempre foram centrais, as lutas pela reprodução social são especialmente explosivas nos dias de hoje, enquanto que o neoliberalismo requer mais horas de

trabalho pago por agregado familiar enquanto retira suporte estatal para o bem-estar social, das famílias endividadas, das comunidades e, sobretudo, das mulheres em pontos de ruptura. Sob essas condições, as lutas pela reprodução social se moveram para um lugar central, com o potencial de alterar as raízes e ramificações sociais.

Tese VI

A violência de gênero toma muitas formas, todas elas emaranhadas em relações sociais capitalistas. Nós juramos lutar contra todas elas

Pesquisadores estimam que uma em cada três mulheres, globalmente, irão sofrer alguma forma de violência de gênero no decurso de suas vidas. Muitos de seus perpetradores são parceiros íntimos, que são responsáveis por 38 por cento dos assassinatos de mulheres. Violências físicas, emocionais, sexuais, ou as três combinadas, de parceiros íntimos são encontradas em todos os países, classes e grupos étnicos. Enraizados nas dinâmicas contraditórias da família e da vida pessoal, e assim na característica capitalística da divisão entre produção de pessoas e produção de lucro, ela reflete a mudança dos lares, antes baseados em laços de parentesco estendidos, no qual senhores homens detinham o poder da vida e da morte sobre seus dependentes, à família nuclear restrita e heterossexual da modernidade capitalista, que atribui um direito atenuado de mando nos homens “menores” que encabeçam famílias menores. Essa mudança mudou o caráter da violência de gênero baseada no parentesco. O que era antes abertamente político se torna agora “privado”: mais informal e psicológico – consequentemente, menos “racional”, sancionado e controlado socialmente. Muitas vezes permeada a álcool, vergonha e ansiedade em manter a violência, esse tipo de violência de gênero se torna especialmente virulenta e perversa em tempos de crise.



Quando a ansiedade de status, a precariedade econômica e a incerteza política se mostram crescentes, a ordem de gênero, também, parece estremecer. Alguns homens presenciam as mulheres como estando “fora do controle”, suas casas “desordenadas”, suas crianças “selvagens”. Seus chefes são implacáveis, seus colaboradores injustamente favorecidos, seus empregos em risco. Suas proezas sexuais e seus poderes de sedução estão em dúvida. Sua masculinidade ameaçada, eles explodem.

Nem toda violência de gênero toma essa forma aparentemente “irracional”. Outras formas são também todas “racionais”: a instrumentalização de estupros de mulheres colonizadas e escravizadas para aterrorizar comunidades de cor e forçar sua dominação; a estupro reiterado de trabalhadoras do sexo por traficantes e cafetões para “quebrá-las”; o estupro coordenado em massa de mulheres “inimigas” como armas de guerra; e não menos importante, a prevalência de assédio no trabalho e na escola. No último caso, os perpetradores detêm poder público institucional sobre aquelas que eles atacam. Eles podem comandar serviços sexuais, e é isso que fazem. Aqui, a raiz é a vulnerabilidade econômica, profissional, política e racial das mulheres, nossa dependência ao pagamento, à indicação de referência, à vontade do empregador ou do capataz em não perguntar sobre o status de imigração. O que permite essa violência é o sistema de poder hierárquico que funde gênero, raça e classe.

Essas duas formas de violência de gênero compartilham uma base estrutural comum na sociedade capitalista. O que está subjacente às duas é a divisão – e calibração mútua – entre a produção de mercadorias, para o lucro, e a reprodução social, para o “amor”. O nexo de gênero que atribui o trabalho reprodutivo esmagadoramente à mulher nos coloca em desvantagem *vis-à-vis* os homens no mundo do trabalho reprodutivo, enquanto que nós caímos em empregos sem sa-

ída que não pagam o suficiente para sustentar uma família. O primeiro beneficiário é o capital, mas seu efeito é nos render duplamente sujeito à violação – nas mãos de familiares e pessoas íntimas, de um lado, e de aplicadores e facilitadores do capital, do outro.

Uma resposta feminista comum à violência de gênero é a demanda por criminalização e punição. Essa espécie de “feminismo carcerário” toma como certo precisamente o que precisa ser colocado em questão: que a lei, a polícia e as cortes são suficientemente autônomas à estrutura de poder capitalista para conter sua tendência profundamente arraigada de gerar e tolerar violências de gênero. Na verdade, o sistema criminal de justiça mira desproporcionalmente homens de cor pobres e da classe trabalhadora, incluindo migrantes, enquanto que comumente deixa seus homólogos de colarinho branco livres. Da mesma forma, campanhas anti-tráfico e leis contra a “escravidão sexual” são muitas vezes utilizadas para deportar mulheres, enquanto que seus estupradores e beneficiadores permanecem em liberdade. Igualmente importante, a resposta carcerária negligencia a necessidade de opções de saída. Leis que criminalizam estupro marital ou violações nos locais de trabalho não ajudarão mulheres. Soluções baseadas no mercado – promovendo a independência econômica das mulheres através de microempréstimos – pouco ajudam as mulheres a ganhar autonomia real dos homens em suas famílias, enquanto que aumentam sua dependência aos credores.

Nós rejeitamos tanto o feminismo carcerário quanto a abordagem liberal de mercado. A violência sexual sob o capitalismo não é uma perturbação da ordem regular das coisas, mas uma parte constitutiva dela – uma condição sistêmica, não um problema criminal ou interpessoal. Ela não pode ser entendida em isolamento da violência biopolítica das leis que nega a liberdade reprodutiva, da violência econômica do mercado, da violência estatal da polícia e dos guardas de fronteira,



da violência interestatal dos exércitos imperiais, da violência simbólica da cultura capitalista e da lenta violência circundante que corrói nossos corpos, comunidades e habitats. Em zonas de processamento de exportação e outros setores que dependem muito de trabalhadoras mulheres, a violência de gênero é comumente implantada como uma ferramenta de disciplina do trabalho: gerentes se valem de estupro, abuso verbal e humilhação corporal para impor aumentos de velocidade e esmagar a organização do trabalho. Essas dinâmicas pioraram durante o período atual de crise capitalista, enquanto que os governos cortaram financiamentos públicos, mercantilizaram serviços públicos e familiarizaram a responsabilidade pelo cuidado. Nessas circunstâncias, advertências reiteradas para serem uma mãe “boa” ou uma esposa “boa” podem cair em justificativas à violência contra aquelas que falham em se conformar aos papéis de gênero.

A violência de gênero tem raízes estruturais profundamente arraigadas em uma ordem social que entrelaça a subordinação da mulher à organização de gênero do trabalho e à dinâmica da acumulação capitalista. Nessa perspectiva, o movimento *Me Too* representa uma forma de luta de classes. Como notado pelos trabalhadores rurais imigrantes que deram a primeira manifestação de solidariedade às mulheres do *show business*, Harvey Weinstein não era um simples predador, mas um chefe poderoso, capaz de dedicar quem iria trabalhar em Hollywood e quem não iria.

A violência em todas suas formas é parte integrante da sociedade capitalista, que se sustenta através de uma mistura de coerção e consenso construído. Uma forma de violência não pode ser interrompida sem acabar com as demais. Comprometidas a erradicar todas elas, as mulheres feministas grevistas conectam sua luta contra a violência sexual à luta contra todas as formas de violência na sociedade capitalista - e contra o sistema que as suporta.

Tese VII***O capitalismo tenta regular a sexualidade.******Nós queremos libertá-la***

À primeira vista, as lutas ao redor da sexualidade hoje apresentam uma escolha inequívoca. De um lado, as forças de reação procuram banir práticas sexuais que violam os valores da família ou a lei divina, com ameaças aos “adúlteros” de pedra, açoitar lésbicas ou submeter gays à terapia conversiva. Do outro, o liberalismo luta pelos direitos legais de dissidentes sexuais e minorias, pelo reconhecimento de relações que já foram tabus, igualdade de casamento e direitos LGBTQ+ dentro das forças armadas. Enquanto os reacionários buscam reabilitar arcaísmos regressivos – patriarcado, homofobia, repressão sexual – os liberais apoiam a modernidade: liberdade individual, autoexpressão, diversidade sexual.

Contudo, nenhum lado é o que aparece. Hoje, o autoritarismo sexual é qualquer coisa menos arcaico. A proibição que ele procura impor são respostas neotradicionais ao desenvolvimento capitalista, incluindo o neoliberalismo. Sob o mesmo símbolo, os direitos sexuais que o liberalismo promove são concebidos em termos que pressupõe formas capitalistas de modernidade - ao mesmo tempo normalizadoras e consumistas.

As sociedades capitalistas sempre tentaram organizar a sexualidade. Antes das relações capitalistas serem penetrantemente estabelecidas, as autoridades pré-existentes – especialmente igrejas e comunidades – foram encarregadas de estabelecer e reforçar as normas que distinguiram o sexo aceitável do sexo pecaminoso. Depois, enquanto o capitalismo procedia para remodelar o conjunto da sociedade, ele incubou novas formas e modos burgueses de regulação, incluindo o binarismo de gênero e a heteronormatividade sancionados pelo Estado. Essas normas “modernas” foram amplamente difundidas – pelo colonialismo, pela a cultura de massas e



pelo critério do direito à provisão social baseada na família. Mas elas não foram incontestadas. Ao contrário, elas colidiram tanto com regimes sexuais antigos e com novas aspirações por liberdade sexual, que encontraram expressão em subculturas gays e lésbicas e em meios de vanguarda.

Desenvolvimentos posteriores reestruturaram essa configuração. Normas burguesas foram suavizadas enquanto que a corrente libertária se tornou a principal, e as facções dominantes se uniram em um novo projeto: normalizar práticas sexuais que haviam sido tabu dentro de uma zona de regulação estatal expandida, em formas amigáveis ao capital que encorajavam o individualismo, a domesticidade e o consumo de mercadorias. Por trás dessa reconfiguração está uma mudança na natureza do capitalismo. Cada vez mais financeirizado, desterritorializado e desfamiliarizado, o capital não é mais um opositor implacável a formações *queer* e formações de gênero e sexo não-cis. Grandes empresas permitem agora a seus empregados viverem fora de famílias heterossexuais - desde que eles se mantenham na linha no shopping em seus locais de trabalho.

Esse é o contexto das lutas atuais ao redor da sexualidade. É o momento de um aumento da fluidez de gênero entre os jovens, crescentes movimentos queer e feministas e de vitórias legais significantes. Igualdade formal de gênero, direitos LGBTQ+ e igualdade de casamento são agora garantidos por lei em muitos países. Resultado de batalhas duras, essas vitórias também refletem mudanças sociais e culturais associadas ao neoliberalismo. Contudo, elas são inerentemente frágeis. Novos direitos legais não acabam com os ataques à população LGBTQ+, que continuam a sofrer violência sexual e de gênero, falta de reconhecimento simbólico e discriminação social. O capitalismo financeirizado está ele mesmo alimentando uma reação sexual: populistas de direita podem identificar desvantagens reais da modernidade capitalista, in-

cluindo os fracassos em proteger a “sua” família e comunidade contra as devastações do mercado. Mas a sua mudança legítima queixas para promover o tipo de oposição que o capital pode pagar. É um modo de “proteção” que se centra na liberdade sexual, enquanto obscurece a ameaça do próprio capital.

Reações sexuais encontram sua imagem espelhada no liberalismo sexual, o qual – mesmo nos melhores cenários – está relacionado a estruturas que privam a maioria das pessoas dos pré-requisitos materiais necessários para realizar suas liberdades formais. Elas também dependem de regimes regulatórios que normalizam a família monogâmica, o preço de aceitação para gays e lésbicas. Buscando valorizar a liberdade individual, o liberalismo sexual deixa as condições estruturais que alimentam a homofobia e a transfobia incontestadas, incluindo o papel da família na reprodução social. Novas culturas heterossexuais, baseadas em conexões e namoros online, incitam as jovens mulheres a “possuir” sua sexualidade, mas continua a taxá-las por suas aparências e pressionam as meninas a agradar aos meninos, licenciado o egoísmo sexual masculino na moda capitalista exemplar. Novas formas de “normalidade gay” pressupõe a normalidade capitalista, com a aparência da classe média gay definida por seus modos de consumo e reivindicações por respeitabilidade. Sua existência é invocada como o sinal da “tolerância ocidental iluminada” para legitimar projetos neoliberais. Por exemplo, as agências israelenses citam sua cultura *gay-friendly* superior para justificar a subjugação dos palestinos “homofóbicos e atrasados”, enquanto os liberais europeus invocam isso como fundamento para a islamfobia.

As feministas para os 99 por cento recusam a jogar esse jogo. Rejeitando tanto a cooptação neoliberal e a homofobia e misoginia neotradicional, nós queremos reviver o espírito radical de Stonewall, das correntes do feminismo do “sexo-



-positivo” desde Alexandra Kollontai até Gayle Rubin, e da histórica campanha gay e lésbica de apoio à greve dos trabalhadores mineiros do Reio Unido. Nós lutamos para libertar a sexualidade da procriação e de formas normativas, mas também das deformações do consumismo. Isso demanda uma nova e não capitalista ordem social que vai assegurar a base material da libertação sexual, incluindo generoso suporte público para a reprodução social, redesenhado para mais amplo número de famílias e associações pessoais.

Tese VIII

O capitalismo nasceu entre a violência racista e colonial. O feminismo para os 99% é antirracista e anti-imperialista

Hoje, como em momentos anteriores de crise capitalista, a “raça” se tornou uma questão candente. Os etno-nacionalismos agressivos deixam de ser silenciosos para se transformar em gritarias a plenos pulmões do supremacismo branco. Os governos centristas juntam-se aos seus homólogos racistas para bloquear a entrada de migrantes e refugiados, sequestrar os seus filhos e separar suas famílias, ou deixá-los afogar-se no mar. As forças policiais continuam a assassinar impunemente pessoas de minorias étnicas, enquanto os tribunais prendem-nas em número recorde. Alguns tentam contra-atacar, recorrendo-se à força para protestar contra a violência policial contra os negros e contra as demonstrações de força por parte dos supremacistas brancos. Nos EUA, alguns estão lutando para dar novo significado ao termo “abolição”, exigindo o fim do encarceramento e a eliminação do ICE, a agência de Imigração e Fiscalização Aduaneira consolidada sob o Departamento de Segurança Interna de Bush.

Nesta situação, as feministas, como todas as outras pessoas, devem tomar partido. Historicamente, no entanto, o registro feminista na abordagem da raça tem sido, na melhor das hipóteses, misto. As influentes sufragistas brancas



dos EUA fizeram declarações racistas depois da Guerra Civil, quando aos negros foi concedido o direito de voto e eles não foram votar. Até o século XX, as principais feministas britânicas defenderam o domínio colonial na Índia por razões “civilizacionais”, para “levantar as mulheres indianas de sua condição humilde”. As feministas europeias proeminentes justificam hoje em dia políticas antimuçulmanas com termos semelhantes. Mesmo quando não intencionalmente racistas, as feministas liberais e radicais definiram “sexismo” e “questões de gênero” com formas que universalizam falsamente a situação das mulheres brancas de classe média. Abstraindo o gênero da raça e da classe, elas proclamaram a necessidade das mulheres de escapar da domesticidade e “sair para o trabalho”, como se todas nos EUA fossem donas de casa suburbanas brancas. Seguindo a mesma lógica, as principais feministas nos EUA insistiram que as mulheres negras só poderiam ser verdadeiramente feministas se priorizassem uma irmandade não racial imaginada por cima da solidariedade antirracista com os homens negros.

Graças a décadas de determinação das feministas não brancas, tais pontos de vista são cada vez mais vistos pelo que de fato são e rejeitados por um número crescente de feministas de todas as etnias. Reconhecendo esta vergonhosa história, resolvemos romper decisivamente com ela. Entendemos que nada que mereça o nome de “liberação da mulher” pode ser alcançado numa sociedade racista e imperialista. Mas também entendemos que a raiz do problema é o capitalismo: o racismo e o imperialismo não são incidentais, mas integrais. Um sistema que se orgulha do trabalho livre e do contrato salarial se baseou desde o princípio do saqueio colonial violento, na “caça colonial de peles negras” na África e seu recrutamento forçoso na escravidão do Novo Mundo. A expropriação racial dos povos não livres ou dependentes tem servido desde então como condição oculta para a explo-



ração rentável do trabalho livre. Essa distinção tem assumido diferentes formas ao longo da história do capitalismo: a escravidão, o colonialismo, o *apartheid* e a divisão do trabalho entre países. Mas em cada fase coincidiu, de forma aproximada, mas inequívoca, com a linha de cor global. Também em cada fase, a depredação imperialista permitiu ao capital aumentar seus ganhos, assegurando o acesso aos recursos humanos e às capacidades humanas por cuja reprodução não paga. O capitalismo criou classes de seres humanos racializados, cujas pessoas e trabalho estão desvalorizados e submetidos à expropriação. Um feminismo verdadeiramente antirracista e anti-imperialista também deve ser anticapitalista.

Essa proposição não poderia ser mais relevante hoje em dia, quando o capitalismo financeiro promove a opressão racial através da despossessão por dívidas. No Sul Global, a usurpação de terras por parte das empresas em decorrência da cobrança de dívidas expulsa os povos indígenas e tribais de suas terras, enquanto o ajuste estrutural do FMI reduz drasticamente os investimentos sociais e condena as futuras gerações a trabalhar arduamente para pagar os credores globais. Desta maneira, a expropriação racial continua em paralelo com o aumento da exploração, impulsionada pela realocação da indústria manufatureira para o Sul Global. No Norte, à medida que o trabalho de serviços precários substitui o trabalho industrial sindicalizado, os salários caem para níveis abaixo do custo de vida e os trabalhadores são alvo de empréstimos consignados hiperexpropriativos, a expropriação racial continua a ritmo intenso. Também neste caso, os ingressos fiscais que antes se destinavam à infraestrutura pública são desviados para o serviço da dívida, com efeitos desastrosos para as comunidades de minorias étnicas, que também estão profundamente influenciadas pelo gênero.

Nesta situação, as proclamações abstratas de fraternidade global são contraproducentes. Ao tratar o objetivo de um

processo político como se já estivesse dado desde o princípio, transmitem uma falsa impressão de homogeneidade. A realidade é que, embora soframos a opressão misógina na sociedade capitalista, nossa opressão assume formas diferentes. Os vínculos entre estas formas de opressão devem ser revelados politicamente, através de esforços conscientes para construir a solidariedade. Somente assim, lutando em e através de nossa diversidade, poderemos alcançar o poder combinado necessário para transformar a sociedade.

Tese IX

Lutando para reverter a destruição capitalista da Terra, nosso feminismo é ecossocialista

A crise atual do capitalismo também é ecológica. Como temos argumentado, o capitalismo está preparado para expropriar a natureza sem levar em conta a reposição, e periodicamente desestabiliza suas próprias condições ecológicas de possibilidade, esgotando o solo, exaurindo a riqueza mineral, envenenando a água e o ar. A mudança climática é hoje o resultado do recurso do capital à energia fossilizada para alimentar suas fábricas. Não foi a humanidade em geral, mas o capital quem extraiu os depósitos carbonizados, formado sob a crosta terrestre durante centenas de milhares de anos, e os consumiu num abrir e fechar de olhos. A substituição do carvão pelo petróleo, e depois pelo gás natural e pelo *fracking*, aumentou as emissões de carbono enquanto descarregaram desproporcionalmente as “externalidades” sobre as comunidades pobres, tudo em busca do lucro.

As mulheres ocupam a linha de frente da atual crise ecológica, constituindo 80 por cento dos refugiados climáticos. No Sul Global, elas constituem a maioria da força de trabalho rural e suportam o fardo do trabalho social e reprodutivo. Devido ao seu papel fundamental no fornecimento de alimentos, vestuário e abrigo, suportam o peso da seca, da poluição



e da exploração excessiva da terra. As mulheres pobres não brancas no Norte Global também são desproporcionalmente vulneráveis ao racismo ambiental, constituindo a espinha dorsal das comunidades sujeitas a inundações e envenenamento por chumbo.

As mulheres também estão na vanguarda das lutas contra a mudança climática e a poluição: a luta dos Protetores da Água contra o *Dakota Access Pipeline* nos Estados Unidos; a bem-sucedida batalha da Máxima Acuña peruana contra a gigante da mineração Newmont; a batalha das mulheres Garhwali no norte da Índia contra a construção de três hidrelétricas; e as inúmeras lutas em todo o mundo contra a privatização da água e das sementes, e pela preservação da biodiversidade e da agricultura sustentável. Estas são novas formas de luta que desafiam a tendência do ambientalismo dominante de opor a defesa da “natureza” ao bem-estar material das comunidades humanas. Recusando-se a separar as questões ecológicas das questões de reprodução social, esses movimentos liderados por mulheres representam uma poderosa alternativa anticorporativa e anticapitalista aos projetos “verde-capitalistas” que promovem o comércio especulativo de licenças de emissão, compensações de carbono e derivados ambientais. Em vez disso, eles se concentram no mundo real, no qual a justiça social, o bem-estar das comunidades humanas e a sustentabilidade da natureza não-humana estão inextricavelmente ligados entre si. A libertação das mulheres e a preservação de nosso planeta do desastre ecológico andam de mãos dadas.

Tese X

***O capitalismo é incompatível com democracia real e a paz.
Nossa resposta é o internacionalismo feminista***

A crise de hoje é também política. Capturadas pelo poder corporativo e sangradas pela dívida, as instituições políticas



dançam cada vez mais ao som de bancos centrais e investidores internacionais, magnatas da energia e especuladores de guerra. A crise política também está enraizada na estrutura institucional da sociedade capitalista. O capitalismo divide o político do econômico, a violência legítima do Estado da compulsão silenciosa do mercado. O efeito é declarar vastas faixas da vida social fora dos limites do controle democrático, entregando-as à dominação corporativa. Por sua estrutura, o sistema nos priva da capacidade de decidir coletivamente o que e quanto produzir, como organizar o trabalho de reprodução social. O capitalismo, em suma, é fundamentalmente antidemocrático. Ele necessariamente gera uma geografia mundial imperialista, permitindo a Estados mais poderosos atacar os mais fracos, esmagando-os com dívidas.

O capital em todos os lugares se liberta do poder público, valendo-se de regimes legais que garantem a propriedade privada, forças repressivas que suprimem a oposição e agências reguladoras encarregadas de administrar a crise. Ao mesmo tempo, a sede de lucro periodicamente tenta algumas facções da classe capitalista a se rebelarem contra o poder público, como inferior ao mercado. Nesses casos, quando os interesses de curto prazo triunfam sobre a sobrevivência a longo prazo, o capital é como um tigre que come a sua própria cauda. Hoje, a tendência do capitalismo de gerar crise política chegou a um novo patamar. Os regimes neoliberais empunham a arma da dívida como alvo de quaisquer forças políticas que possam desafiar seu programa - anular os votos populares massivos que rejeitam a austeridade, como na Grécia, por exemplo.

As mulheres são mais uma vez grandes vítimas desta crise e atores centrais na luta pela democracia e pela paz. Para nós, porém, a solução não é apenas instalar mais mulheres nas cidadelas do poder. Tendo sido excluídas há muito da esfera pública, tivemos de lutar com unhas e dentes para sermos



ouvidas em assuntos que são rotineiramente classificados como “privados”. Muitas vezes, porém, as nossas reivindicações são vocalizadas por progressistas de elite, tal como “ventrílocas”, que as formatam em termos favoráveis ao capital. Somos convidadas a votar em políticas mulheres e a celebrar a sua ascensão ao poder, como se fosse um golpe a favor de nossa libertação. Mas para nós não há nada de feminista nas mulheres que facilitam o trabalho de bombardear outros países e apoiar intervenções neocoloniais em nome do humanitarismo, enquanto permanecem em silêncio sobre os genocídios perpetrados por seus próprios governos. As mulheres são as primeiras vítimas da guerra e da ocupação imperial em todo o mundo. Enfrentam o assédio sistemático, o assassinato e a mutilação dos seus entes queridos e a destruição das infraestruturas que lhes permitiram sustentar-se a si próprias e às suas famílias. Somos solidárias com elas. Àqueles que pretendem justificar o seu belicismo com a pretensão de libertar as mulheres não-brancas, dizemos: “Não em nosso nome”.

Tese XI

O feminismo para os 99% convoca todos os movimentos radicais a se juntar numa insurgência anticapitalista

Como feministas, não operamos isoladas de outros movimentos de resistência e rebelião. Não nos distanciamos das batalhas contra a mudança climática ou a exploração no local de trabalho, nem nos distanciamos das lutas contra o racismo institucional e a desapropriação. Estas são nossas lutas, parte integrante da luta para desmantelar o capitalismo, sem o qual não pode haver fim para a opressão sexual e de gênero. Para nós, o resultado é claro: o novo feminismo deve unir forças com outros movimentos anticapitalistas em todo o mundo - com movimentos e sindicatos ambientalistas, antirracistas, anti-imperialistas e LGBTQ+ e, sobretudo, com as suas correntes anticapitalistas.

Recusando as opções políticas que o capital nos apresenta, rejeitamos tanto o populismo reacionário como o neoliberalismo progressista. Queremos dividir a aliança neoliberal progressista: separar a massa de mulheres menos privilegiadas, imigrantes e pessoas não brancas das feministas empresariais, dos antirracistas e anti-homofóbicos meritocráticos, da diversidade corporativa e dos capitalistas verdes que tentaram sequestrar as suas demandas para deformá-las em termos coerentes com o neoliberalismo. Queremos também dividir o bloco populista reacionário: separar as comunidades operárias das forças que promovem o militarismo, a xenofobia e o etnonacionalismo, que, se apresentando como defensores do “homem comum”, são criptoneoliberais. Desta forma, buscamos construir uma força anticapitalista suficientemente grande e poderosa para transformar a sociedade.

A luta é uma oportunidade e uma escola. Ela pode transformar aqueles que participam dela, desafiando nossas autocompreensões anteriores e reformulando nossa visão do mundo. Pode aprofundar nossa compreensão de nossa própria opressão – o que a causa, quem se beneficia, o que deve ser feito para superá-la. A experiência da luta também pode nos levar a reinterpretar nossos interesses, renovar nossas esperanças, expandir nosso senso do possível. Pode induzir-nos a rever entendimentos prévios dos nossos aliados e inimigos. Pode ampliar o círculo de solidariedade entre os oprimidos e aguçar seu antagonismo com os opressores.

A palavra-chave aqui é o verbo “poder”. Tudo depende da nossa capacidade de desenvolver uma perspectiva orientadora que não celebre nem elimine as diferenças entre nós. Ao contrário das ideologias da “multiplicidade” em voga, as várias opressões que sofremos não formam uma pluralidade incipiente. Embora cada uma tenha suas próprias formas e características distintas, todas estão enraizadas e reforçadas pelo mesmo sistema social. É nomeando esse sistema como



capitalismo e unindo-nos para lutar contra ele que melhor podemos superar as divisões entre nós que o capital cultiva - divisões de cultura, raça, etnia, capacidade, sexualidade e gênero. Mas o capitalismo deve ser bem compreendido. O trabalho assalariado industrial não é a soma total da classe trabalhadora; nem a sua exploração é a totalidade e o fim da dominação capitalista. Insistir na primazia desse estrato não é fomentar, mas enfraquecer a solidariedade de classes, que melhor se desenvolve com o reconhecimento recíproco de nossas diferentes situações estruturais, experiências e sofrimentos; de nossas necessidades, desejos e demandas específicas; das variadas formas organizacionais através das quais podemos alcançá-las. O feminismo pelo qual lutamos busca superar as velhas oposições entre política de identidade e política de classes. Rejeitando o quadro de soma zero que o capitalismo constrói para nós, as feministas para os 99% visam unir os movimentos existentes e futuros em uma ampla insurgência global.





Sujeito político e estratégia no movimento de mulheres ¹

Julia Cámara²

Durante os últimos dias, nós que participamos do movimento feminista e seguimos os debates teóricos disso que vem a se chamar “esquerda” nos vimos assediadas por toda uma série de artigos e publicações que procuram refletir qual seria o *sujeito político do feminismo*. Ainda que com diferenças óbvias, nós não podemos nada menos que destacar a irônica e irritante similaridade que este conflito tem com aquele com o que nos ocupávamos há algumas semanas, a saber: a busca, no mais puro estilo Indiana Jones - épica, viril e heroica -, do *sujeito político da luta de classes*. Um apontamento geral deveria ser válido para ambas as polêmicas: os sujeitos precisam da práxis e são constituídos na luta conjunta a partir das experiências compartilhadas. Não existe nenhuma identidade essencial a ser reclamada sem a materialidade das práticas.

Vários dos argumentos utilizados no debate sobre sujeito político são, em minha opinião, reducionistas e problemáticos, além de deixarem em segundo plano muitos dos debates necessários e, inclusive, já presentes no movimento (como a descolonização do nosso feminismo ou a articulação de alianças com setores laborais feminizados em luta) para limitá-lo a uma ou duas problemáticas. Colocam talvez ideias elementares que podem se encaixar com pressupostos ideológicos de muitas mulheres, mas ao custo de reduzir abordagens teóricas ricas e complexas num par de frases tuitáveis

¹ Originalmente publicado como: “Sujeto político y estrategia en el movimiento de mujeres”, Viento Sur, 8/11/2018. Disponível em: <<https://vientosur.info/spip.php?article14343>>. Tradução: Charles Rosa.

² Ativista feminista e militante dos Anticapitalistas de Espanha.



esvaziadas de todo potencial de compreensão e mobilização. Pelo contrário, creio que devemos entender este debate como indissolúvelmente ligado ao momento crucial de crise global e mudança sistêmica e ao modo como funciona e se reproduz a opressão patriarcal *realmente existente*. Somente assim conseguiremos compreender o papel que cumpre o movimento feminista internacional e adotar táticas e estratégias coerentes que nos incluam a todas.

Algumas linhas para a análise

Ao longo deste artigo tratarei de justificar que, no atual período de acumulação por despossessão, nós mulheres constituímos um setor estratégico da classe. Ou, dito de outro modo, que nos encontramos em disposição de ser um sujeito político estratégico na luta contra o Capitalismo³. Isso não é assim por causa de uma mal compreendida *acumulação de opressões* nem por nenhuma identidade original dada pelo Capitalismo nem, muito menos, pela biologia, mas sim uma resposta a uma combinação de fatores diversos que nos colocam numa posição estratégica a ser desenvolvida na atual fase de expansão capitalista neoliberal. Tratarei de explicar isso e de ver quais implicações isso tem para as práticas e discursos do movimento feminista.

A contradição Capital/vida, acentuada nos últimos anos com o renovado recurso à acumulação por despossessão depois da crise de 2007/2008, põe as mulheres numa situação especialmente complicada. As políticas de ajuste estrutural que destroçam os precários Estados de Bem-Estar da periferia europeia e que já antes assolaram os países do Sul Global nos põem em condições de falar de uma crise da reprodução social, que afeta a todos os aspectos de nossas vidas e ataca

3 Laia FACET: "Mujeres: sujeto estratégico", Viento Sur, 11/08/2017, <<https://vientosur.info/spip.php?article12902>>.



a todos aqueles redutos que não foram incorporados à lógica do lucro. As principais afetadas por esta dinâmica somos aquelas cujo papel é precisamente o reprodutivo num sentido econômico amplo: as mulheres. Neste contexto, as resistências femininas (não necessariamente articuladas como feministas no plano consciente) se revelam como fortes alavancas de transição. Para explicar isso me apoiarei num conceito que considero útil: o de consciência feminina.

No final dos anos 80, durante o período de auge da historiografia feminista e da História das Mulheres, a hispanista Temma Kaplan concluiu que as explicações marxistas e feministas clássicas não eram úteis para compreender os repertórios de ação coletiva adotados por mulheres em determinados contextos de conflito social. É então quando desenvolve o conceito de consciência feminina, que faz referência à assunção por parte das mulheres do dever de cumprir com nosso papel social⁴. A consciência feminina cria um sentimento coletivo de direitos e obrigações, fruto da interiorização do papel das mulheres na divisão sexual do trabalho. O resultado é a identificação generalizada das próprias mulheres com o trabalho reprodutivo que lhes foi atribuído e a assunção coletiva do dever de preservar a vida.

A consciência feminina é originalmente, portanto, uma consciência *conservadora*, posto que não busca a transformação da sociedade nem das relações de gênero senão a execução das tarefas que derivadas destas. Ao aceitar tais tarefas, no entanto, as mulheres com consciência feminina reclamam os direitos que suas obrigações carregam consigo, e o impulso coletivo necessário para assegurar estes direitos pode chegar a desenvolver uma força que acabe politizando as redes

4 Temma KAPLAN: "Conciencia femenina y acción colectiva: el caso de Barcelona, 1910-1918", en James S. AMELANG y Mary NASH (eds.): *Historia y género: las mujeres en la Europa moderna y contemporánea*, 1990.



de relações da vida cotidiana. Quando parece estar em jogo a sobrevivência da comunidade, as mulheres ativam suas redes de relações para combater aqueles ou aquilo que acreditam interferir em seu dever de conservar a vida como sabem. Ao colocar a necessidade humana por cima da propriedade, os lucros privados e inclusive os direitos individuais, a consciência feminina cria a visão de uma sociedade que ainda não fez sua aparição. É, portanto, uma consciência de transição, com implicações políticas radicais e capaz de fazer dar saltos de consciência a amplas camadas de mulheres.

No curso da luta por levar a cabo o papel que a sociedade lhes reservou, algumas mulheres se chocam frontalmente com o sistema capitalista, que é radicalmente contrário à vida. Isso não é algo transversal nem inerente à identidade individual de mulher, posto que nem todas as mulheres se veem atravessadas na mesma medida pela experiência da despossessão: são as mulheres das classes subalternas as que mais encontram dificuldades para reproduzir a vida e, portanto, as que mais frequente se veem direcionadas para repertórios de ação radicais. O recurso por parte das classes altas a enfermeiras, babás, amas de leite e outras figuras similares desresponsabilizou historicamente dos cuidados e do trabalho reprodutivo às mulheres abastadas, articulando mecanismos distintos para sua construção social como mulheres. O mercado privado atual de compra e venda de serviços, junto com a feminização das redes migratórias e as denominadas cadeias globais dos cuidados, responsabilizam não às mulheres como *classe* ou grupo social homogêneo, mas a determinados setores de mulheres, da manutenção global da vida.

A colisão da consciência feminina das mulheres de determinada extração de classe com a sociedade realmente existente faz com que sua luta por desempenhar o trabalho reprodutivo e dos cuidados, geralmente circunscrito ao âmbito



doméstico e das relações privadas, irrompa no espaço público, dotando de um sentido político às redes de reprodução.

Quais implicações isso tem para o movimento feminista?

Em seu recente livro *Dos siglos de feminismo*, Cinzia Arruzza e Lidia Cirilo apresentam uma ideia interessante: nós, mulheres, não existimos como sujeito político permanente; este sujeito se constitui pontualmente naqueles momentos em que a condição social de mulher é percebida por quem a exerce como causa principal de opressão e discriminação⁵. Nos encontramos num desses momentos.

Tomando as palavras de Nancy Fraser, “na atual onda de fermento feminista, muitas, que antes havíamos sido mulheres de um modo estabelecido, nos convertemos agora em *mujeres* no sentido muito distinto de coletividade política discursivamente autoconstruída”⁶. É em certo modo um processo de autoenunciação coletiva, no qual as mulheres nos encontramos, nos juntamos e nos reconhecemos umas nas outras a partir da pretendida transversalidade da opressão compartilhada.

De maneira sintomática, as reivindicações que articulam este fenômeno são duas: o direito ao próprio corpo (protestos pelo direito ao aborto no Estado Espanhol, na Polônia, na Irlanda ou na Argentina) e contra a violência sexual e os feminicídios. Ou seja, violências que nos afetam, ainda com materializações diversas a todas as mulheres. Talvez o exemplo mais óbvio seja o da campanha internacional #MeToo que, embora na França tenha permitido revitalizar pontualmente o feminismo de base e a nível geral supôs uma ferramenta para dar voz a milhares de mulheres, surge inicialmente da iniciativa de grandes estrelas do mundo de Hollywood.

5 Cinzia ARRUZZA y Lidia CIRILO: *Dos siglos de feminismo*, Sylone, 2018.

6 Nancy FRASER: *Fortunas del feminismo*, Traficantes de Sueños, 2015.

Há aqui dois riscos profundamente ligados entre si, que tentarei explicar:

1. Existe um certo redescobrimto de alguns dos postulados do feminismo radical dos anos 70, no que diz respeito à violência sexual e sob o slogan “*é uma guerra*” (dos homens contra as mulheres, à qual nós mulheres devemos responder). Isso, além da simplificação que implica, tem o perigo de levar a respostas punitivistas e de corte repressivo-autoritário, numa espécie de feminismo legalista que busque castigar o delito ao invés de transformar as bases estruturais das violências. A forma como se articulou a resposta social aos casos mais midiáticos de violência sexual parece nos advertir nesse sentido. Talvez o caso mais evidente seja o das mobilizações espontâneas e massivas contra a liberdade provisória dos cinco autores do estupro coletivo de San Fermin, onde a crítica ao Judiciário e as considerações machistas dos autos confluía com setores mobilizados contra a própria figura da liberdade provisória e por um endurecimento legal das condenações.

2. A articulação de um discurso que privilegie e totalize a vivência individual da condição de ser mulher acima de outras realidades sociais diversas, negando a complexidade das experiências de opressão e impondo o mito da fraternidade universal de mulheres (da sororidade como sentimento primário)⁷ em favor daquelas que já ganharam o acesso ao espaço e aos círculos de poder. Ou seja: uma elitização do feminismo, autocentrado na identidade e nas lutas pela representação, que não dê resposta aos problemas das mulheres migrantes, racializadas, trabalhadoras, ou procedentes do Sul Global, todas aquelas que não temos acesso à autopromoção individual nem à ascensão social, cujas condições de vida

7 Julia CÁMARA: “Sororidad y conciencia femenina: qué hermandad de mujeres para qué propuesta política”, *Viento Sur*, 09/08/2017, <<https://vientosur.info/spip.php?article12891>>.



somente podem melhorar mediante políticas que defendam a reprodução social, garantam a justiça reprodutiva e melhorem as condições laborais.

Isso não significa que tais movimentos não sejam importantes, mas temos que ser capazes de nos movermos num equilíbrio entre criação e promoção de novos modelos de representação, com a entrada em cena de mulheres fortes e capazes de se constituir como referências culturais (porque a representação certamente importa), além de um programa que nos inclua a todas. Neste sentido, a decisão tomada pela Comisión 8M, no encontro estatal celebrado em Gijón, a fim de dedicar uma parte importante do próximo encontro ao debate programático – ou de reivindicações e conteúdos – parece apontar um bom caminho. Porque esta colocação das mulheres no centro do debate, este *Now the women e The future is female*, tem necessariamente que passar por um empoderamento coletivo que confronte e seja radicalmente distinto à ideia de empoderamento individual através do êxito pessoal que nos é vendido pelo o neoliberalismo e que somente é possível às custas da subordinação de outras mulheres.

Qual é, então, a chave?

O feminismo global desempenhou outras vezes um papel compensatório ou de distração para o neoliberalismo, que lança mão de estratégias de *purple washing* ou de reconhecimento formal de direitos que escondem um aumento da desigualdade econômica no mundo. Reconhecer que os antagonismos de gênero, em vez de constituir uma divisão primária, estão inseridos nas dinâmicas da reprodução social e que fazem parte de um sistema global onde se articulam e combinam com outros fatores, pode ajudar a lançar luz sobre as relações opressivas entre mulheres e as diferenças entre nós, algo para o qual o feminismo não proporciona uma explicação adequada.

Nos encontramos não só em um momento de irrupção do movimento feminista mundial, mas também do que poderíamos chamar de *feminização do protesto*. Desde o movimento *Stop Desahucios* e as PAHs [Plataformas de Afetados pela Hipoteca] no Estado Espanhol, as mobilizações contra Trump nos Estados Unidos e contra Bolsonaro no Brasil, as ocupações ecologistas na França ou na Alemanha, ou as lutas pela soberania alimentar e a defesa do território na América Latina e no Sudeste Asiático, os ataques sistemáticos contra a manutenção da vida estão levando as mulheres a se enfrentar coletivamente as autoridades políticas, econômicas ou mesmo físicas (como a polícia e o Exército), impulsionadas pela origem legítima de suas demandas e avançando a partir da experiência rumo a níveis de consciência política mais desenvolvida.

O uso da consciência feminina como ferramenta analítica nos permite compreender o papel das mulheres como vanguarda estratégica em lutas de um enorme potencial transformador ao longo de todo o mundo. E isso passa enquanto, paralelamente, o movimento se consolida como vetor mobilizador fundamental em vários países, capaz de irromper em momentos de forte refluxo e de dissolução dos vínculos sociais portando intuições profundamente anticapitalistas.

Eis, aqui, portanto, a chave: construir um feminismo que não fale só de feminismo, que ponha a reprodução da vida no centro e que leve o lema *nossas vidas valem mais do que seus lucros* até suas últimas consequências. A campanha internacional de greve feminista para o 8 de Março fez nós, mulheres, descobrirmos o enorme valor (no sentido mais estritamente econômico) que somente a nossa existência gera. Durante os últimos meses, o movimento internacional de mulheres ganhou o mérito de não ser mais um cúmulo de reivindicações setoriais, dotando-se de uma dimensão estratégica e de um certo horizonte de ruptura. Há, evidentemente, mui-



tas outras coisas. As lutas pela redefinição das identidades e pelo acesso aos espaços simbólicos de poder são importantes, uma vez que garantidoras de visibilidade e potencializadoras de um tratamento justo, mas reduzir o feminismo a isso seria negar o potencial transformador deste movimento.

Esta é a potencialidade que encerra atualmente o movimento feminista: a de enfrentar tudo. Que estas potências cheguem ou não a se desenvolver, constituindo-se como elementos de uma ruptura do normal funcionamento das coisas, dependerá entre outros fatores de nossa capacidade para impulsionar nesse sentido.







Teoria







Libertação das mulheres: a tradição marxista¹

Sharon Smith²

*Se a libertação das mulheres é impensável sem o comunismo, então o comunismo é impensável sem a libertação das mulheres³
- Revolucionária russa Inessa Armand*

Os marxistas clássicos do século XIX e do começo do século XX – Karl Marx, Fredrich Engels, Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo, V. I. Lênin, Alexandra Kollontai, e Leon Trotsky – desenvolveram uma estrutura teórica amarrando a luta pela libertação das mulheres à luta pelo socialismo. Do mesmo modo que suas teorias necessitam de atualizações⁴, suas enormes contribuições foram muitas vezes rejeitadas ou ignoradas.

Contudo, a história daquelas que levaram adiante a tradição marxista sobre opressão às mulheres durante a metade do século XX têm sido frequentemente invisibilizada – ainda que essas ativistas e teóricas tenham prosseguido uma linha indispensável que se seguiu entre a vitória do sufrágio feminino nos anos 1920 (muitas vezes referida como uma “primeira onda” do feminismo nos EUA) e a ascensão do movimento dos anos 1960 pela libertação das mulheres (conhecida como sua “segunda onda”).

1 Artigo originalmente publicado na *International Socialist Review* sob o título *Women's Liberation: The Marxist Tradition* (disponível em: <<https://isreview.org/issue/93/womens-liberation-marxist-tradition>>). Tradução de Pedro Micussi.

2 Escritora e ativista estadunidense. [Nota do Tradutor]

3 Citado em Barbara Evans Clements, *Bolshevik Feminist: The Life of Aleksandra Kollontai* (Bloomington: University of Indiana Press, 1979), 155.

4 Ver Sharon Smith, “Theorizing women’s oppression - Part 1: Domestic labor and women’s oppression”, *International Socialist Review* 88, March 2013.

Marx e Engels localizaram a raiz da opressão às mulheres em seu papel na família nuclear em sociedades de classe. Eles entenderem que o papel da mulher como “reprodutoras” biológicas resulta no seu status subordinado dentro da família nuclear, e conseqüentemente, em toda a sociedade. Nas sociedades capitalistas, mulheres em famílias proprietárias reproduzem herdeiros, mulheres em famílias da classe operária reproduzem gerações de força de trabalho para o sistema.

A classe capitalista se tornou dependente deste método de “reprodução privatizada” dentro da família da classe operária porque ele diminui sua responsabilidade financeira pela reprodução da mão de obra, que é, ao invés disso, largamente fornecida por trabalho doméstico não pago realizado primordialmente por mulheres. A pré-condição à libertação das mulheres exige, então, o fim o trabalho não pago dentro da família. Isso, por sua vez, necessita de uma transformação socialista da sociedade, que não pode ser alcançada gradativamente, mas apenas através de um processo de revolução social, com uma batalha decisiva entre classes.

Marx e Engels identificaram precocemente a agência revolucionária da classe trabalhadora, ou proletária, como a única classe capaz de liderar a transformação para uma sociedade socialista. No *Manifesto Comunista*, eles argumentaram: “O que a burguesia produz, acima de tudo, são seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis”⁵. Como Hal Draper notou:

A clássica formulação do princípio de auto-emancipação de Marx foi escrito em 1864 como a primeira premissa das Regras da Primeira Internacional – de fato, em sua primeira cláusula: “Considerando que a emancipação das classes trabalhadoras deve ser conquistada pelas próprias classes trabalhadoras...”⁶

5 Karl Marx and Frederick Engels, *Manifesto of the Communist Party*, chapter 1, 1848.

6 Hal Draper, “The Principle of Self-Emancipation in Marx and Engels”, *Socialist Register* 1971,



Essa estratégia revolucionária classista não diminui a importância em combater a opressão às mulheres entre os teóricos marxistas do final do século XIX e começo do século XX. Como Leon Trotsky argumentou: “Para mudar as condições de vida, nós precisamos aprender a olhá-las através do olhar de uma mulher”⁷.

Como Marx e Engels antes deles, essa geração de marxistas reconheceu a agência revolucionária de toda a classe trabalhadora – e enxergou as mulheres da classe trabalhadora como um componente-chave para alcançar seu potencial revolucionário. Eles enfatizaram a condição das mulheres da classe trabalhadora e tentaram organizar movimentos explícitos de mulheres trabalhadoras.

Marxistas europeus, da Alemanha à Rússia, estiveram frequentemente na vanguarda da luta pela libertação das mulheres enquanto avançavam a teoria marxista no que era chamado de “a questão da mulher”. Eles o fizeram não apenas num momento de um crescente conflito inter-imperialista que levou à Primeira Guerra Mundial, mas também num contexto de ascensão de movimentos socialistas revolucionários. A eclosão da guerra trouxe consigo um redemoinho de patriotismo em todos os países beligerantes e se tornou uma questão divisória dentro do próprio movimento socialista, enquanto que partidos socialistas da Segunda Internacional inteiros se lançaram nos esforços de guerra de suas “próprias” classes dominantes.

O abismo entre as socialistas revolucionárias e aquelas que elas chamavam de “feministas burgueses” não se deu por conta de diferenças estratégicas ou táticas menores, mas por conta de princípios políticos cruciais. No caso da Rússia

81–109.

7 Leon Trotsky, “Against Bureaucracy, Progressive And Unprogressive”, *Problems of Life* (Methuen 1924)

Czarista, por exemplo, as mulheres da classe dominante se jogaram no esforço de guerra em uma troca cujo retorno era o direito ao voto. A Liga pela Igualdade das Mulheres clamou às mulheres russas para “dispensar toda sua energia, intelecto e conhecimento ao seu país. Essa é nossa obrigação para com nossa pátria, e isso nos dará o direito de participar como iguais aos homens na nova vida de uma Rússia vitoriosa”⁸.

Como as socialistas Hal Draper e Anne G. Lipow descreveram, os socialistas revolucionários

(...) deram forte suporte a toda demanda democrática por direitos iguais às mulheres. Mas esse movimento se diferiu das feministas burguesas não só no contexto programático em que ele colocou essas “demandas democráticas”, mas também – e conseqüentemente – na sua escolha pelas demandas imediatas a enfatizar. Ele se via, em termos marxistas, como um movimento de classe, e isso se traduz em um movimento de mulheres trabalhadoras.⁹

A auto-organização das mulheres socialistas

Engels encorajou o socialista alemão August Bebel, autor de *Mulher e Socialismo*, em 1878, a ajudar a fundação de um movimento socialista de mulheres trabalhadoras dentro do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD na sigla em alemão). O resultado foi a formação de uma secretaria liderada por mulheres em 1891, com Clara Zetkin – membro líder do SPD – em seu centro político e organizativo.

Zetkin liderou seu trabalho até a divisão da Segunda Internacional a respeito do apoio à Primeira Guerra Mundial, quando ela deixou-a para se juntar a um pequeno número de outros revolucionários antiguerra, incluindo membros do

8 Richard Stites, *The Women's Liberation Movement in Russia: Feminism, Nihilism and Bolshevism 1860–1930* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1978), 282.

9 Hal Draper and Anne G. Lipow, “Marxist Women versus Bourgeois Feminism”, *Socialist Register* 1976, 179-226.



Partido Bolchevique Russo, para fundar um movimento socialista internacional de princípios contra a guerra imperialista. Depois disso, Zetkin continuou seus trabalhos fora da Segunda Internacional.

No momento da fundação da secretaria de mulheres do SPD em 1891, mulheres na Prússia eram legalmente impedidas de participar de encontros políticos ou se filiar a partidos políticos. Finalmente, em 1902, como Bebel notou: “o Secretário de Estado prussiano condescendeu a dar permissão às mulheres para participar de encontros em clubes políticos, mas sob a condição de que elas tomassem assento numa parte do salão especialmente reservada para elas”¹⁰.

As conquistas da secretaria das mulheres, vistas nesse contexto, foram substanciais. Sua publicação, *Gleichheit* (Igualdade), chegou à circulação de 23 mil exemplares em 1905 para 112 mil em 1913. Equanto isso, a participação feminina no partido subiu de 4 mil membros em 1905 para 141 mil em 1913¹¹.

O movimento das mulheres trabalhadoras alemãs logo se tornou o epicentro de um movimento internacional de mulheres socialistas da Segunda Internacional, tendo como prioridade a organização de mulheres trabalhadoras em sindicatos. Em 1907, Zetkin organizou a primeira conferência internacional de mulheres socialistas em Stuttgart, realizada nos dias que antecederam o congresso da Segunda Internacional. No congresso, a Segunda Internacional votou pelo sufrágio internacional de todas as mulheres e homens.

A questão de lutar para o sufrágio “universal” ou “parcial” das mulheres foi ponto de forte controvérsia. Algumas organizações pelo sufrágio das mulheres reivindicaram (e, em alguns países europeus, venceram) sufrágio parcial para as

10 August Bebel 1879/1910, *Woman and Socialism*, chapter XV.

11 Draper e Lipow, *op cit.*

mulheres – com os direitos ao voto baseados na posse de propriedade e no pagamento de taxas (ou seja, restringindo os direitos ao voto àquelas mulheres com meios financeiros). Mas, em muitas desses mesmas sociedades, o sufrágio masculino também era parcial, negando o direito ao voto de homens da classe trabalhadora. Portanto, o sufrágio parcial apenas aumentou o poder de voto das classes superiores.

Mulheres líderes da Segunda Internacional, incluindo Zetkin, Luxemburgo, Kollontai, e Eleanor Marx claramente distinguiram a demanda socialista pelo sufrágio das mulheres daquele das “mulheres de classe média”. Elas defenderam o sufrágio universal no contexto da luta de classes.

Em um artigo de opinião preparado para a conferência das mulheres de Stuttgart em 1907, Zetkin argumentou a favor do direito ao voto a todas as mulheres, sem distinção de classe:

Mas, quando nós reivindicamos Sufrágio Feminino, só podemos fazê-lo no terreno, não que deva ser um direito ligado à posse de uma certa quantidade de propriedade, mas que deve ser inerente à própria mulher...

Desse ponto de vista da história, nós reivindicamos a igualdade política das mulheres e o direito ao voto como um reconhecimento dos direitos políticos devidos ao nosso sexo. Essa é uma questão que se aplica ao papel das mulheres sem exceção. Todas as mulheres, não importando sua posição, devem reivindicar igualdade política como um meio para uma vida mais livre, e uma calculada para render ricas bênçãos para toda a sociedade. Contudo, no mundo das mulheres, como também no mundo dos homens, existe a lei de classe e a luta de classe, e parece estar plenamente estabelecido que, por vezes, entre as trabalhadoras socialistas e as mulheres pertencentes à classe média pode haver tantos antagonismos... Essa classe média deve agitar pelo Sufrágio, não só pelos seus próprios interesses, de modo a enfraquecer o poder do sexo masculino, mas elas também devem trabalhar na causa de toda reforma social, e dar todo o apoio que puderem nessa questão. Mas, enquanto estamos prontas como socialistas para usar todo nosso poder



político para trazer essa mudança, ainda somos obrigadas a notar as diferenças entre nós e elas.¹²

Classe social e opressão às mulheres

Em 1909, a revolucionária russa Alexandra Kollontai escreveu o que se provou ser uma contribuição definidora à análise marxista da opressão às mulheres, *A Base Social da Questão da Mulher*, na qual ela argumentou:

O mundo das mulheres é dividido, assim como o mundo dos homens, em dois campos: os interesses e as aspirações de um grupo o traz para perto da classe burguesa, enquanto que o outro grupo tem conexões próximas ao proletariado, e suas reivindicações por libertação abrangem uma solução total à questão da mulher. Portanto, embora os dois campos sigam o slogan geral da “libertação da mulher”, suas intenções e interesses são diferentes. Cada um dos grupos inconscientemente toma seu como ponto de partida os interesses e aspirações de suas próprias classes, o que dá uma coloração de classe específica aos alvos e questões que eles colocam para si mesmos... embora aparentemente radical nas demandas das feministas, um não pode perder de vista o fato de que as feministas não podem, em virtude de sua posição de classe, lutar por aquela transformação fundamental da sociedade, sem a qual a libertação das mulheres não pode ser completada.¹³

Mas o outro lado da abordagem de Kollontai envolve um esforço em convencer os homens da classe trabalhadora sobre a necessidade de apoiar as demandas das mulheres trabalhadoras. Os bolcheviques intervieram em greves e lutas envolvendo a maioria de trabalhadores do sexo masculino, argumentando que interesses de classe de trabalhadores homens colocam-nos na luta por demandas como proteção maternal e salários iguais para as mulheres.

12 Clara Zetkin, “Social-Democracy & Woman Suffrage”, 1906.

13 Alix Holt, *Selected Writings of Alexandra Kollontai* (Westport: Lawrence Hill & Co., 1977), 59.



Em preparação ao Primeiro Congresso de Sindicatos de Toda a Rússia em 1917, Kollontai clamou para que os homens da classe trabalhadora apoiassem salários iguais para as trabalhadoras, argumentando que:

O trabalhador consciente de classe deve entender que o valor do trabalho masculino depende do valor do trabalho feminino, e que, ameaçando substituir trabalhos masculinos com trabalhos femininos mais baratos, o capitalista pode fazer pressão nos salários dos homens, reduzindo-os ao nível dos salários das mulheres. Assim, apenas uma falta de entendimento pode levar alguém a ver a questão da remuneração igualitária para trabalhos iguais como puramente uma “questão de mulher”.¹⁴

Ao mesmo tempo, seria impreciso assumir que marxistas clássicos desconsiderassem o estado das mulheres de classe média ou mesmo das mulheres burguesas. Ao contrário, Clara Zetkin expressava clara empatia à mulher subjugada dentro de sua família nuclear. Como ela argumentou em 1896, a lei da família ditava às esposas das classes superiores que seus maridos são seus superiores. “Ela ainda é dependente de seu marido. A tutela do sexo mais frágil sobreviveu na lei da família que ainda afirma: E ele deve ser seu mestre”¹⁵. Ela também argumenta que:

A mulher burguesa não apenas exige seu próprio pão, mas também reivindica nutrição espiritual, e quer desenvolver sua individualidade. É exatamente entre esse estrato que encontramos essa trágica, ainda que psicologicamente interessante, figuras Nora, mulheres que estão cansadas de viver como bonecas em casas de bonecas e querem compartilhar o desenvolvimento da cultura moderna. *Os esforços econômicos, intelectuais e morais das*

14 Ibid. 126.

15 Clara Zetkin, “Only in Conjunction With the Proletarian Woman Will Socialism Be Victorious”, Discurso no Congresso do Partido Social Democrata da Alemanha, Gotha, October 16th, 1896, Berlin, in Philip Foner, ed., Clara Zetkin: Selected Writings, International Publishers, 1984.



*advogadas dos direitos das mulheres burguesas são completamente justificáveis. (Grifos meus).*¹⁶

Na mesma contribuição, Zetkin também argumenta que mulheres de classe média

não são iguais aos homens na forma de possuidores da propriedade privada como são nos círculos superiores. As mulheres desses círculos ainda precisam alcançar sua igualdade econômica perante os homens e elas só podem fazê-lo realizando duas demandas: a demanda por treinamento profissional igualitário e a demanda por oportunidades de trabalho iguais aos dois sexos. Essa batalha de competição faz com que as mulheres deste estrato social reivindiquem seus direitos políticos de modo a poderem, ao lutar politicamente, quebrar todas as barreiras que foram criadas contra sua atividade econômica.¹⁷

Há uma importante distinção, notada acima por Zetkin, entre as mulheres da classe dominante e as mulheres de classe média. As mulheres de classe média, como todos os membros da classe média, experimentam circunstâncias financeiras, de emprego e de vida amplas. A classe média alta se aproxima do modo de vida da classe dominante, enquanto que a classe média baixa encara condições que são dificilmente distinguíveis daquelas dos trabalhadores. Assim, as mulheres de classe média podem ser atraídas para direções políticas diferentes – algumas gravitando em direção à burguesia e outras se identificando com o interesse dos trabalhadores.

De fato, Zetkin, escrevendo em 1896 com tremenda previsão, remarcou a crescente tendência em direção à proletarização do “trabalho mental”, que afeta acadêmicos e outras profissões – um fator que é muito mais relevante hoje do que na época de Zetkin:

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Ibid.



Dento da *intelligentsia* burguesa, outra circunstância leva à piora das condições de vida: o capitalismo necessita da força de trabalho inteligente e cientificamente treinada. Ele, portanto, favoreceu uma superprodução de proletários do trabalho mental e contribuiu ao fenômeno de que as posições sociais antigamente respeitadas e lucrativas dos membros da classe profissional estão se desgastando cada vez mais.¹⁸

O primeiro movimento de libertação das mulheres dos EUA

O movimento pelo sufrágio das mulheres do começo do século XX nos EUA se diferenciava de algum modo de seus homólogos europeus, mas suas dinâmicas eram semelhantes. Enquanto o governo dos EUA garantiu “sufrágio universal” aos homens, ele não impediu os estados do Sul de impor os tributos de votação das Leis de Jim Crow e outras restrições que pretendiam negar o voto especificamente para os homens negros.

Portanto, a segregação de Jim Crow impôs efetivamente sufrágio parcial aos homens, negando o direito ao voto aos homens negros nos antigos estados confederados. Ao lado dessa questão vital, as sufragistas dos EUA reivindicaram “sufrágio universal” para as mulheres (embora às mulheres negras ainda era negado o direito ao voto nos estados das leis de Jim Crow). A Associação Nacional Americana do Sufrágio Feminino (NAWSA, na sigla em inglês), conduzida por brancas, permitiu que afiliadas do Sul praticassem segregação racial e reivindicassem votos apenas às mulheres brancas.

O racismo evidente não era, contudo, limitado às seções do sul, como demonstrou em uma carta a um congressista local a líder do Partido Nacional das Mulheres (NWP na sigla em inglês) Carrie Chapman Catt: “As mulheres de Nova York são agora politicamente iguais aos homens de Nova

¹⁸ Ibid.



York, mas as mulheres do Sul são politicamente inferiores aos pretos¹⁹".²⁰

Mulheres afroamericanas, incluindo Mary Church Terrel e Ida B. Wells-Barnett, organizaram-se pelo sufrágio feminino em conjunto com a NAWSA, mas primeiramente através da *National Association of Colored Women* e o *Alpha Suffrage Club*. Well-Barnett cumpriu um papel central ao integrar a parada do sufrágio feminino em 1913, ainda que ela tenha sido convidada a falar no final da marcha. Ela respondeu com raiva: "Se as mulheres de Illinois não se levantarem agora nessa grande parada democrática, então as mulheres negras estarão perdidas".²¹

As socialistas e radicais dos EUA poderiam ter aderido a suas homólogas europeias na luta pelo sufrágio universal para homens e mulheres a despeito de sua classe ou raça. Infelizmente, isso não se mostrou ser o caso.

Nos Estados Unidos, no começo do século XX, socialistas e outras radicais eram frequentemente membros, ao mesmo tempo, do anarcossindicalista *Industrial Workers of the World* (Trabalhadores Industriais do Mundo, IWW) e do Partido Socialista (PS), partícipe da Segunda Internacional. Tanto o IWW quanto o PS estavam comprometidos com a emancipação das mulheres da classe trabalhadora e aproximavam a luta de classes com a vitória das mulheres pelo direito ao controle de natalidade, embora discordassem sobre o valor da vitória do sufrágio feminino.

Enquanto a IWW era abertamente antirracista, ela se recusava em se envolver em atividades eleitorais e se opunha terminantemente ao movimento sufragista, que chamavam

19 O termo negroes, presente na versão original em inglês, detém uma forte conotação pejorativa. Ao português, ele também é amiúde traduzido como crioulo. [N. do T.].

20 Crista DeLuzio, ed., *Women's Rights: People and Perspectives* (ABC-CLIO/Greenwood, 2009), 105.

21 Ibid. 106.



de “fadistas ricas pelo sufrágio feminino”²². A efusiva organizadora do IWW, Elizabeth Gurley Flynn, declarou claramente: “Para nós, a sociedade move-se entre as ranhuras de classe e não de sexo”²³. Ao mesmo tempo, organizadores da IWW eram sinceros lutadores da igualdade das mulheres trabalhadoras. A IWW fez questão de encorajar as mulheres a tomar a liderança de greves e outras lutas, o que teve enorme sucesso na greve do setor têxtil de 1912 na cidade de Lawrence. Flynn argumentou: “A IWW tem sido acusada de colocar as mulheres no front. A verdade é que a IWW não as coloca na retaguarda e elas vão para o front”²⁴.

Lucy Parsons, viúva do mártir da Revolta de Haymarket Albert Parsons e uma líder radical por seus próprios direitos, enfatizava o poder das mulheres trabalhadoras em seu discurso à conferência fundacional da IWW em 1905:

Nós, mulheres deste país, não temos cédulas mesmo se quiséssemos usá-las, e a única maneira de sermos representadas é pegar um homem para nos representar. Vocês, homens, fizeram tanta bagunça nos representando que não temos muita confiança em pedir a vocês, e eu me sinto muito antiquada em pedir aos homens para me representar...

[As mulheres] são os escravos dos escravos. Nós somos exploradas mais impiedosamente do que os homens. Quando os salários precisam ser reduzidos, a classe capitalista usa as mulheres para reduzi-los, e se há algo que vocês, homens, devem fazer no futuro é organizar as mulheres.²⁵

Ao contrário do boicote efetivo da IWW ao movimento

22 Ann Schofield, “Rebel Girls And Union Maids: The Woman Question in the Journals of the AFL and IWW, 1905–1920, *Feminist Studies* 9, no. 2 (Summer 1983), 338.

23 Ibid.

24 Meredith Tax, *The Rising of the Women: Feminist Solidarity and Class Conflict, 1880–1917* (University of Illinois Press, 1980), 256.

25 Robin Blackburn, ed., *An Unfinished Revolution: Karl Marx and Abraham Lincoln* (London: Verso Books, 2011), 251–52.



sufragista, o Partido Socialista trabalhou ao lado das sufragistas – mas sem uma política que desafiasse sistematicamente sua adesão ao status quo segregacionista. De fato, o PS esteve dividido entre sua ala esquerda e direita na crucial questão da segregação racial. Na esquerda, Eugene Debs, talvez o principal orador do Partido Socialista, opunha-se à segregação racial e se recusava a discursar diante de audiências segregadas. Na direita, Victor Berger argumentava que o socialismo nos EUA e no Canadá só seria possível se eles permanecessem países de “homens brancos”. Berger também advertiu que, se a onda de imigração aos EUA não fosse interrompida, “este país seguramente se tornará um país de negros e amarelos dentro de algumas gerações²⁶”.²⁷

Enquanto Debs tentava evitar debates internos no PS, Berger e a direita do partido dominavam seus aparatos organizacionais, exercendo, assim, considerável influência sobre a política do PS.

A direita do PS valorizou conquistas de cargos eleitorais, e cada vez mais considerava isso como o caminho para ganhar uma sociedade socialista. Após debates internos, o PS votou para estabelecer uma Comissão Nacional das Mulheres em 1908 – encarregada não apenas de supervisionar o trabalho entre as mulheres, incluindo o sufrágio, mas também de “organizar o ataque à superioridade masculina entre os socialistas”²⁸. Como a historiadora Ira Kipnins observou, contudo, “as mulheres socialistas pareciam ter carregado a luta por direitos iguais com pouquíssima ajuda dos membros masculinos do partido”.²⁹

26 *A black-and-yellow country*, na versão original [N. do T.].

27 Ira Kipnins, *The American Socialist Movement 1897–1912*, Haymarket Books, 2005, 278–79.

28 *Ibid.* 268.

29 *Ibid.* 265.



Muito desse trabalho foi centrado ao redor de educar e ajudar as mulheres da classe trabalhadora terem acesso a controles de natalidade confiáveis, um modo de limitar o tamanho da família e gestações consecutivas sob condições de pobreza difundida. Historiadores despenderam muita atenção no papel pioneiro do primeiro movimento pelo controle de natalidade da então socialista Margaret Sanger, que depois se converteu a posições eugênicas racistas.

Mas muitas outras mulheres radicais na IWW e no PS receberam muito menos aclamação embora mantivessem um comprometimento em lutar pelo direito das mulheres a controlar suas próprias vidas reprodutivas. Em uma época em que mesmo dispersar informação sobre contracepção era ilegal, essas ativistas encararam ataques políticos e prisões enquanto davam cabo a seus trabalhos entre as mulheres.

Antoinette Konikow, uma revolucionária russa que migrou para os Estados Unidos em 1893, dedicou-se ao projeto, permanecendo central para o movimento socialista revolucionário dos Estados Unidos até sua morte em 1946. Konikow vinculou explicitamente o direito das mulheres a controlar sua fertilidade à luta das mulheres por igualdade. Como ela escreveu em seu pafleto de 1923, *Maternidade Voluntária*, “As mulheres nunca poderão obter independência real enquanto suas funções de procriação não estiverem sob seu próprio controle”³⁰. Konikow nunca se desviou dessa abordagem, prevendo temas que emergiram em movimentos de libertação das mulheres nos anos 1960.

O escritório de Konikow era regularmente revistado e ela deixava seus arquivos médicos codificados para prevenir que policiais perseguissem seus pacientes. Como a feminista so-

30 Diane Feeley, “Antoinette Konikow: Marxist and Feminist”, in Paul LeBlanc, ed., *Revolutionary Traditions of American Trotskyism* (New York, NY, 1988), 5. Reprinted from *International Socialist Review* 33 (January 1972), 19–23.



cialista Diana Feeley comentou “Embora a larga maioria de seus pacientes fossem mulheres imigrantes pobres, quando a Dra. Konikow foi presa, ela descobriu que a fiança havia sido paga rapidamente por alguma mulher rica, quem, dadas as leis repressivas de Massachusetts, pode ter tido que se dirigir a essa revolucionária em busca de ajuda”³¹.

Como médica, Konikow descreveu como o treinamento universitário deixava os médicos ignorantes em relação a métodos de controle de natalidade e, assim, incapazes de ajudar suas mulheres pacientes que buscavam urgentemente controlar sua fertilidade. Em resposta, ela escreveu o *The Physician’s Manual of Birth Control* (Manual do Médico de Controle de Natalidade) em 1931, que incluía não apenas uma discussão detalhada da anatomia feminina, mas também informações sobre o que ela considerava como o mais confiável método de controle de natalidade de sua época – o diafragma e o espermicida³².

O PS também se dedicou a apoiar trabalhadoras grevistas e a econorar sua organização sindical dentro do *American Federation of Labor* (Federação Americana do Trabalho, AFL), embora a federação trabalhista não aceitasse mulheres, negros ou imigrantes em suas colunas. Nesse projeto, mulheres membros do PS colaboraram com sufragistas e outras reformistas de classe média, embora fricções substanciais às vezes existissem entre reformistas e trabalhadoras³³.

A greve das trabalhadoras têxteis de Nova York em 1909 e 1910, muitas vezes tida por historiadores do trabalho como a “insurreição dos 20 mil”, envolveu um grande número de força de trabalho imigrante e adolescente feminina que lutavam para ir até o fim, com a maioria – embora não todas –

31 Ibid.

32 Ibid

33 Ver Tax, op cit.

das oficinas ganhando reconhecimento sindical com o Local 25 do *International Ladies Garment Workers Union*.

Quando a greve começou, as grevistas receberam forte apoio não apenas do PS, mas também das sufragistas e da *Women's Trade Union League* (Liga dos Sindicatos das Mulheres, WTUL), de classe média, conhecidas como “aliadas” das greves. O PS manteve seu comprometimento com a greve, embora o interesse das aliadas de classe média tenha sumido enquanto a greve se arrastava e após os grevistas votarem contra um contrato proposto pelos empregadores. Uma membra irritada do WTUL fez uma proposta para “começar uma campanha contra o socialismo”, porque o “socialismo é uma ameaça... Só faz esses estrangeiros ignorantes descontentes, coloca-os contra o governo, fá-los querer destruir tudo”³⁴.

Mas a inspiração dos trabalhadores de vestuário foi profunda. Quando o Partido Socialista organizou as marchas do “Dia das Mulheres” em 1910, sua marcha pelas ruas de Nova York foi uma demonstração massiva de solidariedade e consciência de classe entre trabalhadoras, incluindo consideráveis contingentes de trabalhadoras têxteis, levando à frente demandas por melhores salários, melhores condições de trabalho, junto à demanda pelo direito ao voto.

O heroísmo das trabalhadoras têxteis inspirou Clara Zetkin a mover uma resolução para a Segunda Conferência Internacional de Mulheres Trabalhadoras de 1910 declarar o Dia Internacional das Mulheres um feriado socialista anual, uma tradição que continua até nossos dias.

Em fevereiro de 1917, trabalhadoras têxteis em Petrogrado organizaram uma manifestação no Dia Internacional das Mulheres sob o tema “Oposição à guerra, altos preços, e a situação da mulher trabalhadora”, que resultou em um movimento grevista massivo que, por sua vez, destronou o

³⁴ Tax, 232.



czar. Esse dia tornou-se, efetivamente, o primeiro dia da Revolução Russa.

A Rússia Revolucionária e os desafios em realizar alibertação das mulheres

Os líderes da Revolução Russa de 1917 desde o começo fizeram o combate da opressão à mulher um aspecto central de seu projeto revolucionário. Durante sua curta existência, o governo revolucionário ofereceu um vislumbre do que uma genuína sociedade socialista pode oferecer ao criar as condições materiais para as mulheres serem libertadas – mas também os desafios que devem ser enfrentados para tornar a libertação das mulheres uma realidade em um contexto pós-revolucionário.

A seguir, eu examino brevemente as conquistas e também suas limitações em alcançar genuína igualdade às mulheres – indicando o nível no qual lutas seguintes serão necessárias para erradicar a opressão da mulher após uma revolução socialista.

Para ter certeza, o governo revolucionário promulgou uma legislação estabelecendo igualdade social e política total para as mulheres: o direito ao voto e a ocupar cargos públicos, o direito ao divórcio como uma requisição de qualquer parceiro, o princípio de pagamentos iguais para trabalhos iguais, pagamentos de licença-maternidade durante quatro meses antes e depois do nascimento, e o cuidado das crianças por meio de gastos governamentais. O aborto – visto apenas como uma questão de saúde – tornou-se legal em 1920, e as mulheres ganharam o direito de obter abortos livres em hospitais estatais. Apenas aquelas que praticavam abortos visando ao lucro eram vistos como criminosos.

Além disso, a revolução revogou todas as leis que criminalizavam a homossexualidade junto a outras leis que regula-



vam a sexualidade³⁵. O bolchevique Grigorri Btkais descreveu o impacto da Revolução Russa sobre a sexualidade em 1923:

[A legislação soviética] declarou a absoluta não interferência do Estado e da sociedade em questões sexuais, enquanto ninguém for ferido, e o interesse de ninguém estiver invadido – no que se refere à homossexualidade, sodomia e várias outras formas de gratificação sexual, que são todas tidas na legislação europeia como ofensas contra a moralidade – a legislação soviética trata-as como as tão chamadas relações sexuais “naturais”.³⁶

Mas igualdade legal, embora crucial, não alcançou libertação na vida cotidiana dentro da família. Como Lênin explicou em 1919:

As leis sozinhas não são suficientes, e nós não estamos de jeito nenhum satisfeitos com meros decretos. Na esfera da legislação, contudo, nós demos tudo que era preciso de nós para colocar as mulheres em uma posição de igualdade e temos todo o direito de nos orgulharmos disso. A posição das mulheres na Rússia Soviética é agora ideal se comparada com sua posição na maioria dos Estados avançados. Nós nos dizemos, contudo, que isso, é claro, é apenas o começo.³⁷

Lênin comumente refere-se à opressão da mulher dentro da família como “escravidão doméstica”, e ele expressava alarme com o seu prosseguimento na Rússia pós-revolucionária. Em uma entrevista com Zetkin em 1920, muitos anos após a revolução, Lênin falou em detalhes sobre os obstáculos que as mulheres continuavam a encontrar em suas vidas domésticas. A seguinte citação de Lênin deixa claro que os

35 Stites; citado em Noel Halifax, *Out, Proud and Fighting* (London: Socialist Workers Party, 1988), 17.

36 Citações em J. Lauritson and D. Norsad, *The Early Homosexual Rights Movement 1864–1935* (New York, 1974); cited in Noel Halifax, *Out, Proud and Fighting* (London, 1988), 17.

37 V. I. Lenin, *Speech at the Working Women’s Congress, Moscow, 1919*, *Lenin’s Collected Works*, 4th English Edition, (Moscow: Progress Publishers, 1965), Volume 30, 40–46.



marxistas russos não esperavam que a opressão às mulheres desapareceria automaticamente após a revolução, mas reconheciam a necessidade de continuar a luta:

Muito poucos maridos, nem mesmo proletários, pensam em quanto eles poderiam aliviar os fardos e preocupações de suas esposas, ou as aliviar completamente, se eles desse uma mão nesse “trabalho de mulher”. Mas, não, isso iria contra o “privilégio e a dignidade do marido”. Ele quer ter descanso e conforto. A vida doméstica da mulher é um sacrifício diário de si mesma para milhares de ninharias insignificantes. As antigas leis de seu marido, seu senhor ou mestre, sobrevivem despercebidas... Eu conheço a vida dos trabalhadores, não apenas pelos livros. Nosso trabalho comunista entre as massas de mulheres, e nosso trabalho político em geral, envolve considerável educação entre os homens. Nós devemos erradicar o antigo ponto de vista do proprietário de escravos, tanto no Partido como entre as massas. Essa é uma das nossas tarefas políticas, uma tarefa tão urgentemente necessária como a formação de uma equipe, composta de camaradas, homens e mulheres, com formação teórica e prática completa para o trabalho do Partido entre mulheres trabalhadoras.³⁸

Trotsky argumentava da mesma forma: “Instituir a igualdade política de homens e mulheres no Estado Soviético era um problema e o mais simples... Mas para alcançar a atual igualdade de homens e mulheres dentro da família é um problema infinitamente mais difícil”. Ele concluiu: “Todos nossos hábitos domésticos devem ser revolucionados para isso poder acontecer. E mesmo assim é óbvio que, ao menos que se tenha igualdade do marido e da mulher na família, no sentido normal assim como nas condições de vida, nós não podemos falar seriamente sobre sua igualdade no trabalho social e mesmo na política”³⁹.

38 Clara Zetkin, “Lenin on the Women’s Question” (An Interview with Lenin on the Woman Question in 1920).

39 Leon Trotsky, “From the Old Family to the New”, Pravda (July 1923).



Os bolcheviques, assim, nunca nutriram a ilusão de que a vitória da revolução socialista é tudo o que é preciso para acabar com a opressão às mulheres. Não se pode esperar que velhos costumes e atitudes mudarão do dia para a noite, eles só podem ser transformados com o tempo, enquanto novas gerações crescerem sem a bagagem ideológica perpetuada pelas opressivas sociedades de classe ao longo dos séculos.

De fato, é mais apropriado perceber o nível no qual os bolcheviques entendiam que a revolução não era o fim, mas o começo da luta para ganhar a libertação das mulheres. Mais importante, eles entenderam a centralidade de libertar as mulheres da labuta da “escravidão doméstica”, embora difícil, como a chave para sua libertação futura em todas as esferas da vida.

O ponto de inflexão revolucionário

A Revolução Russa de 1917 inspirou uma onda de lutas revolucionárias ao longo da Europa. A possibilidade de que a revolução se estenderia às sociedades mais avançadas economicamente, particularmente a Alemanha, deixou o governo revolucionário nos primeiros anos com esperanças vivas. Essa esperança foi apagada com a derrota final da Revolução Alemã em 1923. A Rússia, com sua economia em desordem, foi deixada isolada. O terreno político foi, então, transformado: a década que se seguiu testemunhou a contrarrevolução stalinista na Rússia e a ascensão do fascismo na Europa.

A Revolução Russa também marcou um ponto de inflexão para a esquerda nos Estados Unidos. O PS havia conseguido sobreviver à guerra intacto porque o partido mantinha uma postura antiguerra firme. Mas, em 1919, os revolucionários russos formaram a Terceira Internacional, ou Internacional Comunista, com a afiliação de dezenove partidos e organizações. A Revolução Russa, assim, acelerou o já crescente conflito entre a esquerda e a direita do PS, com os revolucio-



nários do partido apoiando os bolcheviques e a ala reformista opondo-se a eles. Em 1919, o PS perdeu a sua maioria de esquerda, que rompeu com ele para formar o que se tornaria o Partido Comunista (PC) – afiliado à Terceira Internacional. A maioria dos membros da IWW – muitos já tendo sido expulsos ou deixados o PS – seguiu-os em seguida.

A década de 1920, contudo, revelou-se um período difícil àqueles que procuraram defender a tradição marxista. O governo dos EUA conduziu ataques em massa e deportação de imigrantes suspeitos de atividade socialista e anarquista. Além disso, enquanto Stalin consolidava seu poder na União Soviética em 1928, o PC expulsou a minoria no partido que apoiava a oposição trotskista ao stalinismo.

O resultado foi a emergência de dois movimentos socialistas distintos – um pró-Stalin e outro pró-Trotsky – que juntos correspondiam às alas políticas da esquerda socialista até a emergência da *New Left* (Nova Esquerda) na década de 1960.

Nesse sentido, algumas das mais dedicadas e talentosas mulheres líderes do começo do século XX terminaram em organizações diferentes, com visões políticas opostas em algumas questões políticas fundamentais. Konikow, que estava entre os fundadores do movimento trotskista dos EUA, continuou seu trabalho promovendo modos de contracepção seguros e escreveu extensivamente sobre o direito das mulheres ao controle de natalidade no jornal *Trotskyist Militant* nos anos 1930 e início dos 1940. Gurley Flynn entrou no PC em 1936 e manteve uma coluna regular no *Daily Worker*.

Nesse sentido, veteranas dos movimentos radicais do começo do século XX cumpriram um papel central ao transmitir seu comprometimento à emancipação das mulheres para uma geração mais jovem de mulheres da esquerda dos Estados Unidos.



Organização das mulheres na Grande Depressão

No tumultuoso movimento pelo reconhecimento sindical nos anos 1930, o comprometimento à emancipação das mulheres muitas vezes foi posto de lado no curso da luta de classes – sem uma clara reivindicação pela igualdade política das mulheres.

Um dos exemplos mais marcantes do movimento trabalhista é a importante greve de ocupação na cidade de Flint durante o inverno de 1936-7, quando trotskistas (membros naquele momento do Partido Socialista) e comunistas trabalharam juntos numa brilhante coesão que levou sua greve contra a *General Motors* (GM) à vitória. A membra do PS Genora Johnson (que se tornaria Genora Dollinger), naquele momento a esposa de 23 anos do grevista Kermit Johnson, formou a Brigada de Emergência das Mulheres de Flint.

Embora formada principalmente por esposas de grevistas, a Brigada de Emergência esteve longe de ser um típico auxílio de “senhoras”⁴⁰, conscientemente se referindo à sua organização como formada por “mulheres” e não por “senhoras”⁴¹. As mulheres da Brigada de Emergência usavam um uniforme com boinas e braçadeiras vermelhas, que foram escolhidas, tal como revelado posteriormente por Dollinger, em parte porque “era a bandeira vermelha, é uma cor socialista”⁴².

A Brigada de Emergência podia ser mobilizada a qualquer momento para defender a greve, carregando pedaços de madeira que se assemelhavam a tacos de baseball. Como o *New York Times* notou à época, as mulheres da Brigada de Emergência “não se contentaram com a resistência passiva,

40 *Ladies* no original [N. do T.]

41 Janice Hassett, “Never Again Just A Woman: Women of the Auxiliary and Emergency Brigade in the General Motors Sit-Down Strike of 1937”, from the American Socialist Collection of Sol Dollinger, March 11, 1994.

42 *Ibid.*



e usaram tacos do tamanho de tacos de baseball, diminuídos no final para facilitar o balanço e o manuseio⁴³". Em mais de uma ocasião, a Brigada de Emergência encarou a polícia – provocando-os a bater ou atirar em um grupo de mulheres.

Uma das táticas mais inteligentes da Brigada de Emergência era o “carro de som” que era rapidamente enviado quando havia um sinal de problema fora da planta. O segundo carro chegaria direto aos piquetes em luta através de seu alto-falante. Essa tática provou-se indispensável na batalha divisionária dos estrategistas grevistas para desviar a polícia ao fingir a ocupação da planta 9 da Chevy (ao na verdade tomarem a planta 4) em 1º de fevereiro. Essa estratégia, embora absolutamente bem-sucedida, colocou, contudo, vidas de grevistas em jogo enquanto lutavam com a polícia na planta 9. Como a pesquisadora Janice Hassett descreveu: “A polícia da GM trocou tiros com os grevistas, e usou tacos e gás lacrimogêneo para movê-los ao fundo da planta. A Brigada de Emergência, ‘sempre pronta para emergências’, estava na mão e usou seus próprios tacos para quebrar as janelas e permitir a entrada de ar dentro da planta⁴⁴”.

O PC, devido ao seu tamanho maior e sua atenção consistente de combate ao racismo nos anos 1930, fez incursões para construir uma organização multirracial naquela era. Mulheres do *Black Communist* começaram a organizar sistematicamente mulheres negras da classe trabalhadora durante os anos 30. Mulheres do *Harlem Communist*, como o historiador Erik S. McDuffie descreve em *Soujourning for Freedom* (Peregrinando por Liberdade), organizaram-se contra o aumento dos preços da alimentação em mercearias cujos proprietários eram brancos, incluindo a seguinte manifestação em 1935:

43 Ibid.

44 Ibid.



Em 3 de junho de 1935, “esquadrões voadores” de mulheres e crianças negras marcharam desafiadoramente ao longo da 125ª Rua no Harlem entre a Sétima e a Oitava avenida, a principal via comercial da vizinhança. Ao coro de “Os preços da carne precisam abaixar”, reivindicavam uma redução de 25 por cento do preço da carne.

Os manifestantes mantiveram reuniões de bairro espontâneas a respeito dos altos preços de alimentação e outros problemas que pressionavam a comunidade como o alto desemprego, as más condições de moradia e os serviços sociais inadequados. Eles significavam negócios. Grupos de mulheres arremessaram objetos em direção às mercearias de propriedade dos brancos, confrontando comerciantes brancos assustados sobre por que eles vendiam comidas de baixa qualidade a preços altos para sua clientela negra.⁴⁵

McDuffie concluiu: “A manifestação foi bem-sucedida. Ao final daquela noite quase cinquenta lojas concordaram em reduzir imediatamente os preços em 25 por cento”⁴⁶. O *Harlem Action Committee Against the High Cost of Living* (Comitê de Ação do Harlem Contra o Alto Custo de Vida), liderado por Bonita Williams, de origem indígena, organizou esse protesto imediatamente bem-sucedido. Williams e Audley Moore eram duas das líderes de base do PC no Harlem que organizavam simultaneamente lutas contra o desemprego e despejos, greves contra o aluguel, e organização sindical durante esse período turbulento.

Williams e Moore, como muitos outros ativistas radicais do Harlem, tiveram sua primeira entrada na política como parte do movimento de Marcus Havery nos anos 1920, atraídos por sua mensagem de nacionalismo e orgulho racial. Ambas entraram no PC através de seu envolvimento com a campanha liderada pelo PC pela liberdade dos “Meninos de

⁴⁵ Erik S. McDuffie, *Sojourning for Freedom: Black Women, American Communism, and the Making of Black Left Feminism* (Duke University Press, 2011), 1.

⁴⁶ *Ibid.* 1.



Scottsboro”, nove adolescentes negros que foram falsamente acusados de estuprar duas mulheres brancas em um trem em 1931. Após Williams fazer parte de uma forte marcha multirracial de milhares de pessoas no Harlem, ela lembra-se de ter pensado: “Se eles têm um movimento como esse, e se eles são conscientes dessa coisa que [Marcus] Garvey tem falado a respeito, então isso pode ser uma boa coisa para eu participar para libertar o meu povo”⁴⁷.

Como os exemplos acima mostram, mulheres socialistas e comunistas lideraram lutas importantes envolvendo mulheres nos anos 1930 sem tentar forjar um movimento pelo direito das mulheres. No caso de Williams e Moore, suas lutas eram mais explicitamente ligadas à libertação negra do que à libertação das mulheres. Em uma entrevista posterior com Hasset, Dollinger argumentou que uma luta pela “libertação das mulheres” teria sido “historicamente imatura” no movimento da classe trabalhadora de 1937.

Mas, como Hasset conclui após a Brigada de Emergência das Mulheres de Flint,

Apesar do fato dos esforços das mulheres não terem sido expressados em um “movimento de mulheres”, questões de gênero eram uma questão proeminente da greve de 1937. Genora Johnson enfatizava que “era uma mudança radical... Dar às mulheres o direito de participar em discussões com seus maridos, com outros membros do sindicato, com outras mulheres, de expressar suas visões... isso foi uma mudança radical para aquelas mulheres daquele tempo...”. Não foi uma ação feminista e não foi um movimento de mulheres – foi um fenômeno predominantemente classista e trabalhista –, mas os eventos de 1936 e 1937 mostraram à nação e às próprias mulheres que elas não eram apenas o que elas haviam sido ensinadas para ser, que elas eram capazes de comportamentos organizados, orquestrados, e por vezes heróicos. Há razões para acreditar que nenhuma delas foi novamente “apenas uma mulher”.⁴⁸

47 Ibid. 79.

48 Janice Hasset, op cit.



Os anos 1940 e 1950

Um interesse renovado sobre as políticas de opressão às mulheres deu-se entre mulheres dentro da esquerda organizada logo após a Segunda Guerra Mundial. A época da guerra havia visto a indução em massa de mulheres em trabalhos industriais bem pagos, sob o pretexto de maximizar o esforço de guerra, para serem expulsas no final da guerra para dar espaço aos veteranos que retornavam. Muitas mulheres brancas retornaram à tarefa de dona de casa combinando ou não um trabalho parcial, enquanto que mulheres negras eram novamente direcionadas às mesmas ocupações domésticas em tempo integral e de baixa remuneração que elas ocupavam antes da guerra.

A Segunda Guerra Mundial também expôs a hipocrisia racista em lutar para estender as “liberdades democráticas” dos Estados Unidos⁴⁹ que, em sua própria casa, excluía os afroamericanos do processo democrático.

Mulheres dentro e ao redor dos movimentos comunista e trotskista começaram a reexaminar teorias de opressão às mulheres, com algumas delas incorporando os efeitos não apenas da desigualdade de classe, mas também do racismo. Fazendo isso, elas começaram a desenvolver um trabalho de base político que ajudou a pavimentar o caminho da futura luta pela liberdade das mulheres.

A líder do Partido Comunista Claudia Jones talvez tenha escrito a mais proeminente exposição das opressões interseccionais sofridas pelas mulheres negras antes da década de 1960. O artigo de Jones, “Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra!”, publicado em 1949 na *Political Affairs*, primeiro afirma claramente: “Mulheres negras

49 *America's “democratic freedoms”*, no original. Como neste caso, nas recorrências subsequentes, o substantivo *America* e o adjetivo *american* serão traduzidos por Estados Unidos e estadunidense, respectivamente [N. do T.].



– enquanto trabalhadoras, enquanto pretas⁵⁰, e como mulheres – formam o estrato mais oprimido de toda a população”⁵¹.

Jones continua: “É incumbência dos sindicalistas progressistas perceber que, na luta por direitos iguais para os trabalhadores negros, é preciso ter uma abordagem especial às trabalhadoras negras, quem, em proporções muito maiores às outras trabalhadoras, são as principais provedoras de suas famílias”⁵².

Jones explicitamente desafiava “homens brancos progressistas” a reconhecer

que essa luta por igualdade das mulheres negras é de seu próprio interesse, na medida em que a superexploração e opressão às mulheres negras tende a deprimir os padrões de todas as mulheres... Desafiar persistentemente toda observação chauvinista em relação à mulher negra é vitalmente necessário, se quisermos romper a compreensível desconfiança de parte das mulheres negras que são rejeitadas pelo chauvinismo branco que elas muitas vezes vêm expressado em círculos progressistas.⁵³

No mesmo ensaio pioneiro, Jones enfatiza a agressão sexual como uma das questões centrais enfrentadas pelas mulheres negras:

Mas nada dramatiza tanto o status oprimido das mulheres negras do que o caso de Rosa Lee Ingram, mãe viúva de catorze crianças – duas delas mortas –, que enfrenta prisão perpétua na penitenciária da Geórgia pelo “crime” de se defender dos avanços indecentes de um “supremacista branco”... Isso expõe o alibi hipócrita de linchadores de mulheres negras que estiveram historicamente escondidos por trás das saias de mulheres brancas

50 *As Negroes*, no original [N. do T.].

51 Beverly Guy-Sheftall (ed.), *Words of Fire: An Anthology of African-American Feminist Thought* (NY: The New Press, 1995), 109.

52 *Ibid.* 115.

53 *Ibid.* 117.



quando tentavam abafar crimes sujos com o “cavalheirismo” de “proteger as mulheres brancas”.⁵⁴

Jones conclui que a devida atenção ao sofrimento das mulheres negras iria permitir que sua “participação ativa” em cumprir sua “missão histórica” de toda a “classe trabalhadora estadunidense”: “a conquista dos Estados Unidos Socialistas⁵⁵ – a última e completa garantia da emancipação das mulheres”⁵⁶.

Jones não foi capaz de prosseguir seu trabalho dentro do PC devido à implacável perseguição política do governo dos Estados Unidos. Jones, nascida em Trinidad, foi pela primeira vez aprisionada em 1948 por suas atividades políticas, e presa outras três vezes nos anos seguintes. Ela foi considerada culpada sob os termos do *Internal Security Act* de 1950, que baniu “estrangeiros” de serem membros do Partido Comunista. Ela também foi considerada culpada, junto com Gurley Flynn, por “atividades não estadunidenses” sob o *Smith Act* em 1951.

Em 1955, o governo dos Estados Unidos deportou-a, mas o governo de Trinidad e Tobago recusou-se a aceitá-la. O governo britânico concordou com aceitá-la no terreno “humanitário” e ela viveu lá até morrer de infarto aos 49 anos. Embora Jones tenha prosseguido com seu estreito envolvimento com o movimento antirracista na Grã-Bretanha até seu falecimento precoce, ela não retornou ao trabalho teórico sobre a opressão às mulheres negras que ela havia iniciado no PC.

Contudo, outras mulheres negras comunistas continuaram a luta ao longo desse período, fazendo campanha para

⁵⁴ Ibid. 119-120.

⁵⁵ *Socialist America* no original [N. do T.].

⁵⁶ Ibid. 120.



Rosa Lee Ingram e contra os estupros sistemáticos de mulheres negras – às vezes, sobrepondo-se e apoiando ativistas dos direitos civis como Rosa Parks.

Além disso, o PC começou a organizar comissões locais de mulheres para ajudar a encorajar a participação ativa de mulheres dentro do partido. Isso incluía em alguns lugares aulas de educação para mulheres para ajudá-las a se prepararem a ocupar posições de liderança. Essas aulas promoviam cuidados infantis e transporte para facilitar a participação das mulheres da classe trabalhadora. Em janeiro de 1947, por exemplo, o PC de Bronxville organizou um jantar especial de mulheres – no qual as participantes mulheres aproveitaram uma palestra sobre “o papel da mulher hoje” e discutiram os problemas que elas enfrentavam, enquanto os homens “cozinham e serviram comida, cuidaram das crianças, e lavaram a louça”⁵⁷.

Durante o pós-guerra, mulheres trotskistas também se engajaram em revisitar a questão da opressão às mulheres.

Em 1952, a então trotskista Selma James foi coautora do panfleto, *A Woman's Place for the Trotskyist Johnson–Forest Tendency* (Um Lugar para a Mulher para a Tendência Trotskista Johnson-Fores)⁵⁸, que se voltava sobre o peso das responsabilidades familiares carregadas pelas mulheres da classe operária naquela época. James e sua coautora usaram pseudônimos para se proteger e não perderem seus empregos em razão da histeria anticomunista, embora James nunca tenha perdido os seus.

57 Kate Weigand, *Red Feminism* (Johns Hopkins University Press, 2001), 74.

58 A Tendência Johnson-Fores era uma organização fundada pelos marxistas C. L. R. James e Raya Dunayevskaya, sob os pseudônimos de J. R. Johnson e Freddie Fores. Eles foram logos aderidos por Grace Lee Boggs, sob o pseudônimo de Ria Stone. A sua tendência argumentava que a União Soviética era uma sociedade capitalista de Estado, ao invés de um Estado burocrático coletivista (como argumentado pelo *Workers Party*) ou um Estado operário degenerado (como argumentado pelo *Socialist Workers Party* dos EUA). Entre 1940 e 1950, a Tendência Johnson-Forest foi, primeiro, parte do *Workers Party* e então do *Socialist Workers Party*, do qual romperam no fim para formar a sua própria organização, a *Correspondence*.



O panfleto incluía a seguinte passagem, prenunciando as observações de Betty Friedan em *A Mística Feminina*, mas com uma esposa da classe trabalhadora, e não da classe média, em mente:

Mesmo se uma mulher trabalha, assume-se desde o começo que a principal responsabilidade da casa é da mulher e o principal trabalho de apoio é do homem. O marido deve sair e dar sustento a você e à criança. Você precisa ter certeza de que a casa está limpa, as crianças foram cuidadas, as refeições preparadas, a roupa lavada, etc. Isso parece ser um modo justo de fazer as coisas. Mas logo você perceberá que o trabalho de ficar em casa e de cuidar dela não é igual àquele pintado nos filmes. O trabalho doméstico é um trabalho sem fim, monótono e repetitivo. Depois de um tempo fazendo coisas dentro de casa, como passar roupa ou acordar cedo para fazer o almoço ou o café da manhã, [você percebe que] não é algo que você queira fazer. É algo que você tem que fazer.⁵⁹

Em 1954, James manteve uma coluna quinzenal chamada “Um lugar para a mulher”, no *Correspondence*, o jornal da Tendência Johnon-Forest. Em uma coluna, “Miss Universo”, James descreveu sua experiência observando o concurso da beleza, expressando muito do sentimento das mulheres liberacionistas que iriam se reunir diante do concurso de *Miss America* em 1968. James percebeu, por exemplo, que “O concurso deveria ser não apenas de beleza, o mestre de cerimônia seguia dizendo. Era também de atitude e estatura... Mas a vestimenta mais importante era o maiô de Catalina exatamente no mesmo estilo para cada uma das moças”⁶⁰.

James também observou que embora o concurso fosse global, todas as mulheres que desfilaram antes dos espectadores do cinema e da televisão compartilhavam as características de

59 Selma James, *Sex, Race and Class—The Perspective of Winning: A Selection of Writings, 1952–2011* (Oakland: PM Press, 2012), 16–17.

60 *Ibid.* 35.



mulheres brancas estadunidenses: “enquanto eu assistia às finais, me pareceu que, embora as mulheres fossem de tipos diferentes, todas elas pareciam as mesmas... É claro, havia um ‘tipo’ que não estava representado. Não havia nenhuma mulher negra no concurso de beleza”⁶¹.

Também em 1954, Evelyn Reed do Socialist Workers Party (dos Estados Unidos), que frequentemente abordava a opressão às mulheres nas páginas da Quarta Internacional, argumentou que as responsabilidades das mulheres como mães são utilizadas para fazê-las inferiores aos homens em todos os aspectos da vida:

É estabelecido como um... axioma imutável que as mulheres são socialmente inferiores porque elas são naturalmente inferiores aos homens. E qual é a prova? Elas são as mães! A natureza, é dito, condenou o sexo feminino a um status inferior... Não é a natureza, mas a sociedade de classe, que roubou das mulheres o direito de participar em funções mais altas da sociedade e colocou a ênfase primária em suas funções animais de maternidade. E esse roubo foi perpetuado através de um duplo mito. De um lado, a maternidade é representada como um sofrimento biológico que surge dos órgãos maternos da mulher. Ao lado desse materialismo vulgar, a maternidade é representada como sendo algo quase mítico. Para consolar as mulheres de seu status enquanto cidadãs de segunda classe, as mães são santificadas, dotadas de auréolas e abençoadas com “instintos especiais”, sentimentos e conhecimentos sempre além da compreensão dos homens. A santidade e a degradação são simplesmente dois lados da mesma moeda do roubo social das mulheres sob a sociedade de classes.⁶²

Como a historiadora Kate Weigand argumentou, “embora o movimento das mulheres de 1960 e 1970 se diferenciava em muitos aspectos do que veio antes disso, o movimento

61 Ibid.

62 Evelyn Reed 1954, “The Myth of Women’s Inferiority”, Fourth International (Vol.15 No. 2, Spring 1954).

não emergiu como uma entidade completamente desenvolvida em meados dos anos 1960. Ao contrário, as feministas da segunda onda construíram sobre o trabalho de vários grupos que as precederam, incluindo o trabalho de mulheres que inspiraram e foram inspiradas pelos esforços da velha esquerda em levar as questões das mulheres seriamente após 1945”⁶³.

Em 1983, a feminista e estudiosa negra Barbara Smith reconheceu em particular a influência da dramaturga Lorraine Hansberry por sua defesa primordial da sexualidade lésbica. Hasberry, mais conhecida por ter escrito o aclamando *Uma Passa no Sol* com apenas vinte e sete anos também, era uma ativista de esquerda e uma pensadora feminista negra. Em 1957, no mesmo ano em que ela completou *Uma Passa no Sol*, Hansberry se juntou ao *Daughters of Bilitis*, primeira organização lésbica dos Estados Unidos. Ela contribuiu com uma série de cartas para a sua publicação, *The Ladder*, assinando-as apenas com as iniciais “L. H.” para proteger a sua privacidade.

Na introdução ao seu livro, *Home Girls: A Black Feminist Anthology* (Mulheres de Casa: Uma Antologia Feminista Negra)⁶⁴, Smith cita uma das cartas de Hansberry:

Já é hora em que “metade da raça humana” tenha algo a dizer sobre a natureza de sua existência. De outra forma – sem um pensamento básico revisto – a mulher intelectual provavelmente se encontrará tentando desenhar conclusões – conclusões morais – baseadas na aceitação de uma superestrutura social moral que nunca admitiu a igualdade das mulheres e é, portanto, imoral em si mesma. Seja no casamento, seja nas práticas sexuais, seja na criação das crianças, etc. Nesse tipo de trabalho, há muitas mulheres para aparecer, que serão capazes de formular um novo e possível conceito que a perseguição e a condenação homos-

63 Weigand, op cit, 7.

64 Barbara Smith, ed., *Home Girls: A Black Feminist Anthology* (New York: Kitchen Table: Women of Color Press, 1983), xxxii.



sexual têm como raiz não apenas a ignorância social, mas um dogma antifeminista filosoficamente ativo.⁶⁵

Smith comentou: “Eu gostaria que muito mais pessoas estivessem atentas que Lorraine Hansberry, uma das nossas mais respeitadas artistas e pensadoras, estava levantando num contexto lésbico algumas das mesmas questões que estamos levantando hoje, e pelas quais nós temos sido tão difamadas”⁶⁶.

Algumas mulheres da *Old Left* dos anos 1950 tornaram-se participantes e teóricas dos movimentos de libertação das mulheres nos anos 1960 e 1970. Gerda Lerner, por exemplo, que era ativa no PC nos anos 1940 e 1950, emergiu como uma eloquente estudiosa dos estudos das mulheres, que também defendeu as lutas das mulheres negras contra a desigualdade racial. Selma James, após deixar o movimento trotskista, foi cumprir um papel central na teorização do trabalho feminino doméstico e na fundação da campanha de salários pelo trabalho doméstico.

Em 1970, Evely Reed usou *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* de Engels para um contorno de seu argumento, postulando que, após o surgimento do capitalismo,

Foi então dado às mulheres duas alternativas sinistras. Elas poderiam ou procurar um marido como provedor e então serem encurraladas depois como esposas em cortiços urbanos ou apartamentos para criar a próxima geração de escravos salariais. Ou as mais pobres e infortunadas poderiam ser levadas ao trabalho marginal nas usinas e fábricas (junto com suas crianças) e suarem como a mais oprimida e subpaga seção da força de trabalho.⁶⁷

65 Citado em Barbara Smith, ed., *Home Girls: A Black Feminist Anthology* (New York: Kitchen Table: Women of Color Press, 1983).

66 Ibid.

67 Evelyn Reed, “Women: Caste, Class or Oppressed Sex”, *International Socialist Review*, September



Como muitas socialistas feministas, Reed distinguia os papéis reprodutivos da classe dominante das famílias da classe trabalhadora para os donos dos meios de produção: as famílias da classe dominante reproduzem riqueza geracional através da herança, enquanto que famílias da classe trabalhadora servem para reproduzir força de trabalho.

No mesmo artigo, Reed também desafiava aqueles de outras tendências políticas “que dizem ser marxistas, mas recusam a reconhecer que as mulheres precisam liderar e organizar sua própria luta independente por emancipação, do mesmo modo que não conseguem entender por que os negros devem fazer a mesma coisa”. Aqui, ela refere-se, em primeiro lugar, aos socialistas, que acreditam erroneamente que as organizações independentes dos oprimidos põem uma ameaça à unidade da classe operária, que requer em última análise “a ofensiva combinada anticapitalista de toda a classe trabalhadora” para ganhar uma sociedade socialista.

Ela também nota que as lutas precisam continuar depois da revolução para atingir completamente a libertação das mulheres. Como ela argumenta:

A razão é que nenhum segmento da sociedade que tem sido sujeito à opressão, seja no que se refere aos povos do Terceiro Mundo ou às mulheres, pode delegar a liderança e a promoção de sua luta por liberdade para outras forças – mesmo se outras forças puderem agir como seus aliados... A máxima dos revolucionários irlandeses – “aqueles que serão livres precisam estourar a bolha” – aplica-se totalmente à causa da libertação das mulheres. As mulheres precisam elas mesmas estourar as bolhas para obter sua liberdade. E isso segue sendo verdadeiro seja após o triunfo da revolução anticapitalista seja antes dela.⁶⁸

1970, vol. 31, no. 3, 15–17 and 40–41.

68 Ibid.



Assim, muitas marxistas chegaram a um ponto de partida teórico mais ou menos semelhante ao de muitas feministas socialistas entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970 – e compartilharam o mesmo objetivo: usar a teoria marxista para melhor entender o trabalho não pago dentro da família e sua conexão com a opressão às mulheres como um todo na sociedade capitalista.







Notas sobre gênero em *O capital* de Marx¹

Silvia Federici²

À medida que o interesse no marxismo e no feminismo se renova, e o olhar de Marx sobre “gênero” recebe nova atenção, surgem novos consensos entre as feministas, que também moldam minha abordagem do tema.³ Em primeiro lugar, enquanto nos primeiros trabalhos de Marx podem ser encontradas denúncias sobre as desigualdades de gênero e o controle patriarcal na família e na sociedade, é de acordo comum que “Marx não tinha muito a dizer sobre gênero e família” (BROWN, 2012, p. 143) e que, mesmo em *O Capital*, seu olhar a este respeito deve ser reconstruído a partir de observações dispersas.

No entanto, o trabalho de Marx tem sido de grande contribuição para o desenvolvimento da teoria feminista, embora não se baseie essencialmente em seus pronunciamentos diretos sobre o tema. Seu método histórico-materialista não apenas ajudou a demonstrar que as hierarquias e identidades de gênero são construções.⁴ Suas análises sobre a acumulação capitalista e a criação de valor deram também às feministas da minha geração ferramentas poderosas para repensar tanto

1 Artigo publicado originalmente em espanhol, pelo periódico *Herramienta*, n. 60, inverno de 2017; e em português pela *Revista Movimento* em <https://movimentorevista.com.br/2017/09/genero-o-capital-marx-feminismo-marxista/>. Tradução: Giovanna Henrique Marcelino.

2 Professora emérita da Universidade Hofstra de Nova York e militante feminista italoestadunidense.

3 As publicações recentes de Heather A. Brown, *Marx on Gender and the Family* (2012), e de Shahrzad Mojabed, *Marxism and Feminism* (2015) – esta última publicada junto com a conferência sobre o tema organizada pela Fundação Rosa Luxemburgo em Berlim no mesmo ano – são sinais desse novo interesse pela teoria do gênero de Marx.

4 Para uma teoria marxista da natureza da mulher, ver Holmstrom, N., *A Marxist Theory of Women's Nature*. In: HOLMSTROM, N. (ed.). *The Socialist Feminist Project. A Contemporary reader in Theory and Politics*. Nova York: Monthly Review, 2002a, p. 360-376.



as formas específicas de exploração a que as mulheres foram submetidas na sociedade capitalista quanto a relação entre sexo, raça e classe.⁵ Porém, o uso que as feministas fizeram de Marx as conduziram, na melhor das hipóteses, em uma direção diferente daquela que ele traçou.

Escrever sobre gênero em *O Capital* é reconciliar, portanto, com dois Marx diferentes e, acrescento, dois pontos de vista diferentes sobre gênero e luta de classes. De acordo com isso, o que segue abaixo está dividido em duas partes. Na primeira, examino a visão de Marx sobre gênero tal como ele a articula no volume 1 em sua análise sobre o emprego das mulheres no trabalho industrial. Também comento seus silêncios, especialmente em relação ao trabalho doméstico, já que são eloquentes sobre as preocupações que estruturavam seu pensamento no momento em que ele escreveu.

Aqui, minha principal ideia é que Marx deixou a questão de gênero não-teorizada porque, em parte, a “emancipação das mulheres” tinha uma importância periférica em seu trabalho político; de fato, ele naturalizava o trabalho doméstico e, tal como o movimento socialista europeu em seu conjunto, idealizava o trabalho industrial como a forma normativa de produção social e como potencial nivelador das desigualdades sociais. Assim, Marx considerava que, com o decorrer do tempo, as distinções em torno de gênero e idade se dissipariam. Ele não conseguiu apreciar a importância estratégica, tanto para o desenvolvimento do capitalismo como para a luta contra ele, da esfera de atividades e relações pelos quais nossas vidas e a força de trabalho são reproduzidas, começando pela sexualidade, a procriação e, primeiro e principalmente, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres.

⁵ As citações aqui fazem referência ao ensaio de Selma James sobre esse assunto. Cf. James, Selma. *Sex, Race and Class*. Bristol: Falling Wall Press, 1975.



Esses “descuidos” sobre a importância do trabalho reprodutivo das mulheres implicam que Marx, apesar de sua condenação das relações patriarcais, nos deixou uma análise do capital e da classe a partir de uma perspectiva masculina – a do “homem que trabalha”, o assalariado industrial em cujo nome a Internacional se formou, considerado o portador da aspiração universal à libertação humana.

Da mesma forma, implicam que muitos marxistas se justificaram em tratar gênero e raça como questões culturais, dissociando-as da classe, e que o movimento feminista teve que começar com uma crítica de Marx.

Assim, enquanto este artigo enfoca o tratamento sobre gênero na grande obra de Marx, na segunda parte reviso brevemente a reconstrução das categorias de Marx desenvolvida pelas feministas na década de 1970, especialmente no “Movimento a favor do Salário para o Trabalho Doméstico”, do qual eu fiz parte. Eu argumento que essas feministas encontraram em Marx o fundamento para uma teoria feminista centrada na luta das mulheres contra o trabalho doméstico não remunerado porque lemos sua análise do capitalismo politicamente, que provinha da experiência pessoal direta, em busca de respostas para o nosso rechaço das relações domésticas. Naquela época, conseguimos levar a teoria de Marx a lugares que, em Marx, permaneciam ocultos. Ao mesmo tempo, ler Marx numa chave política revelou as limitações de seu quadro teórico, demonstrando que uma perspectiva feminista anticapitalista não pode ignorar seu trabalho, pelo menos enquanto o capitalismo seja o modo dominante de produção⁶, mas deve ir além dele.

⁶ Eu ecoo aqui um ponto colocado por Martha Gimenez, em GIMENEZ, M., *Capitalism and the Oppression of Women: Marx Revisited*. *Science and Society*, 69:1, 2005, p. 11-32.



1. Marx e o gênero na esfera de produção industrial

Os limites do trabalho de Marx destacam-se de modo claro no volume 1 d'O *Capital*, uma vez que ali examina pela primeira vez a questão do “gênero” não em relação à subordinação das mulheres dentro da família burguesa, mas em relação às condições do trabalho fabril da mulher na revolução industrial. Esta foi a “questão da mulher” da época⁷, em ambos os lados do Canal, enquanto economistas, políticos e filantropos clamavam contra a destruição da vida familiar que ela produzia, a nova independência que conferia às mulheres, e sua contribuição ao protesto dos trabalhadores, expressa no ascenso dos sindicatos e do Cartismo.

Portanto, no momento em que Marx começou a escrever, as reformas já estavam em andamento, e ele contava com abundante literatura sobre o assunto, que consistia em relatórios dos inspetores de fábrica que, na década de 1840, o governo inglês empregava para que fosse cumprido o limite de horas de trabalho imposto para mulheres e crianças⁸.

O volume 1 cita páginas inteiras desses relatórios, especialmente nos capítulos sobre “A jornada de trabalho” e “Maquinaria e grande indústria”, que ilustram as tendências estruturais da produção capitalista – as tendências a estender as horas de trabalho ao limite da resistência física dos trabalhadores, a desvalorizar a força de trabalho, a extrair o

7 Sobre o debate em torno das consequências do trabalho industrial para as mulheres, tais como a “Questão das Mulheres” na Inglaterra do século XIX, ver LOWN, J. *Women and Industrialization: Gender at Work in Nineteenth-century England*. Cambridge: Polity Press/Minneapolis, University of Minnesota Press, 1990, p. 1-4, 131, 214, 210-218. Sobre os mesmos debates na França, ver SCOTT, J. W. *Gender and the Politics of History*. Nova York: Columbia University Press, 1988, especialmente o capítulo 7, p. 139-166.

8 Sobre a reforma do trabalho de mulheres e crianças na Inglaterra, além do Volume 1 do *Capital*, ver Judy Lown (1990), e Levine Frader, L. *Women in the Industrial Capitalist Economy*. In: BRIDENTHAL, R.; KOONZ, C.; STUART, S. (eds.). *Becoming Visible, Women in European History*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1987, p. 309-331.



máximo de trabalho do número mínimo de trabalhadores – e denunciam os horrores aos quais mulheres e crianças eram submetidos a cada etapa do desenvolvimento industrial.

Eles nos informam sobre as costureiras que morriam por excesso de trabalho e falta de ar e alimento (MARX, 1990, p. 365), sobre meninas que trabalhavam sem se alimentar quatorze horas por dia, ou que se arrastavam seminuas nas minas para transportar carvão à superfície, sobre crianças que eram tiradas da cama à meia-noite “e obrigadas a trabalhar para ganhar um mísero sustento” (MARX, 1990, p. 416), “as crianças eram levadas ao matadouro”, [onde] máquinas vampíricas consumiam suas vidas “enquanto existisse um músculo, um tendão, uma gota de sangue para sugar” (MARX, 1990, p. 416).

É preciso reconhecer que poucos escritores políticos descreveram, sem fazer concessões, como o fez Marx, a brutalidade do sistema capitalista – por fora da escravidão –, e ele deve ser valorizado por isso. Particularmente impressionante é sua denúncia da barbaridade da exploração do trabalho infantil, sem paralelo na literatura marxista. Mas, apesar de sua eloquência, suas considerações são mais descritivas do que analíticas, e chama a atenção a ausência da discussão sobre as questões de gênero.

Não nos informa, por exemplo, como o emprego de mulheres e crianças nas fábricas afetou as lutas dos trabalhadores, quais debates motivaram suas organizações ou como isso afetou as relações entre mulheres e homens. Por outro lado, temos vários comentários moralistas, tais como que o trabalho fabril degradava o “caráter moral” das mulheres ao promover condutas “promíscuas” e as fazia descuidar de seus deveres maternos. Quase nunca as mulheres são retratadas como atoras capazes de lutar por si mesmas⁹. Geralmente,

9 A única referência à luta das mulheres trabalhadoras de fábrica está na p. 551, em que ele menciona

aparecem como vítimas, embora seus contemporâneos notassem sua independência, seu comportamento estrondoso e sua capacidade de defender seus interesses contra as tentativas por parte dos donos das fábricas de reformar seus costumes¹⁰.

Nas considerações de Marx sobre o gênero na esfera de produção também falta uma análise da crise que a extinção do trabalho doméstico nas comunidades proletárias provocou a favor da expansão das relações capitalistas, e o dilema que o capital enfrentou – à época e atualmente – quanto ao lugar favorável e ao uso do trabalho das mulheres. Esses silêncios são especialmente significativos, já que os capítulos que mencionei são os únicos em que as questões em torno das relações de gênero estão presentes.

As questões de gênero têm um lugar marginal em *O Capital*. Em um texto de três volumes de milhares de páginas, apenas cerca de uma centena se refere à família, à sexualidade, ao trabalho das mulheres, e estas são observações de passagem. Faltam referências a questão de gênero mesmo onde elas são mais esperadas, como nos capítulos sobre a divisão social do trabalho ou sobre os salários.

Somente ao final do capítulo “Maquinaria e grande indústria”, encontramos algumas pistas sobre políticas de gênero que sabemos que Marx defendia em seu trabalho político como secretário da Primeira Internacional, posto a partir do qual se opôs às tentativas de excluir as mulheres do trabalho

que as tecelãs do tear mecânico realizaram uma greve em Wiltshire pelo problema em torno do controle de horas trabalhadas (Ibidem, p. 551).

10 Cf. Lown (1990, p. 214), que fala da oposição das mulheres trabalhadoras às leis fabris de 1830 e da luta das trabalhadoras da seda para “manter o controle sobre aqueles aspectos da vida que sempre foram centrais para a experiência de mulheres trabalhadoras: cuidado das crianças, higiene pessoal e vestimenta” (LOWN, 1990, p. 162). Sobre as meninas nas fábricas “que representam uma independência recém-descobertas e a liberdade para as mulheres”, cf. Lown (1990) e SECCOMBE, W. Patriarchy stabilized: The Construction of the Male Breadwinner Wage Norm in Nineteenth-Century Britain. *Social History*, 11, 1986, p. 53-76, p. 121.



fabril¹¹. Isso é coerente com a sua convicção, de toda uma vida, de que o capitalismo – apesar de toda a sua violência e brutalidade – era um mal necessário e uma força progressiva, já que

“o verdadeiro capitalista obriga o [...] desenvolvimento das forças sociais produtivas a criar condições materiais de produção que são a única base real para uma forma superior de sociedade cujo princípio fundamental é o pleno e livre desenvolvimento de todos os indivíduos” (MARX, 1990, p. 739).

Aplicado ao gênero, isso significava que, ao “liberar” o trabalho das limitações da especialização e da necessidade da força física, e ao incorporar mulheres e crianças à produção social, o desenvolvimento capitalista e a industrialização em particular abriam o caminho para relações de gênero mais igualitárias. Por um lado, liberavam as mulheres e crianças da dependência pessoal e da exploração parental de seus trabalhos – marcas da indústria nacional; por outro, lhes permitia participar em igualdade de condições com os homens na produção social.

Tal como ele expõe ao discutir sobre a introdução da educação básica para as crianças que trabalhavam na fábrica:

“E, por mais espantosa e repugnante que nos pareça a dissolução da antiga família dentro do sistema capitalista, não é menos certo que a grande indústria, ao atribuir à mulher, ao jovem e à criança de ambos os sexos um papel nos processos socialmente organizados da produção, arrancando-os com isso [da] órbita doméstica, cria as novas bases econômicas para uma forma superior de família e de relações entre ambos os sexos” (MARX, 1990, p. 620-621).

Como seria essa nova família, como reconciliaria “produção com reprodução”, não é algo que Marx investiga. Ele apenas acrescentou com cautela que:

11 Cf. BROWN, H. *Marx on Gender and the Family. A Critical Study*. Leiden-Boston: Brill, 2012, p. 115.



“a existência de uma mão-de-obra trabalhadora combinada, em que entram indivíduos de ambos os sexos e das mais diversas idades – embora hoje, em sua forma primitiva e brutal em que o trabalhador existe para o processo de produção e não este para o trabalhador, seja uma fonte podre de corrupção e escravidão –, sob as condições que correspondem a este regime, serão transformadas necessariamente numa fonte de progresso humano” (MARX, 1990, p. 621).

Apesar de não estar explicitamente articulado, fundamental para a suposição de Marx de que o deslocamento do doméstico pela indústria de larga escala produziria uma sociedade mais humana era também, indubitavelmente, a ideia (à qual ele retornou em diversas seções de *O Capital*) de que o trabalho industrial é mais do que um multiplicador do poder de produção e um garantidor (presumivelmente) de abundância social. É - potencialmente - o criador de um tipo diferente de associação cooperativa e de um tipo diferente de ser humano, livre da dependência pessoal e não “determinado” para um tipo particular de habilidades, capaz, portanto, de se envolver em uma ampla variedade de atividades e de assumir o tipo de comportamento exigido por uma organização “racional” do processo de trabalho.

Concomitante com sua concepção de comunismo como o fim da divisão do trabalho, e com sua visão em *A ideologia alemã* de uma sociedade onde se pescaria e caçaria pela manhã e escreveria poemas pela tarde (MARX, 1988, p. 53), pode tornar-se sedutora a ideia de uma sociedade industrial, cooperativa e igualitária, onde (parafrazeando um pronunciamento provocativo no *Manifesto Comunista*¹²) as diferenças de gênero perderiam toda “validade social” no interior da classe

12 MARX, K. e ENGELS, F. *The Communist Manifesto*. London: Penguin Classics (1967), p. 88. Marx acrescenta que, conseqüentemente, “[os] interesses e as condições de vida do proletariado estão se tornando cada vez mais niveladas à medida que a maquinaria apaga as diferenças entre os trabalhos” (MARX e ENGELS, 1967).



trabalhadora. Não surpreende que essa ideia tenha inspirado gerações de ativistas sociais, incluindo as feministas.

Não obstante, como as feministas descobriram na década de 1970, essa perspectiva tem limitações importantes. Vale a pena mencionar quatro delas, todas com implicações para além do gênero e relacionadas ao conceito de Marx em torno da industrialização e do desenvolvimento capitalista como forças emancipadoras e condições para a libertação humana.

Ao celebrar a indústria moderna por libertar as mulheres das cadeias tanto do trabalho doméstico como do regime patriarcal, e por tornar possível sua participação na produção social, Marx assumiu que: *a)* as mulheres nunca antes estiveram envolvidas na produção social, ou seja, o trabalho reprodutivo não deveria ser considerado um trabalho socialmente necessário; *b)* o que limitou no passado sua participação no trabalho foi a falta de força física; *c)* o salto tecnológico é essencial para a igualdade de gênero; *d)* o que é mais importante, em antecipação ao que os marxistas repetiriam por gerações: o trabalho fabril é a forma paradigmática da produção social, conseqüentemente, a fábrica, e não a comunidade, é o local da luta anticapitalista.

Perguntas devem ser feitas para cada um desses pontos.

Podemos descartar rapidamente o argumento da “força física” como uma explicação da discriminação baseada no gênero. Basta dizer que a própria descrição de Marx sobre as condições de emprego das fábricas para mulheres e crianças é um contra-argumento, e que os relatórios fabris que ele citou deixam claro que as mulheres eram empregadas para o trabalho industrial não porque a automação reduziria a carga de seu trabalho (MARX, 1990, p. 527), mas porque se poderia pagar menos a elas, eram consideradas mais dóceis e mais inclinadas a empregar todas as suas energias no trabalho. Devemos também dispensar a ideia do confinamento das mulheres às tarefas do lar antes do advento da industrializa-

ção. A indústria doméstica da qual as mulheres se libertaram empregava uma pequena parte do proletariado feminino, e era ela mesma uma inovação relativamente recente que resultou do colapso das guildas.¹³ Na realidade, antes da revolução industrial, e durante ela, as mulheres desempenharam diferentes trabalhos, desde agricultura até comércio, serviço e trabalho doméstico. Portanto, como Bock e Duden (1980) documentaram, não há base histórica para a ideia – a qual Marx e outros socialistas subscreveram – de que “o desenvolvimento do capitalismo, com seu trabalho cada vez mais industrial (“produtivo”) para as mulheres, libertou e as liberta do antigo domínio feudal do trabalho doméstico e da tutela dos homens” (BOCK e DUDEN, 1980, p. 157).

Marx também minimizou, em sua concepção da indústria em larga escala como um equalizador de distinções biológicas e sociais, o peso das hierarquias sexuais herdadas e reconstruídas que asseguravam que as mulheres experimentariam o trabalho fabril de modos específicos, distintos dos homens. Ele observou que os pressupostos sobre o gênero manteriam sua proeminência no trabalho industrial – usados, por exemplo, para justificar os salários mais baixos das mulheres em comparação com os dos homens – e que as condições de trabalho “promíscuas” poderiam significar uma vulnerabilidade para o abuso sexual, que com frequência resultava na gravidez em idade precoce (MARX, 1990, p. 852). Mas, como já vimos antes, ele assumiu que esses abusos seriam superados quando os trabalhadores tomassem o poder político e redirecionassem os objetivos da indústria para seu bem-estar.

13 Sobre este tópico, ver BOCK, G. e DUDEN, B. *Labor of love – Love as labor: On the genesis of housework in capitalism*. In: ALTBACK, E. H. (ed.). *From Feminism to Liberation*. Cambridge: Schenkman Publishing Company, Inc., 1980, p. 153-192) e HENNIGER, M. *Poverty, Labour, Development: Toward a Critique of Marx's Conceptualizations*. In: VAN DER LINDEN, M. e ROTH, K. H. (eds.), *Beyond Marx. Theorising the Global Labour Relations of the Twenty-First Century*. Leiden-Boston: Brill, 2014, p. 281-304. p. 296- 297).



No entanto, após dois séculos de industrialização, podemos ver que, enquanto o fim do capitalismo não está à vista, a igualdade no âmbito do trabalho tem sido um produto das lutas das mulheres e não um presente de máquinas.

Mais crucial é que a identificação de Marx do trabalho industrial com a forma normativa do trabalho e o lugar privilegiado para a produção social não deixa espaço para qualquer consideração das atividades reprodutivas domésticas, que, como assinalou Fortunati (1997), Marx mencionou apenas para notar que o capital as destrói ao se apropriar de todo o tempo das mulheres.¹⁴

Existe um contraste interessante com o trabalho de Alfred Marshall, pai da economia neoclássica, no que se refere à abordagem da relação entre a fábrica e o lar. A visão de Marx do trabalho industrial como um tipo de trabalho mais racional lembra a “capacidade geral de trabalho” de Marshall, que ele descreveu como uma nova capacidade com a qual [naque-la época] contavam poucos trabalhadores no mundo:

“específica não de qualquer ocupação, mas desejada por todos, que permite aos trabalhadores sustentar por um longo período de tempo qualquer tipo de trabalho, ter em conta muitas coisas ao mesmo tempo, se adaptarem rapidamente às mudanças nos detalhes do trabalho realizado, permanecerem estáveis e ser confiável” (MARSHALL, 1938, p. 206-207).

Marshall, no entanto, alinhado com os reformistas contemporâneos, acreditava que o principal contribuinte para a produção dessa “habilidade geral” era a vida doméstica e especialmente a influência da mãe (MARSHALL, 1938, p. 207), pelo que se opunha fortemente ao emprego exterior

14 Fortunati acrescenta que Marx concebia o trabalho de reprodução das mulheres “a partir da leitura de relatórios governamentais, que há muito perceberam o problema da usurpação do trabalho fabril sobre tarefas domésticas” (FORTUNATI, L. *The Arcane of Reproduction. Housework, Prostitution, Labor and Capital*. Trad. de Hilary Creek. Brooklyn: Autonomedia, 1997, p. 169).



das mulheres. Marx, ao contrário, dá pouca atenção ao trabalho doméstico. Não há uma discussão a esse respeito em sua análise sobre a divisão social do trabalho, onde ele afirma apenas que a divisão do trabalho na família tem uma base fisiológica.¹⁵ Mais surpreendente é o seu silêncio sobre o trabalho doméstico das mulheres em sua análise da reprodução da força de trabalho em seu capítulo “Reprodução Simples”.¹⁶

Aqui ele apela a uma questão crucial para a compreensão do processo de criação de valor no capitalismo: a força de trabalho, a nossa capacidade de trabalhar, não nos é dada. Consumida todos os dias no processo de trabalho, deve (re) produzir-se constantemente, e essa (re)produção é tão essencial para a valorização do capital como é “a limpeza das máquinas”, uma vez que “é a produção dos meios de produção mais preciosos dos capitalistas: o próprio trabalhador” (MARX, 1990, p. 718).

Em outras palavras, como também sugeriu nas notas então publicadas sob o título *Teorias sobre a mais-valia*¹⁷, assim como em *O Capital*, Marx indica que a reprodução do trabalhador é parte essencial e condição da acumulação de capital. Não obstante, apenas a concebe sob o aspecto do “consumo” e coloca sua realização somente dentro do circuito da produção de mercadorias. Os trabalhadores – segundo Marx – usam seus salários para comprar os bens necessário à sua vida e, ao consumi-los, se reproduzem. É literalmente a pro-

15 “Dentro da família, e mais tarde, à medida que esta se desenvolve dentro da tribo, surge naturalmente uma divisão do trabalho, baseada nas diferenças de idade e sexo, isto é, em causas puramente fisiológicas” (Marx, 1990, p. 471).

16 Marx (1990, Parte 7, Capítulo 23).

17 Na primeira parte das Teorias sobre a Mais-Valia, Marx afirma: “O trabalho produtivo seria aquele que produz mercadorias ou produz, forma e desenvolve diretamente a força de trabalho em si mesma” (MARX, K. *Theories of Surplus Value*, Part I. Moscou: Progress Publishers, 1969, p. 172). Como veremos mais adiante, as feministas tomaram isso para indicar que o trabalho doméstico é “trabalho produtivo” no sentido marxista.



dução de assalariados por meio das mercadorias produzidas pelos assalariados.¹⁸ Portanto, “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de vida necessários para garantir a subsistência do seu possuidor” e é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias que os trabalhadores consomem (MARX, 1999, p. 274, grifos meus).

Em nenhuma parte de *O Capital*, Marx reconhece que a reprodução da força de trabalho envolve o trabalho não remunerado das mulheres - preparar comida, lavar a roupa, criar os filhos, fazer amor. Pelo contrário, ele insiste em retratar o assalariado como um reprodutor de si mesmo. Mesmo quando considera as necessidades que o trabalhador deve satisfazer, ele o retrata como um comprador de mercadorias autossuficiente, enumerando entre suas necessidades vitais os alimentos, abrigos, roupas, mas omitindo estranhamente o sexo, seja obtido dentro da configuração familiar ou comprado, o que sugere que a vida do trabalhador é imaculada e somente a mulher é moralmente manchada pelo trabalho industrial (MARX, 1990, p. 275). Assim, a prostituta é negada como trabalhadora e é relegada a um exemplo da degradação da mulher, sendo retratada apenas como pertencente “aos últimos restos da superpopulação”, o “lumpenproletariado” (MARX, 1990, p. 797), que em *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte* é descrito como “a escória de todas as classes” (MARX, 1968, p. 75).

São as poucas passagens em que Marx se aproxima de romper este silêncio e admitir implicitamente que o que é apresentado como “consumo” ao assalariado pode ser trabalho reprodutivo do ponto de vista de sua contraparte feminina. Em uma nota de rodapé a discussão sobre a determinação do valor da força de trabalho, em “Maquinaria e grande in-

18 A referência aqui é Piero Sraffa em Sraffa, Piero. *Production of Commodities by Means of Commodities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.



dústria”, ele escreve: “basta observar como o capital usurpa em seu próprio benefício até o trabalho familiar indispensável para o consumo” (MARX, 1990, p. 518). E acrescenta:

“Como na família existem certas funções, por exemplo, a de atender e amamentar as crianças, que não podem ser suprimidas radicalmente, as mães confiscadas pelo capital se veem em maior ou menor medida obrigadas a contratar trabalhadoras para substituí-las. Os trabalhos impostos pelo consumo familiar, como costurar, remendar, etc., são fornecidos comprando produtos prontos. Ao diminuir o investimento de trabalho doméstico, aumenta, como é lógico, o investimento de dinheiro. Portanto, os custos de produção da família trabalhadora crescem e equilibram os rendimentos obtidos com o trabalho. A isso se adiciona o fato de que é impossível para a família trabalhadora ater-se às normas de economia e convivência no consumo e preparação de seus alimentos” (MARX, 1990, p. 518).

Não obstante, nada mais é dito sobre este trabalho doméstico “que não pod[e] ser suprimid[o] radicalmente” e que deve ser substituído por bens adquiridos. E além disso nos resta perguntar se o custo da produção aumenta apenas para o trabalhador ou também para o capitalista, supostamente através das lutas que os trabalhadores empreenderiam para obter salários mais altos.

Mesmo quando se refere à reprodução geracional da força de trabalho, Marx não menciona a contribuição das mulheres, e descarta a possibilidade de tomadas de decisão autônomas por parte das mulheres em relação à procriação, que é referida como “o crescimento natural da população”. Ele comenta que “o capitalista pode tranquilamente deixar o cumprimento desta condição ao instinto de autopreservação e ao instinto de perpetuação dos trabalhadores” (MARX, 1990, p. 718) – uma contradição com o comentário anteriormente citado sobre o descuido dos deveres maternos por parte das mulheres trabalhadoras das fábricas, o que equivale pratica-



mente ao infanticídio. Ele também sugeriu que o capitalismo não depende da capacidade reprodutiva das mulheres para sua própria expansão, dada a constante criação de excedentes populacionais a partir das revoluções tecnológicas.

Na tentativa de explicar a cegueira de Marx sobre a onipresença do trabalho reprodutivo, que devia se desdobrar diariamente sob seus olhos em sua própria casa, enfatizei em ensaios anteriores sua ausência nas casas proletárias na época em que ele escreve, uma vez que a fábrica empregava a família inteira do momento em que o sol nascia até ele se pôr¹⁹. O próprio Marx sugere esta conclusão quando, citando um médico enviado pelo governo inglês para avaliar o estado de saúde dos distritos industriais, observou que o fechamento dos moinhos de algodão causados pela Guerra de Secessão americana tinha pelo menos um benefício. As mulheres

“dispõem agora de tempo necessário para amamentar seus filhos, em vez de envenená-los com Godfrey’s Cordial (um tipo de narcótico). Elas têm tempo para aprender a cozinhar. Infelizmente, o tempo para dedicar-se às tarefas da cozinha coincidia com momentos em que não tinham o que comer [...] A crise a que nos referimos também era usada para ensinar as filhas dos trabalhadores a costurar nas escolas. Foi necessário que uma revolução surgisse na América do Norte, e que uma crise mundial fosse desencadeada, para que algumas garotas trabalhadoras pudessem aprender a costurar, cujo trabalho consistia em fiar para o mundo inteiro!” (MARX, 1990, p. 517-518).

Mas a redução abismal do tempo e dos recursos necessários para a reprodução dos trabalhadores que Marx documentou não era uma condição universal. Os funcionários da fábrica eram apenas 20 a 30% da população de mulheres trabalhadoras. Mesmo entre elas, muitas mulheres abandona-

19 FEDERICI, S. *Revolution at Point Zero. Housework, Reproduction and Feminist Struggle*. Oakland: PM Press, 2012, p. 94.



vam o trabalho de fábrica quando tinham filhos. Além disso, como vimos, o conflito entre o trabalho fabril e os “deveres reprodutivos” das mulheres era um problema-chave na época de Marx, como demonstram os relatórios fabris que ele citou e as reformas que produziram.

Por que, então, essa exclusão sistemática? E por que Marx não pôde perceber que o impulso parlamentar para reduzir o trabalho fabril de mulheres e crianças abrigava uma nova estratégia de classe que mudaria o curso da luta de classes?

Sem dúvida, parte da resposta é que, como os economistas políticos clássicos, Marx não considerava as tarefas domésticas como um tipo de trabalho historicamente determinado, com uma história social específica, mas como uma força natural e uma vocação feminina, um dos produtos dessa grande “despensa” que a terra é para nós, como argumentou. Quando, por exemplo, ele comentou que o trabalho em excesso e a fadiga produziam um “estranhamento não natural” entre as mulheres trabalhadoras das fábricas e seus filhos (MARX, 1990, p. 521), apelou para uma imagem de maternidade em consonância com uma concepção naturalizada dos papéis de gênero. Possivelmente contribuiu para isso que, na primeira fase do desenvolvimento capitalista, o trabalho reprodutivo da mulher estava, segundo a sua terminologia, “formalmente subsumido” na produção capitalista²⁰, isto é, não tinha sido moldado para se adaptar às necessidades específicas do mercado de trabalho. Sim, um teórico tão poderoso e historicamente orientado como Marx deveria ter percebido que o trabalho doméstico, ape-

20 Marx usa o conceito de subsunção “formal” versus subsunção “real” para descrever o processo pelo qual o capital na primeira fase da acumulação capitalista se apropria do trabalho “tal como se encontra”, “sem qualquer modificação da natureza real do processo de trabalho” (MARX, 1990, p. 1021). Por contraste, existe uma subsunção real quando o capital molda o trabalho/produção para seus próprios fins.



sar de ter *aparecido* como uma atividade do passado, que satisfazia puramente “necessidades naturais”, sua forma era na realidade uma forma de trabalho historicamente específica, produto da separação entre produção e reprodução, trabalho remunerado e não remunerado, que nunca existiram em sociedades pré-capitalistas ou sociedades não reguladas pela lei do valor de troca. Depois de ter advertido contra a mistificação produzida pela relação salarial, deveria ter visto que, desde a sua criação, o capitalismo subordina atividades reprodutivas – na forma de trabalho feminino não remunerado – à produção de força de trabalho e, conseqüentemente, o trabalho não remunerado que os capitalistas extraem dos trabalhadores é muito mais conspícuo do que o extraído durante a jornada de trabalho remunerado, pois inclui as tarefas domésticas não remuneradas das mulheres, reduzidas inclusive a um mínimo.

O silêncio de Marx sobre o trabalho doméstico foi por que, como se sugeriu, ele “não considerava que as forças sociais fossem capazes de conduzir o trabalho doméstico em uma direção revolucionária” (Cleaver, 2000)? Esta é uma questão legítima se “lemos Marx politicamente”²¹ e consideramos que suas teorizações sempre se preocupavam com suas implicações organizacionais e suas potencialidades.²² Abre-se a possibilidade de que ele manteve reservas sobre a questão das tarefas domésticas porque temia que a atenção dada a esse trabalho fizesse o jogo das organizações de trabalhadores e dos reformistas burgueses que glorificavam o trabalho doméstico para excluir as mulheres do trabalho fabril. Mas, nos anos 1850 e 1860, as tarefas domésticas e a família já estavam há décadas no centro de uma discussão acalorada entre socialistas, anarquistas e um movimento fe-

21 Aqui me refiro ao trabalho de Harry Cleaver, *Reading Capital Politically* (2000).

22 Esse é um ponto que Negri insiste em *Marx Beyond Marx* (1991).



minista emergente, e se experimentavam reformas no lar e nas tarefas domésticas.²³

Devemos concluir, portanto, que seu desinteresse pelo trabalho doméstico tem raízes mais profundas, decorrentes tanto da naturalização como da desvalorização desse, o que, aparentemente, o tornou – em comparação com o trabalho industrial – uma forma arcaica que em breve seria superada pelo progresso da industrialização. Seja como for, a consequência da falta de teorização de Marx sobre o trabalho doméstico é que sua *explicação da exploração capitalista e sua concepção de comunismo ignoram a atividade mais difundida do planeta e uma das principais causas das divisões dentro da classe trabalhadora.*

Há um paralelo aqui com o lugar da “raça” na obra de Marx. Embora reconhecesse que “o trabalho dos brancos não pode emancipar-se onde o trabalho dos negros é escravizado” (MARX, 1990, p. 414), não deu muito espaço em suas análises ao trabalho escravo e ao uso do racismo para reforçar e naturalizar uma forma de exploração mais intensa. Seu trabalho, portanto, não podia desafiar a ilusão – dominante no movimento socialista – de que o homem branco assalariado representava os interesses de toda a classe trabalhadora – uma mistificação que, no século XX, levou lutadores anticoloniais a concluir que o marxismo era irrelevante para sua luta.

Mais perto de casa, Marx não antecipou que as formas brutais de exploração que ele tão fervorosamente descreveu logo seriam parte do passado, pelo menos em grande parte da Europa. Ameaçada pela guerra entre as classes e a possível extinção da força de trabalho, a classe capitalista, em conluio com algumas organizações de trabalhadores, iniciaria um novo curso estratégico, aumentando o investimento na reprodução da força de trabalho e o salário dos trabalhadores homens, enviando as mulheres de volta para casa para fazer

23 A esse respeito, ver o trabalho de Dolores Hayden, *The Grand Domestic Revolution* (1985).



tarefas domésticas e, nesse processo, mudando o curso da luta de classes.

Embora Marx fosse consciente do grande desperdício de vida que o sistema capitalista produzia e estivesse convencido de que o movimento de reforma fabril não procedia de inclinações humanitárias, ele não percebeu que o que estava em jogo na “legislação protetora” era mais do que uma reforma do trabalho da fábrica. Reduzir as horas de trabalho das mulheres foi o caminho para uma nova estratégia de classe, que recolocava as mulheres proletárias no lar para produzir não mercadorias físicas, mas trabalhadores.

Através dessa estratégia, o capital conseguiu dissipar a ameaça de insurgência da classe trabalhadora e criar um novo tipo de trabalhador: mais forte, mais disciplinado, mais resiliente, mais apto a tornar seus os objetivos do sistema; o tipo de trabalhador, de fato, que considera os requisitos da produção capitalista como “as leis naturais mais lógicas” (MARX, 1990, p. 899). Esse foi o tipo de trabalhador que permitiu que o capitalismo britânico e norte-americano na virada do século passasse da indústria leve para a indústria pesada, da indústria têxtil para a indústria siderúrgica, da exploração com base na extensão da jornada de trabalho a uma baseada na intensificação da exploração. Isso implica que a criação da família trabalhadora e da dona de casa proletária em tempo integral foram uma parte essencial e uma condição da transição de um excedente absoluto para um excedente relativo. Nesse processo, as tarefas domésticas passaram por um processo de “subsunção real”, tornando-se pela primeira vez objeto de uma iniciativa estatal específica que as ligou mais fortemente à necessidade do mercado de trabalho e à disciplina do trabalho capitalista.

Em consonância com o auge da expansão imperial britânica (que trouxe muitas riquezas ao país, aumentando os salários dos trabalhadores), essa inovação não pode ser atri-



buída apenas à pacificação da força de trabalho. Mas foi um acontecimento de época, que inaugurou a estratégia que mais tarde culminou com o fordismo e o *New Deal*, pelos quais a classe capitalista investiria na reprodução de trabalhadores para adquirir uma força de trabalho mais disciplinada e produtiva. Este foi o *deal* que se estendeu até a década de 1970, quando o surgimento internacional da luta das mulheres e do movimento feminista deram um ponto final a ele.

2. Feminismo, Marxismo e a questão da “reprodução”

Enquanto Marx, como propulsor da “emancipação das mulheres” mediante sua participação na produção social, entendida em grande medida como trabalho industrial, inspirou gerações de socialistas um novo Marx foi descoberto nos anos 1970 pelas feministas que em revolta contra as tarefas domésticas, a domesticidade e dependência econômica aos homens, voltaram-se ao seu trabalho em busca de uma teoria capaz de explicar as raízes da opressão da mulheres a partir de uma perspectiva de classe. O resultado foi um revolução teórica que mudou tanto o marxismo quanto o feminismo.

A análise de Mariarosa Dalla Costa sobre o trabalho doméstico como elemento chave na produção da força de trabalho²⁴, a localização de Selma James da dona de casa em um *continuum* com os “não assalariados do mundo”²⁵ – aqueles que, ainda assim, foram centrais no processo de acumulação de capital –, a redefinição por outras ativistas do movimento da relação salarial como instrumento para a naturalização de áreas inteiras de exploração, e a criação de novas hierarquias dentro do proletariado: todos esses desenvolvimentos teóri-

24 Cf. DALLA COSTA, M. Women and the Subversion of the Community. In: DALLA COSTA, M.; JAMES, S. *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Bristol: Falling Wall Press, 1975.

25 Cf. JAMES, S. *Sex, Race and Class*. Bristol: Falling Wall Press, 1975.



cos e as discussões que eles geraram foram descritos na ocasião como o “debate sobre o lar”, supostamente centrado na questão de saber se as tarefas domésticas são produtivas ou não. Mas esta é uma grande distorção. O que foi redefinido ao perceber-se a centralidade do trabalho não remunerado das mulheres no lar, no que diz respeito à produção da força de trabalho, não era apenas o trabalho doméstico, mas a natureza do capitalismo e a luta contra ele.

Não surpreende que a discussão de Marx sobre a “reprodução simples” foi uma iluminação teórica nesse processo, tal como a confirmação de nossa suspeita de que a classe capitalista nunca teria permitido que tanto trabalho doméstico sobrevivesse se não tivesse visto a possibilidade de explorá-lo. Ler que as atividades que reproduzem a força de trabalho são essenciais para a acumulação capitalista trouxe à luz a dimensão de classe de nosso rechaço. Mostrou que este trabalho depreciado, sempre naturalizado, sempre desdenhado pelos socialistas como retrógrado, foi, na realidade, o pilar da organização capitalista do trabalho. Isso resolveu a questão controversa da relação entre gênero e classe, e nos deu ferramentas para conceituar não só a função da família, mas a profundidade do antagonismo de classe nas raízes do capitalismo. Do ponto de vista prático, confirmou que, como mulheres, não precisaríamos nos unir aos homens da fábrica para fazer parte da classe trabalhadora e realizar uma luta anticapitalista. Poderíamos lutar autonomamente, começando com o nosso próprio trabalho em casa, como o “centro nervoso” da produção de força de trabalho.²⁶ E a nossa luta tinha que ser travada primeiro contra os homens das nossas famílias, uma vez que, através dos salários dos homens, do casamento e da ideologia do amor, o capitalismo permitiu

26 Cf. FORTUNATI, L. *The Arcane of Reproduction. Housework, Prostitution, Labor and Capital*. Trad. de Hilary Creek. Brooklyn: Autonomedia, 1997.



que os homens dirigissem nosso trabalho não remunerado e disciplinassem nosso tempo e espaço.

Ironicamente, então, nosso encontro com Marx e nossa apropriação de sua teoria sobre a reprodução da força de trabalho, de alguma maneira consagrando a importância de Marx para o feminismo, também nos deu evidências conclusivas de que devíamos colocar Marx de ponta cabeça e começar nossa análise e nossa luta precisamente a partir da “fábrica social” que ele havia excluído de seu trabalho.

Descobrir a centralidade do trabalho reprodutivo para a acumulação de capital também levou à pergunta de qual seria a história do desenvolvimento do capitalismo se não fosse compreendida do ponto de vista da formação do proletariado assalariado, mas do ponto de vista das cozinhas e quartos onde a força de trabalho é produzida diariamente, geração após geração.

A necessidade de uma perspectiva de gênero para a história do capitalismo - para além da “história das mulheres” ou da história do trabalho assalariado - é o que me levou, entre outras coisas, a repensar a explicação de Marx sobre a acumulação originária e para descobrir a caça às bruxas nos séculos XVI e XVII como um momento fundacional na desvalorização do trabalho das mulheres e no surgimento de uma divisão do trabalho sexual especificamente capitalista.²⁷

A percepção simultânea de que, ao contrário da antecipação de Marx, a acumulação originária tornou-se um processo permanente também coloca em questão sua concepção sobre a relação necessária entre capitalismo e comunismo. Ela invalidou a visão de Marx sobre a história em termos de estágios, em que o capitalismo é retratado como o purgatório que pre-

27 Cf. FEDERICI, S. *Caliban and the Witch. Women, the Body and Primitive Accumulation*. Brooklyn: Autonomedia, 2004.



cisamos habitar enfrentando o mundo da liberdade e o papel libertador da industrialização.

O surgimento do ecofeminismo, que conectou a desvalorização das mulheres e da reprodução por parte de Marx com sua visão de que a missão histórica da humanidade é o domínio da natureza, fortaleceu nossa posição. Especialmente importantes foram as obras de Maria Mies (1986) e Ariel Salleh (1997), que mostraram que o ato de Marx de apagar as atividades reprodutivas não é acidental, contingente das tarefas que ele atribuiu ao *O Capital*, senão sistêmica. Como observa Salleh, tudo em Marx estabelece que o que é criado pelo homem e a tecnologia tem um valor maior: a história começa com o primeiro ato de produção, os seres humanos realizam a si mesmos através do seu trabalho. Uma medida da realização de si é a sua capacidade de dominar a natureza e adaptá-la às necessidades humanas. E todas as atividades transformadoras positivas são concebidas no masculino: o trabalho é descrito como pai, a natureza como mãe, a terra também é concebida como feminina (SALLEH, 1997, p. 72-76). *Madame la Terre*, a chama Marx, em oposição à *Monsieur le Capital*.

As ecofeministas demonstraram que existe uma conexão profunda entre o desdém das tarefas domésticas, a desvalorização da natureza e a idealização do que a indústria e a tecnologia humana produzem.

Este não é o espaço para refletir sobre as raízes do olhar antropocêntrico. Basta dizer que o grande erro de cálculo que Marx e as gerações dos marxistas socialistas têm cometido em relação aos efeitos liberadores da industrialização hoje são muito óbvios. Hoje em dia, ninguém ousaria sonhar, como August Bebel fez em *Woman Under Socialism*, com o dia em que toda a comida fosse produzida quimicamente e em que “todos carregariam uma pequena caixa de produtos químicos no bolso para satisfazer a necessidade de nutrientes de



lipídios, gorduras e carboidratos, independentemente da hora do dia ou da estação do ano” (BEBEL, 1910, p. 287-288).

À medida que a industrialização devora a terra e os cientistas ao serviço do desenvolvimento do capitalismo estão brincando com a produção da vida fora dos corpos das mulheres, a ideia de ampliar a industrialização para todas as nossas atividades reprodutivas é um pesadelo pior do que o que estamos experimentando com a industrialização da agricultura.

Não é surpreendente que, em círculos radicais, tenhamos testemunhado uma “mudança de paradigma”, enquanto a esperança estabelecida na Máquina como uma força para o “progresso histórico” é substituída por uma reorientação do trabalho político sobre questões, valores e relações vinculados à reprodução de nossas vidas e a vida dos ecossistemas em que vivemos.

Foi-nos dito que, nos últimos anos de sua vida, Marx reconsiderou sua perspectiva histórica e, ao ler sobre as comunidades igualitárias e matrilineares do nordeste da América, começou a reconsiderar sua idealização do desenvolvimento industrial e capitalista e valorizar a força das mulheres.²⁸

Não obstante, o olhar prometeico sobre o desenvolvimento tecnológico promovido por Marx e toda uma tradição marxista, longe de perder o seu apelo, está de volta. Nele, a tecnologia digital desempenha para alguns o mesmo papel emancipador que Marx atribuiu à automação, de modo que o mundo da reprodução e dos trabalhos de cuidado, que as feministas valorizaram como um terreno de transformação e luta, encontra-se novamente sob o risco de serem privados de importância.

É por isso que, embora Marx tenha dedicado pouco espaço às teorias de gênero em seu trabalho e, supostamen-

28 Sobre esse tópico, ver o *The Ethnological Notebooks de Marx*, tal como discutido por Heather Brown (2012), capítulos 6 e 7.



te, tenha mudado parte de sua perspectiva em seus últimos anos, ainda é importante discuti-las e enfatizar, como tentei fazer neste trabalho, que seus silêncios a esse respeito não são descuidado, mas o sinal do limite que seu trabalho teórico e político não pode superar, mas que nós devemos fazê-lo.

Referências bibliográficas

BEBEL, A. *Woman and Socialism*. Nova York: The Co-Operative Press, 1910.

BOCK, G. e DUDEN, B. Labor of love – Love as labor: On the genesis of housework in capitalism”. In: ALTBACK, E. H. (ed.). *From Feminism to Liberation*. Cambridge: Schenkman Publishing Company, Inc., 1980, p. 153-192.

BROWN, H. A. *Marx on Gender and the Family. A Critical Study*. Leiden- Boston: Brill, 2012.

CLEAVER, H. *Reading Capital Politically*. Leeds: Anti/Theses, 2000.

CUSTER, P. *Capital Accumulation and Women’s labor in Asian Economies*. Nova York: Monthly Review Press, 2012.

DALLA COSTA, M. Women and the Subversion of the Community. In: DALLA COSTA, M. e JAMES, S. *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Bristol: Falling Wall Press, 1975.

ENGELS, F. *The Condition of the Working-Class in England*. Moscow: Progress Publishers, 1980.

FEDERICI, S. *Caliban and the Witch. Women, the Body and Primitive Accumulation*. Brooklyn: Autonomedia, 2004.

_____. *Revolution at Point Zero. Housework, Reproduction and Feminist Struggle*. Oakland: PM Press, 2012.

_____. *Marxism, Feminism, and the Construction of the Commons*. In: BRINCAT, S. (ed.). *Communism in the 21st Century*. Vol. 1 *The Father of Communism. Rediscovering Marx’s Ideas*. Oxford: Praeger, 2014, p. 171-194.

FOLBRE, N. *The Unproductive Housewife: Her Evolution in*

Nineteenth- Century Economic Thought. *Signs* 16/3, n. 3, v. 16, 1991, p. 463-483.

FORNUNATI, L. *The Arcane of Reproduction. Housework, Prostitution, Labor and Capital.* Trad. de Hilary Creek. Brooklyn: Autonomedia, 1997.

JAMES, S. *Sex, Race and Class.* Bristol: Falling Wall Press, 1975.

GIMENEZ, M. E. *Capitalism and the Oppression of Women: Marx Revisited.* *Science and Society*, 69:1, 2005, p. 11-32.

HAYDEN, D. *The Grand Domestic Revolution.* Cambridge: MIT Press, 1985.

HENNINGER, M. *Poverty, Labour, Development: Toward a Critique of Marx's Conceptualizations.* In: VAN DER LINDEN, M. e ROTH, K. H. (eds.), *Beyond Marx. Theorising the Global Labour Relations of the Twenty-First Century.* Leiden-Boston: Brill, 2014, p. 281-304.

HOLMSTROM, N. *A Marxist Theory of Women's Nature.* In: _____. (ed.). *The Socialist Feminist Project. A Contemporary reader in Theory and Politics.* Nova York: Monthly Review, 2002a, p. 360-376.

_____. (ed.). *The Socialist Feminist Project. A Contemporary reader in Theory and Politics.* Nova York: Monthly Review, 2002b.

KRADER, L. (ed). *The Ethnological Notebooks of Karl Marx.* Assen: Van Gorkum e Co. B. V., 1974.

LEVINE FRADER, L. *Women in the Industrial Capitalist Economy.* In: BRIDENTHAL, R.; KOONZ, C.; STUARD, S. (eds.). *Becoming Visible, Women in European History.* Boston: Houghton Mifflin Co., 1987, p. 309-331.

LOWN, J. *Women and Industrialization: Gender at Work in Nineteenthcentury England.* Cambridge: Polity Press/Minneapolis, University of Minnesota Press, 1990.

MARSHAL, A. *Principles of Economics. An Introductory Volume.* Londres: MacMillan and Co., Ltd., 1938.

- MARX, K. *The 18th of Brumaire of Louis Bonaparte*. Nova York: International Publishers, 1968.
- _____. *Theories of Surplus Value, Part 1*. Moscou: Progress Publishers, 1969.
- _____. *The Grundrisse. Foundations of the Critique of Political Economy*. Translated with a Foreword by Martin Nicolaus. Harondworth: Penguin, 1973.
- _____. *Capital, Vol. 1*. London: Penguin, 1990.
- _____. *Capital, Vol. 2*. London: Penguin, 1990.
- _____. *Capital, Vol. 3*. London: Penguin, 1990.
- _____. e ENGELS, F. *The Communist Manifesto*. London: Penguin Classics, 1967.
- _____. *The German Ideology*. Edited by C. J. Arthur. Nova York: International Publishers, 1988.
- MIES, M. *Patriarchy and Accumulation on a Large Scale*. Londres: Zed Books, 1986.
- NEGRI, A. *Marx Beyond Marx. Lesson on the Grundrisse*. Trad. de Henry Cleaver. Brooklyn: Autonomedia, 1991.
- MOJAB, S. (ed.). *Marxism and Feminism*. Londres: Zed Books, 2015.
- PINCHBECK, I. *Women Workers and the Industrial Revolution. 1750-1850*. Nova York: F. S. Crofts e Co., 1930.
- SALLEH, A. *Ecofeminism as Politics. Nature, Marx and the postmodern*. Londres: Zed Book, 1997.
- SECCOMBE, W. *Patriarchy stabilized: The Construction of the Male Breadwinner Wage Norm in Nineteenth-Century Britain*. *Social History* 11 (1986), p. 53-76.
- SRAFFA, P. *Production of Commodities by Means of Commodities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- _____. *Weathering the Storm. Working Class Families from the Industrial Revolution to the Fertility Decline*. Londres: Verso, 1993.
- SCOTT, J. W. *Gender and the Politics of History*. Nova York: Columbia University Press, 1988.





Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa¹

Susan Ferguson

Resumo: Em sua busca por capturar a natureza contraditória e constituída por muitas camadas das subjetividades e das posições sociais através de uma perspectiva que insiste no caráter dinâmico e complexo do social, o feminismo interseccional tem inspirado as feministas marxistas a levar o feminismo da reprodução social para além da preocupação estreita das relações gênero/classe. Ainda assim, mesmo suas articulações politicamente mais radicais, não alcançam uma teorização completa da lógica integrativa que defendem. Esse artigo explora as raízes dessa teorização insuficiente, e sugere que ao compreender o social como constituído pela atividade humana prática cujo objeto (o mundo social e natural) é organizado de maneira capitalista, o feminismo da reprodução social ressalta a relação dialética entre o todo capitalista e suas diferentes partes. O desafio para o feminismo marxista é adotar esta abordagem dialética apoiando-se nos insights do feminismo interseccional para capturar de maneira mais convincente a unidade de um todo social complexo e diverso.

Introdução

As teorias feministas antirracistas e interseccionais evocam uma imagem inclusiva e integrativa do social, que tem

¹ Artigo originalmente publicado em *Historical Materialism*, v. 24, n. 2, 2016, com tradução publicada no Cadernos Cemarx. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/2938/2225>



inspirado muitas análises ricas e nuançadas de maneiras distintas, algumas vezes contraditórias, em que as relações de poder se tecem no interior e através das experiências cotidianas. Tal leitura complexa leva a teoria feminista muito além do essencialismo abstrato e das análises binárias. Não obstante, desde as primeiras formulações do feminismo interseccional, críticos e apoiadores questionaram a coerência do quadro teórico – apontando a dificuldade de teorizar as maneiras em que diferentes relações parciais de gênero, raça, sexualidade, e assim por diante, abrangem um todo integral unificado².

Feministas que adotaram a perspectiva da reprodução social também se esforçaram para articular e explicar a experiência *diferenciada-mas-unificada* das múltiplas opressões. Elas inclinaram-se a conceituar o social de maneira estreita, frequentemente em termos estruturalistas que privilegiam as relações de gênero e de classe acima das outras³. Sem escusar essa resistência em teorizar relações como as de raça, de colonização e de *queerness*, quero voltar nossa atenção para o potencial do feminismo da reprodução social de ir além de suas limitações herdadas⁴. Sugiro que esse potencial do feminismo da reprodução social assenta-se na compreensão ampla e complexa do trabalho como uma “unidade concreta”, uma categoria ontológica que captura – e uma experiência vivida que medeia e produz – uma totalidade contraditória, histórica e ricamente diferenciada. Esse conceito multidimensional do trabalho (ou da atividade humana prática) convida a uma compreensão dialética do social que pode nos

2 Ver Anthias, 2012; Davis, 2008; Dhamoon, 2011; Kerner, 2012; Nash, 2008; Simien and Hancock, 2011.

3 Ver Ferguson, 1999, 2008; Luxton, 2007; Luxton et al, 2014.

4 Para diferentes abordagens racializando o feminismo da reprodução social ver Arat Koc, 2006; Bakker e Silvey, 2008; Ferguson e McNally, 2014; e Hennessey, 2013.



levar além da rigidez estreita das perspectivas estruturalistas sem esbarrar nos enigmas colocados pelo feminismo interseccional. Ele nos permite, em outras palavras, desenvolver uma teoria rigorosamente integrativa do social.

Uma apreciação crítica do feminismo interseccional

O feminismo interseccional distingue-se por seus esforços combinados para “lidar com a desorganização da subjetividade” (NASH, 2008, p. 4), como entende-se o que ocorre no interior de um campo complexo de relações sociais, nas quais cada e todo eixo de opressão converge com, e diverge de, todo outro eixo de opressão. Descritivamente flexível e profundamente ressonante, ele é frequentemente evocado como um “chavão” ou um “dispositivo heurístico” (DAVIS, 2008, p. 68). Ainda assim, sua ubiquidade não impediu suas críticas (em grande parte, dentro de suas próprias fileiras) de avançar um projeto atual de “explicação, questionamento e desenvolvimento”⁵ (ACKERLY e MCDERMOTT, 2012, p. 367), colocando indagações sobre sua coerência metodológica e ontológica: como identifica-se quais opressões são salientes e sob quais condições sociais? As opressões são melhores concebidas como identidades ou posições sociais? São as opressões irreduzíveis, expressões de distintas ontologias? Como, precisamente, os vários eixos de opressão se interseccionam? Há alguma força social que compele e molda essa interação? Se sim, qual é, e por quê?

De acordo com Yuval-Davis, respostas a essas questões caem em dois “campos”⁶ (YUVAL-DAVIS, 2006, p. 195). O primeiro adere a um modelo “aditivo” ou “cumulativo” no

5 Ver Davis, 2008, p. 75 para uma breve perspectiva sobre a literatura. Ver também Butler, 1990; Bannerji, 2005; McCall, 2005; Nash, 2008; Winker e Degele, 2011.

6 Uso as aspas aqui para enfatizar que as integrantes de cada campo não inserem-se ou defendem rigidamente as distinções traçadas por Yuval-Davis.

qual as opressões existentes interseccionam sob certas condições históricas para produzir um sujeito “que carrega um fardo múltiplo” (NASH, 2008, p. 6-7). Kimberlé Crenshaw pertence a esse “campo”, retratando o social em termos espaciais, no qual, para usar seu exemplo, o cruzamento das ruas do colonialismo e do patriarcado representa um nó de múltiplas opressões. Identidades e experiências aqui emergem a partir dos espaços e tempos sócio-específicos que não podem ser explicados redutivamente por uma lógica singular e global (CRENSHAW, 1989). Antes de compreender suas diferentes dinâmicas opressivas e articular os meios e os objetivos de se resistir à opressão, se requer uma investigação sócio-histórica e um juízo politicamente informado. Uma abordagem como essa revela relações de poder que, de outro modo, estariam ocultas e pode – como sugeriram Crenshaw e suas co-editoras em um simpósio recente sobre feminismo interseccional – “criar uma conexão em torno de experiências compartilhadas de discriminação, marginalização e privilégio” (CARBADO et al, 2013, p. 206).

Assim, a análise nesse “campo” tende a concentrar-se no nível micro, apresentando investigações empíricas que revelam quais relações opressivas estão em jogo, e como e por que elas exercem influência em um determinado momento sócio-histórico. Dinâmicas mais amplas informando a emergência e a atual reprodução sistêmica de relações opressivas não são geralmente reconhecidas ou examinadas. Perspectivas aditivas raramente se perguntam por que ou como as relações opressivas moldam as diferentes experiências e identidades nodais da maneira como o fazem – se há algo específico em seu posicionamento sócio-histórico que limita a variedade das possíveis configurações. Ao invés disso, Colonialismo e Patriarcado aparecem como independentes, pré-existentes, elementos trans-históricos da realidade, partes de um campo aparentemente abstrato que, de alguma



forma, entram em contato um com o outro. Patriarcado e colonialismo podem se interseccionar, mas eles são concebidos como sistemas ontologicamente distintos⁷. Eles se combinam para criar uma realidade mais ampla, mas não são, eles mesmos, constitutivos e constituídos por essa realidade. A possibilidade de uma lógica sistêmica condicionando configurações particulares de experiências múltiplas de opressão simplesmente não é investigada.

Como conceituamos o social importa para o desenvolvimento de estratégias políticas efetivas. A totalidade social complexa e diferenciada avançada pelo feminismo interseccional sugere que uma política transformadora requer movimentos cruzados de solidariedade política – uma posição que é regularmente contraposta aos argumentos marxistas grosseiros, que demandam a priorização de uma política construída em uma concepção estreita de classe, que se sobrepõe às políticas dos movimentos. Contudo, um modelo aditivo deixa de mostrar a necessidade lógica e histórica da solidariedade que apoia. Ao invés disso, pode contar apenas com apelos morais para que se respeite as diferenças e se reconheça “as experiências compartilhadas de discriminação”. Um argumento mais convincente sobre a solidariedade demanda uma concepção de uma natureza diversa-mas-unificada do poder, uma que ilustre como as opressões, que algumas vezes contradizem umas às outras, também mantêm sistematicamente um mundo não livre e punitivo. Ao explicar que os sujeitos oprimidos compartilham mais do que experiências de discriminação – que eles coletivamente constituem (e podem, portanto, coletivamente enfrentar) um conjunto abrangente de relações de poder –, uma robusta teoria do todo social desvela uma lógica *sócio-material* para solidariedade.

7 Ver Dhamoon, 2011, p. 233; Nash, 2008, p. 6-7; e Yuval-Davis, 2006, p. 197-198, para o desenvolvimento dessas críticas. Ver o argumento de Carbado et al, 2013, p. 308 para uma refutação parcial.

O segundo “campo” dentro do feminismo interseccional vai, de certa maneira, no sentido de uma teorização das relações de poder nesses termos. O modelo “constitutivo” propõe que raça, gênero, sexualidade e classe não existem previamente, em qualquer forma fixa, mas estão continuamente se reinventando em suas relações umas com as outras (YUVAL-DAVIS, 2006, p. 195). A imagem do *enredamento* no qual as distintas opressões habitam umas às outras suplanta as metáforas dos mapas das ruas, e o objetivo analítico muda de uma descrição da complexidade das experiências opressivas para a explicação de sua emergência, dinâmica e reprodução (YUVAL-DAVIS, 2006, p. 195). Ademais, alguns dentro desse “campo” concentram-se na totalidade social, ressaltando que o poder reside não apenas no interior das várias relações parciais, mas entre elas, evidenciando suas conexões integrais. “Sistemas distintos de opressão [...] são partes de uma estrutura global de dominação”, escreve Patrícia Hill Collins, complementando que “cada sistema precisa dos outros para funcionar” (HILL COLLINS, 1990, p. 222).

Teorizar essas relações de poder mais abrangentes é uma prioridade para aqueles que tem como objetivo repolitizar um paradigma que tem sido desradicalizado pelo feminismo *mainstream* e acadêmico. Dhamoon, por exemplo, adverte contra a tendência a impor uma estabilidade categórica e reificar qualquer configuração particular das diferenças, insistindo em um foco “sobre o que a interação [entre práticas de generificação, racialização, etc.] revela sobre o poder” (DHAMOON, 2011, p. 234). De maneira semelhante, Floya Anthias insiste que qualquer movimento social está “inserido em relações de hierarquia no interior de uma multiplicidade de esferas situacionais e conjunturais específicas”, e sugere que “lentes translocais” podem ressaltar o “panorama do poder” mais amplo sem perder de vista o contexto espacial e temporal imediato. Ela rejeita a noção de “sistemas” sociais



ontologicamente distintos que “interseccionam” enquanto, não obstante, mantém uma compreensão da particularidade das opressões, insistindo que gênero, raça e outras relações são “salientes” ou tem “uma efetividade” em si mesmas, e por si mesmas, no interior desse panorama. Ao mesmo tempo, cada uma é “mutuamente interativa” e impossível de dissociar na realidade (ANTHIAS, 2012, p. 130).

Aqui, portanto, encontramos concepções abertas do social que parecem evitar as dificuldades da perspectiva aditiva. Gênero, raça e classe não são relações estáticas, pré-existentes no interior de um campo social abstrato, mas práticas e processos que herdamos, experienciamos e criamos no interior de uma constelação ampla de relações de poder. E o olhar analítico move-se entre os processos cotidianos nos quais, e através dos quais, reproduzimos a realidade e o contexto social mais amplo. Não obstante, a despeito de sua promessa, essa abordagem constitutiva também tem dificuldades para explicar a lógica social da relação entre as opressões particulares, interdependentes, e a totalidade social que integram. Essa totalidade é, em outras palavras, sub-teorizada.

Algumas, no interior do “campo” constitutivo simplesmente assumem como uma noção fragmentada dada do social na qual a raça pode estar “enredada” no gênero e na classe, mas é, em última instância, um sistema discreto (YUVAL-DAVIS, 1995, p. 195). É certo que as opressões são irredutíveis no sentido de que não são idênticas. Mas insistir simplesmente em sua irredutibilidade – sem postular ou explorar uma relação interna entre relações parciais e a totalidade social – é deixar de retornar essas categorias abstratas ao âmbito desordenado – *mas-unificado* da experiência⁸.

⁸ Bem entendido, não estou sugerindo que os sujeitos experienciam o mundo com qualquer tipo de coerência necessária. Suas experiências são unificadas, todavia, no sentido de que não experienciam, por exemplo, ser branca e mulher em um momento e espaço, e ser queer e expropriada, em outro. As



Isso resulta, em outras palavras, em uma perspectiva unilateral e abstrata da realidade, tratando aquilo que é *analiticamente* discreto como *realmente* discreto.

Outras nesse “campo” veem as relações de poder mais amplas como compostas por configurações sempre variáveis de relações parciais, reproduzidas na ausência de qualquer lógica essencial ou sistêmica. Dhamoon, por exemplo, refere-se ao “quadro mais amplo no qual as diferenças são conectadas” como “representando o movimento mutável, desordenado, *indeterminado*, dinâmico e de múltiplas camadas da produção da diferença” (DHAMMOON, 2011, p. 238-239, *grifos meus*). Anthias chega perto de nomear – e, assim, identificar a lógica social – das relações mais amplas em jogo. Advertindo contra uma “abordagem metodologicamente nacionalista”, ela chama atenção para as maneiras nas quais as diferentes opressões estão situadas em um mundo geopolítico que é, ele mesmo, hierarquizado de acordo com uma lógica “trans-local” (ANTHIAS, 2012, p. 130). Ainda assim, não é claro o que precisamente anima esse poder mais amplo. Seus leitores entendem apenas que abrange “campos sociais múltiplos e complexos [que pertencem] às facetas tanto materiais quanto discursiva das relações sociais”. Esses campos são “conjunturais”, e não produzem “nenhum resultado padrão” (ANTHIAS, 2012, p. 131; 133).

Bem entendido, a insistência na natureza mutável e aberta do todo social nos leva além da teoria social mecanicamente determinante e funcionalista. Mas por conceberem o poder como difuso e incognoscível, tais formulações podem apenas sinalizar uma lógica integrativa, afirmando sua existência sem nunca identificar as forças sociais realmente envolvidas. Como tais, essas formulações arriscam reproduzir aquilo que o feminismo interseccional pretende criticar: uma



concepção fragmentada e textualizada da realidade⁹. E, apesar de o reconhecimento de relações de poder mais amplas parecer fundamentar o chamado por solidariedade política em uma lógica sócio-material, enquanto essas relações forem indeterminadas – enquanto o todo social não exibir uma lógica sistêmica – esse chamado não tem necessariamente sujeitos ou direção. Somente quando uma dinâmica essencial integrativa é identificada como infletindo as diversas relações é que um potencial sujeito revolucionário pluralista é revelado e posicionado como o agente capaz de revirar as matrizes de poder entrelaçadas que o dominam.

Dialética e determinação

Uma perspectiva feminista que recusa do período anterior o reducionismo de sua lógica totalizante e de seu modo de teorizar tem, obviamente, seus atrativos. Mas é útil examinar mais de perto essa lógica antes de rejeitar qualquer possibilidade de dar conta de uma totalidade social determinante. A acusação de um reducionismo à classe econômica é apropriadamente levantada quando uma causalidade mecânica é invocada para explicar o mundo social em termos das atuações do capital. Nessa perspectiva, entende-se que as diferentes opressões existem porque (e são consideradas importantes na medida em que) elas são diretamente funcionais ao capitalismo. E “capitalismo” ou uma lógica de classe estreitamente definida são compreendidos como uma relação social discreta, com suas leis de movimento externamente impostas sobre todas as outras relações¹⁰. Um entendimento dialético da determinação, entretanto, não se ocupa da identificação de uma causalidade simples ou uma funcionalida-

⁹ Ver Davis, 2008. Também as “matrizes de produção de significado” de Dhamoon (2009) parecem considerar o poder primariamente em termos discursivos.

¹⁰ Ver McNally, 2015.



de, e rejeita a noção de que o todo é externo às suas partes. Ao invés disso, analisa as maneiras pelas quais aspectos do social (que são, eles mesmos, reciprocamente determinados, ou co-constituídos) relacionam-se no interior de um contexto historicamente dado, com o objetivo de revelar a lógica subjacente que estrutura essas relações. Essa é a lógica que reside no todo. Isto é, ao mesmo tempo que relações parciais (de classe, gênero, raça, etc.) determinam ou constituem umas às outras e a totalidade social, essa última, por sua vez, exhibe sua própria lógica de reprodução. E é essa lógica que estrutura ou determina – no sentido de exercer pressões reais e colocar limites reais sobre, mesmo se não as subsume completamente – todas as suas relações parciais constituintes (WILLIAMS, 1977, p. 83-89).

O social é, portanto, uma totalidade aberta e historicamente mutável, cuja lógica reprodutiva reside em todas as suas partes, mesmo se essas partes não são necessariamente ou puramente funcionais ou redutíveis ao todo. Relações sociais mais amplas, Himani Bannerji explica, “estão inseridas no desenho de toda sociedade em que vivemos. Elas informam [*in-form*] a formação social total, o que Marx chamou de ‘modo de produção’ que molda e modifica formas específicas de vida” (BANNERJI, 2014, p. 128). Esse é um todo (capitalista) unificado, mas um que é também diferenciado e contraditório. As distintas opressões não são redutíveis umas às outras, mas suas diferenças estão expressas no interior e através de (e algumas vezes excedendo) uma lógica compartilhada. Compreendida dialeticamente, portanto, uma narrativa totalizante não exclui reconhecer, entender e explicar a diferença entre suas partes constitutivas, e a co-constituição no interior de um processo total. Ela assume essas partes como integrais à reprodução social do todo, um todo que somente se constitui no interior, e através, da história concreta e real. “Capitalismo” como uma simples abstração não existe



“realmente”. Há apenas o capitalismo racializado, patriarcal¹¹, no qual a classe é concebida como uma unidade de relações diversas que produzem não apenas lucro ou capital, mas o *capitalismo*¹². Apesar de podermos (e precisarmos) pensar sobre relações discretas para entender a diferença, elas são distintas apenas abstratamente, no pensamento. Uma teoria integrativa é incompleta a menos que ela se mova dessa abstração para nomear a lógica social que informa a unidade existente, concreta, dessas relações.

O feminismo interseccional simplesmente não diferencia entre concepções dialéticas e não dialéticas de determinação e totalidade, levando seus proponentes a descartar ou sub-teorizar a lógica integrativa da totalidade social. Ambos os “campos” resistem em atribuir qualquer princípio sistêmico organizador a um todo social mais amplo: opressões se interseccionam e residem umas nas outras, mas elas o fazem, aparentemente, de maneira aleatória, sem qualquer lógica necessária. Explicar como e por que experiências diversas se interconectam de determinadas maneiras e não de outras não é apenas uma tarefa histórica, como alguns presumem¹³. É também teórica e envolve abandonar a aritmética e, ao invés disso, conceber o todo social como algo maior do que a soma de suas partes. Somente quando podemos apreender e nomear a lógica social e o dinamismo da totalidade, é que podemos entender como ou por que suas partes são mutuamente constituídas de maneiras que regularmente reproduzem certas relações e padrões sociais ou tendências, e regularmente excluem outras.

11 Obviamente essa lista é parcial.

12 Como McNally (2015, p. 135-136) explica: enquanto “determinações particulares são [...] apreendidas como constitutivas do todo do qual são partes [...] o todo é entendido como vazio e sem vida quando considerado abstraindo suas partes”.

13 Ver, por exemplo, Nash, 2008, p. 13. E eu considero ser isso o que Anthias (2012, p. 131) quer dizer ao propor que relações de poder mais amplas são “conjunturais”.



Teorizando relações integrais: feminismo da reprodução social

O feminismo da reprodução social fornece um caminho promissor para teorizar a unidade integral das relações sociais, diversas e diferenciadas, que o feminismo interseccional ressalta. Em seu núcleo está a concepção de trabalho como amplamente produtivo – criador não apenas de valores econômicos, mas da sociedade (e, portanto, da *vida*) mesma. Ele abrange “as atividades e atitudes, comportamentos e emoções, responsabilidades e relações diretamente envolvidas na manutenção diária e intergeracional da vida” (LASLETT e BRENNER, 1989, p. 382). Esse não é o “trabalho” como tem sido entendido pela economia mainstream e pelo marxismo vulgar. É, na verdade, a “atividade humana prática” que cria todas as coisas, práticas, pessoas, relações e ideias que constituem a totalidade social mais ampla – aquilo que Marx e Engels identificaram como “a primeira premissa de toda a história humana” (MARX, 1964, p. 111; MARX e ENGELS, 1932). Ao partilharmos da atividade prática humana nós (todos) partilhamos da realidade mais ampla – tanto no sentido de expressar essa realidade, quanto no de ajudar a recriá-la. Trabalho – considerado de maneira ampla – é a premissa ontológica de uma unidade integrada (embora diversa). E a despeito desse significado não ter sido sempre evidente para as feministas da reprodução social, esse paradigma nos equipa com os conceitos e a linguagem necessários para torna-lo evidente.¹⁴

¹⁴ Marx usa o termo reprodução social para se referir à regeneração global do capitalismo: às instituições e processos que permitem que as relações “produtivas” prosperem, assim como às próprias relações diretas de produção. As feministas da reprodução social tendem a usar o termo para se referir apenas àqueles processos fora das relações diretas de produção que são necessários para a sobrevivência do capitalismo (em termos gerais, a reprodução diária geracional dos trabalhadores). Meu uso se movimenta entre os dois significados, mas busca uma maior precisão através de adjetivações como “global” ou “total” quando se refere ao uso marxiano.



Ao começar com uma noção ampliada do trabalho, o feminismo da reprodução social não está simplesmente valorizando aquelas atividades e relações que até então haviam sido naturalizadas e amplamente negligenciadas. Ele está – e isto é crucial – avançando um argumento sobre a relação interna entre trabalho reprodutivo e produtivo. Esse argumento foi articulado inicialmente por Lise Vogel em seu livro *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*, de 1983. Vogel insiste que a família da classe trabalhadora não é apenas o local predominante da reprodução da força de trabalho, mas também que é a natureza interdependente (a despeito de contraditória) da relação entre o âmbito doméstico e o local de trabalho que garante que a opressão da mulher sob o capitalismo persistirá. A opressão das mulheres “gira em torno do significado social do trabalho doméstico para o capital – o fato de que a produção e a reprodução da força de trabalho é uma condição essencial que sustenta a dinâmica do sistema capitalista, tornando possível para o capitalismo reproduzir a si mesmo” (FERGUSON e MCNALLY, 2013, p. xxv). A manutenção do poder social capitalista, assim, articula-se com as buscas por maneiras de regular a reprodução social no geral, e as capacidades biofísicas das mulheres de reproduzir a próxima geração, no particular¹⁵.

Isso não é um argumento funcionalista: a necessidade que o capital tem da reprodução social do trabalho não precisa da forma familiar e da opressão das mulheres (no sentido de causar o seu vir a ser). Em um nível, o capital é agnóstico sobre como “obtem” o trabalho que explora. Assim, outras formas de reprodução social (campos de trabalho forçado, escravidão, migração, prisões) estão disponíveis a ele, ou podem ser imaginadas. Mas a existência das necessidades do capital explica porque uma instituição altamente efetiva

15 Ver Luxton, 2006.



– o âmbito doméstico privatizado – é alardeada e reforçada (através de uma legislação machista, sistemas educacionais, práticas de seguridade social, por exemplo), e, desse modo, enraizada nas sociedades capitalistas (por mais que se tenha herdado práticas das sociedades pré-capitalistas e as remodelado ao longo do tempo). É essa relação essencial entre as necessidades produtivas e reprodutivas da formação social capitalista, e não um impulso patriarcal trans-histórico, portanto, que torna a opressão das mulheres possível e provável sob o capitalismo.

As feministas da reprodução social posteriores desenvolveram e expandiram esse *insight*, explorando o papel do Estado na manutenção e complementação da família¹⁶. Por demonstrar que o Estado, o âmbito doméstico e o mercado são integralmente ligados (de maneira contraditória, mas necessária), o feminismo da reprodução social é um poderoso quadro analítico que evita as dificuldades da perspectiva aditiva. Ele nos leva muito além das meras descrições da realidade, no sentido de identificar e explicar as maneiras pelas quais a totalidade *capitalista* influte nossas instituições, interações e relações e por que práticas alternativas que desafiam as prioridades capitalistas são difíceis de se manterem. A lógica capitalista é determinante no sentido dialético da palavra: a lógica de acumulação e expropriação demanda certas relações de gênero e outras não, mesmo se essas relações podem exceder tal lógica. Ao mesmo tempo, essas relações de gênero – reciprocamente determinantes de, e determinadas por, relações raciais e outras ainda – constituem o capitalismo. Elas estão entre as forças sociais reais, a realidade vivida, através da qual a lógica de acumulação e expropriação opera.

Marx também inicia com uma concepção compreensiva de trabalho ou “da atividade humana prática” em sua

16 Ver, por exemplo, Piccio, 1992.



análise do capitalismo. Todavia, ainda que ele insista que tal atividade é sempre, e em todos os lugares, enraizada no social – “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo *no interior e através de uma forma determinada de sociedade*” (MARX, 1973, p. 29) – ele avança na exploração da socialidade sistêmica de apenas uma forma de trabalho, aquele realizado para o capital. Observando a relação essencial desse último com o capital, ele ignora em grande medida o papel do trabalho reprodutivo no interior da reprodução total do capital, tratando-o como uma consequência natural do “impulso do trabalhador para sua autopreservação e propagação” (MARX, 1976, p. 275; p. 716). A rica diversidade do trabalho e dos corpos que trabalham é, desse modo, marginalizada na teoria de Marx sobre o capitalismo. O feminismo da reprodução social restaura essa diversidade, desenvolvendo o aparato conceitual para compreender o trabalho como uma experiência diferenciada-mas-compartilhada, uma unidade diversa, concreta.

Esse avanço teórico articula a identificação não somente de formas diferentes de trabalho, mas enfatiza e problematiza a conexão de diferentes formas de trabalho e diferentes corpos: se queremos dar conta da natureza do processo através do qual a sociedade é reproduzida, especialmente *geracionalmente* reproduzida, precisamos estar atentos ao fato de que o trabalho é uma experiência concreta, corporificada. Diferenças biofísicas entre indivíduos sexuadaos masculinos e femininos são, portanto, de imensa importância. Esse não é um argumento biologicamente determinista. Essas diferenças subsistem no interior de uma “forma determinada de sociedade” que é caracterizada pelo modo capitalista de produção. Esse, por sua vez, avança a regulação do trabalho reprodutivo sobre o qual a reprodução contínua do capital depende. Essa distinção biológica um tanto crua é compreendida socialmente no interior e através de relações de gênero específicas, que tendem a manter ou reforçar a dependência do



capital de processos reprodutivos privados, precisamente por conta da dominação global do capital sobre o social.

Essa dominação é assegurada porque nós devemos trabalhar para reproduzirmos nós mesmos e o mundo, mas não podemos acessar livremente os meios dessa reprodução: o capital expropriou a vasta maioria de nós dos meios de nossa subsistência, assim como dos meios de produzi-la. Como resultado, tudo que nós fazemos para reproduzir o mundo é necessariamente condicionado pelas necessidades do capital. Ainda assim a dominação desse, não é absoluta. Precisamente porque as pessoas retêm algum controle sobre a sua reprodução social e biofísica, outros interesses e dinâmicas relacionais podem rivalizar, e de fato o fazem, com o imperativo capitalista. Lutas pelo acesso ao aborto, creches e cuidados às crianças, melhores salários, água potável, por exemplo, remodelam as relações entre trabalhadores e capital, e entre os próprios trabalhadores. Se são bem sucedidas, elas desfalam as formas patriarcais de relações, e outras ainda; se elas falham, tendem a reforçar tais relações. O que permanece notavelmente constante no capitalismo, entretanto, é a relegação da reprodução à esfera privada e a concomitante regulação dos corpos das mulheres que ela engendra. A despeito do capitalismo não ter “criado” a opressão da mulher, ele certamente fornece as condições sócio-materiais e a razão para mantê-la (de formas historicamente distintas e mutáveis, entretanto).

É claro que os corpos que trabalham não são apenas diferentemente sexuados e generificados¹⁷. Eles também são diferentemente racializados. Mas porque a racialização, diferentemente da generificação, não pode ser nem mesmo parcialmente explicada em termos de diferenças biológicas ou genéticas, precisamos considerar o que mais pode ser re-

17 Sem mencionar as diferenças de sexualidade, idade, capacidade, e assim por diante.



levante sobre os corpos que trabalham para desvelar a relação entre capitalismo e racismo (MILES, 1989, p. 70). Com muito desse trabalho ainda a ser feito, ofereço aqui apenas comentários provisórios. Como sugeri em outro lugar, parece útil pensar que os corpos que trabalham não são apenas diferentemente sexuados, eles também são diferentemente especializados em sentido tanto geográfico como social¹⁸. Todos nós nascemos e trabalhamos para reproduzir o mundo em locais sócio-históricos e geográficos específicos. E a despeito de abstratamente tais diferenças terem poucas consequências, elas são de grande importância concretamente porque esses locais são alcançados de maneira desigual pela desigual dinâmica sempre expansiva do capitalismo. Dependendo de quais espaços os diferentes corpos ocupam no interior desse sistema mundial hierárquico, eles têm um maior ou menor acesso à educação, assistência médica, mobilidade, aos locais de trabalho seguros e transporte até os mesmos, aos direitos básicos e liberdades. Como resultado, o trabalho e as vidas das pessoas são valorados de maneira diferente no interior do capitalismo desde o começo – as relações capitalistas se aproveitam e ajudam a reproduzir e remodelar essas diferenças em grande parte através de meios políticos, econômicos e sociais de racialização e racismo. Nos níveis locais, nacionais e internacionais, o Estado ajuda a administrar essa reprodução e remoldá-la. Políticas de imigração, cidadania e outras, apoiadas pelo poder policial e militar, operacionalizam e legitimam práticas racializadas de inclusão e exclusão baseadas precisamente nos diferentes espaços geográficos e sociais ocupados. Em outras palavras, o local sócio-geográfico dos corpos – e o trabalho envolvido em reproduzir socialmente esses corpos – importa: corpos iguais se tornam diferentes, e diferentemente valorados, no interior das sociedades ca-

18 Kab, 2001; ver também Ferguson, 2008.



pitalistas. Discursos e práticas de racialização e de racismo existentes são remoldados para ajudar a justificar e sistematizar essa desigualdade, assim como novos discursos e práticas são inventadas¹⁹.

O argumento aqui não é apenas que o racismo simplesmente responde diretamente à necessidade do capital de uma diferenciação do mercado de trabalho. Assim como no caso das relações de gênero, as lutas das pessoas para controlar as condições de sua própria reprodução podem alterar, e de fato o fazem, as relações raciais²⁰. Comunidades imigrantes ou racializadas podem conquistar melhor iluminação, moradia e transporte, e os protestos nas ruas podem levar a tais mudanças nas políticas. Tais conquistas (que são frequentemente mudanças graduais nas diferenciações espaciais e sociais) podem levar a mudanças políticas e regulatórias que respeitam de maneira mais justa a vida humana e a dignidade, alterando, desse modo, as relações raciais. Mas o fato de que nossos meios de reprodução social são organizados de maneira capitalista – que os trabalhadores não possuem acesso direto e comunal à moradia, subsistência, assistência médica, e assim por diante – colocam limites definitivos a essas mudanças. Esses limites são vistos por alguns marxistas como evidências da necessidade de subsumir as lutas raciais e de gênero às lutas de “classes”. Mas uma abordagem do feminismo da reprodução social enfatiza e insiste no oposto: que a conexão interna entre produção e reprodução torna tais lutas integrais à luta de classes.

19 Ver Ferguson e McNally, 2014. Ver também Farris, 2017; Arat-Koc, 2006; Glenn, 1992; e Colen, 1995. Processos de desumanização envolvem também dinâmicas psico-sociais complexas. Para uma discussão sobre a constituição psico-social de capitalismo, ver Hennessey, 2013; Wright, 2006; e Palmer, 1989.

20 Bem entendido, a questão aqui não é sobre a origem do racismo, mas sua reprodução atual.



Por que uma formação social capitalista?

Ao considerar o trabalho como corporificado, como uma prática espacialmente localizada sustentando a reprodução da totalidade social, o feminismo da reprodução social oferece uma concepção teoricamente rica do trabalho como uma unidade diversa. É diversa em sua natureza generificada, racializada, sexualizada (e assim por diante). Mas o trabalho (re)produtivo (ou atividade humana prática) é também um momento *unificador*, na medida em que todo corpo que trabalha, diversamente constituído, participa na reprodução de uma realidade social compartilhada, e é uma expressão desse todo social. Esse *insight* nos coloca em uma posição ontológica diferente daquela do feminismo interseccional – uma que evita uma lógica aditiva e conceituações indeterminadas de poder e oferece uma representação mais complexa e concreta do social. Nessa perspectiva, “relações que são internas umas às outras [...] de maneira que quando uma importante se modifica, o fator mesmo se altera” (OLLMAN, 1971). Em outras palavras, tudo é socialmente mediado. Não há trabalho fora do gênero, raça ou capacidade, assim como não há gênero fora da raça, do trabalho e da sexualidade. Mesmo que muitas feministas interseccionais pudessem concordar com tal afirmação, a perspectiva do feminismo da reprodução social completa a jornada dialética ao identificar a lógica capitalista no interior e através da qual as partes do todo são integradas.

Dizer que a totalidade social é uma totalidade social capitalista é sugerir que a lógica e os imperativos da acumulação e da produção que sobrepõem o lucro à necessidade – um conjunto específico de relações sociais entre muitas – dominam (no sentido de exercer pressões sobre e um conjunto de poderosos limites todos os aspectos da reprodução social). Essa dominação resulta de um processo histórico marcado por cercamentos, escravidão, caça às bruxas e *pogroms*, assim

como revoluções políticas, por meio dos quais o trabalho que produz os meios de produção e subsistência é expropriado e organizado de maneira capitalista. As relações sociais capitalistas desempenham um papel crucial ao moldar os meios e os processos através dos quais as pessoas organizam suas vidas fora da relação econômica específica entre trabalho assalariado/capital porque 1) a vasta maioria das pessoas não pode subsistir exceto através da venda de seu trabalho ao capital ou de outras formas de dependência do mercado; 2) o lucro capitalista e a acumulação são decisivamente dependentes da disponibilidade de trabalhadores assalariados “livres” para essa exploração²¹. A despeito do trabalho social reprodutivo ser (em diferentes graus) parcialmente autônomo frente à dominação do capital, não há trabalho na sociedade moderna *inteiramente* fora do capital, e não há capital fora do trabalho²² (socialmente diferenciado [re]produtivo). Vemos a relação estruturante do capital com a reprodução social, na medida em que esses processos são supridos pelo mercado através de bens aos consumidores, que frequentemente são acessados através de rendimentos derivados do mercado que são obtidos por um ou mais membros de um domicílio²³. Isto é, assim como o capital necessita de um processo (privatizado) de reprodução social, esse processo de reprodução necessita do capital. Pessoas podem encontrar soluções criativas, não mercadorizadas, para suas necessidades reprodutivas

21 Não obstante ser crucial, a dependência do capital do trabalho “livre” não é, obviamente, absoluta. O capital depende também do trabalho não-livre e a distinção entre essas duas formas de trabalho pode ser facilmente ofuscada.

22 Em outras palavras, nem todo trabalho produtivo é organizado de maneira capitalista. Economias de subsistência podem ser encontradas em toda parte do mundo. Mas mesmo estas são condicionadas por relações capitalistas: precisamente porque as relações capitalistas são globalmente dominantes, as economias de subsistência estão necessariamente atadas a partir de um status subalterno.

23 Ver Genevieve Lebaron (2010) sobre a atual reestruturação dessa relação a modelos neoliberais de acumulação do capital.



sociais, assim como formas comunais de vida, incluindo cooperativas, e assim por diante. Mas essas são exceções que, por seu caráter marginal, provam a regra – maneiras de literalmente “se virar” ou de “sobreviver” compelidas pelo fato de que os meios de vida não são possuídos comunalmente, mas monopolizados pelos proprietários do capital.

Falar de um todo social que é dominado pela dinâmica capitalista não é dizer que o imperativo capitalista é absoluto. Os imperativos da vida, da reprodução social, não apenas regularmente o excedem, eles são também organizados por, e através de, outras formas de relações sociais, algumas anteriores ao capitalismo²⁴. Mas o imperativo capitalista é, não obstante, determinante no sentido de que impõe pressões e limites, de maneira que apenas certas relações e processos (e não outros) “fazem sentido”, e são reforçadas e sancionadas socialmente (no direito, na prática institucional e na representação simbólica) e individualmente, mesmo se elas também são sempre contestadas.

Disso seguem-se duas lições políticas fundamentais. A primeira é que construir novas possibilidades genuínas, que melhor se alinham com a liberdade humana, demanda transformar as fundações sócio-materiais sobre as quais produzimos e reproduzimos o mundo. Isso significa romper com o impulso capitalista de privatizar a reprodução social, e (re)apropriar e (re)coletivizar os meios de subsistência para todos. A segunda é que, se as relações sociais se relacionam internamente, uma mudança em uma altera todas as outras. Assim, não há nenhuma razão convincente para se priorizar lutas econômicas estreitas ou baseadas no local de trabalho na luta por uma sociedade melhor. *Qualquer* luta no interior do reino da reprodução social que coloque as necessidades

24 Todas as opressões anteriores, entretanto, são reorganizadas no interior do modo capitalista de produção.

humanas acima dos interesses do capital – seja anti-racista, feminista, anti-colonial, ou por educação, saúde e transporte – pode afetar a formação social capitalista. Na medida em que são ressaltadas politicamente as relações internas de todas as opressões, umas com as outras e com a totalidade capitalista, tais lutas podem fazer avançar a consciência de classe (em oposição àquela setorial). E, na medida em que essas lutas são bem sucedidas, e o capital (geralmente através do Estado) é forçado a assumir uma maior responsabilidade pelos custos de sua reprodução, as fundações sócio-materiais da opressão e da exploração serão enfraquecidas. Obviamente, a relação trabalho assalariado/capital deve, em última análise, ser subvertida se se quer pôr um fim à dinâmica capitalista que domina a reprodução social. Isso não requer, entretanto, uma priorização das lutas nos locais de trabalho frente às demais. Coloca-se, simplesmente, uma ênfase na tarefa de encontrar maneiras de se construir uma solidariedade significativa que conecte as lutas anti-racistas, feministas e todas aquelas voltadas à reprodução social às resistências baseadas no local de trabalho – uma solidariedade que assenta-se não apenas nos apelos ao respeito às diferenças, mas na lógica sócio-material compulsória que mostra como as relações opressivas moldam, e são moldadas, pela totalidade social que compõem.

Referências bibliográficas

- ACKERLY, B. e MCDERMOTT, R. 'Introduction. Recent Developments in Intersectionality Research: Expanding beyond Race and Gender'. *Politics & Gender*, n. 8, p. 367-370, 2012.
- ANTHIAS, F. Hierarchies of Social Location, Class and Intersectionality: Towards a Translocational Frame. *International Sociology*, vol. 28, n. 1, p. 121-38, 2012.
- ARAT-KOC, S. Whose Social Reproduction? *Transnational Motherhood and Challenges to Feminist Political Economy*.

- In: BEZANSON, K. e LUXTON, M. (org.). *Social Reproduction: Feminist Political Economy Challenges Neo-Liberalism*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2006.
- BAKKER, I. e SILVEY, R. (org.). *Beyond States and Markets: The Challenges of Social Reproduction*. Nova York: Routledge, 2008.
- BANNERJI, H. *Building from Marx: Reflections on Class and Race*. *Social Justice*, v. 32, n. 4, p. 144-60, 2005.
- _____. *Marxism and Anti-Racism in Theory and Practice: Reflections and Interpretations*. In: BAKAN, A. B. e DUA, E. (org.). *Theorizing Anti-Racism: Linkages in Marxism and Critical Race Theories*. Toronto: University of Toronto Press, 2014.
- BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Nova York: Routledge, 1990.
- CARBADO, D. et al. *Intersectionality: Mapping the Movements of a Theory*. *Du Bois Review*, v. 10, n. 2, p. 303-12, 2013.
- COLEN, S. "Like a Mother to Them": Stratified Reproduction and West Indian Childcare Workers and Employers in New York. In: GINSBURG, F. D. e RAPP, R. *Conceiving the New World Order: The Global Politics of Reproduction*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- CRENSHAW, K. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics*. Chicago: University of Chicago Legal Forum, 1989.
- DAVIS, K. *Intersectionality as Buzzword: A Sociology of Science Perspective on What Makes a Feminist Theory Successful*. *Feminist Theory*, v. 9, n. 1, p. 67-85, 2008.
- DHAMOON, R. K. *Considerations on Mainstreaming Intersectionality*. *Political Research Quarterly*, v. 64, n. 1, p. 230-43, 2011.
- FARRIS, S. *In the Name of Women's Rights: The Rise of Fe-*

- monationalism. Durham: Duke University Press, 2017.
- FERGUSON, S. Building on the Strengths of the Socialist Feminism Tradition. *Critical Sociology*, v. 25, n. 1, p. 1-15, 1999.
- _____. Canadian Contributions to Social Reproduction Feminism: Race and Embodied Labor. *Race, Gender, Class*, v. 15, n. 1-2, p. 42-57, 2008.
- _____.; MCNALLY, D. Capital, Labour-power, and Gender-relations: Introduction to the Historical Materialism Edition of Marxism and the Oppression of Women. In: VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. London: Brill, 2013.
- _____. Precarious Migrants: Gender, Race and the Social Reproduction of a Global Working Class. In: PANITCH, L. e ALBO, G. (org.). *Socialist Register 2015: Transforming Classes*. Londres: Merlin Press, 2014.
- GLENN, E. N. From Servitude to Service Work: Historical Continuities in the Racial Division of Paid Reproductive Labor. *Signs*, v. 18, n. 1, p. 1-43, 1992.
- HENNESSEY, R. *Fires on the Border: The Passionate Politics of Labor Organizing on the Mexican Frontera*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.
- HILL COLLINS, P. *Black Feminist Thought : Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. Nova York: Routledge, 1990.
- HONTAGNEU-SOTELO, P. e AVILLA, E. "I'm here, but I'm there": The Meanings of Latina Transnational Motherhood. In: ZINN, M. B. et al. (org.). *Gender Through the Prism of Difference*. Boston: Allyn and Bacon, 2000.
- KATZ, C. Vagabond Capitalism and the Necessity of Social Reproduction. *Antipode*, n. 33, p. 709-38, 2001.
- KERNER, I. Questions of Intersectionality: Reflections on the Current Debate. *European Journal of Women's Studies*, v. 19, n. 2, p. 203-18, 2012.

LASLETT, B. e BRENNER, J. Gender and Social Reproduction: Historical Perspectives. *Annual Review of Sociology*, n. 15, p. 381-404, 1989.

LEBARON, G. The Political Economy of the Household: Neoliberal Restructuring, Enclosures, and Daily Life. *Review of International Political Economy*, v. 17, n. 5, p. 889-912, 2010.

LUXTON, M. Feminist Political Economy in Canada and the Politics of Social Reproduction. In: BEZANSON, K. e LUXTON, M. *Social Reproduction: Feminist Political Economy Challenges Neo-Liberalism*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2006.

_____. Alternatives Forum: Reclaiming Marxist Feminism. *Studies in Political Economy*, n. 94, p. 135-84, 2014.

MCCALL, L. The Complexity of Intersectionality. *Signs*, v. 30, n. 3, p. 1771-800, 2005.

MCNALLY, D. The Dialectics of Unity and Difference in the Constitution of Wage-labour: On Internal Relations and Working Class Formation. *Capital & Class*, v. 39, n. 1, p. 131-46, 2015.

MARX, K. [1844]. *The Economic & Philosophic Manuscripts or 1844*. Nova York: International Publishers, 1964.

_____. [1857-61]. *Grundrisse*. 1973. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/download/Marx_Grundrisse.pdf>.

_____.; ENGELS, F. [1932]. *The German Ideology*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/german-ideology/index.htm>>.

MILES, R. *Racism*. Londres: Routledge, 1989.

NASH, J. C. Re-thinking Intersectionality. *Feminist Review*, n. 89, p. 1-15, 2008.

OLLMAN, B. [1971]. *Alienation: Marx's Conception of Man in Capitalist Society*. Disponível em: <www.dialecticalmarxism.com>.

PALMER, P. *Domesticity and Dirt: Housewives and Domestic*

Servants in the United States, 1920-1945. Filadélfia: Temple University Press, 1989.

PICCHIO, A. *Social Reproduction: The Political Economy of the Labour Market*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SIMIEN, E. M. e HANCOCK, A-M. Mini-Symposium: Intersectionality Research. *Political Research Quarterly*, v. 64, n. 1, p. 185-86, 2011.

VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Londres: Pluto, 1983.

WILLIAMS, R. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

WINKER, G. e DEGELE, N. Intersectionality as Multi-level Analysis: Dealing with Social Inequality. *European Journal of Women's Studies*, v. 18, n. 1, p. 51-66, 2011.

WRIGHT, M. *Disposable Women and other Myths of Global Capitalism*. Nova York: Routledge, 2006.

YUVAL-DAVIS, N. Intersectionality and Feminist Politics. *European Journal of Women's Studies*, v. 13, n. 3, p. 193-209, 2006.



Por um feminismo afro-latino-americano¹

Lélia Gonzalez

Neste ano de 1988, Brasil, o país com a maior população negra das Américas, comemora o centenário da lei que estabeleceu o fim da escravização neste país. As celebrações se estendem por todo território nacional, promovidas por inúmeras instituições de caráter público e privado, que festejam os “cem anos da abolição”. Porém, para o Movimento Negro, o momento é muito mais de reflexão do que de celebração. Reflexão porque o texto da lei de 13 de maio de 1988 (conhecida como Lei Áurea), simplesmente declarou como abolida a escravização, revogando todas as disposições contrárias e... nada mais. Para nós, mulheres negras e homens negros, nossa luta pela liberdade começou muito antes desse ato de formalidade jurídica e se estende até hoje.

Nosso empenho, portanto, se dá no sentido de que a sociedade brasileira ao refletir sobre a situação do seguimento negro que dela faz parte (daí a importância de ocupar todos os espaços possíveis para que isso suceda) possa voltar-se sobre si mesma e reconhecer nas suas contradições internas as profundas desigualdades raciais que a caracterizam. Neste sentido, as outras sociedades que também compõem essa região, neste continente chamado América Latina, quase não diferem da sociedade brasileira. E este trabalho, como reflexão de uma das contradições internas do feminismo latino-americano, pretende ser, com suas evidentes limitações, uma modesta contribuição para o seu avanço (depois de tudo, sou feminista).

¹ Extraído de: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf



Ao evidenciar a ênfase direcionada a dimensão racial (quando se trata da percepção e do entendimento da situação das mulheres no continente) tentarei mostrar que, no interior do movimento, as negras e as indígenas são as testemunhas vivas dessa exclusão. Por outro lado, baseada nas minhas experiências de mulher negra, tratarei de evidenciar as iniciativas de aproximação, de solidariedade e respeito pelas diferenças por parte de companheiras brancas efetivamente comprometidas com a causa feminina. A essas mulheres-exceção eu as chamo de irmãs.

Feminismo e Racismo

É inegável que o feminismo como teoria e prática vem desempenhando um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, e à medida que, ao apresentar novas perguntas, não somente estimulou a formação de grupos e redes, também desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher. Ao centralizar suas análises em torno do conceito do capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição de crucial importância para o encaminhamento das nossas lutas como movimento. Ao demonstrar, por exemplo, o caráter político do mundo privado, desencadeou todo um debate público em que surgiu a tematização de questões totalmente novas – sexualidade, violência, direitos reprodutivos, etc. – que se revelaram articulados as relações tradicionais de dominação/submissão. Ao propor a discussão sobre sexualidade, o feminismo estimulou a conquista de espaços por parte de homossexuais de ambos os sexos, discriminados pela sua orientação sexual (Vargas). O extremismo estabelecido pelo feminismo fez irreversível a busca de um modelo alternativo de sociedade. Graças a sua produção teórica e a sua ação como movimento, o mundo não foi mais o mesmo.



Mas, apesar das suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão grave como a sofrida pela mulher: a de caráter racial. Aqui, se nos reportamos ao feminismo norte-americano, a relação foi inversa; ele foi consequência de importantes contribuições do movimento negro: “A Luta dos sessenta... Sem a Irmandade Negra, não haveria existido irmandade das Mulheres (*Sister Hood*); sem Poder Negro (*Black Power*) e Orgulho Negro (*Black Pride*), não haveria existido Poder Gay e Orgulho Gay” (David Edgar). E a feminista Leslie Cagan afirma: “O fato de que o movimento pelos Direitos Civis tenha quebrado as propósitos sobre a liberdade e a igualdade na América, nos abriu espaço para questionar a realidade da nossa liberdade como mulheres”.

Mas o que geralmente se constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial. Temo um exemplo de definição do feminismo: consiste na “resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas que tenham como fundamento a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada” (Astelarra). Bastaria substituir os termos homens e mulheres por brancos e negros (ou índios), respectivamente, para ter uma excelente definição de racismo.

Exatamente porque tanto o racismo como o feminismo partem das diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação. Cabe, então, a pergunta: como se explica este “esquecimento” por parte do feminismo? A resposta, na nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neo-colonialista da realidade.



Vale a pena retomar aqui duas categorias do pensamento laciano que ajuda, a nossa reflexão. Intimamente articuladas, as categorias de infante e de sujeito-suposto-saber nos levam ao tema da alienação. A primeira designa a aquele que não é sujeito do seu próprio discurso, a medida em que é falado pelos outros. O conceito de infante se constitui a partir de uma análise da formação psíquica da criança que, ao ser falado pelos adultos na terceira pessoa, é, conseqüentemente, excluída, ignorada, colocada como ausente apesar da sua presença; reproduz então esse discurso e fala em si em terceira pessoa (até o momento em que aprende a trocar os pronomes pessoais). Da mesma forma, nós mulheres e não-brancas, fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao impormos um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não só do nosso próprio discurso, senão da nossa própria história. E desnecessário dizer que com todas essas características, nós estamos referindo ao sistema patriarcal-racista. Conseqüentemente, o feminismo coerente consigo mesmo não pode dar ênfase a dimensão racial. Se assim o fizera, estaria contraditoriamente aceitando e reproduzindo a infantilização desse sistema, e isto é alienação.

A categoria de sujeito-suposto-saber, refere-se as identificações imaginárias com determinadas figuras, para as quais se atribui um saber que elas não possuem (mãe, pai, psicanalista, professor, etc.). E aqui nos reportamos a análise de um Franz Fanon e de um Alberto Memmi, que descrevem a psicologia do colonizado frente a um colonizador. Em nossa opinião, a categoria de sujeito-suposto-saber enriquece ainda mais o entendimento dos mecanismos psíquicos inconscientes que se explicam na superioridade que o colonizado atribui ao colonizador. Nesse sentido, o eurocentrismo e seu efeito



neocolonialista acima mencionados também são formas alienadas de uma teoria e de uma prática que se percebem como liberadora.

Por tudo isso, o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas. Concordamos plenamente com Jenny Bourne, quando afirma: “Eu vejo o anti-racismo como algo que não está fora do Movimento de Mulheres senão como algo intrínseco aos melhores princípios feministas”. Mas esse olhar que não vê a dimensão racial, essa análise e essa prática que a “esquecem”, não são características que se fazem evidentes apenas no feminismo latino-americano. Como veremos em seguida, a questão racial na região tem sido ocultada no interior das suas sociedades hierárquicas.

A questão racial na América Latina

Cabe aqui um mínimo de reflexão histórica para poder ter uma ideia deste processo na região. Principalmente nos países de colonização ibérica. Em primeiro lugar, não se pode esquecer que a formação histórica de Espanha e Portugal se fez a partir da luta de muitos séculos contra os mouros, que invadiram a Península Ibérica no ano de 711. Ainda mais, a guerra entre mouros e cristãos (ainda lembrada em nossas festas populares) não teve na dimensão religiosa a sua única força propulsora. Constantemente silenciada, a dimensão ra-

cial teve um importante papel ideológico nas lutas da Reconquista. Na realidade, os mouros invasores eram predominantemente negros. Além disso, as duas últimas dinastias do seu império - a dos “Almorávidas e a dos Almoadas”- provinham de África Ocidental (Chandler). Pelo exposto, queremos dizer que os espanhóis e os portugueses adquiriram uma sólida experiência com respeito a forma de articulação das relações raciais.

Em segundo lugar, as sociedades ibéricas se estruturaram de maneira altamente hierarquizada, com muitas castas sociais diferenciadas e complementarias. A força da hierarquia era tal que se explicitava até nas formas nominais de tratamento, transformadas em lei pelo rei de Portugal e de Espanha em 1597. Desnecessário dizer que, neste tipo de estrutura, onde tudo e todos tem um lugar determinado, não há espaço para a igualdade, principalmente para grupos étnicos diferentes, como mouros e judeus, sujeitos a um violento controle social e político (Da Matta).

Herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual), assim como das técnicas jurídicas e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latino-americanas não podiam deixar de se caracterizarem como hierárquicas. Racialmente estratificadas, apresentam uma espécie de *continuum* de cor que se manifesta num verdadeiro arco-íris classificatório (no Brasil, por exemplo, existem mais de cem denominações para designar a cor das pessoas). Neste quadro, se torne desnecessária a segregação entre mestiços, indígenas e negros, pois as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante.

Desse modo, a afirmação de que somos todos iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais explo-



radas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova a sua eficácia e os efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos, o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue” como se diz no Brasil), é internalizado com a consequente negação da própria raça e da própria cultura.

Não são poucos os países latino-americanos que desde a sua independência aboliram o uso de indicadores raciais nos seus censos e em outros documentos. Alguns deles reabilitaram ao indígena como símbolo místico da resistência contra a agressão colonial e neocolonial, apesar de, ao mesmo tempo, manter a subordinação da população indígena. Em relação aos negros, são abundantes os estudos sobre a sua condição durante o regime escravocrata. Porém, historiadores e sociólogos silenciam sua situação desde a abolição da escravização até os dias de hoje, estabelecendo uma prática que faz invisível a este segmento social. O argumento utilizado por alguns cientistas sociais consiste na afirmação de que a ausência da variável racial nas suas análises se deve ao fato de que os negros foram contidos no interior da sociedade abraçada em condições de relativa igualdade com outros grupos raciais (Andrews).

Esta postura tem muito mais a ver com estudos de língua espanhola, no momento em que o Brasil se coloca quase como exceção dentro desse quadro; sua literatura científica sobre o negro na sociedade atual é bastante significativa.

Pelo exposto, não é difícil concluir a existência de grandes obstáculos para o estudo e encaminhamento das relações ra-



ciais na América Latina, em base a suas configurações regionais e variações internas, para a comparação com outras sociedades multirraciais, fora do continente. Na verdade, esse silêncio ruidoso sobre as contradições raciais se fundamenta, modernamente, num dos mais eficazes mitos de dominação ideológica: o mito da democracia racial.

Na sequência da suposta igualdade de todos perante a lei, ele afirma a existência de uma grande harmonia racial... Sempre que se encontrem sob o escudo do grupo branco dominante; o que revela sua articulação com a ideologia do branqueamento. Em nossa opinião, quem melhor sintetizou esse tipo de dominação racial foi um humorista brasileiro ao afirmar: “no Brasil não existe racismo porque os negros reconhecem o seu lugar”. (Millor Fernandes). Vale notificar que mesmo as esquerdas absorveram a tese da “democracia racial”, a medida que nas suas análises sobre nossa realidade social jamais conseguiram vislumbrar qualquer coisa mais além das contradições de classe.

Metodologicamente mecanicistas (por eurocêntricas), acabaram por tornarem-se cúmplices de uma dominação que pretendiam combater. No Brasil, este tipo de perspectiva começou a sofrer uma reformulação com a volta dos exilados que haviam combatido a ditadura militar, no início dos anos oitenta. Isto porque muitos deles (vistos como brancos no Brasil) forma objeto de discriminação racial no exterior. Apesar disso, somente em um país do continente encontramos a grande e única exceção em relação a uma ação concreta no sentido de abolir as desigualdades raciais, étnicas e culturais. Trata-se de um país geograficamente pequeno, mas gigantesco na busca do encontro consigo mesmo: Nicarágua.

Em setembro de 1987, a Assembleia Nacional aprovou e promulgou o Estatuto de Autonomia das Regiões da Costa Atlântica de Nicarágua. Nelas encontram-se uma população de trezentos mil habitantes, divididos em seis etnias carac-



terizadas incluso por suas diferenças linguísticas: 182 mil mestiços, 75 mil misquitos, 26 mil crioulos (negros), 9 mil sumus, 1750 garífunas (negros) e 850 ramas. Composto de seis títulos e cinco artigos, o Estatuto de Autonomia implica em um novo reordenamento político, econômico, social e cultural que responde as reivindicações de participação das comunidades costeiras. Mais do que garantir a eleição das autoridades locais e regionais, o Estatuto assegura a participação comunitária na definição dos projetos que beneficiam a região e reconhece o direito de propriedade sobre as terras comunais.

Por outro lado, não só garante a igualdade absoluta das etnias senão também reconhece seus direitos religiosos e linguísticos, repudiando todo tipo de discriminação. Um dos seus grandes efeitos foi o repatriamento de 19 mil indígenas que haviam abandonado o país. Coroação de um longo processo em que se acumularam erros e acertos, o Estatuto de Autonomia é uma das grandes conquistas de um povo que luta “por construir uma nação nova, multiétnica, pluricultural e multilíngue baseada na democracia, pluralismo, anti-imperialismo e a eliminação da exploração social e opressão em todas as suas formas”.

É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano.



Por um feminismo afro-latino-americano

É Virginia Vargas V. quem nos diz: “a presença das mulheres no cenário social e um fato inquestionável nos últimos anos, buscando novas soluções frente aos problemas que lhes impõe uma ordem social, política e econômica que historicamente as marginalizou. Nesta presença, a crise econômica, política, social e cultural (...) tem sido um elemento desencadeante que acelerou processos que vinham gerando-se. Em efeito, se por um lado a crise acentuou e evidenciou o esgotamento de um modelo de desenvolvimento do capitalismo dependente, por outro lado, deixou explícito como seus efeitos são recebidos diferenciadamente em vastos setores sociais, de acordo as contradições específicas nas quais se encontram imersos, alentando desse modo o surgimento de novos campos de conflito e novos atores sociais. Assim, no terreno das relações sociais, o efeito da crise foi o de devolver-nos uma visão muito mais complexa e heterogênea da dinâmica social, econômica e política. Nesta complexidade na qual estão localizados o surgimento e o reconhecimento de novos movimentos sociais entre eles o de mulheres, que avançaram desde as suas contradições específicas a um profundo questionamento “a lógica estrutural da sociedade (Castells) e contem, potencialmente, uma visão alternativa da sociedade”.

Ao caracterizar distintas modalidades de participação, ela aponta três vertentes, diferenciadas por uma expressão, no interior do movimento: popular, político-partidária e feminista. E é justamente na popular que vamos encontrar maior participação de africanas e ameríndias que, preocupadas com o problema da sobrevivência familiar, buscam organizar-se coletivamente; por outro lado, sua presença principalmente no mercado informal de trabalho as remete a novas reivindicações. Dada sua posição social, que se articula com sua discriminação racial e sexual, são elas que sofrem mais



brutalmente os efeitos da crise. Se pensarmos no tipo de modelo econômico adotado e no tipo de modernização que dela flui - conservadora e excludente, por seus efeitos de concentração de renda e de benefícios sociais - não é difícil concluir a situação dessas mulheres, como no caso do Brasil, no momento da crise (Oliveira, Porcaro e Araujo).

Nesta perspectiva, não podemos desconhecer o importante papel dos Movimentos Étnicos (ME), como movimentos sociais. Por um lado, o movimento indígena (MI), que se fortalece cada vez mais na América do Sul (Bolívia, Brasil, Peru, Colômbia, Equador) e Central (Guatemala, Panamá e Nicarágua, como já vimos), não só propõe novas discussões sobre as estruturas sociais tradicionais, senão que busca a reconstrução da sua identidade ameríndia e o resgate da sua própria história. Por outro lado o Movimento Negro (MN) - e falemos do caso brasileiro ao explicitar a articulação entre as categorias de raça, classe, sexo e poder, desmascara as estruturas de dominação de uma sociedade e de um estado que vêem como natural o fato de que quatro quintos da força de trabalho negra sejam mantidas aprisionadas em uma espécie de cinturão socioeconômico que lhes “oferece e oportunidade” de trabalho manual e não qualificado. Não é necessário dizer que para o mesmo trabalho exercido por brancos, os rendimentos são sempre menores para trabalhadores negros de qualquer categoria profissional (principalmente nas de maior qualificação). Enquanto isso, a apropriação lucrativa da produção cultural afro-brasileira também é vista como “natural”.

Cabe aqui um dado importante da nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região - assim como para as ameríndias - a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e pertencen-



centes a uma etnia subordinada. A experiência histórica da escravização negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permite continuar uma luta plurissecular de liberação. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas. Por isso, nossa presença nos ME é bastante visível; aí nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas.

Mas é exatamente essa participação que nos leva a consciência da discriminação sexual. Nossos companheiros de movimentos reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento. E é justamente por essa razão que buscamos o MM, a teoria e a prática feministas, acreditando aí encontrar uma solidariedade tão importante como a racial: a irmandade. Mas o que efetivamente encontramos são as práticas de exclusão e dominação racista que tratamos na primeira sessão deste trabalho. Somos invisíveis nas três vertentes do MM; inclusive naquela em que a nossa presença é maior, somos descoloridas ou desracializadas, e colocadas na categoria popular (os poucos textos que incluem a dimensão racial só confirmam a regra geral). Um exemplo ilustrativo: duas famílias pobres – uma negra e outra branca - cuja renda mensal é de 180 dólares (que corresponde a três salários mínimos atualmente no Brasil); a desigualdade se faz evidente no fato de que a taxa da atividade da família negra é maior que da branca (Oliveira, Porcaro e Araujo). Por aí se explica a nossa escassa presença nas outras duas vertentes.

Pelo exposto, não é difícil compreender que nossa alternativa em termos de MM foi a de organizar-nos como grupos étnicos. E, na medida em que lutamos em duas frentes, estamos contribuindo para o avanço tanto dos ME como do



MM (vice-versa, evidentemente). No Brasil, já em 1975, com a ocasião do encontro histórico das latinas que marcaria o início do MM no Rio de Janeiro, as americanas se fizeram presentes e distribuíram um manifesto que evidenciava a exploração econômico-racial sexual e o conseqüente trata “degradante, sujo e sem respeito” de que somos objeto. Seu conteúdo não é muito diferente do Manifesto da Mulher Negra Peruana no dia internacional da mulher em 1987, assinado por duas organizações do MN deste país: Linha de Ação Feminina do Instituto Afro-peruano e Grupo de Mulheres do Movimento Negro “Francisco Congo”. Denunciando sua situação de discriminadas entre os discriminados, elas afirmam: “nos moldaram uma imagem perfeita em tudo que se refere a atividades domésticas, artísticas, servis, nos consideraram “expertas no sexo”.

É dessa forma que se alimentou o preconceito de que a mulher negra só serve para esses menestréis. Vale a pena notar que os doze anos de existência dos dois documentos nada significam frente a quase cinco séculos de exploração que ambos denunciam. Além disso, se observa que a situação das amefricanas dos dois países é praticamente a mesma, e principalmente os pontos de vista. Um dito popular brasileiro sintetiza essa situação ao afirmar: “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”. Que se atenda aos papéis atribuídos as amefricanas (preta e mulata); abolida sua humanidade, elas são vistas como corpos animalizados: por um lado são os “burros de carga” (do qual as mulatas brasileiras são um modelo). Desse modo, se constata como a socioeconômica se faz aliada a super-exploração sexual das mulheres amefricanas.

Nos dois grupos de amefricanas do Peru se confirma uma prática que também é comum a nós: é a partir do MN que nos organizamos, e não do MM. No caso da dissolução de algum grupo, a tendência é continuar a militância dentro do MN,



onde, apesar dos pesares, a nossa rebeldia e espírito crítico se dão num clima de maior familiaridade histórica e cultural. Já no MM, essas nossas manifestações muitas vezes foram caracterizadas como antifeministas e “racistas às avessas” (o que pressupõe um “racismo as direitas”, ou seja, legítimo); daí nosso desencontros e ressentimentos. De qualquer modo, os grupos amefricanos de mulheres foram se organizando pelo país, principalmente nos anos oitenta. Realizamos também nossos encontros regionais, e neste ano teremos o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras. Enquanto isso nossas irmãs ameríndias também se organizam dentro da união das nações indígenas, a expressão máxima do MI no nosso país. Neste processo, é importante ressaltar que as relações dentro do MM não estão feitas só de desencontros e ressentimentos com as latinas. Já nos anos setenta, umas poucas se aproximaram de nós em um efetivo intercâmbio de experiências, conseqüente no seu igualitarismo.

O entendimento e a solidariedade se ampliaram nos anos oitenta, graças às próprias modificações ideológicas e de conduta dentro do MM: um novo feminismo se delineava nos nossos horizontes, aumentando nossas esperanças pela ampliação das suas perspectivas. A criação de novas redes como o Taller de Mulheres das Américas (que prioriza a luta contra o racismo e o patriarcalismo numa perspectiva anti-imperialista) e DAWN/MUDAR, são exemplos de uma nova forma de olhar feminista, luminoso e iluminado por ser inclusivo, aberto a participação de mulheres étnica e culturalmente diferentes. E Nairóbi foi o marco desta mudança, deste aprofundamento, deste encontro do feminismo consigo mesmo.

Prova disso fora, as experiências muito fortes que tivemos o privilégio de compartilhar. A primeira em novembro de 1987, no II Encontro do Taller de Mulheres das Américas na cidade do Panamá; ali as análises e discussões terminaram por derrubar barreiras – no reconhecimento do racismo pelas



feministas – e preconceitos antifeministas por parte das ameríndias e amefricanas dos setores populares. A segunda foi no mês seguinte, em La Paz, no encontro regional de DAWN/MUDAR; presentes as mulheres mais representativas do feminismo latino-americano, tanto por sua produção teórica como por sua prática efetiva. E uma só presença amefricana argumentou durante todo o encontro sobre as contradições já sinalizadas neste trabalho. Foi realmente uma experiência extraordinária para mim, frente aos testemunhos francos e honestos por parte das latinas ali presentes, frente à questão racial. Sai dali revivida, confiante de que uma nova era se abria para todas nós, mulheres da região. Mais do que nunca, meu feminismo se sentiu fortalecido. E o título deste trabalho foi inspirado nessa experiência. Por isso que eu o dedico a Neuma, Leo, Carmen, Virginia, Irma (teu cartão de natal me fez chorar), Tais, Margarita, Socorro, Magdalena, Stella, Rocio, Glória e as ameríndias Lucila e Marta.

Muita sorte, mulheres!





Documento







Organizar a resistência feminista para enfrentar o Bolsonaro, o fascismo e o autoritarismo em todo o mundo

Coordenação Nacional do Coletivo Juntas!

Vivemos tempos de indeterminação. A vitória de Jair Bolsonaro à presidência representa o fim do jogo político das últimas décadas no país, e a conformação de um novo tipo de regime, ainda em transição. Já sabemos que os pilares que sustentaram esse governo passam pela implementação de uma agenda de ataques severos aos direitos humanos, além disso os ajustes fiscais, as privatizações e a desnacionalização da economia, articulados por uma conformação política de extrema-direita, são o tom do programa econômico desse regime. Porém ainda há muito em aberto: trata-se de um regime em gestação, por enquanto frágil, no qual a resistência e a luta devem ser determinantes.

Esse elemento de fragilidade se demonstrou, já no processo eleitoral, de forma bastante intensa. A polarização dividiu o Brasil. Apesar de Jair Bolsonaro ter saído fortalecido, com 39% dos votos entre os eleitores aptos, a eleição de 52 deputados, 4 senadores e 3 governadores de seu partido, outro elemento também imperou durante as eleições: a enorme politização do movimento democrático e, com ela a entrada da luta política com movimento #EleNão. Como mostraram as pesquisas eleitorais no segundo turno, a polarização elevada levou a um impasse político nas maiores cidades, nas quais a maioria das mulheres votou contra Bolsonaro. Esse número chegou a 59% se consideramos os votos das jovens mulheres. Entre os mais pobres, segundo as mesmas pesquisas, Bolsonaro também perdeu. Entre negros, LGBTQs e jovens os índices também contrariaram sua vitória. Nós somos a resistência!



Processos similares têm ocorrido em diversos países do globo. Bolsonaro é uma espécie de Trump brasileiro que tem traços similares às ultradireitas que tem aparecido no mundo, como Grécia, Itália, Espanha e Alemanha. E em todos eles podemos identificar elementos comuns. Em primeiro lugar uma solução reacionária à grave crise econômica mundial que ainda não encontrou respostas contundentes e, em segundo, o questionamento conservador às liberdades (e em especial das mulheres, negros e negras e LGBTs), elemento que se intensifica no Brasil cuja democracia é bastante frágil (se comparada aos EUA, por exemplo).

Para as mulheres esse cenário se converte em ataques diretos, sejam eles econômicos — como a diminuição dos direitos previdenciários e trabalhistas — ou sociais — como a possibilidade de maior criminalização do aborto, proibição dos debates sobre gênero e violência nas escolas, entre outros. Bolsonaro é uma figura extremamente machista, cuja campanha e atuação parlamentar demonstraram seu ódio por qualquer tipo de manifestação em defesa dos direitos das mulheres. Seu projeto político representa o pólo oposto ao das feministas e, por isso, nossa organização para os desafios do próximo período deve procurar refletir profundamente o que levou esse projeto ao poder, suas fortalezas e fraquezas e, principalmente, como criar uma resistência capaz de fazer frente a ele. Por hora destacamos alguns pontos:

1. É preciso entender a base eleitoral de Bolsonaro em sua diversidade. O fenômeno “bolsonarista” atingiu inúmeros perfis, que vão desde aqueles mais ligados à ultradireita fascista até aqueles que apenas expressam uma revolta com o cenário de corrupção e crise econômica. O anti-petismo também foi um elemento determinante. Colocar todas essas pessoas no mesmo saco do fascismo é perigoso, já que o governo Bolsonaro pode decepcionar rapidamente: o ajuste



econômico e suas relações com os setores mais questionáveis da política podem terminar com a esperança de muitos. E precisamos estar prontas para apresentar alternativas para o sentimento de desilusão e traição que pode surgir!

2. O fenômeno Bolsonaro configura também uma resposta conservadora à explosão dos movimentos feministas e pelas igualdades no Brasil. No último período temos sido linha de frente no enfrentamento na luta por mais direitos e o fenômeno Bolsonaro veio como uma reação dos setores ultraconservadores do Brasil as nossas lutas. A cara da resistência é negra, feminista, lgbt, periférica — é a cara de Marielle Franco. Por isso, nossa luta por justiça a memória da vereadora do PSOL deve ser prioridade, pois o que está em jogo é a sobrevivência de milhares outras Marielles. Em meio a isso, nosso esforço coletivo deve apontar para um programa alternativo, radicalmente democrático e capaz de contemplar as demandas dos 99% do povo, as pautas feministas, anti-racistas e LGBTs.

3. Bolsonaro cresceu imensamente no pleito ao trazer o tema da segurança pública para o centro das atenções. Sua proposta de armamento e militarização tem como pano de fundo o desmonte dos programas sociais e da educação, um profundo desrespeito aos direitos humanos, em especial daqueles que se encontram no sistema prisional, e a enorme possibilidade de nacionalização das milícias. E o novo presidente já deixou claro durante a corrida eleitoral quem será o alvo: o povo negro e pobre das periferias brasileiras, onde a orientação da polícia é entrar atirando para depois ver o resultado. O resultado dessa guerra já é conhecido e deve se aprofundar imensamente: o genocídio da população negra e os números incontáveis de mães que esperam seus filhos sem retorno. Como sementes de Ma-

rielle precisamos nos contrapor contundentemente a esse projeto!

4. É preciso superar os erros da esquerda! A esquerda tradicional brasileira, representada especialmente pelo campo petista, cometeu muitos erros e traições durante seus governos e é preciso refletir profundamente sobre eles para que possamos criar uma alternativa nova, capaz de reconquistar a confiança do povo. A aposta na inclusão social apenas pela via do consumo, a ausência de políticas realmente transformadoras da vida das mulheres, LGBTQs e negritude brasileiras e as relações íntimas com os setores mais questionáveis da elite e da casta política são fatores importantes que levaram parte considerável da população a adotar uma postura anti-petista. É claro que houveram setores que procuraram se aproveitar desse sentimento, sequestrando bandeiras que historicamente foram levantadas pela esquerda brasileira, como o combate à corrupção, para golpear o país e aplicar seu projeto conservador e neoliberal. Mas isso só foi possível pois a esquerda não se dispôs massivamente a disputar as ruas e a narrativa da crise econômica, procurando muitas vezes se salvar pela via do balcão de negócios e não da aliança com o povo. Nossa resistência precisa construir algo radicalmente novo!

5. A resistência é internacional. Como mencionado, projetos semelhantes ao de Bolsonaro (ainda que com especificidades nacionais bastante diferentes) têm crescido no mundo todo. Mas também tem crescido o pólo contrário, radicalmente democrático, feminista e anticapitalista. Os últimos 8 de março foram caracterizados pela resistência à extrema-direita em todo o planeta — e a greve internacional das mulheres demonstrou que as mulheres tra-



balhadoras seguem aglutinando forças contra os poderosos de todo mundo. Como Nancy Fraser caracteriza: da África do sul à Polônia, da Espanha à Argentina, dos Irã aos Estados Unidos, as mulheres — pobres e não-brancas em especial — se enfrentam homens que amam fardas e detestam a democracia. É preciso nos conectarmos com essas experiências, estabelecendo uma rede internacional de solidariedade e luta contra a barbárie dos conservadores. É possível!

Mas o que fazer diante desse cenário? Lutar contra Bolsonaro é uma necessidade de todas nós que acreditamos em um Brasil democrático e em um mundo livre de opressão. E, para isso, precisamos confiar na nossa própria força. Nos últimos anos as mulheres deram incríveis demonstrações disso e saíram vitoriosas: contra o Cunha, contra o fechamento das escolas e contra a reforma da previdência. E já nesse ano o movimento #EleNão tomou o Brasil nas redes — como o grupo com mais de 4 milhões de mulheres unidas contra Bolsonaro — e nas ruas — como as grandes manifestações do dia 29 de setembro.

A tarefa das feministas deve ser agora um esforço duplo: por um lado, refletir acerca do processo que nos trouxe até aqui (esforço que procuramos fazer nesse texto para partirmos de um pontapé inicial), compreendendo nossas falhas enquanto esquerda, mas também a localização do movimento feminista como vanguarda das lutas, para enfim entender os novos desafios que nos serão impostos, e por outro, solidariedade e organização. A luta feminista será a principal trincheira contra Bolsonaro, uma vez que somos nós mulheres — em especial as mulheres negras e periféricas — as primeiras a sentirmos o desmonte da democracia, dos direitos conquistados e o ataque conservador, violento e autoritário do governo Bolsonaro. Além disso, fomos nós mulheres as



principais inimigas de Bolsonaro durante os últimos anos, denunciando sua prática autoritária, misógina e racista.

Assim, é fundamental estejamos organizadas coletivamente, pois acreditamos que juntas somos mais fortes e dessa forma temos condições concretas de fazer frente aos conservadores: precisamos organizar redes de discussão e propagação de informações, presenciais e via redes sociais, e disputar a narrativa sobre o país, convencendo as pessoas de que a democracia e os direitos sociais são pilares essenciais para uma sociedade saudável. É preciso que voltemos aos nossos locais de atuação, sejam escolas, universidades ou no mercado de trabalho, para recrutar mais mulheres para as fileiras de enfrentamento não somente ao Bolsonaro, mas ao seu discurso e ao que ele representa.

O próximo período exige coragem e união — ninguém solta a mão de ninguém. E assim como em 2017 e 2018, o 8 de março será ainda mais importante em nossa luta e organização nesse primeiro momento de resistência — especialmente por março não ser somente o mês de luta das mulheres mas o mês no qual se completará um ano do assassinato de Marielle Franco. Façamos nossas vozes ecoarem e se multiplicarem, gritemos Juntas! Convidamos a todas para virem juntas conosco fazer a resistência. A luta das mulheres muda o mundo!